



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**A ESCOLA NOVA E A MODERNIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO NA
PARAÍBA: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E OS GRUPOS ESCOLARES
(1930-1946)**

EVELYANNE NATHALY CAVALCANTI DE LUNA FREIRE

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro

Linha de Pesquisa: História da Educação

JOÃO PESSOA
FEVEREIRO/ 2016

**A ESCOLA NOVA E A MODERNIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO NA PARAÍBA:
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E OS GRUPOS ESCOLARES (1930-1946)**

Evelyanne Nathaly Cavalcanti de Luna Freire

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (Stricto Sensu), do Centro de Educação – CE, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, como um dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Educação.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro

Linha de Pesquisa: História da Educação

JOÃO PESSOA– PB
FEVEREIRO/2016

F866e Freire, Evelyanne Nathaly Cavalcanti de Luna.
 A escola nova e a modernização do ensino primário na
 Paraíba: a formação de professores e os grupos escolares
 (1930-1946) / Evelyanne Nathaly Cavalcanti de Luna Freire.-
 João Pessoa, 2016.
 214f. : il.
 Orientador: Antonio Carlos Ferreira Pinheiro
 Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE
 1. Educação. 2. História da educação. 3. Ensino primário.
 4. Escola nova. 5. Política educacional.

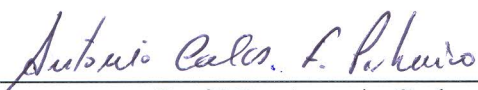
UFPB/BC

CDU: 37(043)

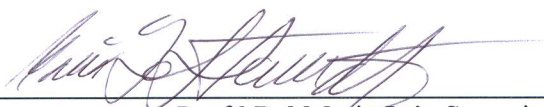
EVELYANNE NATHALY CAVALCANTI DE LUNA FREIRE

Dissertação defendida em: 29.02.2016

Banca Examinadora



Prof.º Dr. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro
(Orientador – PPGE/UFPB)



Prof.ª Drª Maria Inês Sucupira Stamatto
(Examinador Externo – PPGED/UFRN)



Prof.ª Drª Mauricéia Ananias
(Examinador Interno – PPGE/UFPB)

Prof.ª Drª AnaMaria Gonçalves Bueno de Freitas
(1ª Suplente - Examinador Externo – PPGE/UFS)

Prof.ª Drª Cláudia Engler Cury – PPGE/UFPB)
(1ª Suplente – Examinador Interno – PPGE/UFPB)

A Escola Nova e a Modernização do Ensino Primário na Paraíba: a formação de professores e os grupos escolares (1930-1946)

In Memoriam:

A minha avó paterna.
Rosinete de Araújo Silva.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço aos meus pais, em especial a minha amada e querida mãe, Celymar Cavalcanti de Araújo Silva que sempre me apoiou e me entendeu nos momentos mais difíceis ao longo de toda a minha trajetória acadêmica, da graduação à pós-graduação e, ao meu querido e companheiro pai, Francisco Everaldo de Araújo Silva que sempre foi e sempre será o meu braço forte. Agradeço também ao meu irmão Everlan Charlye que, por tantas vezes, ajudou-me de várias maneiras, auxiliando-me no decorrer desses dois anos.

Ao meu marido Vicente de Luna Freire Filho, que sempre me deu toda força necessária, em todos os momentos, mesmo quando eu estive extremamente ausente por estar tomada pelos afazeres acadêmicos, a força e o amor por mim foi maior, auxiliando-me, sendo meu companheiro e me compreendendo durante todos esses anos em que estive tão voltada para a UFPB e, em especial, os dois anos em que me direcionei totalmente para o Mestrado em Educação da UFPB.

Aos amigos e amigas da Turma 34 do Mestrado em Educação, que inicialmente estavam todas as linhas de pesquisa juntas e que, por meio delas, boas amizades foram construídas. Algumas delas advindas ainda da graduação em Pedagogia da UFPB, como é o caso do meu grande amigo Cleudo Gomes, e de Juliana Augusta, que além de ter sido da minha turma do Curso de Pedagogia é também uma amiga pessoal e muito querida. Às minhas queridas amigas mestrandas de linha de pesquisa de história da educação: Lays Regina, Adriana Vilar, Francineide Rodrigues, Raquel Sabino, Thayana Domingos, Mery Gláucia, Géssica Romão, Camila Almeida e Albanisa Assunção. Além de Mariana Marques, que é uma pessoa incrível, a sua alegria sempre contagiou todos da turma, assim como sua competência em tudo que se propõe a fazer. Aos queridos amigos, também vinculados à mesma linha de pesquisa acima mencionados, os doutorandos Azemar Junior, Ramon de Alcântara e Ivanildo Gomes que, durante o segundo semestre do nosso Curso, a convivência foi marcada pela riquíssima troca de experiências, conhecimentos e de informações que muito contribuíram para o nosso crescimento intelectual contabilizando ainda momentos muito especiais. A todos agradeço o companheirismo e a amizade.

Aos amigos do Grupo de Estudos e Pesquisas História da Educação da Paraíba – HISTEDBR – PB, na Linha de Pesquisa História das Políticas Educacionais e Instituições Escolares, que foram companheiros durante vários anos, desde o período de minha participação e inserção no Programa de Iniciação Científica - PIBIC. Agradeço, em especial, a Henny Tavares de Araújo, minha interlocutora de PIBIC no meu primeiro ano, ao meu grande

parceiro Luiz Mário Dantas Burity, amigo de pesquisa junto ao PIBIC, no meu segundo e terceiro ano, as minhas queridas amigas Priscilla Leandro Pereira, Vânia Cristina da Silva e Rosângela Chrystina Fontes de Lima, parceiras de discussões e de companheirismo no grupo de pesquisa.

Aos professores que contribuíram para a minha formação, em especial, as professoras Maria Lúcia da Silva Nunes e Elizete Guimarães, por terem sido minhas professoras desde a graduação no Curso de Pedagogia e que sempre deram força e estimularam para a continuidade dos estudos e, ao ingressar no Mestrado em Educação, foram muito receptivas, assim como nas disciplinas por elas ministradas. As discussões por elas fomentadas foram de suma importância para a ampliação do conhecimento específico para a área de História da Educação. Também sou muito grata ao professor Severino Bezerra, que realizei meu Estágio de Docência e que também foi meu professor no Curso de Pedagogia. A experiência junto ao Estágio Docência foi maravilhosa, de amplo aprendizado, só tenho a agradecer. A professora Mauricéia Ananias e ao professor Jean Carlo, meu eterno agradecimento pelo riquíssimo aprendizado, pelo acompanhamento na construção do “copião de dissertação”, momento muito importante que nos fortaleceu como pesquisadores, além das leituras pertinentes e aprofundadas que deram subsídio teórico para alicerçar muitos de nossos trabalhos.

Ao meu orientador o professor Dr. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro, por primeiramente ter me convidado, ainda quando aluna do Curso de Pedagogia, para participar do PIBIC, proporcionando-me tamanho crescimento acadêmico durante três anos, por sempre ser compreensivo e correto nas suas atitudes e pela sua atenção com seus alunos e orientandos, é muito gratificante saber que existem professores preocupados com uma formação acadêmica de qualidade.

Aos funcionários do PPGE que sempre ajudaram em quase tudo que precisamos, em especial, Samuel Rocha, que além de amigo de turma e de linha de pesquisa é também um excelente funcionário e sempre procurou nos auxiliar no que fosse preciso para que as questões burocráticas sempre fossem solucionadas com sucesso. À funcionária Rosilene Mariano que também sempre se mostrou prestativa quando precisávamos resolver algo junto ao PPGE e que, infelizmente, atualmente não está mais no PPGE, mas quando esteve fez um grande diferencial dentro do quadro técnico do Programa.

A CAPES, pelo apoio financeiro à pesquisa.

Ao Sr. Pedro, funcionário do Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, sempre prestativo, alegre e que gosta do que faz, ou seja, muito querido por todos os pesquisadores

que frequentam o Arquivo. A ele devo as boas lembranças das tardes de pesquisa e do cafezinho que sempre nos oferecia.

E a todos os que torceram e torcem por mim, muito obrigada!!

O reconhecimento do papel da escola primária na formação do caráter e no desenvolvimento das virtudes morais e sentimentos patrióticos fomentou e justificou as expectativas em relação à sua institucionalização no período republicano. [...] A história da escola primária guarda uma relação intrínseca com a história do magistério primário. Formação, condições de ingresso na carreira de trabalho, as lutas e a identidade profissional são fundamentais para o entendimento da escola primária como instituição.
(SOUZA; FARIA FILHO, 2006, p. 37 e 43).

RESUMO

Esta dissertação propõe apresentar questões relacionadas à história da educação escolar e a política educacional paraibana no período de 1930 a 1946 marcado por grande efervescência política, social e, especialmente, educacional. A pesquisa documental foi realizada no Arquivo Histórico do Estado da Paraíba Waldemar Bispo Duarte, vinculado à Fundação Espaço Cultural – FUNESC, no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP e no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba, mais especificamente consultando as notícias publicadas no *Jornal A União* e no *Jornal A Imprensa*. Também foram utilizados como fonte os exemplares da *Revista do Ensino*, além dos regulamentos, das leis, decretos e decretos-leis nacionais e locais relacionados tanto ao ensino primário e ao ensino normal quanto aqueles referentes à organização da educação escolar no seu sentido mais amplo. Assim, este estudo tem como objetivo discutir a educação escolar primária paraibana, buscando enfatizar aspectos da modernização do ensino influenciado pelo movimento da Escola Nova e pontuado pelo processo de expansão dos grupos escolares. Para tanto, procuramos observar como o ensino primário paraibano foi estruturado, considerando permanentemente as relações entre as diretrizes nacionais e as especificidades locais. Realizamos a análise, procurando manter um diálogo das fontes coletadas com a leitura crítica da produção historiográfica referente ao período estudado. A reflexão fundamentou-se no referencial teórico propugnado por Hobsbawm (2013), que nos aponta sobre *mudanças e inovações* que ocorreram, bem como observando alguns aspectos que tenderam a *permanecer*, tanto no âmbito local quanto nacional. Também nos apropriamos de algumas indicações teóricas propostas por Thompson (2001), especialmente às ideias relativas às *peculiaridades políticas e culturais*, quanto aquelas tecidas por Gramsci (1992) em relação às correlações de forças políticas e sociais. Para nos reportarmos as questões mais diretamente relacionadas à educação, nos aproximamos dos escritos efetivados por Saviani (2011), buscando perceber o movimento das questões relativas às *ideias pedagógicas* no período supracitado. Dessa forma os referenciais teóricos nos subsidiaram para perceber como o ensino primário fora pensado, projetado e estruturado. Também nos preocupamos em observar as linhas mais gerais do processo de formação ou de qualificação dos professores que trabalhavam no ensino primário. Consideramos que muitos foram os embates políticos e educacionais entre os liberais e os católicos, bem como a forte presença dos ideais da escola nova durante todo o período pesquisado, o que nos apresentou um amplo e tenso cenário histórico educacional paraibano e nacional.

Palavras-Chave: Ensino primário. Escola Nova. Política educacional.

ABSTRACT

This thesis aims to present issues related to the history of school education and the educational politics of Paraíba in the period of 1930 to 1946 marked by great effervescence social politics and, especially in the educational field. The documentary research was conducted at the Historical Archive of Paraíba State Waldemar Bispo Duarte, linked to the Cultural Foundation – FUNESC, and in the Historical and Geographic of Paraíba – IHGP and in the Archdiocese of Paraíba Ecclesiastical Archives, more specifically referring to the news published in the *Union Newspaper* and in the *Newspaper the Press*. It was used as a source, copies of the Education Magazine, besides the rules, laws, decrees and national and local executive laws related both primary education and normal education as those relating to the organization of school education in its broadest sense. Thus, this study aims to discuss the primary school education of Paraíba, trying to emphasize aspects of modernization of education by the movement of the New School and punctuated by the process of expanding school groups. Therefore, we have tried to observe how the primary school of Paraíba was structured, considering permanently the relationship between the national guidelines and local specificities. We performed the analysis by trying to maintain a dialogue of the sources collected with a critical reading of the historical production for the period studied. The reflection was based on the theoretical framework advocated by Hobsbawm (2013), which points us about *changes and innovations* that have occurred, as well as watching some aspects that tended to *remain*, both locally and national. We also appropriated of some theoretical directions proposed by Thompson (2001), especially the ideas related to the *political and cultural peculiarities*, as those woven by Gramsci (1992) in relation to the correlation of political and social forces. In order to refer to the issues more directly related to the education, we approached the written hired by Saviani (2011), seeking to realize the movement of issues relating to *pedagogical ideas* during the stated period. This way the theoretical frameworks subsidized us to understand how the primary education was thought, designed and structured. We were also concerned in observing the most general terms of the process of formation or qualification of the teachers that worked in the primary education. We have considered that many were political and educational clashes between liberals and catholics, as well as the strong presence of the ideals of the new school throughout the period studied, which presented us with a broad and tense historical setting of Paraíba and national.

Keywords: Primary education – New school – Educational politics.

LISTA DE SIGLAS

ABE – Associação Brasileira de Educação

C.C.B.E – Conferência Católica Brasileira de Educação

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa

FUNESC – Fundação Espaço Cultural

HISTEDBR – Grupo de Pesquisa e Estudos “História, Sociedade e Educação no Brasil”

IHGP – Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pedagógicos

LBA – Legião Brasileira de Assistência

MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia

PB – Paraíba

PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Deputados paraibanos e pernambucanos comunicando ao Governador Argemiro de Figueiredo a Promulgação da Constituição da Paraíba.	49
Figura 2 – Capa da Revista do Ensino da Paraíba. Anno 1. Nº 1 – 1932.....	71
Figura 3 – Projeto original do Instituto de Educação da Paraíba.	79
Figura 4 – Instituto de Educação: Detalhe da fachada principal e torre com imponente relógio.....	105
Figura 5 – Fachada principal; b) Fachada posterior; c) Fachada posterior (outro aspecto) ..	106
Figura 6 – Festivo aspecto do imponente edifício do Instituto de Educação por ocasião da sua inauguração.....	108
Figura 7 – Prédio onde funcionou o Lyceu Paraybano de 1839 a 1939, quando foi transferido para as modernas instalações do Instituto de Educação, na Avenida Getúlio Vargas.....	110
Figura 8 – Entrevista concedida ao redator do Jornal A União, pelo professor Lourenço Filho.	119
Figura 9 – Parte das provas práticas de Admissão ao Curso de Formação de Monitores de Educação Física.....	128
Figura 10 – Solenidade da instalação do Curso de Formação de Monitores de Educação Física.....	129
Figura 11 – Nas duas primeiras imagens, flagrantes da hora da sopa no Grupo Escolar Antonio Pessoa e em baixo, um aspecto da cozinha, obedecendo ao mais rigoroso critério higiênico	134
Figura 12 – Movimentação da expansão dos grupos escolares paraibanos no período de 1930-1946, a partir do Mapa da Paraíba e suas Mesorregiões	151
Figura 13 – Grupo Escolar Epitácio Pessoa, localizado no bairro de Tambiá na capital paraibana.....	154
Figura 14 – Parte posterior do Grupo Escolar Epitácio Pessoa, localizado no bairro de Tambiá na capital paraibana.	155
Figura 15 – Cidades paraibanas em que tiveram melhoramentos nos grupos escolares no período de 1930 a 1946, a partir do Mapa da Paraíba e suas Mesorregiões.....	156
Figura 16 – Grupo Escolar Santo Antonio, localizado no bairro de Jaguaribe, em João Pessoa – 1932.	161
Figura 17 – Lateral do Grupo Escolar Rio Branco, localizado na cidade de Patos – 1933....	162
Figura 18 – Grupo Escolar Anthenor Navarro, localizado na cidade de Guarabira – 1933..	162
Figura 19 – Grupo Escolar João da Mata, localizado na cidade de Pombal – 1933.	163
Figura 20 – Grupo Escolar Irenêo Joffily, localizado na cidade de Esperança – 1933.....	163
Figura 21 – Grupo Escolar 24 de Janeiro, localizado em São João do Cariri - 1934.....	164
Figura 22 – Grupo Escolar de Joaseirinho, localizado no município de Soledade - 1934.	164
Figura 23 – Grupo Escolar Duarte da Silveira, localizado na capital, João Pessoa - 1934..	165
Figura 24 – Grupo Escolar CoêlhoLisbôa, localizado na cidade de Santa Luzia do Sabugí – 1934.	165
Figura 25 – Grupo Escolar Monsenhor João Milanês, localizado na cidade Cajazeiras - 1934.	166
Figura 26 – Grupo Escolar Targino Pereira, localizado na cidade de Araruna – 1934.....	166
Figura 27 – Grupo Escolar Xavier Junior, localizado na cidade de Bananeiras – 1934.	167
Figura 28 – Grupo Escolar Affonso Campos, localizado em Pocinhos – 1934.	167
Figura 29 – Grupo Escolar de São José de Piranhas – em construção – 1934.....	168

Figura 30 – Planta frontal e baixa do novo tipo de grupo escolar com 10 salas de aula.....	174
Figura 31 – Grupo Escolar Apolônio Zenaide, localizado na cidade de Alagoa Grande – 1937.	176
Figura 32 – Grupo Escolar José Leite, localizado na cidade de Conceição, já praticamente concluído – 1938.	177
Figura 33 – Grupo Escolar D. Vital, em Misericórdia, também praticamente concluído em 1938.	177
Figura 34 – Grupo Escolar Adhemar Leite, em Piancó, obra já bastante adiantada – 1938.	178
Figura 35 – Grupo Escolar Celso Cirne, em Moreno no município de Bananeiras - 1938..	178
Figura 36 – Composição de quatro fotografias com flagrantes referentes a inauguração do Grupo Escolar Pedro Américo, na Vila de Cabedêlo, município de João Pessoa.	180
Figura 37 – Grupo Escolar Pedro Américo, na Vila de Cabedêlo – 1943 – Em sua construção original o mesmo não tinha muros.	181
Figura 38 – Fachada frontal do Grupo Escolar Pedro Américo, localizado no atual município de Cabedelo – 2007.	182
Figura 39 – Fachada frontal do Grupo Escolar de Alagoa Nova – 1945.	183
Figura 40 – Lateral externa do Grupo Escolar de Alagoa Nova – 1945.	183
Figura 41 – Outro ângulo da parte externa do Grupo Escolar de Alagoa Nova.....	184
Figura 42 – Vista parcial interna (corredor) do Grupo Escolar de Alagoa Nova – 1945.....	184
Figura 43 – Dois ângulos do Grupo Escolar de Ibiapinópolis (atual Soledade), ainda em construção – 1945.....	185
Figura 44 – Grupo Escolar Vidal de Negreiros, localizado em Cuité – 1943.....	186
Figura 45 – Grupo Escolar Jovelina Gomes, na Vila de Uiraúna pertencente ao município de Antenor Navarro - 1944.....	187

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Coluna Escola Nova - Título da notícia e data.....	67
Quadro 2 – Grupos Escolares criados ou inaugurados no período de 1930 a 1936.....	139
Quadro 3 – Grupos escolares criados ou inaugurados no período de 1937 a 1946.....	141
Quadro 4 – Grupos Escolares por Mesorregiões da Paraíba.....	145
Quadro 5 – Grupos escolares que receberam melhoramentos, no período de 1930 a 1946..	152

SUMÁRIO

1	CONSTRUINDO UM PERCURSO DE PESQUISA.....	15
1.1	A origem do objeto, da problemática e os objetivos de pesquisa.....	15
1.2	Algumas inferências teóricas, as fontes, a metodologia de trabalho e o apoio bibliográfico	20
2	A POLÍTICA EDUCACIONAL PARA O ENSINO PRIMÁRIO NO BRASIL E NA PARAÍBA (1930 – 1936)	35
2.1	A educação nacional para o ensino primário nos anos de 1930: aspectos para a formação das crianças brasileiras.....	35
2.2	Os ideais escolanovistas e os contrapontos católicos que influenciaram a política educacional para o ensino primário	37
2.2.1	O liberalismo na política educacional e as constituições federal e paraibana	41
2.3	José Batista de Melo e a Reforma do Ensino no Estado da Paraíba em 1935: reorganizando o ensino paraibano.....	51
2.3.1	O “Plano da Reforma” para a Instrução Pública na Paraíba em 1935	75
2.3.2	A Reforma da Instrução Pública do Estado: o ensino primário e a formação de professores.....	77
3	A REORGANIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO NA PARAÍBA NO PERÍODO DO ESTADO NOVO (1937-1946)	83
3.1	O ensino primário nacional: retomando uma política de centralização da educação escolar	83
3.2	A Comissão Nacional do Ensino Primário e a reestruturação do Ensino na Paraíba em 1942.....	115
3.3	Cursos destinados a qualificação do professorado paraibano	124
4	OS GRUPOS ESCOLARES: UMA DAS EXPRESSÕES MAIS SIGNIFICATIVAS DA MODERNIZAÇÃO ESCOLAR NA PARAÍBA	138
4.1	Os grupos escolares paraibanos: movimento de expansão e de conservação material	138
4.2	Grupos escolares paraibanos no período de 1930 a 1936: os aspectos arquitetônicos	156
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	188
	REFERÊNCIAS	192
	ANEXOS	210

1 CONSTRUINDO UM PERCURSO DE PESQUISA

1.1 A origem do objeto, da problemática e os objetivos de pesquisa

O interesse por pesquisar a educação escolar primária na Paraíba, bem como as políticas educacionais, tanto locais quanto nacionais voltadas para esse nível de ensino, surgiu ainda no contexto de minha¹ inserção no ano de 2010, prosseguindo até o ano de 2013, no Projeto de Iniciação Científica intitulado *Escolarização para a moral, o civismo e o nacionalismo: os grupos escolares e as escolas rurais espaço para a difusão dos ideais estadonovistas (1937-1945)*², parcialmente financiado pelo Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq/UFPB, enquanto aluna do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

A partir de então, uma trajetória acadêmica foi iniciada no âmbito da história da educação paraibana. Dessa forma, no final do ano de 2011, findei minha primeira graduação, com término do Curso de Licenciatura em História, pela Universidade Federal da Paraíba, quando produzi uma monografia intitulada *O Ensino Secundário na Paraíba: as perspectivas propedêuticas no estadonovismo (1937-1945)*³. No final do ano de 2013 finalizei minha segunda graduação, ou seja, o Curso de Licenciatura em Pedagogia, pela mesma Universidade. Naquela ocasião, para a elaboração do trabalho monográfico, procurei me deter às questões referentes à qualificação e aperfeiçoamento do professorado primário. O estudo realizado se intitula *Aperfeiçoamento e Qualificação do Professorado Primário (1937-1945): Os Cursos de Formações Complementares*⁴.

¹Nesse primeiro capítulo trabalhei sempre utilizando a primeira pessoa do singular, uma vez que nele traço alguns aspectos relacionados à minha experiência, de como fui me tornando pesquisadora e, ao mesmo tempo, como teci o meu objeto de pesquisa a partir das minhas inquietações sobre as questões educacionais.

²Projeto coordenado pelo Professor Dr. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro que é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal da Paraíba, e ao Grupo de Estudos e Pesquisas História da Educação na Paraíba – HISTEDBR-PB. Ao término do Projeto foi publicado o artigo *Grupos escolares e escolas rurais na Paraíba estadonovista (1937-1945)*, na *Revista HISTEDBR On-line*, em dezembro de 2013, de minha autoria juntamente com Antonio Carlos Ferreira Pinheiro e Luiz Mário Dantas Burity.

³Monografia orientada pelo professor Dr. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro. A partir desta monografia, foi elaborado o artigo: *O ensino secundário propedêutico na Paraíba: formação de uma juventude cívica, moral e pátria (1937-1945)* que foi publicado no livro organizado por José Cleudo Gomes, intitulado *Entrelaçando Saberes: compartilhando experiências em educação*, no ano de 2014.

⁴Monografia também orientada pelo professor Dr. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro. Dos dois estudos realizados, além dos Relatórios finais do PIBIC, resultaram de vários artigos que foram apresentados em diversos congressos e encontros relacionados à história da educação.

Ao submeter um projeto para a seleção do Mestrado - 2014, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, propus desenvolver uma pesquisa que analisasse o cenário de modernização da educação paraibana considerando, especificamente, a história do Grupo Escolar Pedro Américo e a sua relação com o processo de crescimento urbano da cidade de Cabedelo - PB. Entretanto, em virtude da escassez de fontes sobre o referido Grupo Escolar resolvi mudar o foco de discussão, ampliando-a para o processo de escolarização primária na Paraíba atentando, sobretudo, aqueles localizados nas cidades, observando assim as políticas educacionais que foram destinadas particularmente ao ensino primário, bem como o papel das instituições escolares, especialmente os grupos escolares que já haviam se tornado símbolos da modernização do mencionado nível de ensino. Para tanto, estabeleci como marco inicial da pesquisa o ano de 1930, em virtude da unificação e estadualização de todo o ensino primário paraibano. Assim, considero essa ação governamental, ponto de partida do grande movimento escolar ocorrido a partir do governo de Antenor Navarro, com a publicação do Decreto nº 33, de 11 de dezembro de 1930, quando as escolas municipais foram consideradas extintas e passaram a ser de responsabilidade exclusiva do Estado da Paraíba (MELO, 1996). Já o marco final para esta pesquisa, escolhi o ano de 1946 quando, entendo, que ocorreu a consolidação da organização nacional do ensino primário, formalmente manifesta com a publicação da Lei Orgânica do Ensino Primário (Decreto – lei nº 8.529 – de 2 de janeiro de 1946).

As inquietações relacionadas ao ensino primário foram crescendo mediante a grande quantidade de notícias encontradas no Jornal *A União*, referentes ao ensino primário durante a realização do projeto anteriormente mencionado. Nesse sentido, o campo da história da educação, considerado um dos fundamentos da educação, auxiliou-me a compreender os processos educacionais nas suas mais diversas *peculiaridades* históricas, ou seja, de *experiências* passadas bem como no ato de auto fazer-se⁵ ou de construir a sua própria história.

Associado a estas inquietações mais pessoais, podemos também perceber que pesquisar sobre a história da educação, tanto nacional quanto paraibana, se apresenta muito necessário, uma vez que possibilita compreendermos o caminho que a mesma percorreu até chegar aos dias atuais. Para tanto, o papel que a política educacional quanto às instituições escolares e suas práticas educativas tiveram no preparo dos cidadãos, desde a infância, no âmbito do ensino primário, até a juventude, no ensino secundário, acabaram por ter uma influência para a vida econômica e social dos brasileiros e, especialmente, dos paraibanos.

⁵Inspirei-me nos estudos realizados por Thompson, especialmente, na sua obra *A formação da classe operária inglesa*.

Nesse sentido, pesquisar sobre a educação escolar e, particularmente, refletir sobre o ensino primário fundamental⁶, constitui-se uma tarefa das mais necessárias, dado que pode ajudar a compreender o processo de escolarização e de modernização que afetou a educação destinada para as crianças na Paraíba citadina⁷. Esse recorte temporal, o geográfico e o relativo ao ensino primário, constituem-se, portanto, o nosso objeto de pesquisa. Assim, considero essas preocupações de extrema importância para o campo da história da educação brasileira, uma vez que para compreendermos as marcas do moderno e renovador, muito pode contribuir no reconhecimento de uma história educacional paraibana que ainda precisa ser melhor conhecida e, em alguns aspectos, mais aprofundada.

Em se tratando da década de 1930 adiante, tivemos à frente do governo nacional o presidente Getúlio Vargas, que no contexto de seu projeto de governo percebia a importância da educação como fundamental para a legitimação do um projeto de Nação que fosse, eminentemente, urbano, industrializado e desenvolvido sócio e economicamente. Nesse sentido, a ideia central do projeto de Nação era o de modernizar todos os âmbitos do país e a educação se constituía como basilar para fomentar e incentivar tal processo de modernização.

Se nos detivermos, por exemplo, ao período ditatorial de 1937 a 1945, perceberemos que em pleno vigor do Estado Novo, o Governo Federal teve um projeto de *Nação* que buscou atingir o mais amplamente possível a população brasileira, mesmo assentado em princípios filosóficos e ideológicos conservadores e autoritários. Dessa forma, a educação escolar primária serviu como uma das bases para a implementação da modernização no país, considerando todos os momentos que marcaram a efetiva presença de Getúlio no poder, ao que a historiografia comumente denomina de a Era Vargas.

Tal perspectiva tomou corpo e grande impulso, tanto no âmbito nacional quanto no paraibano com a ampliação e construção de novos grupos escolares, com a preparação do professorado e a elaboração de leis gerais para diversas modalidades de ensino, com destaque para a do Ensino Primário e da Escola Normal, ambas publicadas em 2 de janeiro de 1946, mas que foram pensadas e elaboradas ainda na gestão de Gustavo de Capanema, Ministro da Educação à época.

⁶De acordo com o Decreto-Lei nº 8.529 de 2 de janeiro de 1946 – Lei Orgânica do Ensino Primário, o “ensino primário abrangerá duas categorias de ensino: o ensino primário fundamental, destinado às crianças de sete a doze anos e o ensino primário supletivo, destinado aos adolescentes e adultos”. Neste trabalho dissertativo nos deteremos especificamente a discutir questões relacionadas ao ensino primário fundamental.

⁷Em alguns trechos deste trabalho será utilizada a palavra citadina ou citadino, que é uma expressão utilizada em contraposição ao rural, refere-se à cidade, ao urbano.

Vale ressaltar que a Paraíba esteve inserida nesse contexto de modernização escolar, sendo, portanto, necessário identificar as suas *peculiaridades* e o que havia em comum com o movimento mais amplo. Dessa forma, percebe-se que o movimento local esteve em consonância com o movimento nacional, apesar de em alguns momentos políticos terem ocorrido divergências de interesses.

Nos anos iniciais referentes à pesquisa, estiveram à frente do governo paraibano: Antenor Navarro (1930 – 1932) e Gratuliano de Brito (1932 – 1935). Posteriormente, Argemiro de Figueiredo (1935 – 1940) e Ruy Carneiro (1940 – 1945), apesar desses dirigentes apresentaram perfis políticos um pouco distintos entre si, uma vez que ocuparam o cargo de governador/interventor em momentos políticos institucionais diferenciados. Ainda assim, as questões relacionadas com a educação foram sendo implementadas, dando prosseguimento muito mais em consonância com as diretrizes nacionais do que em divergências, apesar de terem existido.

Em relação ao ano de 1946, pode-se destacar que se tratou de um momento que marcou a transição de regime político e, portanto, também de governos, ao passo que o Estado brasileiro saiu de um regime ditatorial para o democrático. Portanto, naquele novo contexto alguns interventores federais assumiram o poder transitoriamente na Paraíba, foram eles: Samuel Duarte (9 de julho de 1945 a 6 de novembro de 1945); Severino Montenegro (6 de novembro de 1945 a 13 de fevereiro de 1946); Odon Bezerra Cavalcanti (13 de fevereiro de 1946 a 20 de agosto de 1946) e José Gomes da Silva (20 de agosto de 1946 a 6 de março de 1947), conforme nos informa Melo (1996).

A importância de pesquisarmos sobre as questões supracitadas se dá também ao considerarmos, ainda, a relação com a própria formação da infância em torno de um ensino que buscava desde cedo implementar conceitos morais, cívicos e patrióticos, ou melhor, despertar nelas o *sentimento patriótico*, principalmente no período ditatorial de Vargas, no qual tais questões se sobressaíram. Assim, a efetivação de todo esse projeto político educacional não seria realizado sem a participação dos professores, atuando em seu cotidiano escolar, tendo, inclusive, como principais protagonistas as mulheres, ou melhor, as professoras normalistas.

Tomando como ponto de partida esses aspectos que delimitam o objeto e os problemas de pesquisa, passo a explicitar os objetivos do estudo. Assim, foi de meu interesse compreender como foram pensadas as questões educacionais, no sentido de contribuir no processo de desenvolvimento socioeconômico nacional e destacar que não foram apenas os

comportamentos (ações) dos agentes educacionais estabelecidos nas instâncias de poder, mas, sobretudo também identificar como algumas práticas educativas foram aplicadas no interior das instituições educacionais, especialmente, nos grupos escolares paraibanos⁸.

Para tanto, é necessário esmiuçarmos esse objetivo mais geral, subdividindo-o nos seguintes: Discutir a importância das reformas do ensino na Paraíba⁹, ocorridas em 1935 e em 1942, bem como destacar as suas relações com a organização escolar primária e com algumas políticas destinadas a formação de professores; Analisar até que ponto os princípios escolanovistas influenciaram os processos de elaboração das referidas reformas, considerando os ideais de modernização tão propaladas pelos legisladores, professores e intelectuais; Compreender como os grupos escolares paraibanos¹⁰, se configuraram no período de 1930 à 1946, considerando os seus aspectos arquitetônicos e por conseguinte como instituições modelares¹¹, onde muito possivelmente se processaram práticas educativas que objetivavam efetivar a modernização educacional e escolar, voltadas para atenderem, prioritariamente, as demandas do ensino primário na Paraíba.

Postos os objetivos da pesquisa, passo a discutir acerca das escolhas que realizei no tocante à metodologia, às inferências teóricas, às fontes e o apoio bibliográfico, no sentido de concretizar os objetivos aqui definidos para a realização desta pesquisa.

⁸Sobre algumas práticas educativas aplicadas nos grupos escolares cito, por exemplo, a implementação das instituições auxiliares do ensino em vários grupos escolares paraibanos.

⁹Ocorreram duas reformas do ensino na Paraíba no período de Vargas no poder: uma em 1935 e outra em 1942. Na primeira ocorreu a organização do Departamento de Educação. Já na segunda ocorreu a Reorganização do referido Departamento. Essa reforma foi amplamente noticiada pelo Jornal *A União* como sendo uma grande “Reforma do Ensino na Paraíba”. Ela apoiou-se no Decreto-lei nº 316, de 11 de agosto de 1942, que foi publicado na íntegra pelo referido Jornal no dia 13 de agosto de 1942, na Parte Oficial.

¹⁰No Capítulo 4 são destacados os grupos escolares criados, construídos, inaugurados e alguns deles que também receberam melhoramentos no período aqui em estudo.

¹¹Considerando outras perspectivas é também possível identificar esse tipo de instituição como simbólicas, conforme os estudos realizados por Souza (1998) e Sales (2000). Vale ressaltar que Sales (2000), na sua tese de doutoramento, faz uma análise tomando como referência o valor simbólico do prédio escolar tecendo considerações amplas sobre o prédio escolar enquanto signo arquitetônico e produto de representações sociais. O autor analisou em seu estudo a influência que o prédio escolar exerce no julgamento que a sociedade faz sobre a qualidade de ensino da escola, percebendo desta forma a relação entre o valor simbólico do prédio escolar e os aspectos psicossociais que afetam a autoestima dos alunos. O autor, também, discute a representação social própria da escola que não pode (ou não deve) ter qualquer tipo de arquitetura que fuja de suas funções, ou seja, o prédio escolar tem linguagens e significados particulares que podem interferir na escolha em qual escola as crianças e jovens devem estudar. Esse poder simbólico se manifesta logo pelo seu aspecto exterior, isto é, a sua fachada arquitetônica.

1.2 Algumas inferências teóricas, as fontes, a metodologia de trabalho e o apoio bibliográfico

A reflexão realizada durante as análises fundamentaram-se nas orientações interpretativas propugnadas por Hobsbawm (1997 e 2013), no que concerne, especificamente, às categorias *mudanças e inovações*, bem como buscando perceber aspectos socioculturais que tendem a *permanecer* tanto conjunturalmente quanto na longa duração do tempo, produzindo assim algumas tradições na sociedade. Essas tradições, por vezes inventadas¹², nos indicam permanências¹³ ou continuidades em relação a determinados aspectos políticos e não, raras vezes, socioculturais. Entretanto, não se constitui objetivo deste trabalho nos centrarmos na ideia de tradição ou de tradição inventada, ou seja, esses indicativos interpretativos nos forneceram tão somente o alerta, o cuidado e a atenção para o fato de que o movimento da história no período aqui recortado também foi marcado por continuidades, ou melhor, considere que tanto as reformas educacionais quanto a criação e expansão dos grupos escolares não operaram apenas mudanças e inovações, mas foram também permeadas por prescrições e experiências pedagógicas que deixaram subsistir práticas e ações que foram realizadas em outras e anteriores formas de organização escolar.¹⁴ Sobre essa questão este estudo aponta, por exemplo, a ação da Igreja Católica que foi contrária ao movimento de renovação tão propalado naqueles momentos históricos. Nesse sentido, visando reforçar o argumento acima trouxemos um trecho da reflexão feita por Hobsbawm (2013, p. 25-26) sobre o sentido do passado:

Em história, na maioria das vezes, lidamos com sociedades e comunidades para as quais o **passado é essencialmente o padrão para o presente**. Teoricamente, cada geração copia e reproduz sua predecessora até onde seja possível, e se considera em falta para com ela na medida em que falha nesse intento. Claro que uma dominação total do passado excluiria todas as **mudanças e inovações** legítimas, e é improvável que exista alguma sociedade humana que não reconheça nenhuma delas. A inovação pode acontecer de dois modos. Primeiro, o que é definido oficialmente como ‘passado’ é e deve ser claramente uma seleção particular da infinidade daquilo que é lembrado ou capaz de ser lembrado. Em toda sociedade, a abrangência desse passado social formalizado depende, naturalmente, das circunstâncias. Mas sempre terá interstícios, ou seja, matérias que não

¹² Hobsbawm (1997, p. 9), entende como “[...] um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado.”

¹³ Trata-se na verdade de uma das noções temporais que se associa com as de: mudança, sucessão ou ordenamento, duração, simultaneidade, semelhanças e diferenças.

¹⁴ Sobre as outras e anteriores formas de organização escolar, consultar Pinheiro (2002).

participam do sistema da história consciente na qual os homens incorporam, de um modo ou de outro, o que consideram importante sobre sua sociedade. A inovação pode ocorrer, nesses interstícios, desde que não afete automaticamente o sistema e, portanto, não se oponha automaticamente à barreira.

[...] Seria interessante investigar que tipos de atividades tendem a **permanecer** assim relativamente flexíveis, além daquelas que parecem negligenciáveis em um dado momento, mas podem se mostrar diferentes numa ocasião posterior. (Grifo nosso).

Dessa forma, procurei analisar a educação escolar primária na Paraíba, considerando as reformas educacionais bem como o processo de criação e de expansão de grupos escolares a partir dos anos de 1930 até 1946, destacando, inclusive, os seus aspectos arquitetônicos. Para tanto, efetivei alguns procedimentos metodológicos no sentido de procurar compreender até que ponto as reformas do ensino acima mencionadas exerceram alguma *mudança e inovação* no sentido de analisar, sobretudo, algumas ações que objetivaram melhorar a qualificação e aperfeiçoamento do professorado primário, que me parece, foram (e ainda são!) os principais sujeitos que muito possivelmente operaram (e operam!) as *mudanças* e as *inovações* pedagógicas a partir de suas práticas cotidianas no ambiente escolar, conforme já mencionei anteriormente. Todavia, penso que nesse movimento marcado indiscutivelmente por muitas *mudanças e inovações* ocorridas no processo de reorganização escolar brasileira e paraibana, pontuado especialmente pela criação/construção/funcionamento de grupos escolares, é possível identificarmos algumas permanências, entre as quais posso destacar a não superação dos elevados níveis de analfabetismo, especialmente na Paraíba, ou mesmo de professores precariamente preparados para exercerem o magistério primário. Tais aspectos se mantêm até os dias atuais, mesmo considerando-se os diferenciados índices de analfabetismo que cada unidade da federação apresenta, todavia, regra geral com tendência à sua superação se partirmos de uma perspectiva otimista em relação às políticas educacionais que foram e ainda são implementadas ao longo da história no país.

Consoante a esses aspectos acima mencionados, me apropriei também de algumas contribuições teóricas pensadas pelo Thompson (2001), no que concernem as *peculiaridades* políticas, sociais e culturais. Nesse sentido, procurei percebê-las, considerando que as políticas locais destinadas à educação estiveram ora em consonância, ora em discordância com as nacionais, mesmo estando cientes que durante o regime ditatorial de Vargas, que foi de 1937 a 1945, pouco se poderia discordar do que era elaborado pelas diretrizes estabelecidas pelos órgãos federais, tais como o INEP e o próprio Ministério da Educação. Nessa segunda linha de raciocínio, por exemplo, pode ser verificado que o *Jornal A União*, do ano de 1942,

noticiou amplamente que o Estado da Paraíba foi um dos pioneiros em realizar as reformas que foram pronunciadas pelo governo federal, ou seja, essa relação muitas vezes foi efetivada a partir de expressiva comunicação com o próprio Ministro da Educação Nacional, na época, Gustavo Capanema.

Também foram de suma importância as considerações tecidas por Gramsci (1992, p. 151)¹⁵, ao nos apontar que a unidade histórica “[...] é o resultado das relações orgânicas entre Estado ou sociedade política e sociedade civil”. Assim sendo, essas relações, bem como as correlações de forças entre essas instâncias, marcaram movimentos de idas e vindas também junto a política educacional primária paraibana. Para tanto, conseguimos observar grupos políticos que defenderam os seus ideais, ora debatendo e discordando de algumas das inovações pedagógicas indicadas, especialmente pelos escolanovistas, ora acatando-as mesmo com ressalvas. É importante destacar que “[...] todo grande homem político não pode deixar de ser também um grande administrador [...]”¹⁶ (p.119), desta forma os políticos que estiveram à frente do governo dos anos de 1930 a 1946, tanto local quanto nacionalmente, precisaram exercer o seu poder, ora definindo e orientando, ora influenciando diretrizes administrativas para o país como um todo.

As questões relacionadas com as ideias pedagógicas, pensadas no contexto do movimento no período supracitado, foram tomadas como referências para a construção e reconstrução histórica, conforme salientou Saviani (2011). Tal perspectiva me ajudou a entender como as ideias pedagógicas modernizadoras, advindas do movimento escolanovista, iniciada no final da década de 1910, mas que tomou maior dimensão política a partir dos anos de 1930 com a publicação do *Manifesto dos Pioneiros pela Educação Nova* (1932), se configuraram no cenário paraibano. O conjunto de ideais escolanovistas esteve presente na construção da modernização escolar primária paraibana, considerando ainda que esses ideais permaneceram na Paraíba durante vários anos.

Houve, então, a partir dessas bases teóricas mais gerais, a intenção de compreender o processo de implementação da modernização escolar primária paraibana particularmente no meio urbano, ou seja, nas cidades paraibanas, percebendo a partir das construções e ampliações dos grupos escolares. Portanto, foi também de meu interesse perceber como o ideário escolanovista atingiu a formação e qualificação do professorado primário paraibano e de como esse processo de qualificação reflexionou nas práticas e funcionamento das escolas

¹⁵ As suas análises e discussões foram organizadas por Emir Sader no livro intitulado: *Gramsci: Poder, Política e Partido*.

¹⁶ Entendemos que essa expressão do Gramsci está relacionada a amplitude de poder que algumas pessoas públicas têm, ou seja, não se refere a uma perspectiva heroica ou relativa a história dos grandes homens.

primárias, especialmente nos grupos escolares. Para tanto, procurei situar esses processos considerando o movimento conjuntural mais amplo, ou melhor, o nacional sobre a situação do ensino primário, enfatizando os aspectos relativos à própria organização, mas ao mesmo tempo realizando os devidos deslocamentos para as especificidades processadas no âmbito local, isto é, o paraibano. Dessa maneira, foi necessário observar as considerações que outros autores também realizaram sobre o ensino primário no período supracitado.

Vários são os autores que se debruçaram sobre temáticas relacionadas ao período em estudo. Todavia, em relação à ideia de modernização, Le Goff (2013), traz considerações importantes que me ajudaram a melhor compreender as relações entre antigo e moderno. Segundo ele a oposição entre o antigo/moderno

[...] desenvolveu-se num contexto equívoco e complexo. Em primeiro lugar, porque cada um dos termos e conceitos correspondentes nem sempre se opuseram um ao outro: “antigo” pode ser substituído por “tradicional”, e moderno, por “recente” ou “novo”. Em segundo lugar, porque qualquer um dos dois pode ser acompanhado de conotações laudatórias, pejorativas ou neutras. (LE GOFF, 2013, p.161-162).

Já sobre o termo “moderno”, Le Goff (2013, p.166) nos mostra suas contradições, ao considerar que se, por um lado, o referido termo assinala a tomada de consciência de uma ruptura com o passado, por outro, não está carregado de tantos sentidos como os seus semelhantes “novo” e (substantivo) “progresso”.

Em relação ao termo “modernização”, Le Goff (2013) aponta que somente é possível entendê-lo considerando o encontro ou o contato entre os países desenvolvidos com os atrasados socioeconomicamente. Esse confronto, todavia, somente se generalizou no Ocidente a partir da segunda metade do século XX. Nesse sentido, o referido autor salienta que é possível se distinguir três tipos de modernização:

a) *a modernização equilibrada*, em que o Êxito da penetração do “moderno” não destruiu o valor do “antigo”; b) *a modernização conflitual*, que, atingindo apenas uma parte da sociedade e ao tender para o “moderno” criou conflitos graves com as tradições antigas; c) *a modernização por tentativas*, que sob diversas formas, procura conciliar “moderno” e “antigo”, não através de um novo equilíbrio geral, mas por tentativas parciais. (LE GOFF, 2013, p.176-177).

Dessa forma, observo que ocorreu um processo de modernização escolar primária paraibana citadina considerando os reordenamentos de valores pedagógicos e da busca da

superação do tipo de organização escolar tradicional, caracterizado pelas escolas ou cadeiras isoladas¹⁷, a partir da criação dos grupos escolares, assentados nos princípios escolanovistas.

Para se pensar o contexto relacionado com a política educacional para o ensino primário a partir dos anos de 1930, Schwartzman (1983, p. 360) ressalta que “[...] que a vida nova, que a revolução de 1930 abriu ao nosso país, criou uma nova fase na história do nosso ensino primário.” O autor se reporta, mais especificamente, ao período conhecido como Estado Novo, ou seja, o período ditatorial de Vargas, porém, um dos pontos que ele chama atenção é em relação à parceria entre os governos locais e o governo federal e desta forma, o autor apresenta que tais mudanças educacionais foram implementadas, de fato, após os anos trinta.

Outro estudioso sobre o período é Horta (1994) que faz uma minuciosa discussão sobre a educação moral e cívica, enfatizando o quanto a educação esteve a serviço do Estado brasileiro. O livro também analisa como aqueles conteúdos foram desenvolvidos, tanto como disciplinas escolares, quanto como atividades extraclasse, ou seja, a educação moral e cívica perpassava as salas de aula e ia além dos muros escolares. Serviram, portanto, para auxiliar o Estado brasileiro nas questões de ordem de disciplinamento social. Todavia, percebe-se que apesar de tais implementações terem alcançado maior escala nas décadas de 1930-1940, essa perspectiva não desapareceu do cenário educacional nas décadas de cinquenta e sessenta. Diniz (1999, p. 24-25) ressalta a importância dos anos de 1930 como marco da transição para uma nova ordem, demarcando tais anos como uma etapa importante na definição dos rumos do desenvolvimento econômico do país. Assim sendo, sabe-se que a educação sofreu influências externas e, portanto, não está descontextualizada sofrendo os reflexos da ordem política econômica e social do país. Ainda sobre as questões relacionadas à economia nacional, Boschi (1979) apresenta uma sequência contextual a partir dos anos trinta até os anos cinquenta, fazendo referência ao panorama nacional político e econômico. O mesmo aponta que

[...] por ordem, tal sequência é: (a) a questão trabalhista em fins da década de 1920 e início de 1930; (b) a intervenção estatal na economia entre fins da década de 30 e início da década de 40 [...]; (c) a participação do capital estrangeiro na economia durante a década de 1950. (BOSCHI, 1979, p. 54).

Pode parecer alheio ao contexto educacional tais questões, mas não são, há uma intrínseca relação com o movimento da Escola Nova no Brasil e na Paraíba, que teve um

¹⁷Sobre a coexistência de cadeiras isoladas e grupos escolares consultar Pinheiro (2002).

papel predominante a partir dos anos de 1930. Para Nagler (2001, p. 311) havia, ainda, “[...] a relação entre liberalismo e escolanovismo” que “deve ser [...] ressaltada. Do ponto de vista histórico, tanto no caso brasileiro como em outros, o liberalismo trouxe consigo não só a mensagem como a instrumentação institucional de remodelação da ordem político-social.”, ou seja, tais questões econômicas, políticas e sociais não estão desconectadas das questões educacionais.

Refletindo sobre a administração escolar na “Era Vargas”, Andreotti (2010, p.104-105) faz referência à década de trinta como sendo um marco referencial da modernização na história do Brasil, entendida como o processo de industrialização e urbanização. Dentro desse panorama, a autora destaca que a educação escolar foi considerada não apenas como propulsora do progresso e instrumento de reconstrução nacional, “[...] mas também como meio eficaz de promoção e ascensão social.” Dentro deste cenário, a referida autora também faz referência ao movimento da escola nova, apontando que tal movimento “[...] era formado por educadores que, imbuídos dos ideais liberais, defendiam uma escola pública para todos e empenhavam-se em dar novos rumos à educação [...]”. (ANDREOTTI, 2010, p.107).

No já clássico estudo realizado por Bomeny (1999, p.137) sobre a formulação das políticas cultural e educacional para o Brasil, afirma que contou com a atuação nem sempre simétrica, mas, sem inequívoco, ativa de intelectuais como Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Anísio Teixeira, Lourenço Filho.

E em relação ao papel do professor na chamada época moderna, Colaço (1944, p. 7) trouxe contribuições significativas, apontando que “[...] na época moderna, o professor está fadado a desempenhar uma gloriosa e nobre missão: - reformar o mundo e com ele a sociedade, sem o que se está afastando do sagrado mister de educador.”.

Barreira (2001) traz um panorama sobre o papel desempenhado por Anísio Teixeira em relação à doutrina do nacional-desenvolvimentismo no Brasil, o autor vai mostrando a relação entre o progresso do conhecimento científico, do desenvolvimento educacional e do método experimental fundamentado nos ideais escolanovistas. Chaves (2000) apresenta as bases liberais do pensamento e atuação política de Anísio Teixeira, entremeado com forte apelo social.

Já para pensar as instituições escolares, Saviani (2007, p. 4) mostra que a instituição apresenta-se como uma estrutura material que é constituída para atender a determinada necessidade humana, mas não qualquer necessidade. Por isso a instituição é criada para permanecer. Seguindo essa mesma linha de raciocínio Magalhães (2004, p. 57) também nos

aponta que o conceito de instituição associa-se à ideia de permanência, sistematicidade e de normatividade. Portanto, refletir sobre os grupos escolares nas décadas de trinta e quarenta na Paraíba perpassa por tal ideia de *permanência*, a qual aqui me apropriei no seu sentido teórico, conforme mencionado anteriormente.

A historiografia produzida sobre os grupos escolares hoje já se encontra em um patamar bastante elevado em termos quantitativo e qualitativo. Possivelmente, são os grupos escolares o tipo de instituição educativa e escolar mais estudada no Brasil. Assim, não pretendo aqui realizar um *estado da arte*, mas tão somente indicar alguns estudos que me influenciaram no processo de compreensão de sua organização e expansão no Brasil e, especialmente, na Paraíba. Desejo, também, informar que por conta da grandiosidade numérica de estudos já realizados sobre grupos escolares no Brasil, me detive tão somente em realizar uma breve síntese de algumas obras que foram publicadas no formato de livro, não considerando, portanto, os artigos publicados nos periódicos, ou em anais de congressos, encontros, etc. Também não foram considerados os textos dissertativos ou teses que até o momento não tenham sido publicados em livro. Entretanto, sobre essa última delimitação não a aplicamos em relação aos estudos (monografia, dissertações e teses) que foram realizados sobre os grupos escolares paraibanos.

Início, pois, pelo consagrado estudo realizado por Souza (1998) que entre outros aspectos ressalta que os grupos escolares, a partir do exemplo do Estado de São Paulo, tornaram-se referência ou modelo para todo o Brasil. Esse novo tipo de organização escolar bem como a sua arquitetura particular, pensada para essa função específica, terminaram por serem considerados verdadeiros “Templos de Civilização”. Em seguida foi publicado o estudo realizado por Faria Filho (2000) que faz um estudo aprofundado sobre a educação pública primária e do processo de implantação dos grupos escolares na cidade de Belo Horizonte, na Primeira República. O autor enfatiza que foi produzida uma representação na qual o *grupo escolar* significou um momento de ruptura e de recriação da educação escolar, saindo os prédios escolares primários da condição de “Pardieiros” para verdadeiros “Palácios”. Gonçalves (2006) faz um estudo sobre a produção da escola em Minas Gerais que se configurou na passagem da organização do modelo escolar das escolas isoladas para o modelo escolar dos grupos escolares, nas maneiras diferenciadas do fazer dos atores, especialmente nos usos e nas apropriações que cada um fez dos discursos, dos regulamentos dentre outros. O autor se utilizou de uma vasta documentação e alicerçou-se, principalmente, nos relatórios dos inspetores buscando compreender as apropriações feitas pelos atores do interior da escola, ou

seja, buscando compreender a produção da cultura escolar. Amâncio (2008) elaborou um estudo sobre o ensino de leitura e os grupos escolares no Mato Grosso, de modo que a autora tem como periodização as primeiras décadas do século XX, mais especificamente de 1910 a 1930. O ano de 1910 foi destacado pela mesma por ser o ano de criação dos grupos escolares no estado. A autora ressalta a importância dos grupos escolares como sendo o espaço para a inserção dos novos métodos e procedimentos de ensino, dentre outros aspectos.

Azevedo (2009) realizou um estudo sobre a implantação dos grupos escolares em Sergipe, iniciando em 1911 e finalizando em 1930, por considerar que a partir de então já não se tratava mais de implantação e sim de consolidação dos grupos escolares. A autora compreende que os grupos escolares estiveram aptos para abrigar os novos materiais didáticos, as novas metodologias de ensino, bem como proporcionou uma coordenação e controle sobre os profissionais do ensino, visando atender aos novos objetivos propostos e até mesmo exigidos pela pedagogia moderna passando, portanto, a serem considerados “Templos da Sabedoria”. Teive e Dallabrida (2011), elaboraram um livro em homenagem ao centenário de implantação dos grupos escolares em Santa Catarina. Os autores contextualizam seu estudo a partir da Reforma Oreste Guimarães ocorrida no período de 1911-1918. A “Escola da República”, ou seja, os grupos escolares representaram a modernização do ensino primário em Santa Catarina no período supracitado. É também apresentado ao leitor um conjunto de fotografias e imagens dos primeiros grupos escolares, bem como de mobiliários, fardamentos, a própria arquitetura destas instituições, dentre outros elementos que compunham o cenário dos grupos escolares catarinenses.

Azevedo e Stamatto (2012) realizaram um estudo sobre os grupos escolares em Sergipe e no Rio Grande do Norte, considerando-os como sendo a escola da ordem e do progresso. As autoras também chamaram atenção para a questão da higiene, enfatizando que os grupos escolares, além de instituições de ensino, serviram como difusores de práticas de higiene e que também serviram como centros de reunião social, haja vista que centralizavam em suas sedes eventos comemorativos, o que reunia outras escolas, assim como a sociedade em geral. É ressaltado também que apesar das localidades serem diferenciadas, em ambos os estados, e em especial, as cidades de Natal e Aracajú passaram por processos de urbanização semelhantes na Primeira República. Dessa forma, as autoras buscaram analisar as diferenças e semelhanças da instalação dos grupos escolares no país e, especialmente, nas cidades acima mencionadas. Santos (2013), realizou um estudo sobre a arquitetura dos grupos escolares sergipanos, no período de 1911 a 1926, percebendo-os como sendo os “Ecos da

Modernidade”, o autor delimitou sua periodização iniciando em 1911 por ter sido o ano da implementação do primeiro Grupo Escolar Modelo anexo à Escola Normal, que teve sua inauguração mediante grande festividade na cidade de Aracajú. Finaliza em 1926 por compreender como sendo o ano da última inauguração de grupo escolar com características majestosas. O autor considera os grupos escolares como símbolos da modernidade e que foram a grande expressividade do ensino primário, responsáveis diretos pela construção da identidade escolar e fortalecimento da imagem da escola.

Silva (2015) elaborou um estudo sobre a institucionalização dos grupos escolares no Maranhão. No período de 1903 a 1920, a autora os aponta como sendo as “Escolas de Verdade”, ressalta ainda que a finalidade primeira dos grupos escolares era contribuir para a consolidação dos ideais da ordem e do progresso e que, do ponto de vista teórico, representavam a inovação em educação e o símbolo da modernidade no ensino. Porém, a autora enfatiza que no Maranhão em alguns momentos a experiência foi avaliada negativamente por parte dos governantes e educadores, pois não conseguiram atender a todas as recomendações que caracterizavam os grupos escolares como escola moderna, chegando a alguns grupos escolares serem extintos.

Há, também, um conjunto de livros que são constituídos por textos (ou capítulos) sobre a história de grupos escolares localizados em diversas cidades ou localidades brasileiras. Aqui destaco a obra organizada por Vidal (2006), intitulada: *Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*, que tem como um dos seus objetivos apresentar um conjunto de estudos a respeito da emergência dos grupos escolares em vários estados brasileiros. Outro livro que se aportou na mesma perspectiva é: *Revisitando a história da escola primária: os grupos escolares em Mato Grosso na primeira república*, organizado por Palhares Sá e Figueiredo de Sá (2011), a iniciativa foi motivada pelo transcurso do centenário da instalação dos grupos escolares em Mato Grosso, considerando o período de 1910 a 2010. Apresenta algumas reflexões, frutos de pesquisas acadêmicas sobre a implementação e consolidação dessa modalidade escolar, ou seja, os grupos escolares considerados como sendo o modelo positivo e ideal de escola, ou melhor, como a única organização pedagógica possível de ser classificada como “exemplar”. Araújo, Ribeiro e Souza (2012) também organizaram um livro contendo uma coletânea de textos sobre os grupos escolares em Minas Gerais. O objetivo dos autores foi reunir resultados de pesquisas em nível de mestrado, produzidas sobre a história de alguns dos grupos escolares mais antigos das regiões do Triângulo Mineiro e Alto do Parnaíba, evidenciando as

peculiaridades históricas dessas instituições, consideradas um modelo amplamente difundido no Brasil, todavia, marcados por especificidades de caráter organizativo, pedagógico, metodológico, espacial e arquitetônico.

Concluindo essa parte da discussão ressalto o Projeto coordenado pela professora Rosa Fátima de Souza intitulado: *Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870-1950)*¹⁸. A finalização do mencionado projeto resultou em um livro que recebeu o mesmo título do projeto e foi organizado por Souza, Silva e Sá (2013). Os pesquisadores envolvidos assumiram o grande desafio de realizar uma discussão e análise na perspectiva da comparação, procurando estabelecer conexões relacionadas às reformas educacionais, a expansão das instituições escolares, a organização pedagógica e a relação entre os vários tipos de escolas primárias.¹⁹

No que concerne à historiografia sobre grupos escolares na Paraíba, Pinheiro (2002) enfatiza como os grupos escolares paraibanos, no período de 1930 a 1949, foram considerados como parte de um “período de euforia”, e ganhou proeminência nas políticas educacionais voltadas para o ensino primário.

Silva (2009) analisa o processo de criação do primeiro grupo escolar na cidade de Campina Grande adotando o recorte temporal de 1924 a 1937. Lima (2010), também nos apresenta o cenário de modernização escolar na Paraíba, porém a autora faz pela ótica de uma instituição escolar específica, qual seja: o Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello, o primeiro grupo escolar construído e implementado no estado da Paraíba, a partir desta instituição a autora faz as relações com o panorama educacional nacional e local, no período de 1916 a 1935.

Silva (2011a) nos apresenta a história do Grupo Escolar Professor Maciel, localizado na cidade de Itabaiana, na Paraíba, pelas memórias de suas professoras fundadoras, ressaltando os ideais modernos relativos às práticas pedagógicas, a partir de meados dos anos

¹⁸Projeto aprovado em setembro de 2007 e que contou com a participação de 15 unidades da federação, quais sejam: Acre, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina e Sergipe. Na Paraíba, o Projeto foi coordenado pelo Professor Dr. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro.

¹⁹Dando continuidade aquele projeto, outro foi encaminhado pela professora Rosa Fátima de Souza ao CNPq desta feita intitulado: *História da escola primária no Brasil: investigação em perspectiva comparada em âmbito nacional (1930 – 1961)* foi aprovado pelo Edital Universal MCT/CNPq nº 014/2010. Nesse projeto estiveram envolvidos 13 estados brasileiros: Acre, Bahia, Goiás, Paraíba, Paraná, Piauí, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe, contando com a participação de 43 pesquisadores doutores. Na Paraíba o projeto também foi coordenado pelo Prof. Dr. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro. O projeto foi concluído em 2014 e encontra-se em fase de editoração o livro *História da escola primária no Brasil: Investigação em perspectiva comparada em âmbito nacional*.

cinquenta ao início dos anos setenta. Silva (2011c) discute a implantação de novos grupos escolares em Campina Grande, no período de 1935-1945, visando perceber a relação dos mesmos com o processo de modernização e urbanização na referida cidade.

Já o estudo realizado por Silva (2011d) trata mais especificamente das festividades escolares na Paraíba, no período ditatorial de Vargas, a autora também realiza uma primorosa discussão sobre as implicações ideológicas que permearam a educação paraibana, no período de 1937 a 1945, ressaltando como as ideias de nacionalidade, moralidade, civilidade foram além das instituições escolares, chegando às ruas, principalmente a partir dos desfiles cívicos. É interessante perceber como a autora nos mostra nas entrelinhas como tais princípios filosóficos adotados por Vargas eram, em sua grande maioria, ensinados nos grupos escolares paraibanos e também faziam parte do projeto nacional de modernização para o ensino primário. Vale ressaltar que tais festividades escolares foram mais expressivas no período ditatorial de Vargas, mas não ficaram restritos apenas a aquele período, dado que anteriormente ocorreram expressivas atividades festivas nas escolares da Paraíba.

Do ponto de vista metodológico este estudo está assentado na pesquisa documental, realizada, prioritariamente, no Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, do Estado da Paraíba, vinculado à Fundação Espaço Cultural – FUNESC, no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP) e no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba, situado no Centro Cultural de São Francisco, todos situados na cidade de João Pessoa – Paraíba. A partir do apoio bibliográfico foram procedidos intercruzamentos com as fontes documentais, especialmente as notícias sobre educação primária publicadas no *Jornal A União* (1930-1946) e no *Jornal A Imprensa* (1930-1946), bem como outros documentos, como leis, decretos e regulamentos produzidos e publicados no período em estudo sobre o ensino primário. Também foram consultados documentos e livros do período em estudo no setor de Obras Raras da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba.

Desejo aqui ressaltar a importância que tiveram as notícias publicadas no *Jornal A União*, para o desenvolvimento desta pesquisa, uma vez que foi uma das fontes que me permitiu acompanhar todo o processo de divulgação das questões educacionais brasileiras e, especialmente, paraibanas, ou seja, a partir delas foi possível realizar um mapeamento de como foram sendo divulgados os ideais escolanovistas na Paraíba consorciada àquelas publicadas na *Revista do Ensino*. A partir das reportagens também identificamos as orientações relativas aos novos processos pedagógicos, a divulgação dos planos de reformas

destinadas ao ensino primário e a formação de professores. Sobre o *Jornal A União*, Biserra e Freire (2015, p. 11) apontam que

A União é um dos mais antigos jornais que ainda continua em circulação no Brasil. No ano de 1993, esse jornal completou cem anos de existência, tendo sido fundado no dia 02 de fevereiro de 1893, recebendo amplas homenagens nas próprias páginas da edição deste ano. Segundo notícia do *Jornal A União* em sua edição inicial funcionou na [...] Rua da Cadeia, atual Visconde de Pelotas. Surgiu da fusão de dois partidos políticos, unidos com a vitória do movimento republicano. Como o seu fundador era republicano, o major Álvaro Machado, ao assumir o governo A UNIÃO ficou sendo jornal oficial. Era o porta-voz dos fatos políticos e administrativos da nova ordem, reunindo alguns espíritos arejados da época, inclusive o latinista Tito Silva, que ficou com a gerência do novo órgão. (A UNIÃO, 02 fev. 1993, p. 105). [...].

Como mostram as autoras, o *Jornal A União* desde sua criação representou os interesses oficiais do Estado. Assim, atenta para esse aspecto as notícias publicadas no mencionado *Jornal* me ofereceram significativas informações legais (leis, normas, decretos, regulamentos), dados estatísticos, preciosas imagens fotográficas referentes a inaugurações escolares e até de registros de práticas educacionais referentes ao cotidiano escolar, especialmente nos grupos escolares. Além de reportagens e entrevistas com professores, intelectuais e administradores públicos da área da educação.

Já o *Jornal A Imprensa*, mantido pela Igreja Católica, à época era o principal veículo de oposição ao governo de Estado e demonstrava ao mesmo tempo os interesses da Igreja em relação às questões educacionais e sobre as questões políticas no seu sentido mais amplo. Sobre o seu fechamento Coêlho (1942, p. 9-11), teceu os seguintes comentários:

É A IMPRENSA tradicional órgão dos católicos paraibanos, fundado há mais de 45 anos – 27 de maio de 1827 – pelo primeiro Bispo e Arcebispo da Paraíba, o saudoso Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques. Durante esse já extenso período, passou por várias reformas, procurando sempre, dentro dos limites do meio provinciano, acompanhar os progressos do período brasileiro. [...]

Em sua edição de 9 de maio último, na seção dedicada a “Educação”, entre outras notícias, publicou A IMPRENSA, que a instituição particular “Escola Doméstica da Paraíba” ia “fechar as suas portas por deficiência econômica” e ainda que “em face da dolorosa situação criada pela seca em Catolé do Rocha, o Colégio Leão XIII, que estava sob o regime de inspeção preliminar, teve de fechar temporariamente”. As notas se referiram a duas instituições particulares: eram FATOS verificados; [...]

Não entendeu assim, porém, o governo do Sr. Interventor Federal, e insinuado não sei por que espírito maldoso, entendeu ver naquelas simples notícias de fatos, um comentário tendencioso à sua administração. [...]

O governo do Sr. Interventor, resolveu, em vingança, pura e simplesmente fechar o jornal sem qualquer satisfação. [...]

Diante desses fatos, está-se a ver que é impossível a existência na Paraíba de outro jornal que não seja o órgão oficial; aliás, A IMPRENSA era o último diário não oficial que existia no Estado.²⁰

No entanto, de acordo com Veloso (2003), responsável pela organização do Arquivo Eclesiástico da Paraíba, numa breve *História da Imprensa*, destacou que o mencionado *Jornal*

[...] foi fechado, por questões políticas, no dia primeiro de junho de 1942. O então interventor Ruy Carneiro ordenou o fechamento do jornal e depois de dois dias mandou reabrir. Mas o então diretor, Pe. Carlos Gouvêa Coelho, publicou um memorável editorial de suspensão do velho matutino e a severa declaração de que esperava melhores dias para o jornal católico voltar a circular. A reabertura do jornal católico foi efetuada em 1946 e funcionou com pequenos intervalos até o ano de 1968. (VELÔSO, 2003, p.1).

Dessa forma o procedimento de confrontação de informações a partir dos dois jornais acima mencionados me permitiu perceber o quanto foi movimentado, na Paraíba, no período aqui em estudo, as discussões entre o governo e alguns de seus opositores, especialmente a Igreja Católica, em relação aos aspectos educacionais.

As idas aos arquivos supracitados em alguns momentos acabaram sendo marcadas por questões maiores que, de certa forma, acabaram influenciando na dinâmica da pesquisa. Em 2013, o Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte foi fechado para uma grande reforma que passou a Fundação Espaço Cultural da Paraíba - FUNESC. Tal acontecimento me fez necessariamente migrar para o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP, em que precisei me reorganizar, por motivo dos horários de funcionamento e localização. O IHGP está situado no centro da cidade de João Pessoa, fato este que tira a concentração facilmente, pois é um local movimentado, de comércio.

Depois de realizar o exame de qualificação, precisei retornar ao arquivo, desta feita ao Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba, situado no Centro Cultural de São Francisco. O objetivo foi o de vasculhar, especialmente no *Jornal A Imprensa*, dados e informações que nos indicassem contrapontos e críticas às políticas desenvolvidas pelo poder público estadual, uma vez que sabia de antemão que se tratava de um Jornal de oposição.

²⁰Texto que se encontra no livro escrito por Mons. Odilon Pedrosa, intitulado: *Escritos de Ontem*. Pertencente ao acervo do Arquivo Eclesiástico da Paraíba.

Considero essas experiências nos arquivos simplesmente excelentes, o crescimento enquanto pesquisadora não existiria da mesma forma se eu não tivesse passado por esses momentos que bons ou ruins, me fizeram crescer.

Assim, o contato com esses arquivos bem como com esse conjunto de fontes me propiciou, conforme ressalta Frigotto (1989, p. 80) “[...] recolher a matéria em suas mais amplas dimensões, apreendendo o específico, o singular, a parte e seus liames imediatos ou mediatos com a totalidade mais ampla; as contradições e, em suma, as leis fundamentais que estruturam o fenômeno pesquisado”. Considerando, portanto, essa perspectiva em relação à análise das fontes, procurei fazer uma relação do local com o nacional, buscando perceber como as leis e as diretrizes nacionais acabaram por auxiliar na organização educacional local, marcando assim uma permanente dinâmica metodológica entre o geral e o particular.

As indicações teórico-metodológicas, bem como as escolhas documentais por mim realizadas, conduziram ao desenvolvimento desta pesquisa e terminaram por definir e consolidar a seguinte estrutura textual que se encontra dividida em quatro capítulos. Neste primeiro, tracei os aspectos relacionados com a origem do problema, justificativa, objetivos, fontes, metodologia, além de algumas inferências interpretativas.

O segundo capítulo versa sobre a política educacional para o ensino primário, bem como sobre a formação de professores, considerando o período de 1930 e 1936, procurando analisar os aspectos políticos e econômicos relacionais entre o nacional e local. Para tanto, me detive em perceber as influências que exerceu o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, de 1932, sobre a política educacional visando a sua modernização do ensino primário na Paraíba. Nesse contexto destaquei, inclusive, o papel desempenhado por José Batista de Melo, durante a realização da Reforma do Ensino, ocorrida em 1935, que criou o Departamento de Educação e o Instituto de Educação. O Instituto na verdade foi concebido como uma das divisões do referido Departamento e responsável pela escola de professores, pelas escolas secundária e de aplicação e, finalmente, pelo jardim de infância. Vale ressaltar que o referido intelectual ficou conhecido como sendo um dos mais importantes representantes do escolanovismo na Paraíba.

No terceiro capítulo me detive à política educacional pensada e, em alguns momentos, efetivada na Paraíba no período de 1937 a 1946, destacando a Reforma do Ensino realizada em 1942. A partir dela foi possível identificar os apontamentos oficiais para a reorganização escolar primária paraibana, assentados nos ideais nacionalistas e patrióticos, ou seja, nos princípios morais e cívicos tão difundidos durante o Estado Novo. Também procurei neste

capítulo perceber as questões relacionadas ao aperfeiçoamento e qualificação do professorado primário, ressaltando que os profissionais melhores qualificados eram, prioritariamente, destinados a ensinarem nos grupos escolares.

O quarto capítulo versa especificamente sobre os grupos escolares paraibanos que foram criados ou reformados no período aqui em estudo. Esse tipo de instituição escolar considerada moderna passou a ter centralidade e expressividade nas discussões realizadas pelo poder público, especialmente, na esfera estadual e em menor proporção na municipal. Os estilos arquitetônicos (art déco e neocolonial) foram concebidos para expressarem parte da modernização escolar paraibana que se pretendeu naquele momento histórico. Procurei, também, destacar as *peculiaridades* que tiveram do ponto de vista social, cultural e, especialmente pedagógico, uma vez que neles processaram-se a difusão dos ideais escolanovistas relativos ao ensino ativo como parte da formação da infância cidadina, contribuindo, portanto, para a construção de uma mentalidade urbana e quiçá industrialista.

Nas considerações finais realizei uma síntese do que foi discutido salientando alguns aspectos que considerei relevantes para a história da educação nacional e, principalmente, local, bem como apresentei os resultados obtidos na pesquisa.

2 A POLÍTICA EDUCACIONAL PARA O ENSINO PRIMÁRIO NO BRASIL E NA PARAÍBA (1930 – 1936)

2.1 A educação nacional para o ensino primário nos anos de 1930: aspectos para a formação das crianças brasileiras

Os anos de 1930, conforme ficou conhecido pela historiografia, foram marcados como um período de mudanças, ou seja, como um momento de grande efervescência, tanto no campo da política, quanto econômico, social e educacional. No campo econômico são visíveis as preocupações, do então presidente da república Getúlio Vargas, em tornar o Brasil um país industrial e desenvolvido. No âmbito educacional logo após a tomada de poder do presidente foi publicado o Decreto Nº 19. 402, de 14 de novembro de 1930²¹, criando o Ministério da Educação e Saúde, que ficou encarregado de todo o estudo e despacho dos assuntos relativos ao ensino, saúde pública e assistência hospitalar. Segundo Schwartzman (1983, p.352):

Criou-se o Ministério da Educação e Saúde, para o fim de coordenar e impulsionar, em todo o país, o desenvolvimento dos trabalhos relativos a esses dois importantes problemas: a educação e a saúde, e deram-se ao novo Ministério todos os elementos de ação para a realização de uma obra de alcance nacional.

Assim, a educação primária a partir daquele momento foi elegida como de suma importância para auxiliar no projeto de Nação que Vargas tinha para o Brasil, pois a ideia geral do presidente e do grupo político que o apoiava era formar as crianças desde os primeiros anos de escolarização para o novo modelo social e econômico que o país estava vivenciando. Como bem nos lembra Andreotti (2010, p.106) “[...]a educação escolar foi considerada não apenas como propulsora do progresso e instrumento de reconstrução nacional, em conformidade com as aspirações republicanas, mas também como meio eficaz de promoção e ascensão social”.

Vargas pretendeu estimular o processo de industrialização e desenvolver o país, tornando-o o mais urbano possível. Em 1931 foi realizada uma grande reforma educacional que ficou conhecida como Reforma Francisco Campos, de responsabilidade do Ministro da Educação e Saúde. Segundo Andreotti (2010, p.108)

²¹Para visualizar o Decreto Nº 19.402 de 14 de novembro de 1930, consultar: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/d19402.pdf>>.

[...] estruturou e centralizou, na administração federal, os cursos superiores, adotando o regime universitário; organizou o ensino secundário, dividindo-o em dois ciclos, um fundamental, de cinco anos, e outro complementar, de dois anos, este último voltado para determinadas carreiras, ambos obrigatórios para o ingresso no ensino superior e estruturou o ensino comercial nos níveis médio e superior. O ensino primário ou elementar e as escolas normais não foram afetados por essa reforma por serem de competência dos estados, herança da legislação do Império e do caráter descentralizador da República.

Até certa medida, a autora tem razão ao enfatizar que o ensino primário não foi afetado pela reforma, porém o mesmo se configurou como sendo de fundamental importância junto à política educacional, como nos lembra Schwartzman (1983, p.360), ao salientar que o ensino primário de constituiu “[...] uma política de maior esforço administrativo, de maiores empreendimentos e realizações, de mais bem orientada organização”. Nesse sentido, a Reforma Francisco Campos, nas suas diretrizes gerais, não foram incorporadas significativas orientações relacionadas ao ensino primário, porém dentro das propostas visando o desenvolvimento da Nação como um todo, o investimento no ensino primário foi fundamental, haja vista, por exemplo, o crescente número de vagas na escola pública primária²² destinadas, em grande parte, aos segmentos populares da sociedade brasileira, inclusive, contando com o processo de expansão de grupos escolares. E com o passar dos anos essa importância foi aumentando e ficou mais evidente nos anos referentes ao Estado Novo, que trataremos no capítulo seguinte.

Assim, para que a proposta de desenvolvimento do país pudesse ser efetivada, seria necessário contar com o apoio de outras instâncias, entre elas com a educacional que foi basilar para a efetivação daquele projeto de Brasil. Ainda fazendo um balanço sobre a educação nos anos de 1930, Andreotti (2010, p.106) ressalta que:

[...] A elaboração de um Plano Nacional de Educação; o estabelecimento, na Constituição de 1934, da gratuidade e da obrigatoriedade do ensino elementar, além de inúmeras reformas educacionais, algumas de iniciativa da União, outras sob a responsabilidade dos estados. Mas também foi um período de intensos conflitos e calorosos embates, no terreno da educação, que envolveram essencialmente, dois grupos principais: de um lado, os integrantes do movimento escolanovista e, de outro, os setores conservadores da Igreja Católica.

²² Sobre essa questão consultar os já clássicos estudos realizados por Romanelli (1978) e Ribeiro (1992).

Um dos pontos significativamente importantes para a educação como um todo e que muito atingiu o ensino primário foi o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Formado pela conhecida tríade: Lourenço Filho que salientou as bases psicológicas; Fernando de Azevedo que enfatizou as questões sociológicas e Anísio Teixeira que procurou fortalecer as bases filosóficas e políticas da renovação escolar, juntamente com outros proeminentes educadores construíram um amplo e novo cenário que objetivava propor profundas mudanças na organização da educação nacional. (SAVIANI, 2011). Assim, a proposição para um novo cenário educacional foi sistematizado em um dos documentos mais importantes para a história da educação brasileira, que foi Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932. Documento esse que destacaremos, no item a seguir, os aspectos relacionados com a política educacional para o ensino primário no Brasil e ao mesmo tempo ressaltando as suas inferências ocorridas no Estado da Paraíba.

2.2 Os ideais escolanovistas e os contrapontos católicos que influenciaram a política educacional para o ensino primário

As questões relacionadas ao direito de todos à educação primária gratuita compunham um debate que se iniciou ainda no século XIX. E como nos lembra Levine (2001, p. 74),

Reivindicações de uma reforma educacional eram feitas desde os anos 20, quando os reformadores, cientes dos movimentos pela educação progressiva na Europa e nos Estados Unidos, organizaram a Associação Brasileira de Educação.

O autor acima mencionado ainda nos mostra que um prestigiado grupo de “[...] educadores lançaram um manifesto no qual pediam ajuda maciça à educação pública e reivindicavam inovações como co-educação, educação em higiene e uma escola pluralista e laica” (LEVINE, 2001, p.74).

Essas ideias geraram uma série de questionamentos, em diversos segmentos sociais no Brasil, tornando-se liderança contrária aos princípios acima mencionados a Igreja Católica que desenvolveu pelos seus representantes uma série de discussões, inclusive pela imprensa, no sentido de tentar combater e inibir o poder público para a sua oficialização e regulamentação. Entre os vários aspectos que foram questionados aqui destacamos a questão da escola laica e da co-educação.

Assim, não foi à toa que o *Jornal A Imprensa*, nos anos de 1930-1933, publicou várias notícias sobre a Escola Nova, posicionando-se sempre criticamente, tanto em relação aos ideais propugnados em si mesmos, quanto em relação as orientações educacionais e escolares que estavam sendo indicadas pelo poder público brasileiro e paraibano. Vejamos a seguir uma notícia intitulada “Uma Questão Pedagógica”, publicada logo na primeira página do mencionado *Jornal*:

Dentre os mais graves problemas da pedagogia moderna sobressae, pela sua importancia o aspecto moral, o que se refere á coeducação dos sexos. As famosas escolas mistas, inteiramente desconhecidas da antiguidade, acham-se disseminadas por todos os países latinos. [...]
Há quem o recomende em sua forma *integral*. E’ o systema que vigora, em muitas escolas já primarias, já secundarias. A’s meninas associam-se aos meninos, não só para receber o mesmo ensinamento, mas ainda para o destino de uma vida social commum. [...]
A Igreja catholica sempre se posicionou contraria ao systema coeducativo, em todos os seus graus [...].
O systema coeducativo é responsável tambem pelo que dizem expertos sociólogos pela diminuição dos casamentos e ainda pela ruptura do vinculo matrimonial.
Ademais, nenhum argumento há que se possa invocar em favor da coeducação dos sexos. [...]
Na formação educativa devem pois ter-se em conta as differenças de sexos e de aptidões, com a necessaria separação dos alumnos. [...]
As escolas mistas têm contra si a experiencia dos séculos; ellas são causa de innumeras psychoses loucuras e desordens moraes que vêm com a precocidade sexual.
Combatamol-as por todos os meios para remover do mundo tantos escandalos. (A IMPRENSA, 03 mai. 1930, p.1).

Analisando mais precisamente o pensamento católico sobre a questão da co-educação percebemos que os argumentos produzidos foram assentados numa perspectiva dogmática, moralista e conservadora, ou seja, temerária a uma possível dissolução do matrimônio.

Outro aspecto que incomodou os católicos e talvez mais enfaticamente foi a defesa da escola laica pelos escolanovistas. Acompanhemos a notícia, intitulada “Escola Leiga”:

A escola sem Deus, *imposta á criança* e a família que cura e urge os seus direitos, representa uma violência atrabiliaria.
Mesmo na pura ordem natural, o homem completo não pode abstrair do ensino religioso. [...]
O laicismo moderno alvoroça-se [...], esquecendo que a Igreja se reivindica os seus direitos divinos e inalienáveis, não omite os legítimos interesses da familia e do Estado na educação da infancia e da juventude, mas é a primeira a afirmar até, solennemente, a sua plena independência dentro das esferas

respectivas a que o divino Autor desta tríplice sociedade educadora circunscreveu aa acção de cada uma.

Chicoteado pelo furor ateu que o domina, o laicismo escora-se a sofismas contra o ensino religioso, sobretudo católico, invocando o princípio do direito da criança à sua plena liberdade de pensamento e a igualdade dos cidadãos, crentes ou descrentes, perante o Estado educador, alheado a tudo o que pertence ao fôro intimo das consciências. [...]

De facto, é impossível realizar verdadeira educação religiosa em concorrência com a instrução verdadeiramente laica. A criança não é uma abstração; é um organismo vivo, animado por um espírito vivo, que, é mister ensinar e tudo explicar e a tudo relacionar. [...]

E a comprová-lo aí estão os resultados do laicismo moderno, abarrotado de erudição e técnicas, mas faminto de espiritualismo. [...] (A IMPRENSA, 28 mar. 1931, p. 1-2).

Novamente podemos perceber que as contundentes críticas a educação laica estiveram assentadas numa perspectiva dogmática, porém nesse caso é também perceptível o temor que a Igreja Católica tinha em diminuir o seu poder no âmbito da estrutura estatal. Entretanto, posteriormente, mesmo que facultativamente, os católicos conseguiram garantir na Constituição de 1934 o ensino religioso nas escolas públicas.²³ Assim, no transcorrer da Assembleia Constituinte de 1933, várias foram as notícias publicadas no *Jornal A Imprensa* em defesa da manutenção do ensino religioso na educação formal brasileira. Naquele mesmo ano o mencionado *Jornal* prosseguiu publicando matérias criticando a escola leiga, algumas delas assinadas por S. Loureiro:

[...] A escola leiga, que formando unilateralmente o educando, desenvolve-lhe somente as faculdades intellectuaes deixa-lhe em completo esquecimento a formação religiosa que lapida todas as facetas da consciencia humana. A consciencia, lastro onde se assentam todas as forças moraes do espirito. [...] (LOUREIRO, 1933a, p. 2).

Amigo da infancia, devotado ao futuro do meu Brasil, insurjo-me contra toda escola que não preencha, cabalmente, a sua finalidade. Já verberei a escola leiga, que gera a apostesia, ás nossas tradições e á nossa fé; proponho-me apontar, agora, a escola que, inconcientemente, vai anulando gerações sucessivas física e intelectualmente. [...] (LOUREIRO, 1933b, p. 1).

Prosseguindo com o debate o *Jornal A Imprensa* publicou uma coluna chamada “Escola Nova”, em que apareceram outros questionamentos e posicionamentos dos católicos frente a essa perspectiva educacional. Vejamos um trecho de uma das notícias publicadas:

²³ Vale lembrarmos que, pelo Decreto nº 19.941, de 30 de abril de 1931, foi restabelecido o ensino religioso nas escolas públicas.

[...] A “Escola Nova”, onde quer que foi implantada, rompen com as tradições católicas, banuiu de suas aulas o ensino religioso e todos os símbolos cristãos, proclamou a autonomia do aluno, que dora avante, será livre de todo o freio autoritativo, não dependendo sinão de si e, por acrecimo, fez da vida terrena o ultimo fim do homem.

E’ o naturalismo pedagogico a nota característica de todos os sistemas de “Educação nova”.Vê-se, por toda parte, o empenho de laicizar a escola, a tendencia para a socialização do menino, com o fito manifesto de furta-lo ás diretivas da familia e da Igreja. [...] (A IMPRENSA, 06 set. 1933, p.4).

No mesmo mês e na mesma coluna os católicos apresentaram considerações acerca dos *métodos da Escola Nova*, destacando que o que merece censura é a sua “filosofia monista, de que depende, é o naturalismo pedagogico, triste herança de Rousseau, é o exclusivismo dos seus métodos e de seus processos tendenciosos.” (A IMPRENSA, 13 set. 1933, p. 3). Ressaltou, ainda que

A ciencia do menino não despreza nenhum método, nenhum meio que sirva para conhecer a alma infantil.

Os fatos psíquicos são de uma complexidade enorme e, não raro, sucede que o que escapa a um meio de investigação se descobre a outro (1). [...]

Ora, de modo contrario procedem os fatores da Escola Nova que põem á margem certos métodos por lhes não favorecer as idéias preconcebidas e abraçam outros, aqueles precisamente que mais se coadunam com o seu nominalismo empírico [...]. (A IMPRENSA, 13 set. 1933, p. 3).

As notícias continuaram a serem publicadas, reiterando o posicionamento dos católicos, frente aos itens: co-educação, a laicidade do ensino e até mesmo sobre os métodos pedagógicos utilizados pela Escola Nova. Nesse contexto também foram divulgadas as orientações pedagógicas de Everardo Barkheuser, um líder católico de grande influência no cenário político educacional, organizador da Confederação Católica Brasileira de Educação que publicou, em 1935, um livro intitulado: *Tecnica da Pedagogia Moderna*. Segundo o *Jornal A Imprensa* o mencionado livro

teve em mira prestar a sua contribuição aos professores católicos, orientando-os no desdobramento da pedagogia nova, sem leval-as aos excessos do pedagogismo.

Mas não é uma simples contribuição, é um assinado serviço.

O livro é bom, útil, inteligente e bem orientado.

Não só os educadores católicos encontrarão nêles conhecimentos necessários para melhorar os seus métodos. [...] (A IMPRENSA, 16 fev. 1935, p.5).

Vale, por fim, ressaltarmos que durante todo o período aqui em estudo os católicos se colocaram, ora mais assíduos nos debates em relação à Escola Nova, ora mais retraídos devido aos momentos políticos vivenciados no país, ou seja, até os anos que antecederam o Estado Novo os debates na imprensa local foram mais explícitos pelos católicos enquanto que durante o regime ditatorial foram minimizados. Todavia, é compreensível que isso tenha ocorrido em virtude da diminuição de influência que os escolanovistas passaram a ter na estrutura de poder e, por conseguinte, das políticas educacionais a partir de então efetivadas no Brasil. Esse aspecto será retomado de forma mais detalhada no próximo capítulo deste trabalho.

2.2.1 O liberalismo na política educacional e as constituições federal e paraibana

Como mencionamos anteriormente, o Movimento dos Pioneiros da Educação Nova teve papel fundamental para a disseminação da defesa da ampliação do ensino primário em todo o país. Entretanto, independentemente de sua influência no processo de expansão do ensino primário, tal movimento teve um papel muito mais amplo, conforme salienta Xavier (2002, p.126), ao analisar a publicação do Manifesto de 1932 que na verdade:

[...]resultou de uma solicitação do governo aos educadores reunidos na IV Conferência Nacional de Educação, promovida pela Associação Brasileira de Educação (ABE), para que eles fornecessem as bases da política educacional para o país, após a Revolução de 30. Nesse sentido, o Manifesto funcionou como uma estratégia de poder, um documento que visava reafirmar princípios e, em torno desses, selar as alianças necessárias ao enfrentamento das disputas políticas do momento. [...] Ao delinear a identidade do grupo que o assinou, simultaneamente, o contorno da nação do futuro. Nesse processo, o contraste novo x velho comanda as críticas à fragmentação e desarticulação do sistema de ensino, à falta de visão global das elites políticas, bem como a falta de ação do Estado na solução dos problemas nacionais.

Assim, não podemos deixar de perceber a importância que intelectuais como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo tiveram frente à política educacional nacional, quando compuseram a estrutura de poder auxiliando na implementação de políticas educacionais voltadas para o ensino primário. Para Xavier (2002, p. 123),

[...] a reforma iniciada por Fernando de Azevedo (1927-1930) e continuada por Anísio Teixeira (1931-1935) no Distrito Federal recriou o espaço escolar

e, promovendo um redimensionamento da tarefa educativa, tornou a escola um espaço público impessoal, combatendo improvisações e personalismos e transformando-a num lócus de disciplinarização e ordenação das condutas, tanto dos docentes como dos alunos e demais usuários.

Ainda sobre a importância desses educadores no cenário político educacional, Carvalho (2002, p. 1) nos lembra que “Alguns educadores, nos anos vinte, conceberam reformas em vários estados que levaram seus nomes: Lourenço Filho, no Ceará, e, mais tarde, em São Paulo; Anísio Teixeira, na Bahia; Fernando de Azevedo e Sampaio Dória, em São Paulo [...]”, além de Antonio Carneiro Leão, em Pernambuco. A autora ainda chama atenção para a atuação de Fernando de Azevedo que foi sucedido por Anísio Teixeira, ressaltando que este último já dispunha de grande experiência administrativa e pedagógica, uma vez que fora Inspetor Geral do Ensino na Bahia²⁴ em 1924 e Diretor de Instrução Pública do Distrito Federal em 1931.

Vale, no entanto, ressaltarmos que muitas ideias apresentadas no Manifesto já eram defendidas e, em alguns casos, trabalhadas nas escolas públicas e particulares em vários estados brasileiros bem antes de sua publicação, pois conforme observa Vidal (2011, p.510) “A ruptura que se operou nos anos 20 e 30 não foi para negar o movimento anterior, mas para aprofundá-lo”. Dessa forma, apenas ressaltamos que o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, ocorrido no ano de 1932, indicou diretrizes de forma mais orgânica e otimizada, bem como buscou atender um novo momento social que se vivia no Brasil nos anos de 1930. Zotti (2004, p.86-87), explicita com mais profundidade a relação do setor educacional com os setores produtivos, especialmente o industrial.

A educação, perante o novo modelo econômico, passa a ser vista de outra forma; fica explícita a clara relação entre desenvolvimento econômico (agora industrial) e modelo educacional. No contexto da industrialização/urbanização, a educação escolar vai fazendo-se necessária a um número maior de pessoas, dada a complexificação do campo econômico, político e cultural.

Assim, considerando o contexto apresentado buscamos perceber a influência que o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, teve em relação à organização do

²⁴Em abril de 1924, a convite do presidente baiano Francisco Marques de Góis Calmon, tornou-se inspetor-geral do ensino na Bahia, cargo que passou a ser chamado, no ano seguinte, de diretor-geral de instrução. Fonte: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/dhbb/Anisio%20Teixeira.pdf>>.

ensino primário no Brasil e, mais particularmente, na Paraíba. Entretanto, é importante ressaltarmos que a pretensão da escola renovada ou do movimento da Escola Nova era a de

[...] incorporação de toda a população infantil. Serviria de base à disseminação de valores e normas sociais em sintonia com os apelos da nova sociedade moderna, constituída a partir dos preceitos do trabalho produtivo e eficiente, da velocidade das transformações, da interiorização de normas de comportamentos otimizados em termos de tempos e movimentos e da valorização da perspectiva da psicologia experimental na compreensão “científica” do humano, tomado na dimensão individual. (VIDAL, 2011, p. 498).

Como é sabido Anísio Teixeira foi um dos expoentes da interlocução da Escola Nova no Brasil, obteve boas impressões nos Estados Unidos quando estudou com o John Dewey e observou de perto a experiência norte americana, acreditando, assim, que essa inovação educacional para o Brasil seria fundamental para o seu progresso, ou melhor, para o progresso do conhecimento científico, propiciado pela disseminação do método experimental e, ao mesmo tempo, assentado nos ideais liberais, mas um liberalismo com um forte apelo social, conforme analisam Chaves (2000) e Barreira (2001, p.101).

Sobre a “teoria liberal com forte apelo social”, ressaltava ainda Chaves (2000, p.206 e 208) que:

Se para Anísio Teixeira a educação também atravessa a relação indivíduo/sociedade ligando cada uma dessas partes constitutivamente, sua teoria liberal só pode ser mais bem compreendida a partir de uma teoria social, ficando impossibilitada toda e qualquer análise que o enquadre dentro de um paradigma individualista. [...] Para ele, a plena participação do indivíduo na sociedade contemporânea pressupõe a configuração de um outro tipo de liberdade, que só poderá ser adquirida por uma genuína concepção democrática tanto de escola quanto de sociedade. [...] Para Anísio Teixeira, a igualdade de oportunidades concretizar-se-ia por meio da existência de uma escola igual para todos que, ao se remodelar, estaria baseada na experiência do educando e nas atividades propostas, desenvolvendo, desde cedo, a sua participação para integrar-se ativamente.

Assim, na contramão do que pensava Anísio Teixeira, difundiu-se toda uma crença que a escola teria o poder de resolver as desigualdades sociais, ou seja, os princípios liberais da escola garantiriam a igualdade de oportunidade e a equalização de todos os problemas sociais²⁵. Segundo Chaves (2000, p. 206-208) o mencionado teórico escolanovista foi “um

²⁵Vale ressaltarmos que essas ideias foram marcadamente criticada por boa parte da produção historiográfica realizada no campo da história da educação, especialmente a partir da década de 1990.

crítico do próprio liberalismo, uma vez que [acreditava] que a liberdade conquistada pelo indivíduo no século XVIII não lhe assegurou a participação no jogo social”, dessa forma a liberdade para Anísio Teixeira “[...] só poderá ser adquirida por uma genuína concepção democrática tanto de escola quanto de sociedade” (CHAVES, 2000, p. 206).

A autora reforça a ideia de que

para Anísio Teixeira, o liberalismo do século XVIII nasce defendendo a tese segundo a qual a natureza individual do homem é suficiente para garantir sua participação social, dependendo essa participação, exclusivamente, de sua força de vontade. (CHAVES, 2000, p. 206).

Nesse sentido, Anísio Teixeira foi um crítico do liberalismo, uma vez que apontava “[...] a necessidade da conversão da liberdade do indivíduo em direito de cada indivíduo participar de forma autônoma do jogo social, tendo como condição para essa participação o direito à educação” (CHAVES, 2000, p. 207). Dessa forma, a autora alerta ainda que

A compreensão desse paradoxo, inerente à própria teoria liberal, faz com que Anísio Teixeira perceba que se num primeiro momento do liberalismo pensa-se em liberdade do indivíduo e a educação é uma necessidade social, num segundo momento, no entanto, o Estado precisa acompanhar as transformações sociais para consolidar o projeto liberal com uma face democrática, e a liberdade tem de ser social, porque ao ser convertida em dever do Estado, torna a educação um direito de cada indivíduo. (CHAVES, 2000, p. 207).

A partir dessa perspectiva a ideia de uma “teoria liberal com forte apelo social”, apesar de parecer contraditória, nos mostra o ponto de vista de como o Anísio Teixeira compreendia o liberalismo, ou seja, o mesmo apontava para a necessária participação do Estado e dos indivíduos nesse jogo social, tanto é que posteriormente o próprio Anísio Teixeira vai ser “taxado” de comunista, sendo inclusive afastado do cenário político educacional nos anos do Estado Novo.

Algo também interessante a ser destacado é que, até onde os estudos apontam, as experiências com a escola nova no mundo foram aleatórias e ocorreram quase sempre na instância privada e no caso do Brasil elas foram incorporadas como parte das políticas públicas fomentadas por um seletor, mas influentes intelectuais que atuaram no âmbito de poderes público.

Segundo Lourenço Filho (1968, p. 24 apud RODRIGUES, 2006, p. 20) “[...] as primeiras escolas desse Movimento reformista surgiram em instituições privadas da

Inglaterra, França, Suíça, Polônia e Hungria, depois de 1880”. Nesse mesmo sentido, Kuleza (2002, p. 1), também destaca que no Brasil, “[...] as iniciativas eivadas de escolanovismo tiveram um caráter público, enquanto nos outros países essas iniciativas se deram originalmente na órbita do ensino privado”. Anísio Teixeira bem como de outros escolanovistas brasileiros procuraram implementar uma política educacional de Estado, nos quais os princípios da Escola Nova não deveriam ser apenas uma ação pontual e sim consubstanciar a própria organização nacional da educação como um todo, haja vista que se estava implementando política-economicamente e socialmente em uma nova sociedade. Assim, Anísio Teixeira buscou atrelar a educação a esse novo momento, considerando que a “[...] nova sociedade deveria ser democraticamente organizada, de maneira a possibilitar a participação das massas no novo modo de produção material da existência que as revoluções industrial e tecnológica vieram a inaugurar”, conforme salienta Barreira (2001, p.101).

Dessa forma, o Estado brasileiro deveria assegurar a igualdade de oportunidades, ou seja, deveria construir mais escolas e dar oportunidade para que todas as crianças tivessem acesso à escolarização. Mas, eis que nesse ponto, e não apenas nesse, verificamos uma contradição, uma vez que nem todas as crianças eram (e são) iguais e viviam (e vivem) em iguais condições sociais e até mesmo de desenvolvimento intelectual. Assim, entendemos que não era apenas construindo escolas que se garantiria (e garante) e efetivaria a frequência e permanência das crianças nas escolas. Mesmo assim, consideramos que os ideais dos Pioneiros da Escola Nova, eram muito avançados se pensarmos em termos de política educacional na década de 1930 no Brasil.

Ao nos aproximarmos mais de perto do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 é possível percebermos as preocupações com a organização escolar no sentido de se equiparar as necessidades de modernização do país, ou seja:

[...] Se depois de 43 anos de regime republicano, se der um balanço ao estado atual da educação pública, no Brasil, se verificará que, dissociadas sempre as reformas econômicas e educacionais, que era indispensável entrelaçar e encadear, dirigindo-as no mesmo sentido, todos os nossos esforços, sem unidade de plano e sem espírito de continuidade, não lograram ainda criar um sistema de organização escolar, à altura das necessidades modernas e das necessidades do país.

Nesse sentido, era interessante para os Pioneiros da Educação Nova dialogar com o movimento nacional, não apenas no âmbito restrito da educação, mas articulá-la à outras instâncias, especialmente com as econômicas. O movimento da Escola Nova propunha o

ensino primário no formato de educação integral, isto é, em um período as crianças teriam as aulas convencionais e no turno oposto deveriam receber noções ou iniciações ao trabalho. Assim sendo, desde cedo, as crianças deveriam ser preparadas para o mundo do trabalho, que era algo muito interessante para o movimento econômico nacional, considerando que Vargas estabeleceu como uma de suas metas fortalecer e estimular o processo de industrialização no país. Nesse contexto, novas demandas por mão de obra qualificada foram sendo postas pelo setor produtivo.

A Constituição de 1934 foi promulgada no dia 16 de julho e nela foram incorporadas muitas inovações que eram defendidas pelos escolanovistas. Essa aproximação, todavia, foi marcada por uma tensa correlação de forças entre os liberais e católicos durante a Assembleia Constituinte²⁶. Vale também destacar que no dia seguinte a sua promulgação ocorreu a eleição de Getúlio Vargas para presidente constitucional da segunda República, pela mencionada Assembleia. Tal acontecimento foi largamente publicado, conforme podemos acompanhar a partir de uma das notícias do *Jornal A Imprensa*:

A eleição do primeiro presidente constitucional da Republica
RIO, 17 – (A Imprensa) – pelo radio – A Assembléa Constituinte elegeu hoje o chefe do governo provisório, sr. Getúlio Vargas, para o cargo de presidente constitucional da Republica.

-
RIO, 17 – (A Imprensa) – pelo radio – Anunciada para hoje a eleição do primeiro presidente constitucional da segunda Republica, notava-se desde cêdo desusado movimento no Palacio Tiradentes onde, daí a algumas horas, se procederia ao solene ato. (A IMPRENSA, 18 jul. 1934, p.1).

Com a nova Constituição, conhecida pela historiografia como uma das mais avançadas, muitos pontos importantes para a educação foram estabelecidos, os quais reproduzimos a seguir alguns artigos, parágrafos e itens:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES [...]

XIV - traçar as directrizes da educação nacional; [...]

TÍTULO V

Da Família, da Educação e da Cultura

DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA [...]

Art 149. A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos poderes publicos, cumprindo a estes proporcional-a a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no paiz, de modo que possibilite efficientes

²⁶ Sobre essa questão há um clássico estudo realizado por Cury (1986).

factores da vida moral e economica da Nação, e desenvolva num espirito brasileiro a consciencia da solidariedade humana.

Art 150. Compete á União:

a) fixar o plano nacional de educação, comprehensivo do ensino de todos os graus e ramos, communs e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do paiz; [...]

e) exercer acção supletiva, onde se faça necessaria, por deficiencia de iniciativa ou de recursos e estimular a obra educativa em todo o paiz, por meio de estudos, inqueritos, demonstrações e subvenções.

Paragrapho unico. O plano nacional de educação constante de lei federal, nos termos dos arts. 5º, n. XIV, e 39, n. 8, letras *a* e *e*, só se poderá renovar em prazos determinados, e obedecerá ás seguintes normas:

a) ensino primario integral gratuito e de frequência obrigatoria extensivo aos adultos; [...]

c) liberdade de ensino em todos os graus e ramos, observadas as prescripções da legislação federal e da estadual; [...]

e) limitação da matricula á capacidade didactica do estabelecimento e selecção por meio de provas de intelligencia e aproveitamento, ou por processos objectivos apropriados á finalidade do curso;

Art 151. Compete aos Estados e ao Districto Federal organizar e manter systemas educativos nos territorios respectivos, respeitadas as directrizes estabelecidas pela União.

Art 152. Compete precipuamente ao Conselho Nacional de Educação, organizado na fórmula da lei, elaborar o plano nacional de educação para ser approvedo pelo Poder Legislativo e suggerir ao Governo as medidas que julgar necessarias para a melhor solução dos problemas educativos bem como a distribuição adequada dos fundos especiaes. [...]

Art 153. O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acôrdo com os principios da confissão religiosa do alumno, manifestada pelos paes ou responsaveis e constituirá materia dos horarios nas escolas publicas primarias, secundarias, profissionaes e normaes. [...]

Art 156. A União e os Municipios applicarão nunca menos de dez por cento, e os Estados e o Districto Federal nunca menos de vinte por cento, da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento dos systemas educativos.

Art 157. A União, os Estados e o Districto Federal reservarão uma parte dos seus patrimonios territoriaes para a formação dos respectivos fundos de educação. [...]

§ 2º Parte dos mesmos fundos se applicará em auxilios a alumnos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistencia alimentar, dentaria e medica, e para villegiaturas.

Art 158. É vedada a dispensa do concurso de titulos e provas no provimento dos cargos do magisterio official, bem como, em qualquer curso, a de provas escolares de habilitação, determinadas em lei ou regulamento.

§ 1º Podem, todavia, ser contractados, por tempo certo, professores de nomeada, nacionaes ou estrangeiros.

§ 2º Aos professores nomeados por concurso para os institutos officiaes cabem as garantias de vitaliciedade e de inamovibilidade nos cargos, sem prejuízo do disposto no Título VII. Em casos de extincção da cadeira, será o professor aproveitado na regencia de outra, em que se mostre habilitado.[...]

(BRASIL, 1934).

Apesar de longa a citação, consideramos importante destacar a indicação de elaborar as diretrizes nacionais para a educação. Ratificando uma das preocupações dos escolanovistas e que fora incorporada por Vargas desde 1930, no sentido do Estado brasileiro criar uma organização nacional para o ensino. Para tanto, era necessário elaborar um plano nacional de educação e fixar um Conselho Nacional de Educação a quem caberia elaborar o mencionado plano.

A Constituição de 1934 também garantiu que a educação como um direito de todos e que deveria ser ministrada pela família e pelo poder público, ou seja, este último teria uma grande importância frente a oferta de educação desde o ensino primário.

Outro ponto que consideramos extremamente relevante e que era veementemente defendido pelos escolanovistas, refere-se ao “[...] ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos, além da [...] liberdade de ensino em todos os graus e ramos [...]”

Já em relação a conturbada correlação de forças entre católicos e liberais, o primeiro grupo acabou garantido, conforme mencionamos anteriormente, o ensino religioso a ser ministrado e com frequência facultativa nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais. Assim sendo, o artigo 153º da Constituição Federal de 1934 pode ser visto como uma grande vitória dos católicos. Como já ressaltamos em algumas páginas anteriores deste trabalho, o *Jornal A Imprensa* teve um papel relevante no sentido de difundir a necessidade de manutenção do ensino religioso nas escolas públicas brasileiras, mesmo que facultativamente. Nesse sentido, podemos perceber a satisfação dos católicos sobre essa questão na notícia intitulada “Sobre o Ensino Religioso, Facultativo”:

[...] O ensino religioso facultativo é, realmente, a fórmula pela qual se torna possível imprimir ao conceito da liberdade religiosa sentido exato e em harmonia com as aspirações de todos os grupos da coletividade. [...] O ensino religioso facultativo vem atender a todos esses lados da questão. Autorizando o, o Estado reconhece a relevância social da religião e mostra sua boa vontade em facilitar o cultivo de idéias, sentimentos e emoções de tanto alcance para a formação e consolidação da consciência ética sobre a qual repousa o equilíbrio da sociedade. [...] (A IMPRENSA, 08 abr. 1933, p.1).

Em relação a quantidade de verbas destinadas a educação, a mencionada Constituição deixou estabelecido que a União e os Municípios nunca deveriam destinar menos de 10% da renda resultante dos impostos, bem como os Estados e o Distrito Federal nunca menos de

20%. Também deveriam reservar uma parte de seus patrimônios para a formação de fundos destinados para a educação, especialmente para o auxílio de alunos necessitados.

No que concerne especificamente a contratação de professores foi ratificada a necessidade de realização de concurso público.

Todos esses pontos aqui apresentados, mostram inovações e avanços sociais no que se refere a educação, pois apresenta as indicações nacionais para a educação como um todo.

No ano seguinte, isto é, em 1935 foi promulgada a Constituição do Estado da Paraíba que foi divulgada pela imprensa local com regozijo e festejos²⁷. Na imagem a seguir podemos observar a manchete que destaca “Aspecto de um grupo tirado em Palácio quando os deputados paraibanos e pernambucanos foram comunicar ao Governador Argemiro de Figueirêdo a Promulgação da Constituição” (A IMPRENSA, 13 maio. 1935, p.2).

Figura 1– Deputados paraibanos e pernambucanos comunicando ao Governador Argemiro de Figueiredo a Promulgação da Constituição da Paraíba.



Fonte: *Jornal A Imprensa* (13 maio. 1935, p. 2).

A partir da Constituição da Paraíba também podemos perceber as inovações em relação ao quesito educação, bem como perceber as compatibilidades em relação a

²⁷ Sobre essa questão consultar o *Jornal A Imprensa* de 12 de maio de 1935.

Constituição Nacional. Vejamos alguns trechos da Constituição do Estado da Paraíba do ano de 1935:

TÍTULO I

Da Organização do Estado

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares [...]

Art. 4º - Compete privativamente ao Estado: [...]

4º - Criar um Conselho Estadual de Educação, em funções autonomas, semelhantes às do Conselho Nacional de Educação. [...]

CAPÍTULO II

Do Poder Legislativo

SECÇÃO II

Das attribuições da Assembléa Legislativa

Art. 31º - Compete privativamente á Assembléa Legislativa, com a sancção do Governador do Estado: [...]

n) ensino primario, secundario, superior e profissional, respeitados os princípios traçados no plano nacional de ensino; [...]

SECÇÃO IV

Da elaboração do Orçamento [...]

Art. 42º - Na organização dos orçamentos serão também atendidas as seguintes normas: [...]

b) destinar-se-ão vinte por cento, pelo menos, da renda dos impostos estaduais á manutenção e desenvolvimento da instrucção e educação publicas, inclusive ensino profissional, e dez por cento, pelo menos, ao combate das endemias ruraes. [...]

CAPÍTULO VI

Dos Municípios [...]

Art. 94º - São attribuições das camaras municipaes, além de outras que a lei estatuir: [...]

6) consignar no mínimo, dez por cento das rendas municipaes ao serviço de instrucção e educação, e, pelo menos, cinco por cento ao amparo á maternidade e á infância, e combate ás endemias rurares; [...]

TÍTULO II

Dos Funcionarios Publicos [...]

Art. 116º - Os professores dos estabelecimentos officializados contarão tempo para effeito de aposentadoria e vitaliciedade, quando vierem a exercer cargos publicos estaduais. [...]

TÍTULO VI

Da família, da Educação e da Cultura [...]

Art. 127º - A educação e a instrucção são obrigatórias e incumbem á família e aos estabelecimentos officiaes do Estado e do Municipio, ou aos particulares, em cooperação com a familia.

Art. 128º - O Estado organizará o seu systema educativo, mantendo estabelecimentos officiaes ou subvencionando institutos particulares de ensino primario, secundario, profissional e superior, dentro das directrizes geraes do plano nacional, estabelecidas nos termos da Constituição da República.

Art. 129º - O plano estadual de educação, uma vez approvedo pelo Conselho Estadual de Educação, só se póde renovar, em prazos determinados e obedecerá às seguintes normas:

a) ensino primario integral, gratuito e de frequencia obrigatória, extensivo aos adultos; [...]

c) liberdade de ensino em todos os graus e ramos, observadas as prescrições da legislação federal e estadual; [...]

Art. 130º - O ensino religioso será de frequência facultativa nas escolas publicas primarias, secundarias, profissionaes e normaes do Estado e do Municipios, ministrado de accôrdo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos paes ou responsaveis e constituirá materia do horário escolar.

Art. 131 – O Estado e os municipios reservarão uma parte dos seus patrimônios territoriaes para a formação dos respectivos fundos de educação.

Art. 132 – Aos professores nomeados por concurso, para os institutos secundarios e superiores officiaes, cabem as garantias de vitaliciedade e de inamobibilidade.

§ Único – Em caso de extincção da cadeira, será o professor aproveitado na regencia de outra, em que se mostrar habilitado. [...] (PARAÍBA, Constituição...1935, p. 261-287).

Mediante os trechos apresentados acima sobre a educação na Constituição da Paraíba de 1935, podemos perceber que muitos artigos se encontram redigidos tal qual como na Constituição Federal de 1934. Reiterando os dispositivos relativos a liberdade do ensino, o ensino religioso facultativo, os percentuais referentes as dotações orçamentárias, além da indicação para a elaboração do plano estadual de educação, que deveria ser aprovado pelo Conselho Estadual de Educação. Porém, em relação ao professorado, não encontramos menção da necessidade de realização de provas de títulos ou concursos para o seu ingresso no magistério primário. A omissão dessa questão na Constituição paraibana mantinha a possibilidade da prática patrimonialista, uma vez que o professorado continuaria sendo contratado a mercê dos interesses partidários e clientelistas dos “coronéis”. O que podemos apontar mais uma permanência das práticas políticas que reverberavam nas políticas educacionais paraibanas.

2.3 José Batista de Melo e a Reforma do Ensino no Estado da Paraíba em 1935: reorganizando o ensino paraibano

Segundo Pinheiro (2002, p.186), “[...] na Paraíba, um dos principais difusores dos ideais escolanovistas foi o professor José Batista de Melo, um dos intelectuais mais sintonizados com as políticas educacionais implementadas pelo estado ao longo de toda a era Vargas”. Assim, o referido intelectual foi bastante receptivo aos novos processos educacionais e de ensino, ou seja, a ideia era dar à escola paraibana um teor mais prático, mais utilitário,

seguindo os ideais propostos tanto pelo Manifesto bem como daqueles que se encontravam na estrutura administrativa da educação em nível nacional.

Este representante da escola nova na Paraíba teve uma atuação ampla e importante no cenário educacional, já no ano de 1931 esteve à frente da Diretoria do Ensino Primário e, no ano de 1935, foi designado pelo então governador à época, o senhor Argemiro de Figueiredo, para organizar uma reforma do ensino para o estado da Paraíba. Vejamos um trecho do Plano de Reforma da Instrução Pública na Paraíba por ele proposto:

Estudando cuidadosamente a organização escolar dos dois grandes centros brasileiros, tive em vista, particularmente, dela tirar o maior proveito para o ensino paraibano. Não tenho a veleidade de querer transplantar para o nosso Estado os trabalhos notáveis que realizam o Rio e São Paulo. Além da impossibilidade material, o nosso meio não comportaria ainda uma renovação completa no seu aparelhamento de educação. Mas precisamos agir. De qualquer forma urge dar novos rumos à Instrução do Estado. Se não podemos fazer mais, façamos, ao menos, o rigorosamente necessário. O simples ensino de letras, no amontoado de seus programas, sem outra finalidade que a de formar literatos e burocratas, este é que precisa, antes de tudo, ser modificado. [...] O professor que é o centro de todas as questões escolares, o obreiro dessa tarefa grandiosa de formação social, necessita de estímulo e da indispensável cultura ao integral desempenho de sua missão. Novos horizontes devem ser abertos à educação paraibana. [...] É o que pretende o plano de reforma que tenho o prazer de entregar às mãos de V. Excia. (MELO, 1996, p.108-109).

A partir da reforma do ensino em 1935, José Batista de Melo procurou colocar em ação os ideais da escola nova, especialmente, no tocante as questões da atividade, do desenvolvimento, do fazer e do agir. Não esteve somente preocupado com a sala de aula, o seu olhar como educador também se voltou para o aperfeiçoamento e qualificação do professorado. Conforme nos aponta Pinheiro (2002, p.187), “A implantação do projeto da escola renovada demandava, porém, mudanças no comportamento pedagógico do professorado” e para tanto

Os gestores do estado paraibano, visando melhor qualificar os professores e, consequentemente, transforma-los em agentes ativos na difusão das ideias escolanovistas, recorreram à publicação da *Revista do Ensino*, à realização de semanas pedagógicas e ao intercâmbio de professores, inspetores, diretores de grupos escolares com profissionais de outros estados, principalmente o de Pernambuco, que, segundo Batista de Mélo, há alguns anos,[podia] orgulhar-se do Brasil. (PINHEIRO, 2002, p.187).

Dentro da proposta de José Batista de Melo de qualificar e melhorar o professorado primário paraibano, Carvalho (2002, p. 4) nos mostra que:

Claramente, o objetivo da preparação de professores, qualitativa e quantitativamente, se impunha para os renovadores naquele momento de expansão a mudança. [...] Desse modo, através do decreto 497 de 12 de março de 1934, é criada uma *Escola de Aperfeiçoamento de Professores* que começou a funcionar imediatamente sob sua direção. Dentre os considerandos do referido decreto, destaca-se o argumento de que “os centros adiantados vêm envidando esforços para elevar o nível intelectual de seus professores, criando campos experimentais para pesquisas bio-psicológicas dos educandos”. Consistentemente, o decreto, que localizava a Escola no Grupo Escolar Thomaz Mindello, o primeiro instalado na Capital [...].

Com os trechos acima reproduzidos podemos perceber que o plano de José Batista de Melo partia da escola, mas tinha como alvo os professores. Foi, portanto, a partir da classe do professorado primário, prioritariamente, que o mesmo focou suas ideias para ampliar os ideais da escola nova na Paraíba. O referido intelectual compreendia que não adiantava pensar os ideais escolanovistas sem melhor qualificar os professores, uma vez que seriam eles quem de fato, executariam, em sala de aula, tais ideais.

Foi tão expressiva a preocupação de José Batista de Melo pela qualificação dos professores primários que o mesmo elaborou um projeto para a organização do Instituto de Educação da Paraíba, tomado como referência o Instituto de Educação do Rio de Janeiro que foi inspirado por Anísio Teixeira. Assim sendo, o seu projeto foi o de trazer para o estado da Paraíba o espírito de renovação educacional que pairava nacionalmente.

Vale a pena ressaltar também que todo esse projeto foi pensado para ser executado pelos professores primários, prioritariamente nos grupos escolares, haja vista que estes eram os espaços de excelência onde se efetivava em tese o melhor ensino primário. Os grupos escolares, naquele momento, representavam o símbolo da modernização escolar republicana que se estendeu até os anos de 1970, quando foram formalmente extintos. Portanto, foi aquele tipo de educação escolar privilegiada para a realização do projeto pedagógico atrelado aos princípios escolanovistas. Todavia, o projeto também deveria se estender para todas as escolas primárias paraibanas.

No relatório da Instrução Pública elaborado pelo Diretor do Ensino Primário, professor José Batista de Melo, em abril de 1934, foram apresentadas as considerações acerca dos

novos processos de ensino junto ao ensino primário. Vejamos um trecho do mencionado documento:

NOVOS PROCESSOS DE ENSINO

E' do conhecimento de excia. o avanço que se vem operando em todos os ramos do ensino cujos processos hoje seguidos visam dar á escola uma feição mais prática e mais útil.

A Escola Nova, vitoriosa em toda parte, veio(*sic*) alterar completamente o ensino primário [...] a escola tradicional vai aos poucos sofrendo os influxos dos [...] processos pedagógicos, de modo a garantir melhor a educação do nosso povo. Assim é que por toda parte, instalam-se novos tipos de educandários, com feição essencialmente prática, transformando o ambiente escolar em verdadeiros centros de trabalho e de socialização.

O aluno vai aprendendo, executando. [...] E' a escola trabalho, a escola ativa. E doutro modo não se pode nem se deve compreender a instrução. O ensino puramente das letras está muito longe de satisfazer ás nossas ingentes necessidades. A Paraíba, Estado pobre e sujeito ás sêcas periódicas precisa encontrar na escola-trabalho – a solução para os seus problemas econômicos. Esforcemo-nos para que o nosso Estado não fique indiferente a esse movimento de renovação que sacóde todos os espíritos adiantados. Temos dado alguns passos nesse sentido.

Compreendemos, porém, que no professor está a base de toda a reforma que se precisa levar a avante. E para que ele possa guiar o movimento renovador faz-se mister que tenha uma mentalidade á altura de tão grande missão. E' o que temos procurado fazer dentro dos nossos poucos recursos.

Não se descuida a Diretoria do Ensino de promover meios para que o nosso professorado em cujo seio encontram-se verdadeiros espíritos de renúncia e de bôa vontade forrados de bela inteligência, seja capaz de levar avante tão espinhoso quão edificante trabalho. (MELO, 1934, p. 9-10).

A partir da leitura do trecho acima transcrito no tocante aos novos processos de ensino, fica-nos claro que um dos principais pontos para atingir as metas para a implementação e a efetivação de novos métodos, competia sobremaneira ao trabalho do professor, uma vez que eram os docentes, avaliou José Batista de Melo, que tinham nas mãos a tarefa de levar para as crianças a nova forma pedagógica de ensino, isto é, o ensino ativo. Para tanto, foi criada uma Escola de Aperfeiçoamento de Professores, pelo Decreto nº 497 de 12 de março de 1934²⁸ com o intuito de ampliar e elevar os conhecimentos e o nível cultural

²⁸Argemiro de Figueirêdo, Secretário do Interior e Segurança Pública, respondendo pelo expediente da Interventoria Federal, neste Estado: Considerando que os centros adiantados vêm evidenciando esforços para elevar o nível intelectual de seus professores, criando campos experimentais para pesquisas bio-psicológicas dos educandos; Considerando que os professores do Estado falecem meios para uma seriação regular de estudos superiores de ordem educativa e que a Escola de Aperfeiçoamento vem atender a uma necessidade premente do ensino, DECRETA: Art. I – É criada, nesta Capital, uma Escola de Aperfeiçoamento de Professores; Art. II – Esta Escola, enquanto não lhe for dada sede apropriada, funcionará no Grupo Escolar “Dr. Thomas Mindello” e em outros estabelecimentos designados pelo governo; § Único – Para atender às necessidades da prática do

dos educadores. Segundo o Relatório acima mencionado, a Escola de Aperfeiçoamento²⁹ de Professores começou a funcionar em 16 de abril do mesmo ano. No entanto, no sentido de não elevar as despesas do corpo docente que iriam realizar o curso “[...] foram nomeados reputadas figuras do magistério paraibano, que durante dois anos – 1934 e 1935 – prestaram, generosamente, os seus serviços sem qualquer remuneração”. (MELO, 1996, p. 101-102).

Tomando como referência o decreto que criou a Escola de Aperfeiçoamento de Professores podemos identificar diversos elementos importantes para compreendermos o que os professores primários deveriam estar atualizados em relação aos procedimentos e aos conteúdos a serem trabalhadas em sala de aula. Se observarmos atentamente para o decreto de criação da Escola de Aperfeiçoamento para Professores perceberemos o destaque dado à criação de “[...] campos experimentais para pesquisas bio-psicológicas dos educandos”. Assim, nessa assertiva, estão algumas indicações relativas à perspectiva do Lourenço Filho no que concerne à importância das bases psicológicas e da experimentação, uma das preocupações de Anísio Teixeira, como parte da formação dos professores.

Se observarmos ainda a relação das matérias (aulas) que deveriam ser ensinadas para o professorado, encontramos logo no topo a Psicologia e a Educação Sanitária. Vale também salientarmos que a escola ativa tinha como ponto de partida, como já foi dito anteriormente, a escola-trabalho, então eis que tinha na proposta as matérias de Artes e Indústrias Domésticas, além de Desenho e Trabalhos Manuais, que dariam possivelmente o aporte teórico/prático da relação desejada entre escola-trabalho. A educação física foi outra matéria que nos anos de 1930 e 1940 teve um amplo espaço na organização escolar e dialogou sobremaneira com o projeto nacional/patriótico de Vargas.³⁰

ensino, funcionarão, ainda, no aludido grupo escolar, um jardim de infância, uma escola complementar e uma elementar; Art. III – A Escola ora criada terá um curso regular de dois anos e funcionará de 1º de março a 15 de outubro; § Único – Serão ministradas, nessa Escola, aulas de: a) Psicologia; b) Educação Sanitária; c) História da Pedagogia; d) Metodologia; e) Artes e Indústrias Domésticas; f) Desenho e Trabalhos Manuais; g) Educação Física; h) Língua Portuguesa e Literatura Nacional; i) Matemática; j) Ciências Físicas e Naturais; l) Educação Artística [...]. (MELO, 1996, p. 101-102).

²⁹Segundo notícia do *Jornal A União*, a primeira turma da Escola de Aperfeiçoamento foi diplomada no dia 10 de março de 1936, com solenidade no Salão Nobre da Academia de Comércio. Depois deste ano não tivemos mais informações sobre o funcionamento da Escola de Aperfeiçoamento, somente temos informações de um Curso de Aperfeiçoamento de Professores que foi criado no ano de 1942, pelo Departamento de Educação, porém que difere-se do ofertado pela Escola de Aperfeiçoamento do ano de 1934. Não dispusemos de informações efetivas que nos possibilitem afirmar que o Curso de Aperfeiçoamento de Professores do ano de 1942 é uma continuidade do Curso ofertado pela Escola de Aperfeiçoamento do ano de 1934, porém inferimos que apesar dos cursos terem ocorrido em momentos diferenciados, ambos tiveram o objetivo de qualificar e aperfeiçoar o professorado paraibano, principalmente dos professores dos grupos escolares.

³⁰Na Paraíba nos anos de 1940, por exemplo, funcionou um Curso de Monitores de Educação Física, que teve também um papel complementar de formação para os professores primários, aspecto esse que retomaremos de forma mais detalhada no próximo capítulo deste trabalho. Sobre a constituição do ensino de educação física na Paraíba é importante consultar o estudo realizado por Soares Jr. (2015).

Em 1933, Ezilda Milanez publicou um interessante artigo na *Revista do Ensino*³¹ da Paraíba, sobre a “A Escola Nova e o Professor”. Acompanhemos um trecho de suas reflexões:

Surgiu quasi bruscamente no seio do grande meio educativo. E pelas variedades de métodos, principalmente por ter feito ruir tudo quanto era antagonico e rotineiro, causou um grande abalo, e até escandalo, entre as famílias – e professores também, que, coitados, não se conformaram jamais com a derrocada do velho sistema educativo e de todos os seus apetrechos, procurando por todos os meios obstar a ação do professor, consciente do seu dever. Os paes, por seu turno, vivem a martelar os ouvidos, numa cantilena continua de recriminações, dizendo que os filhos não aprendem nada, não têm medo do professor, e que a escola moderna é uma brincadeira. E, assim por diante, numa série de teorias erroneas, que, se não fôra a vontade firme que temos de levar avante a disseminação dos **novos metodos nas escolas primárias**, teriamos de parar ou retroceder, abandonando a luta quasi em vespera de uma vitoria estrondosa. [...] (MILANEZ, 1933, p. 31, grifo nosso).

Neste trecho podemos perceber o conflito entre os professores tradicionais³² e aqueles que estavam aderindo aos novos métodos, ou seja, aderindo aos princípios da Escola Nova. É fato que ocorreram muitas resistências e é possível que muitos professores não tenham implementando em suas salas de aula os novos métodos, conforme recomendavam as novas regulamentações. Mas, por um outro lado, percebemos aqueles professores que visualizavam no ensino ativo como uma prática de ensino vitoriosa. É, ainda, muito interessante percebermos a partir da escrita da referida professora o outro lado da história, ou seja, as formas de resistências, que não necessariamente partiram somente dos professores que eram mais apegados as suas práticas tradicionais, mas os pais das crianças que apontaram os aspectos negativos da escola moderna, chamando-a de “brincadeira”. Tal expressão pejorativa era alimentada, entre outros aspectos, em virtude das crianças não terem “medo do professor”.

Numa entrevista dada ao *Jornal A União* que foi publicada na *Revista do Ensino* do ano de 1933, o Diretor do Ensino Primário, José Batista de Melo, relatou a situação da Instrução Pública na Paraíba e, dentre várias as questões que o mesmo apontou, a reforma do ensino foi algo amplamente citado, principalmente relacionando os planos da reforma do ensino as novas técnicas pedagógicas. Vejamos um trecho da entrevista a seguir:

³¹Sobre essa *Revista* discutiremos detidamente um pouco mais adiante neste capítulo.

³² Diz-se sobre professores tradicionais aqueles que seguem os métodos tradicionais de ensino, ou seja, aqueles que centralizam a transmissão do conhecimento. Segundo Saviani (1983, p. 18) o papel do professor tradicional era o de “difundir a instrução, transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade e sistematizados logicamente. O mestre-escola será o artífice dessa grande obra. A escola se organiza, pois, como uma agência centrada no professor, o qual transmite, segundo uma gradação lógica, o acervo cultural aos alunos. A estes cabe assimilar os conhecimentos que lhes são transmitidos.”

[...] Teoricamente, senhores da nova técnica pedagógica, afagávamos sempre um sonho de reforma que se baseasse na abolição dos antiquados processos da escola clássica. Reconhecíamos a eficiência de identificar a alma do aluno com a pessoa do mestre por meio da escola ativa, num sentimento único de liberdade, amor e ação construtora, colunas básicas em que se assenta a grande abobada do ensino progressivo. Nutrindo este ideal, os humildes e quasi anônimos elementos do nosso magisterio, forrados de mentalidade mais ampla que os nossos predecessores, pela fatalidade da evolução, já não deixam ao léu do pó das nossas livrarias as obras de pedagogia; e mestres nos assunto, como Ferrière, Decroly, John Dewey, (sic) Binet, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e outros tem as suas obras em nossas humildes estantes. Por outro lado, a dura lição da experiência ensinou ao povo maior interesse pela educação dos seus filhos aos quais prodigaliza, hoje, o bem que a velha ignorância lhe negou, mandando-os à escola. [...]. (MELO, 1933, p. 55-56).

Nesse sentido, podemos reiterar a partir da fala do então Diretor do Ensino Primário que a implementação do ensino ativo deveria passar pelos professores e que a reforma do ensino que seria implementada por ele em 1935 não mediria esforços no sentido de disseminar as novas técnicas pedagógicas, aportadas nas referências teóricas e filosóficas de John Dewey, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e tanto outros escolanovistas. A própria *Revista do Ensino* que foi idealizada pelo José Batista de Melo teve, como já mencionado anteriormente, a finalidade de aproximar o professorado das questões relacionadas à Escola Nova. Para tanto, não raras vezes foram publicadas lições indicando como os conteúdos deveriam ser executadas em sala de aula.

Vale ressaltar que o ensino ativo proposto por Dewey não é o mesmo ensino intuitivo que vigorou no Brasil anteriormente. Segundo Valdemarin (2006, p. 193-194)

[...] comparado ao *método de ensino intuitivo* que vigora no início do século XX, temos na proposição de Dewey, que predomina como modelo pedagógico até o final desse mesmo século, mudanças significativas. O objeto como ponto de partida das idéias é substituído pelo problema, e pode-se argumentar quanto às implicações daí decorrentes que, enquanto os objetos e as coisas, introduzidas na escola como objetos didáticos, tinham um forte vínculo com a produção social e com a aplicação do conhecimento científico, o problema, o ponto de partida da concepção deweyana, guarda forte relação com a percepção do próprio indivíduo sobre a sociedade na qual ele se insere, percepção esta que, por sua vez, depende das experiências já vivenciadas. A seleção do objeto didático, embora guardasse relações com a infância, era uma escolha do adulto guiada por finalidades escolares. O problema como ponto de partida de conhecimento é problema também para o professor, que se deve ocupar com os meios para seu enfrentamento. Embora nas duas concepções se afirme a importância da atividade do aluno, estamos diante de compreensão diferente do que seja atividade: nas *lições de*

coisas, a atividade do aluno é falar, responder perguntas, desenhar, pintar, expressar-se oralmente e por escrito, emitindo sua compreensão da atividade proposta e esperada pelo professor. [...] Na concepção de Dewey, a atividade implica atividade corporal, que alimenta a atividade do pensamento e é traduzida numa solução que deve ser testada na prática. A solução do problema pode até ser teórica, mas deve evidenciar a possibilidade de interferência na situação proposta. Por isso Dewey recomenda que se deve dar alguma coisa para o aluno fazer: a aprendizagem adquirida será ganho sobre a atividade de fazer. [...].

Reiterando o nosso objeto de discussão vale dizer que desde os anos de 1930, na Paraíba, o ensino primário foi alvo de implementações e de preocupações, conforme podemos observar a partir de uma notícia referente à “Instrução Publica” publicada no *Jornal A União* que ressaltou:

[...] Instrução Publica
Escolas primarias
Preocupado com o reestabelecimento da ordem pública no Estado, problema que tem absorvido não só a maior parte das nossas rendas como também quase toda atividade administrativa não me foi possível dar á esse departamento o desenvolvimento que merece.
Os núcleos mais populosos, cidades, vilas e povoações, estão todos providos de escola primária em número mais ou menos suficiente.
Precisamos multiplica-las pelos núcleos ruraes.
Vários pedidos de criação de cadeiras nesses círculos aguardam melhor oportunidade para serem atendidos.
O estado mantém atualmente 308 estabelecimentos de instrução publica primaria e subvenciona 13 escolas particulares [...] (A UNIÃO, 04 nov. 1930, p.24).

Para além da discussão sobre a necessidade de investimentos no ensino primário, outro aspecto que nos chamou a atenção foi a preocupação com a ampliação de oferta de escolas primárias no meio rural³³, mesmo considerando-se que nos anos de 1930 e 1940 ocorreu uma grande expansão das instituições escolares primárias localizadas no meio urbano com a construção e inaugurações de grupos escolares.

Mediante o relatório apresentado ao Secretário do Interior e Segurança Pública pelo Diretor do Ensino primário, o professor José Batista de Mélo, em abril de 1934, encontramos importantes informações e dados tanto sobre as instituições auxiliares do ensino quanto sobre a construção de novos grupos escolares além da manutenção e conservação dos já existentes, aspecto esse que retomaremos mais cuidadosamente no último capítulo deste trabalho.

³³ Para maiores detalhamentos sobre a educação rural na Paraíba, consultar o estudo realizado por Pereira (2013).

No que concerne as instituições auxiliares do ensino, o mencionado Relatório apontou que estava em andamento um projeto que previa a sua regulamentação, ou seja, apesar das caixas escolares já estarem previstas desde o Regulamento de 1917, elas não foram conceituadas como uma instituição auxiliar do ensino, sendo apontadas como “[...] instituições destinadas a animar e a desenvolver a frequência nos estabelecimentos de ensino primário, facultando a infância desvalida meios para a sua subsistência a instrução.” (PARAÍBA, Regulamento de 1917).

Para Melo (1996, p. 104), as instituições auxiliares do ensino acompanharam o movimento renovador da escola e poderiam ser:

Cruzada da Saúde, biblioteca, pequenos museus de produtos regionais, ligas da bondade, círculos de pais e mestres, clubes agrícolas, sociedades esportivas e dezenas de caixas escolares davam à Instrução um sopro de progresso que se fazia notar em todas as partes do Estado. Enquanto isso, apareciam os primeiros gabinetes dentários, nos grupos escolares “Epitácio Pessoa” e “Antônio Pessoa”, desta capital, mantidos pelas caixas escolares “Arruda Câmara” e “Solon de Lucena”. Surgiu a imprensa escolar em diversos grupos da Capital e do interior, com o aparecimento de jornalinhos mensais, dos respectivos corpos discentes.

Assim, a ampliação desses tipos de atividades e de “instituições” começaram a se expandir, especialmente nos grupos escolares, a partir dos anos de 1930, todavia passaram a ter maior expressividade no final daquela década. Esse aspecto retomaremos no capítulo 3 deste estudo.

Já em relação aos grupos escolares na Paraíba, o Relatório do ano de 1934 informa que no ano de 1930 ocorreu o “[...] início da construção de vinte prédios destinados a grupos escolares [...]”, e que “dos grupos iniciados por Antenor, dez já foram concluídos, mobiliados e instalados na atual administração [...]” explica ainda que, “há no Estado 23 grupos, sendo que 10 deles são de construção recente e inaugurados em 1933 [...]”. Nesse sentido, realça que no governo do interventor Gratuliano de Brito

Não tem sido esquecidos os serviços de conservação e de reparos dos prédios escolares. Quasi todos os edifícios antigos em que funcionam grupos, tem sofrido modificações algumas de grande vulto, como os dos grupos “Tomás Mindêlo”, “Epitácio Pessoa” e “Antonio Pessoa”, desta capital e os das cidades de Itabaiana, Campina Grande, Souza, Princesa e Alagôa Nova, etc. (MELO, 1934, p. 11).

Silva e Pinheiro (2013, p. 3) ao utilizaram outra fontes, ou seja, *O Jornal A União* apresentam que:

Para se ter noção dos dados estatísticos, percebe-se que no ano de 1934, por exemplo, havia no estado da Paraíba, 34 grupos escolares e, em 1939, esse número já se elevara para 42, sendo que o governo de Argemiro de Figueiredo foi responsável pela construção de 17 grupos escolares. Associado à criação e construção de novos grupos escolares, muito já existentes também, passaram por beneficiamentos tais como reformas, melhoramentos e adaptações, sendo eles os seguintes: Grupo Escolar Santo Antonio, Grupo Escolar Antonio Pessoa, na capital, Grupo Escolar Tomaz Mindêlo, Grupo Escolar de Araruna, Grupo Escolar de Antenor Navarro, Grupo Escolar de Patos, Grupo Escolar de Santa Luzia, Grupo Escolar Solon de Lucena, em Campina Grande, Grupo Escolar de Cajazeiras, Grupo Escolar de Areia, Grupo Escolar de Bananeiras e o Grupo Escolar de Itabaiana. (A UNIÃO, 25 jan. 1939, p.1-2 apud SILVA; PINHEIRO, 2013, p. 3).

Sobre o governo de Ruy Carneiro, os autores ainda ressaltam que o mesmo “[...] também demonstrou grande preocupação com o ensino na Paraíba, porém voltou-se prioritariamente a elaboração da reforma do ensino [...]” (SILVA; PINHEIRO, 2013, p. 4). Reforma que segundo Melo (1996, p.121) Ruy Carneiro “levado pelo desejo de renovar o nosso sistema educativo, cogitou desde logo, de integrá-lo nas diretrizes nacionais do Ensino, contando para isto com a cooperação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos [...]”. Assim sendo, podemos perceber que a expansão dos grupos escolares prosseguiu, porém com outro viés, ou seja, nos anos de 1940 a ideia maior foi o de ajustar o ensino primário paraibano de acordo com as diretrizes educacionais nacionais.

Algo que consideramos de suma importância ocorreu no ano de 1930 e que, inclusive, utilizamos como uma das justificativas para a definição da periodização deste trabalho, foi a unificação, ou melhor, a estadualização de todo o ensino público primário paraibano. Vejamos a seguir o Decreto nº 33, de 11 de dezembro de 1930 na íntegra para que possamos compreender melhor como se deu esse novo momento da organização do ensino primário paraibano:

Decreto n. 33, de 11 de dezembro de 1930.

Unifica o ensino público primário do Estado.

O Interventor Federal no Estado da Parahyba, attendendo á necessidade da unificação do ensino publico primario, com medida as escolas primarias mantidas pelos municipios não apresentam efficiencia desejada, além de outros motivos, pela falta de uma orientação única, que controle technicamente o ensino nellas ministrado.

DECRETA:

Art.1 - O ensino publico primario, em todo o Estado, a partir de 1º de janeiro de 1931, constituirá serviço exclusivamente estadual, subordinados às leis, regulamentos e direcção que actualmente regem a instrucção primaria do Estado e Instrucção Publica expedirá as necessárias instrucções, regulando a nova situação das cadeiras actualmente mantidas pelos municípios.

Art. 2 – As Prefeituras recolherão mensalmente aos cofres estaduaes 20% da respectiva arrecadação, destinados à instrucção e assistencia infantil, revogada a disposição que as obrigava a contribuir com 100% de sua receita para a constituição da Caixa de Conservação e Construção de Estradas e Rodagem.

Art. 3 – Revogam-se as disposições em contrario.

Palacio do Govêrno do Estado da Parahyba, em João Pessôa, 11 de dezembro de 1930, 42º da Proclamação da República.

Anthenor Navarro

Flodoardo Lima de Silveira

Pelo o que se encontra como justificativa para a necessidade de estadualização do ensino primário estava o precário funcionamento das escolas mantidas pelos municípios, especialmente no que concernia a “[...] falta de uma orientação única” e o “controle tecnicamente [do] ensino nellas ministrado”, conforme ressalta o Decreto nº 33, de 11 de dezembro de 1930.

Segundo o Diretor do Ensino Primário, o professor José Batista de Mélo, no ano de 1934, nos relata que a unificação do ensino foi o passo inicial para a construção de um novo cenário referente ao ensino público.

Era a instrução ministrada pelo Estado e pelos municípios. Sem controle, sem fiscalização, constituía, em grande parte, um peso morto a afundar os cofres públicos. [...] Quanto ao ensino municipal, este variava de acôrdo com a mentalidade dos senhores prefeitos. Municípios havia – é de justiça salientar – que olhavam com verdadeiro carinho a instrução do seu povo. A maioria, porem, relegava-a ao esquecimento ou ao desprezo, enquanto que alguns deles, em orçamentos bonitos fantasiavam escolas que não existiam. Para remediar esse mal, veiu o decreto n. 33, de 11 de dezembro de 1930, que considerou extintas as escolas municipais e chamou para o Estado a responsabilidade do ensino primário em todos os seus recantos. [...]. (MELO, 1934, p. 4).

A análise que Melo (1996, p. 92) fez sobre aquele período ressalta que

[...] as escolas estaduais com a obrigação muitas vezes, não cumprida, de enviar, mensalmente, à Diretoria, os boletins de matrícula e de frequência, eram mais ou menos conhecidas, se bem que as informações de muitas delas fossem viciadas, incompletas e, às vezes, fictícias.

Nesse sentido, as escolas estaduais também não estavam em uma situação muito confortável, assim com a unificação, os administradores da educação pública compreenderam que o ensino pudesse ficar mais organizado e ser melhor controlado ou inspecionado.

Na matéria publicada pelo *Jornal A Imprensa*, em 1935, e intitulada “Os Católicos e a Educação”, escrita por Artur Gaspar Viana, encontramos a sua preocupação com a autonomia estadual relacionada ao ensino. Acompanhemos:

A autonomia estadual se verificará quanto ao ensino, desde que os Estados, se submetam às diretrizes do plano nacional de educação, mas isso quanto aos estabelecimentos de ensino do Estado, cuja inspeção poderá ser feita, mediante acordo entre o Estado e a União, pelo próprio Estado. Entretanto, ha uma corrente bantante forte, favoravel á inspeção estadual, extensiva aos estabelecimentos livres, sob inspeção preliminar ou permanente. Para evitar abussos dos poderes estaduais, unidos neste caso aos municipais, abusos oriundos da politicagem local, é preciso que a inspeção dos **estabelecimentos livres** seja feita diretamente pelos agentes federais. [...] (VIANA, 1935, p. 3, grifo nosso).

Observando as considerações acima tecidas, podemos perceber que havia uma preocupação dos católicos em relação a fiscalização que viria a ser realizada pelo Estado, haja vista que o mesmo poderia se unir aos interesses de alguns municípios, especialmente com aqueles que tivessem afinidades político/partidárias que muito provavelmente receberiam boas ou positivas avaliações do governo estadual ou do contrário receberiam ruins avaliações. Assim, temendo tal situação e procurando fugir de tais artimanhas políticas, o mencionado articulista sugeriu que as fiscalizações nos estabelecimentos livres, ou seja, particulares e, neste caso específico, nos estabelecimentos católicos fossem realizadas pelo governo federal. Sendo assim, uma das grandes problemáticas da existência de escolas municipais e apontadas nos documentos oficiais era exatamente a não fiscalização dessas escolas e nem mesmo das estaduais.

Entretanto, questões mais amplas estiveram em jogo. A primeira delas pode ser compreendida como um primeiro passo no sentido de criação de um sistema nacional de educação. Lembremos, pois, que essa questão esteve em pauta durante toda a era Vargas. A segunda remete-se a busca de tentar “universalizar” os princípios da Escola Nova em todo o sistema público de ensino, uma vez que faltava uma orientação única e controle técnico do

ensino até então ministrado de forma descentralizada³⁴ entre os estados e municípios brasileiros. Assim, é interessante ressaltarmos que a estadualização de todo o ensino primário paraibano perdurou até o ano de 1949³⁵.

Sobre a questão da unificação do ensino público primário, José Batista de Melo, em uma entrevista publicada na *Revista do Ensino*, do ano de 1933, nos fornece outras explicações. Acompanhemos:

[...] Seu primeiro passo na instrução publica foi o decreto nº 33, de 11 de dezembro de 1930, unificando o ensino com a abolição das escolas municipais.

- Que vantagens advieram de tal medida?

- E' facil de expôr: Tomando a si a responsabilidade geral do ensino, o Estado poude unificá-lo, em relação aos metodos adotados. A fiscalização técnica regional age com eficiencia dirêta nesses estabelecimentos, selecionando-se ainda o professorado que, anteriormente, era composto na sua maioria, de afilhados politicos, semi-alfabetizados, ou relapsos no cumprimento dos seus deveres. Concomitantemente á unificação do ensino, foram preenchidas todas as zonas escolares, para o efeito de fiscalização técnica, e os inspetores nomeados bateram todos os logarejos do Estado onde deixaram plantadas 281 novas escolas [...] (MELO, 1933, p.56-57).

Mediante tal pronunciamento do Diretor do Ensino Primário sobre a unificação do ensino primário público, podemos perceber a indicação da necessidade de uma fiscalização técnica, além da adoção de métodos que, possivelmente, deveriam dialogar com aqueles propostos pela Escola Nova. Outro aspecto nos chamou a atenção foi à tentativa de sustar a prática clientelista no âmbito educacional, ou melhor, procurar retirar, ou pelo menos minimizar, do referido setor os apadrinhamentos e afiliações políticas de professores que nem sempre estavam suficientemente preparados para estarem em sala de aula, ou seja, para o referido diretor, alguns eram “semialfabetizados”.

Na verdade o processo de divulgação dos princípios escolanovistas na Paraíba já vinha ocorrendo desde o ano de 1931, antecedendo, inclusive, a publicação do Manifesto dos Pioneiros em 1932. Tal fato pode ser observado a partir de uma série de publicações realizada pela imprensa oficial divulgando as propostas e ideias da Escola Nova. Acompanhemos, pois, algumas notícias publicadas no *Jornal A União*, do mês de abril de 1931:

³⁴ A forma descentralizada de competências em relação a educação formal primária se originou no período imperial com a publicação do Ato Adicional de 1834 e que foi inúmeras vezes ratificada, inclusive, na Constituição de 1934.

³⁵ Segundo Pinheiro (2002), essa unificação ou estadualização foi suspensa pelo Decreto nº 320, de 8 de janeiro daquele ano, quando os municípios voltaram a desfrutar de autonomia para criar e manter instituições escolares. Até o momento não dispomos de maiores informações sobre essa questão em outros estados brasileiros.

A Escola Nova

Os novos processos da pedagogia experimental estão despertando entre os nossos educadores iniciativas de grande interesse.

Agora mesmo a Inspeção Técnica do ensino tomou a resolução de divulgar pela imprensa assumptos e sugestões dentro desse critério renovador, estimulando os estudiosos com a discussão e a critica de methodos pedagógicos.

É motivo de jubilo para os que acompanharam o desenvolvimento de nossa instrução primaria verificar a eficiencia pratica dessas iniciativas, tendentes a substituir methodos primitivos, por uma orientação inspirada nos melhores mestres da especialidade [...] (A UNIÃO, 18 abr. 1931, p.1).

No dia seguinte, ou seja, em 19 de abril daquele mesmo ano, outra notícia também teve como pauta a Escola Nova³⁶, vejamos um trecho abaixo:

Escola Nova

Como todos os ramos da atividade humana, a arte de ensinar vem, em toda parte, rumando novos horizontes, de modo que, já longe estamos dos processos e methodos em que se ammaranhava a escola hontem.

Nos centros adiantados em que a instrução é a parte precíua das administrações e em que se faz escola o ponto de partida de qualquer reforma, vem-se trabalhando com ardor para que o ensino popular seja, de facto, eficiente, e ainda mais, para que da escola primária saia a creança em verdadeiras condicções de entrar na vida prática.

O ensino livresco e pesado, com programmas e horários obrigatórios, é posto á margem por passadista e contrario á actividade e á liberdade da crença que não deve fazer papel de machina, mas sim observar, agir e produzir.

O professor em taes casos é o guia do alunno de quem corrige erros estimulando e ajudando-o na observação e execução.

É a escola nova é o principio renovador que vae triumphando galhardamente. Muito differente das lições abstractas decoradas com enorme prejudicial esforço de memória, a escola de hoje leva a creança ao terreno da realidade, de modo que ella saiba porque fez e comprehenda executando o que lhe ensinam. Para isto dispões as caixas de ensino de material pedagógico variado e utilíssimo de que servem os estudanteezinhos, desde a primeira idade escolar de forma que nada é ensinado sem a devida explicação positiva e necessária.

Os trabalhos manuais, a jardinagem, o ensaio da agricultura, o desenho de scenas acompanhando as lições ministradas, as excursões escolares etc. vão

³⁶ Vale ressaltar que o conceito da escola nova na Paraíba no período pesquisado, ainda não estava totalmente consolidado conforme o mesmo é conceituado. Em determinados momentos a partir das notícias, seja da *Revista do Ensino* ou mesmo dos jornais pesquisados, os enunciados trazem o termo “Escola Nova”, mas em suas descrições em vários momentos encontramos resquícios de momentos anteriores, seja da presença do método intuitivo ou de traços predominantemente da escola tradicional. O que nos indica que não havia na Paraíba, nos anos de 1930 até meados de 1940 um conceito homogêneo da escola nova, o mesmo ainda apresentava-se em formação, muito provavelmente ainda não se tinha uma clareza desse conceito, e por isso ainda ocorria de intitular-se escola nova, mas não está presente nas notícias aspectos totalmente relacionados a mesma. E já em outros momentos, encontramos notícias relacionadas ao que conceitua-se como sendo escola nova, como é o caso do sistema decrolyano de ensino. Assim sendo, consideramos importante chamar atenção que nesse momento histórico educacional ainda não se tinha uma homogeneidade no conceito da escola nova na Paraíba.

aos poucos fazendo a criação o homem observador de amanhã. [...] Na ausência de uma revista nossa e nos servindo das columnas agasalhadoras da “A União”, resolvemos aproveitando a boa vontade do nosso professorado, ansioso por dar ao ensino uma feição nova – offercer aos colegas singelas lições que talvez lhe possam ser úteis. (A UNIÃO, 19 abr. 1931, p.2).

Outro aspecto que merece ser aqui realçado foi o compromisso assumido pelo *Jornal A União*, que durante aquele ano, ou seja, antes da editoração da *Revista do Ensino* da Paraíba se propôs a “agasalhar” tais princípios e ao mesmo tempo oferecer apoio pedagógico ao professorado “ansioso por dar ao ensino uma feição nova”. Assim sendo, no dia 26 de abril, o referido *Jornal* publicou uma notícia sobre a Escola Nova, orientando como o professor deveria dar uma aula sobre o “Centro de Interesse – a água”, vejamos um trecho dessa notícia:

A Escola Nova
Centro de interesse – a água

A Escola Nova
Systema Decrolyano
Centros de Interesse
1º Passo (Observação)

Em plena sala de aula os alunos olham attentamente pelas janelas, a chuva torrencial que, ruidosamente cae sobre os telhados das casas fronteiras, sobre o leito da rua sobre as arvores da praça vizinha, molhando e alagando tudo. Observam, com interesse, que de toda parte corre água: dos beiraes e dos canos dos edificios, dos cantos das ruas e das folhas de oitizeiros que enchem a praça. Vêm que as águas procuram umas ás outras, misturando-se, formando, lá adeante, verdadeiros riachos que apressadamente, procuram a cidade baixa: observam que a água cahida de céu, desce e fios muito alvos que se confundem, ao contacto com a terra; vêm o céu todo nublado, da cor cinza, enquanto que a rua vae ficando quase deserta, notando-se apenas a passagem rápida de bondes e automóveis e um ou outro transeunte envolto em capa e protegido por guarda-chuva; [...].

2º Passo (Associação)

O professor servindo-se do centro ocasional e satisfazendo a natural curiosidade das crianças, entretem com ellas interessante e útil palestra que gira sobre o que lhes prendeu a atenção: a água. [...]

3º Passo (Expressão)

Linguagem – Mandar que os alunos digam por suas palavras o que observaram durante a chuva e um resumo do que ouviram na palestra.

Composição – Descrever em seus cadernos o que foi por elles commentado no exercício de linguagem.

Vocabulário – Dar a significação do pluviômetro – proveta – evaporação – condensação – nuvens – canaes – capillares – barragem – infiltração. Formar sentenças com cada uma dessas palavras.

Sciencias naturaes e physicas – Além da água se nos apresentar no seu estado real, e transformar-se em vapor, também póde solidificar-se tomando fôrma própria com o nome de gelo. [...]

Geographia – Três partes da Terra estão cobertas por águas que se dividem em cinco oceanos. [...]
Chorographia da Parahyba – A Parahyba, sendo um Estado do Nordeste é muito sujeita às grandes estiagens. [...]
Hygiene – A água de beber deve ser potável, isto é, limpa sem gosto,
Arithmetica – Custando 1 metro cúbico d'água 800 réis, quanto custarão 18 metros? [...]
Desenho – Fazer um rio com afluentes no taboleiro de areia. [...] (MELLO, 1931, p.5).

Apesar de se constituir uma citação muito longa a consideramos extremamente importante uma vez que ajuda a desconstruirmos o “mito” de que na Paraíba toda, ou quase toda, a ideia inovadora chegava meio que tardiamente, isto é, no caso do movimento em torno da Escola Nova a circulação das ideias no solo paraibano ocorreu de forma simultânea ao que estava acontecendo nos principais centros culturais do Brasil como o Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Salvador. Assim, entendemos ainda que esse movimento de divulgação e encaminhamentos de como aplicar os princípios escolanovistas em sala de aula serviram também para preparar a sociedade para a reforma do ensino que viria a ocorrer em 1935.

Do ponto de vista metodológico verifica-se também a escolha teórica feita pelo referido intelectual ao Sistema Decroliano que consistia regra geral “[...] sempre possível [em] explorar um dado meio, enriquecê-lo e ordená-lo para promover uma atividade fecunda tendo em conta o *grau de maturação* dos alunos³⁷. (MELLO, 1931, p. 5)”.

É também interessante observar os detalhamentos sobre como os professores deveriam atentar para cada matéria a ser ensinada em sala de aula e a maneira como os mesmos conduziriam as atividades que poderiam ser propostas.

³⁷Segundo Matos, Rodrigues, Silva, (2004, p 3-5), Ovide Decroly (1871-1932) nasceu em Renaix, Bélgica. [...] Cursou medicina na Universidade de Gand (Bélgica). Trabalhou em Berlim e em Paris com professores, para mais tarde estabelecer-se definitivamente em Bruxelas, onde inicialmente trabalhou como assistente numa policlínica. Nesta policlínica observou muito o comportamento das crianças, seus problemas, suas agressividades e suas atitudes. Afirma ainda que foi a partir destas observações e estudos que Decroly realizou com crianças com problemas mentais, que o autor passou a analisar e aplicar suas teorias à crianças portadoras de necessidades especiais. [...] O método é composto por três grandes princípios: *A criança não se realiza se não encontrar estimulantes no meio em que cresce*. A exploração do meio é feita desde as primeiras visões de conjunto da vida que interessa à criança. Normalmente esta primeira visão é global, mas a medida que a criança revê as mesmas noções de ângulos diferentes, estas noções são modificadas em certos pontos e completadas em outros. O *meio*, que chama e satisfaz a necessidade, é o *educador* por excelência. Centro de interesse importante, o meio natural e humano, solicita, sob múltiplas formas, a atividade total da criança. [...] *A descoberta do mundo pela criança é inicialmente global*. Este é considerado o princípio que mais caracteriza o Método Decroly. Para o autor a globalização é a única via de aprendizagem. A criança não aprende fatos isolados, e não percebe as coisas só em seus detalhes, mas na sua totalidade. Este princípio se estende a toda função do pensamento; *O interesse condiciona o despertar e o desenvolvimento da inteligência*. A criança se adapta ao seu meio físico e humano, pelo impulso e desenvolvimento da inteligência que de sensório-motora, se torna, progressivamente conceitual.

Durante o ano de 1931, a partir do dia 18 de abril, foi implementada uma nova coluna no *Jornal A União* destinada a divulgar as ideias e princípios da Escola Nova. Verifiquemos no quadro 1 a seguir a Coluna Escola Nova:

Quadro 1– Coluna Escola Nova - Título da notícia e data

Nota sobre a publicação de uma nova coluna no Jornal A União sobre a Escola Nova (18.04.1931- p.1)
Centro de Interesse “O Milho” (19.04.1931 – p. 2)
Centro de Interesse “A água” (26.04.1931 – p.5)
Centro de Interesse “O Ar” (03.05.1931- p.6)
Centro de Interesse “A Casa” (10.05.1931 – p.8)
Sobre os benefícios dos novos métodos pedagógicos (17.05.1931 – p.3)
Instruções para serem observadas em sala de aula (24.05.1931 – p.4)
Centro de Interesse “A Terra” (07.06.1931 – p.8)
Centro de Interesse “A Alegria” (21.06.1931 – p.4)
Centro de Interesse “A vista” (28.06.1931 – p.4)
Centro de Interesse “A Terra” (25.08.1931 – p.3)

Fonte: *Jornal A União* do ano de 1931.

Observando o quadro podemos perceber que o maior número de notícias se referem a procedimentos metodológicos, a partir da ideia de centros de interesse. São, portanto, textos relativos a determinados conteúdos que os professores poderiam explorar a partir da observação do real ou no âmbito da sensibilidade como é o caso do tema A Alegria. No entanto, temos ainda duas notícias que são mais destinadas ao convencimento da importância dos professores em adotarem os princípios metodológicos da Escola Nova.

A notícia do dia 17 de maio do ano de 1931 que trata sobre os benefícios dos novos métodos pedagógicos, intitula-se: *Caminha com os teus pés* e é dedicada ao professorado primário. Esse artigo incentiva-os a ler, estudar a partir dos seus próprios interesses no sentido de melhor prepararem e refletirem sobre as suas aulas. Faz até mesmo certa provocação aos professores, questionando-os sobre o que impede eles de lerem mais, de refletirem, de

corrigirem melhor os cadernos de seus alunos e de terem sua própria individualidade. Vale ressaltar que essa notícia transcrita foi retirada da *Revista do Ensino* de Minas Gerais. Para termos uma melhor visualização sobre as questões que estamos explicitando, vejamos a seguir a notícia na íntegra:

A Escola Nova

Caminha com os teus pés

Que é que te impede de estudar no lugar solitário e melancólico que vives?

Que é que te impede de abrir os teus poucos livros, lê-los, com cuidado, medita-los, com vagar, assimila-los, depois de meditá-los e experimentá-los?

Que é que te impede de procurar traçar, com capricho, o teu plano de lições no teu caderno?

Que é que te impede de corrigir com exactidão os cadernos dos alunos?

Que é que te impede de tratá-los bem, interessando-te por todos eles, não tendo predilecções e de estudá-los um por um, nas suas virtudes e nos seus defeitos, para encaminhá-los melhor?

Que é que te impede de dedicar as tuas horas de antes e depois das aulas a uma leitura serena e atenta para augmentar a tua cultura?

Que é que te impede transformar a tua própria individualidade, não só corrigindo os teus defeitos e adquirindo virtudes que te faltam, mas também desenvolvendo o teu espírito com o rico alimento que lhe pôde proporcionar uma leitura bem feita?

Que é que te impede de fugir ao círculo de intrigas de tua localidade para te entregares única e exclusivamente á tua tarefa de todos os dias, ao teu aperfeiçoamento e ao aperfeiçoamento dos alunos que te foram confiados?

Que é que te impede de ser um grande mestre?

O maior mestre de nossas crianças pelo seu esforço e pela sua ternura?

Toma as tuas horas de descanso e consagra-te á tua cultura, pelo teu próprio esforço. Põe-te em contacto com os grandes homens, através dos livros que lêes. Faze-te grande no pequeno em que vives. Não esperes ocasião mais oportuna, nem auxilio de quem quer que seja. Não penses que só nos grandes centros é que uma pessoa pôde tornar-se grande e elevada. Eleva-te por teu próprio esforço. Faze a tua própria cultura. Enche-te de coragem e aproveita bem a tua solidão. Só quem caminha com os seus próprios pés que pôde e sabe vencer. Vence: a victoria está em todas as mãos. Olha para o alto e caminha com coragem. E nunca te esqueças de que, na vida, só é vencido e batido quem realmente merece ser vencido e batido porque nenhum esforço deixou ainda de produzir resultado na terra. Vamos. É preciso caminhar. (A UNIÃO, 17 maio. 1931, p. 3).

Observando a notícia no geral, conseguimos perceber com mais detalhamento o direcionamento que estava sendo dado ao professorado paraibano, em relação aos novos métodos pedagógicos, inclusive, para a própria formação e planejamento do professor, haja vista que não havia apenas a preocupação com os conteúdos seriam ministrados em sala de aula, mas, sobretudo, com a mudança de atitude do professor frente ao seu compromisso de *melhor fazer-se* como profissional da educação.

Nesse sentido, percebemos que a notícia se diferenciou das demais em relação aos “Centros de Interesses”, pois se voltava desta feita para os professores, no sentido dos mesmos se moldarem para os novos métodos pedagógicos, era necessário antes de serem aplicados em sala de aula que os internalizassem. Porém, outro trecho da mencionada notícia nos chamou bastante atenção: “[...] Toma as tuas horas de descanso e consagra-te á tua cultura, pelo teu próprio esforço. Põe-te em contacto com os grandes homens, através dos livros que lêes” (A UNIÃO, 17 maio. 1931, p. 3), ou seja, neste ponto nos parece que temos uma indicação de uma permanência de tempos anteriores em que o professor deveria se formar por conta própria e trabalhar gratuitamente, por amor e missão à docência. Eis, portanto, um discurso que perpassou muitos anos na história da formação de professores no Brasil e que ao que tudo nos indica prosseguiu nos anos subsequentes aos de 1930.

Outra notícia que escapou das discussões relativas aos centros de interesses foi a publicada no dia 24 daquele mesmo mês, intitulada: “Instruções para serem observadas em sala de aula”. Essa foi mais voltada para alguns aspectos que o professor deveria observar na sala de aula, entre eles: a higiene do aluno, incluindo limpeza do fardamento, unhas limpas e cortadas, os modos de com o aluno deveria se comportar ao precisar fazer alguma pergunta em sala de aula, ou seja, informar ao professor como o aluno deveria se portar em sala de aula. Acompanhemos um trecho das orientações:

A Escola N6va

Instrucc6es para serem observadas na aula

Forma76o de classes homog6neas, de acordo com o desenvolvimento, mental dos alunos.

Entrada dos alumnos na sala de aula.

Colloca76o dos mesmo, segundo a acuidade visual e auditiva.

Posi76o do corpo para cantar e marchar.

Modo de manter o busto e de conseval-o, durante a escripta, desenho e trabalhos manuaes.

Apresenta76o do pr6dio escolar, das salas e dos objectos

Levantar e sentar em silencio.

Sahída dos alumnos, formados, para o recreio, bibliothecas, outra classe, etc. volta ainda em forma e espera do signal para tomarem seus logares.

Como receber uma visita, o director e os professores.

Como receber outra classe.

Como tratar o director, a professora, os collegas e os empregados do estabelecimento.

Emprego das express6es: “Tenha a bondade.”. “Desculpe-me”. “Por favor”. “Dá licen76a”.

Signal para falar na classe: levantar o bra76o direito com a m6o aberta.

Cuidado com os moveis escolares, com o arranjo e asseio da sala.

Limpar os sapatos antes de entrar na classe.

Como deve collocar, no cabide, os chap6us e as capas.

Uso do copo e do lenço.
Não pedir o copo emprestado ao colega
Cuidado com as mãos, as unhas, os olhos, o nariz e os ouvidos.
Não tossir de frente par outra pessoa. [...]
Explicar as idéias directrizes das semanas em que está dividido o mês escolar.
Semana da pontualidade – Escrever com giz azul uma historia referente à pontualidade. O sol marca a pontualidade do dia e vem do azul do CEO.
Semana da atenção – Escripta a giz branco com o fim de aclarar o entendimento.
Semana da hygiene – a giz vermelho, como o sangue que dá vida e saúde.
Semana da polidez – que é a flor da vida de sociedade escripta no quadro negro, entre flores delicada e mimosas.
Essas idéas são como forças organizadoras da vida escolar e social.
Tornar a sala agradável á vista das creanças: um quadro, uma flor num jarro, um ornato vistoso são meiosde conservar alegre o espírito infantil.
Nos dias em que os alumnos tiverem de trazer os álbuns de vistas, deixar que elles troquem idéas, francamente.
Depois de uma aula de desenho collocar molduras, mesmo toscas, nos quadros, expol-os na classe e mandar que os alumnos convidem outras classes para visitarem a exposição.
Levar os alumnos de uma classe para recitarem e reproduzirem historietas contadas pela professora, em outra. Este processo interessa a classe que vai ouvir, e estimula o alumno que vai ser ouvido.
Organizar auditorium em uma classe, separar um numero de cadeiras e mandar convidar em outras, tantos alumnos quantas cadeiras separadas. Os alumnos serão recebidos pelos colegas collocado em seus logares.
João Pessoa 23.05.1931
(A UNIÃO, 24 maio. 1931, p. 4).

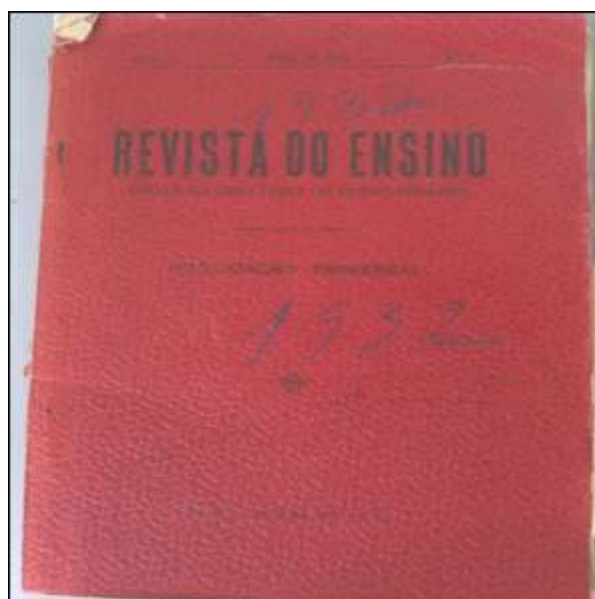
Algo que nos chamou a atenção refere-se a organização das semanas de um mês: “semana da pontualidade, semana da atenção, semana da hygiene e semana da polidez”, as cores do giz também é um aspecto interessante de ser ressaltado, pois de acordo com a semana deveria ser usada uma cor diferente, isto é, para a semana da pontualidade o giz deveria ser azul indicando a pontualidade do dia, e remetia ao céu, já a semana da atenção o giz deveria ser branco, a fim de “aclarar o entendimento”, na semana da hygiene, o giz deveria ser vermelho, que remetia ao sangue que dá a vida e saúde e já na semana da polidez, a notícia não deixa clara a cor do giz que deveria ser usada, mas ressalta que deveria ser escrito no quadro negro com a utilização, inclusive, de flores delicadas para tornar o ambiente mais agradável. A ideia geral era difundir e ensinar os princípios de civilidade e civilizatórios, portanto tinha um caráter muito mais amplo, que ia além de ensinar determinados conteúdos. Para a história educacional paraibana outro fato que consideramos extremante relevante foi a publicação da *Revista do Ensino*, criada pelo Decreto nº 278, de 18 de maio de 1932.

A *Revista do Ensino* era de publicação trimensal e dissertava sobre as mais diversas questões pedagógicas com o objetivo de auxiliar o professorado paraibano em relação aos novos processos educacionais, notadamente relativos à Escola Nova. É interessante ressaltar que na Revista de nº1 encontramos um artigo intitulado “O Ensino Moderno”, de autoria do professor Matheus de Oliveira. Dentre outras questões via animado a importância do ensino moderno. Vejamos um trecho da matéria:

O desenvolvimento da instrução escolar em nosso país trouxe a adopção de novos métodos e processos pedagógicos, que se estão processando através de algumas dificuldades, que não devem intimidar os encarregados de sua direcção. Apesar de pertencer a uma geração de professores antigos (sou o decano da Escola Normal), vejo satisfeito e animado das mais fortes esperanças, que a instrução hodierna moldada nas práticas mais perfeitas arrancará com esplendido resultado o nosso povo dos tremedões de uma cultura incompleta e superficial para a aquisição segura de conhecimentos vantajosos, suficientes e bem alicerçados, que melhor hão de preparar a mentalidade dos trabalhadores do Brasil de amanhã. Nas questões de ensino, certamente, ainda não se encerrou o debate sobre as actuaes idéas directrizes, os traços dominantes da orientação que vai sendo seguida em nossas escolas primárias e institutos secundários, mas é forçoso confessar que se reconhece o seu prestígio crescente. [...] (OLIVEIRA, 1932, p.7).

A *Revista do Ensino*, portanto, se configurou como sendo um excelente espaço de divulgação dos ideais escolanovistas, considerando ainda que os seus artigos e comentários eram redigidos e destinados aos professores.

Figura 2 – Capa da Revista do Ensino da Paraíba. Anno 1. Nº 1 – 1932.



Fonte: Registro realizado pela autora

É interessante observar algo na própria capa da *Revista do Ensino* da Paraíba, é simples, lisa, não tem desenhos ou figuras, diferentemente de outros estados brasileiros, como é o caso da *Revista do Ensino* do Rio Grande do Sul³⁸, que continha imagens de grupos escolares, de crianças estudando e em um segundo momento com figuras que lembravam a fauna brasileira, enfim, tinham essa expressividade da imagem, coisa que a *Revista do Ensino* da Paraíba não tem. Podemos levantar uma hipótese de que tenha sido por motivos de custo, uma vez que era parcialmente mantida pela assinatura de professores.

Associadamente à publicação da *Revista do Ensino* outros mecanismos foram criados no sentido de estabelecer uma política educacional na qual os professores primários deveriam ser preparados para efetivar nas salas de aulas. Para tanto, foi implementada a “Semana Pedagógica”, que teve seu início no dia 24 de outubro de 1933 e que tinha como objetivo dar esse suporte pedagógico aos professores paraibanos. A *Revista do Ensino* daquele ano divulgou considerações acerca dessa Semana, vejamos o texto na íntegra:

SEMANA PEDAGOGICA

Segundo foi divulgado por toda imprensa desta capital, a 24 do mês vindouro terá inicio a “Semana Pedagógica”.

Esse certame será de real importancia para os nossos educadores que durante os seus 7 dias, receberão instruções e orientações varias sobre os modernos processos de ensino preconizados pela Escola Nova.

Para o fim mencionado foram, pela Diretoria do Ensino Primario, convocados todos os diretores dos grupos escolares do Estado.

Durante todo o periodo serão dadas aulas praticas nos grupos desta capital, com a assistencia dos professores convocados, sob a orientação dos Inspectores Regionais, bem como far-se-ão ouvir em palestras, sobre assuntos pedagogicos, na séde da “Sociedade dos Professores Primarios”, vários técnicos do ensino.

Um dos dias da “Semana” será destinado a homenagens que serão tributadas pelo magistério conterraneo á memoria de Antenor Navarro, o grande inolvidavel amigo da instrução.

Serão encerrados, os trabalhos a 31 com uma festa de confraternização do professorado.

Inaugurará a “Semana Pedagógica” o exmo. Sr. Interventor Federal, Dr. Gratuliano de Brito que comparecerá á mesma, acompanhado do Sr. Secretario do Interior e altas autoridades estaduais.

Durante o certame serão expostos nos diversos salões da “Sociedade de Professores”, trabalhos confeccionados pelos alunos das escolas da capital, bem como livros didático e de pedagogia e produtos vários da nossa industria.

Exercicios e lições. (SEMANA PEDAGÓGICA, 1933, p. 60).

³⁸Para maiores detalhamentos sobre essa questão, ou seja, sobre as capas da *Revista do Ensino* do Rio Grande do Sul, consultar: Bastos e Lemos (2007).

As semanas pedagógicas também foram implementações educacionais pensadas para auxiliar o professorado primário em torno das inovações pedagógicas e se configuraram como espaços em que o professorado iria expor os trabalhos manuais dos seus alunos, bem como jogos educativos e obras didáticas. Como já mencionado o início da 1ª Semana Pedagógica ocorreu no dia 24 de outubro do referido ano e o *Jornal A Imprensa*, apesar de oposicionista a política educacional do Estado da Paraíba publicou uma notícia intitulada “Semana Pedagógica: inicia-se hoje esse grande movimento educacional”

Confórme temos publicado, inicia-se hoje a “Semana Pedagógica” grande movimento educacional, sob os auspícios da Diretoria do Ensino Primário e da Sociedade dos Professores.

Já avultado é o numero de professores do Interior do Estado que acorrendo ao convite que lhes fora feito pelas autoridades do Ensino, encontram-se nesta capital, a fim de toma-de [sic] exposições de trabalhos manuais e prendas domésticas confeccionadas pelos alunos de nossas escolas, de jogos educativos e de obras didáticas, gentilmente oferecidas pelas compnhanias [sic] de Melhoramento de São Paulo e Editora Nacional, aqui representadas, respectivamente pelos srs. F. Galvão e Pedro Batista.

A inauguração das exposições, que terá lugar hoje, às 17 horas no Grupo Escolar “Dr. Tomás Mindêlo”, será solene e presidida pelo exmo.sr. Interventor Federal, com a presença das autoridades estaduais e municipais. A’s 19 ½ horas verificar-se-á o inicio das palestras educativas, no mesmo estabelecimento, com o comparecimento de todo o professorado presente nesta capital. [...]. (A IMPRENSA, 24 out. 1933, p. 4).

Outra notícia publicada também no *Jornal A Imprensa*, porém no mês de novembro de 1933, intitulada “A propósito da “Semana Pedagógica”, que salientou a realização de

[...] Conferências, e algumas aliás de indiscutível merito, [...] Aulas práticas, instruções sobre os novos métodos, organização de planos didaticos, prelações sobre estalonização de “tests”, estatística educacional, etc., etc.Tudo isso bem reafirmar que um vento novo está a arejar a mentalidade de nosso professorado primário. Vale por uma positivação de gosto e de bôa vontade. E marca o inicio de uma preparação técnica que se esboça promissora. [...] (P.C, 1933, p. 3).

Ao mesmo tempo o *Jornal A União* também publicou matérias tecendo considerações em relação à situação do ensino primário paraibano, enfatizando,ao mesmo tempo, que o mesmo estava passando por modificações e aperfeiçoamentos. Naquele contexto, portanto, estava inserido principalmente o professorado primário.Vejamos a seguir um trecho da matéria intitulada “A Instrucção Primaria na Parahyba”:

[...] O ensino primário na Parahyba tem passado por sensíveis modificações. Alguma coisa temos feito em prol de tão importante ramo da administração. Já a escola de nossos dias está bem longe daquela que, para nós, creanças de outróra, constituía um espantinho. O velho mestre cheio de rigorismo e de pragmática, foi substituído pela professora moderna que as creanças adoram, e no meio dessas se confunde em vivacidade e carinho. O professorado parahybano na sua grande maioria poz a um lado os processos e methods da escola tradicional para integrar-se nos conceitos victoriosos da escola-trabalho. Tudo marcha a passos largos e posso affirmar que se os poderes públicos continuarem a encarar o problema do ensino com o mesmo carinho que lhe vêm devotando de um quatriennio a esta parte, e se a politica se conservar bem distante da escola, não estará longe o dia em que veremos a Parahyba incluída no numero dos Estados leaders da instrucção. [...] (A UNIÃO, 12 mar. 1933, p.1).

Otrecho da matéria que foi extraída de uma palestra proferida pelo professor José Batista de Mello, na 3ª Reunião do Rotary Clubressalta, de forma positiva a mudança do professor rígido da escola tradicional para a professora carinhosa da escola moderna.

A *Revista do Ensino*, como já enfatizamos anteriormente, também divulgou muitos artigos indicando como o/a professor/a deveria realizar uma aula nos moldes modernos, ou seja, a partir dos princípios propostos pela Escola Nova. Assim, muitos artigos foram publicados no sentido de fazer contrapontos entre a escola tradicional e a escola moderna³⁹, como podemos ver no trecho abaixo de um artigo escrito pelo Inspetor Manuel Viana Junior.

A ESCOLA ANTIGA E A ESCOLA NOVA

Insp. MANUEL VIANA JR.

“Ao espirito que pensa e a língua que fala é necessario acrescentar a mão que produz”. – Comenius.

A escola verbalistica que preparou na confusão estiolante de suas anacronicas idéas, gerações e mais gerações está condenada a desaparecer

³⁹O termo escola moderna aqui é utilizado em relação a moderna pedagogia que se contrapunha ao “[...] antigo modelo educacional, desde então conhecido como “tradicional”. Segundo Cunha (2011, p. 455-456), “a moderna pedagogia trazia consigo a crença de que, mediante as revelações da Psicologia, da Biologia e das Ciências Sociais, era possível finalmente obter o conhecimento exato da infância e, assim, aplicar os procedimentos educacionais adequados. A meta prioritária do novo ideário educacional, articulado desde os anos 20, conhecido como Escola Nova, consistia fundamentalmente em socializar crianças e jovens, ou seja, ensinar com o propósito de colocar o educando em condição de responder aos requisitos da nova sociedade. O meio para obtenção desse fim seria a compreensão metódica e objetiva das características psicológicas, biológicas e sociais do indivíduo submetido à situação escolar. Nesse ponto, o escolanovismo diferia-se do antigo modelo educacional, desde então denominado ‘tradicional’: com apoio do conjunto de saberes e técnicas que permitia conhecer as particularidades individuais e controlar objetivamente os fatores envolvidos no processo de ensinar e aprender, tornava-se possível respeitar cada educando em suas particularidades e efetivar, assim, de modo racional e seguro, a inserção da criança na ordem social, sem acirrar a incompatibilidade existente entre os ditames sociais e a individualidade. [...]”.

cedendo o seu primado á escola ativa, cheia de luz e sol, devido ao insulamento a que fôra atirada pelos que, presos ao vinculo do carrancismo, viam na liberdade do aluno em contacto com a natureza, o meio despesivo de ensino.

As suas escolas, fechadas como calabouços, eram camaras de tortura para inteligencia. As crianças, miseros prisioneiros, anemisados, sentados em toscos bancos, ouviam hirtos as prelações do ditador da escola. O mestre na certeza de estar cumprindo o grande dever, escudado na inconsciencia dos pais de familia, impunha deveres e castigos: deveres que transformavam os instintos adormecidos da animalidade. A escola era o espantalho da criança. O professor o seu carrasco. Quando um pai de familia queria se vêr livre das traquinadas de um filho sentenciava: vou mandar este peralta para a escola, que é para o professor amansa-lo. Fazia da escola o conceito que ela merecia – o terror das crianças. [...]

Ainda hoje encontramos partidarios desta aberração, vicio de origem de nossa cultura, que na estreiteza do seu modo de pensar estão retardando a pratica da escola nova. [...] (VIANA JUNIOR, 1934, p.55-56).

A partir da fala deste Inspetor de Ensino, podemos perceber o quanto a intenção oficial estava em favor da escola nova e contrária ao prosseguimento da escola tradicional, inclusive, apontando negativamente para a parcela da sociedade, para os pais e alguns professores que queriam continuar e/ou continuavam requerendo a escola tradicional ou escola antiga como o Inspetor cita em sua escrita. Tanto é que ocorreram grandes debates entre a ala mais conservadora da sociedade representada especialmente pela Igreja Católica e a ala mais liberal, conforme já discutimos anteriormente.

Para finalizarmos este tópico desejamos ressaltar que a elaboração do documento oficial referente a Reforma da Instrução Pública na Paraíba de 1935 foi antecedido pela publicação de um “Plano da Reforma”, aspectos esses que passaremos a discutir nos itens a seguir.

2.3.1 O “Plano da Reforma” para a Instrução Pública na Paraíba em 1935

Antes de nos determos na Reforma da Instrução Pública da Paraíba ocorrida em 1935, consideramos importante tecer alguns comentários sobre alguns momentos que antecederam a sua publicação oficial, isto é, antes de ter sido aprovada pelas instâncias administrativas do Estado da Paraíba. Para tanto, nos detemos na cobertura e acompanhamento que o *Jornal A União* fez sobre esse plano de reestruturação da educação na Paraíba.

Assim, no dia 01 de agosto de 1935, a sua primeira página foi completamente dedicada à Diretoria do Ensino Primário com a seguinte manchete: “Relatorio e plano de

reforma da Instrução Publica da Parahyba, apresentados aos Exmo. Sr. Governador do Estado, pelo professor José Baptista de Mello, director do Ensino Primário” (A UNIÃO, 01 ago. 1935, p.1).

Naquela notícia, primeira de muitas, o *Jornal A União* abriu um espaço amplo para publicizar todo o plano da Reforma da Instrução Pública ocorrida em 1935. Vejamos as primeiras palavras do então Diretor do Ensino Primário, José Batista de Mello:

[...] Cumprindo determinações de v. exc. transporteimei-me pelo vapor Bagé, em 14 de abril do corrente anno para o sul do país onde devia estudar as organizações escolares do Rio de Janeiro e do Estado de São Paulo. De regresso da minha viagem tenho a satisfação de apresentar a v. exc. o relato das observações feitas nos alludidos centros de cultura brasileira onde ao lado de significativa acolhida por parte das autoridades do ensino, encontrei nos cultos povos cariocas e paulista verdadeiro espirito de cooperação. Considero de grande vantagem para a Instrucção da Parahyba a visita que acabo de fazer áquella região do nosso país. E diz-me a consciencia haver cumprido bem o meu dever, não perdendo uma hora siquer do tempo empregado na excursão. Os dois mēses que levei em viagem, foram empregados em observações e estudos junto aos estabelecimentos de educação do Districto Federal, Estado do Rio e S. Paulo. [...] (A UNIÃO, 01 ago. 1935, p.1).

José Batista de Mello ao ser designado para ir aos grandes centros da região sudeste tinha como objetivo verificar as modernizações do ensino que por lá já havia sido implementada ou que se encontrava em processo bem adiantado, se comparado a realidade paraibana. A ideia era, ao retornar, ter subsídios mais concretos para elaborar um plano para a Reforma da Instrução Pública na Paraíba, todavia, adaptando-o a realidade local, ou seja, não se tratava de transplantar simplesmente os modelos adotados pelos centros mais desenvolvidos do Brasil.

O Diretor do Ensino Primário, compreendia que para ocorrer o melhoramento no ensino primário, seria necessário antes de tudo qualificar o professorado primário, por isso o grande foco da Reforma da Instrução Pública de 1935 foi exatamente a organização e efetivação do Instituto de Educação Paraibano. Assim sendo, no contexto do plano da reforma que José Batista de Melo apresentou ao Governador do Estado estavam amplas considerações sobre o que vira no Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Acompanhemos:

[...] INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
E' o órgão formador do professorado, onde estudam mais de 3.000 alumnos. Dirigido por um grande mestre que é Lourenço Filho, o Instituto é o ponto de partida de toda essa organização formidavel de que se orgulha a Capital

Federal. Para alli estão convergindo turmas de professores de diversos Estados do Brasil na ânsia de se inteirarem da grande obra que está realizando Lourenço Filho, espírito brilhante, operoso e sobretudo, modesto. Os Archivos – publicação do estabelecimento informam bem a sua magnifica organização.

“O Instituto de Educação” compõe-se de quatro escolas:

- a) Escola de Professores;
- b) Escola Secundária;
- c) Escola Primaria;
- d) Jardim da Infância, mantendo perfeita continuidade de ensino. Está organizado com um systema educacional completo, com oportunidade de educação em todos os grãos. O mesmo aluno pode passar no estabelecimento, em cursos seguidos, dezesseis annos: 3, no Jardim da Infancia; 5, na Escola Primaria; 6, na Escola Secundaria; 2, ou mais na Escola de Professores.

Em circumstancia, devidamente, aproveitada nas minúcias da organização, permite não só a observação continuada da creança e do adolescente, nas phases de maior interesse para a educação escolar, e a experimentação com rigoroso controle dos resultados, dos processos didacticos modernos, como tambem o achivo de dados objectivos para o estudo escolar brasileiro. [...] (A UNIÃO, 01 ago. 1935, p.1).

Seguindo, portanto, outros aspectos relativos ao Plano de Reforma, nos dias 01, 02, 03 e 04 de agosto de 1935 foram divulgadas nas páginas do *Jornal A União* todas as observações feitas pelo então Diretor do Ensino Primário, José Batista de Melo, em relação a visita que fizera ao Rio de Janeiro e a São Paulo. Mas, ao mesmo tempo, sugeriu aspectos que poderiam ser incorporados à reforma educacional na Paraíba, conforme podemos observar nas conclusões do seu relato: [...] Ahi tem V. Exia. o resultado das minhas observações, **e uma contribuição á reforma que se impõe levar a efeito na Instrucção da Parahyba.** (A UNIÃO, 04 ago. 1935, p. 2, grifo nosso).

Quatro meses depois a Reforma da Instrução foi publicada no dia 13 de dezembro de 1935, com a implementação de muitas considerações acerca do que observara no Instituto de Educação do Rio de Janeiro, além de outros aspectos que discutiremos melhor no próximo tópico.

2.3.2 A Reforma da Instrução Pública do Estado: o ensino primário e a formação de professores

Depois de termos apresentado algumas considerações sobre o Plano de Reforma da Instrução Pública da Paraíba, passaremos agora a tecer alguns aspectos relativos a Reforma do

Ensino na Paraíba em 1935, procurando destacar a sua estruturação, no que concerne ao ensino primário e a formação de professores.

A Reforma da Instrução Pública do Estado e a criação do Departamento de Educação foram implementados a partir da Lei Nº 16, de 13 de dezembro de 1935. Diferentemente das outras leis que regulamentaram a instrução/educação no Estado da Paraíba que eram muito longas e minuciosas, essa Lei foi composta por apenas dezenove artigos pelos tópicos: “Do ensino particular”; “Disposições gerais” e Disposições transitórias”.

O Departamento de Educação ficou constituído pelas seguintes divisões:

- a) Instituto de Educação;
- b) Escola Normal Rural;
- c) Escola Rural Modelo;
- d) Escolas Profissionais;
- e) Ensino Primário em geral. (ver Anexo A).

Todavia, neste estudo, conforme já mencionamos anteriormente, nos deteremos às “Divisões” mais diretamente envolvidas com o ensino primário e com as diretrizes destinadas à formação de professores, ou seja, na “Divisão” relativa ao Instituto de Educação e na relacionada ao Ensino Primário em geral.

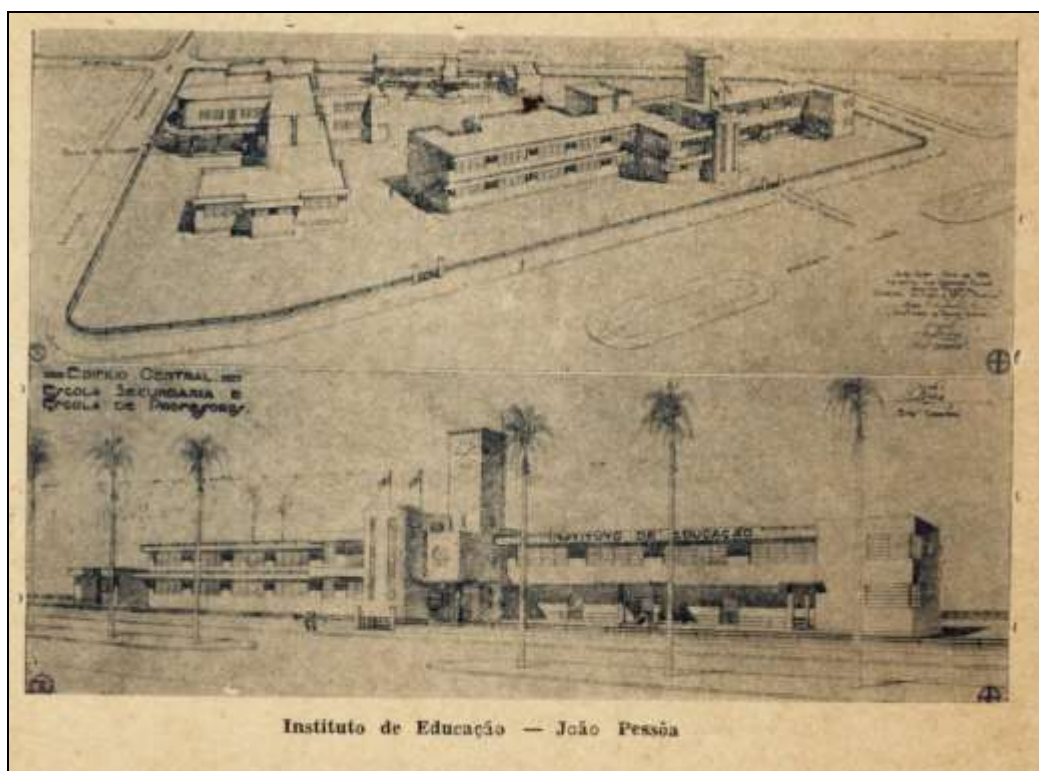
Desejamos, antes de adentrarmos na análise propriamente dita, destacar que se concebermos a “[...] lei como a materialização, ou como prática de um determinado pensar pedagógico[poderemos] perceber outros ângulos até então não pensados antes”, conforme nos lembra Faria Filho (1998, p.115), isto é, a partir da comparação entre o plano de reforma e a Reforma propriamente dita observamos algumas lacunas e redirecionamentos, muito provavelmente provocado pelos questionamentos e possíveis resistências efetivadas por alguns professores, intelectuais, administradores públicos e até mesmo pelos pais dos alunos no processo de elaboração (redação) do documento final.

O Instituto de Educação foi criado para ser um grande complexo educacional com o fim de dar uma formação adequada ao professorado primário paraibano que até então só tinha como instituição formadora a Escola Normal. Tal Escola não contava com espaço de aplicação e com uma estrutura física tão complexa, conforme passou a ser exigida nos projetos de institutos de educação, no Brasil. No caso do Instituto de Educação da Paraíba, o projeto previa abrigar uma Escola de Professores; uma Escola Secundária, que deveria ser

equiparada ao Colégio Pedro II; uma Escola de Aplicação para que os professores formados pudessem realizar seus estágios e um Jardim da Infância.

Dessa forma, podemos perceber que se tratava de um projeto ousado, amplo e grandioso e a própria estrutura física do complexo educacional seria monumental, conforme podemos observar na imagem abaixo:

Figura 3 – Projeto original do Instituto de Educação da Paraíba.



Fonte: Sem informação precisa. Entretanto, temos o conhecimento que essa imagem faz parte de um conjunto de outras, incluindo de grupos escolares, que foram publicadas pelo Estado da Paraíba no final dos anos de 1930.

Procurando atender ao projeto original, o Instituto de Educação da Paraíba somente foi inaugurado em 1939, aspecto esse que nos deteremos mais especificamente no terceiro capítulo deste trabalho.

Consideramos importante ressaltar os artigos 15º, 16º e 17º da Lei Nº 16 de 1935, que explicitam a transitoriedade da situação dos alunos e dos professores da Escola Normal para o Instituto de Educação. Vejamos os artigos na íntegra:

Art. 15º - Logo que os alunos do atual curso normal terminarem os seus exames será extinto esse curso, uma vez que o mesmo passará a ser feito no Instituto de Educação.

Art. 16º - Os atuais colegios equiparados á Escola Normal serão, dóra por diante, denominados Escolas Normais, até que se equiparem ao Instituto de Educação, e os alunos por eles diplomados, uma vez nomeados, terão os mesmos direitos que são conferidos aos demais professores do Estado.

Art. 17º - São garantidos os direitos dos atuais professores efetivos da Escola Normal, que passarão a ter exercício no Instituto de Educação (Lei Nº 16, de 13 de dezembro de 1935, Art. 15º, 16º e 17º).

Em relação aos funcionários públicos do magistério, a Lei apresenta a seguinte questão:

Art.4º - Serão incluídos no Estatuto dos funcionários públicos dispositivos especiais referentes ao magistério, nas seguintes bases:

- a) – classe uniforme, dividida em cinco entrâncias;
- b) – estágio no magisterio, para nomeação efetiva;
- c) – promoção quatrienal, mediante requisitos expressamente determinados (Lei Nº 16, de 13 de dezembro de 1935, Art. 4º).

O artigo acima mencionado explicita que os professores passariam a ser tratados com “dispositivos especiais” no contexto do funcionalismo público, todavia passariam a ser a uma “classe uniforme, dividida em cinco entrâncias”. Essa questão ficou mais clarificada nas Disposições Transitórias, da referida Lei, conforme podemos acompanhar no trecho a seguir:

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art.12º - Para a classificação do atual professorado do Estado, observar-se-á a seguinte distribuição tendo-se em vista os vencimentos a que presentemente fazem jús os professores:

- a) – serão de 5ª entrância os professores de escolas elementares diurnas da capital;
- b) – de 4ª entrância, os de escolas elementares da cidade;
- c) – de 3ª, os das escolas elementares de vila;
- d) – de 2ª, os de escolas elementares de povoações;
- e) – de 1ª, os professores de cadeiras rudimentares diurnas e noturnas.

§1º - Os atuais regentes de cadeiras elementares noturnos da Capital passarão a professores de 4ª entrância.

§2º - Os atuais professores habilitados por concurso e os adjuntos leigos do interior do Estado constituirão uma classe única: a dos professores não diplomados (Lei Nº 16 de 13 de dezembro de 1935, Art. 12).

A depender da escola que o professor estivesse lecionando ele seria designado de 5ª, 4ª, 3ª, 2ª ou 1ª entrância, sendo interessante ressaltar que a 5ª entrância significava os

professores que estavam em escolas elementares e diurnas, enquanto os que eram da 1ª entrância já estariam em cadeiras rudimentares diurnas e noturnas.

Para os professores serem nomeados efetivamente precisariam passar necessariamente por estágio de um ano nos grupos escolares e suas promoções seriam de quatro em quatro anos, mediante as exigências que o Regulamento da Instrução enfatizava. Nota-se também que a partir desta nova lei há uma maior organização da instrução pública, especialmente no tocante a fiscalização sobre o professorado. Apesar do grande aspecto da Reforma da Instrução Pública de 1935 ter sido o projeto de criação do Instituto de Educação, as disposições relacionadas à carreira o professorado paraibano não foram esquecida.

Já em relação ao Ensino Primário no geral, a Lei em si não trouxe maiores detalhamentos, porém, é interessante observarmos o Art. 5º, que trata da divisão dos grupos escolares. Esse tipo de instituição escolar até então não se tinha uma legislação específica⁴⁰ que apontasse como deveriam ser organizados e classificados, ou seja, a partir de 1935, os grupos escolares seriam divididos em três categorias, conforme o número de alunos neles existentes.

É importante observarmos que a proposta de José Batista de Melo, então Diretor do Ensino Primário, partia do processo de qualificação dos professores primários para chegar ao seu ensino, qualificando-os melhor, uma vez que seriam eles que melhorariam e reformariam de fato o ensino primário.

Junto a esses aspectos relacionados ao do ensino primário, ocorreu uma grande expansão dos grupos escolares por várias cidades, vilas e povoados no estado da Paraíba⁴¹. A construção de novos grupos escolares, instituição esta que era compreendida como sendo de excelência para o ensino primário fez parte desse projeto iniciado já no começo dos anos de 1930 e foi se intensificando com o passar dos anos. Assim, compreendemos que foi de fato no interior dos grupos escolares que os professores desenvolveram suas atividades considerando os novos métodos pedagógicos, partindo dos princípios escolanovistas.

Concluimos este capítulo ressaltando mais uma vez que a Reforma da Educação Pública da Paraíba ocorrida em 1935 se configurou como sendo de fundamental importância para a reorganização do ensino primário como um todo. Esse grande projeto partiu da

⁴⁰ Vale ressaltar que antes da Lei Nº 16, responsável pela Reforma da Instrução Pública em 1935 na Paraíba, já existiam os decretos de criação dos grupos escolares, que alguns já traziam considerações acerca da organização dos grupos escolares, porém não havia até então uma lei específica que apresentasse como os mesmos deveriam ser divididos.

⁴¹ Sobre os grupos escolares na Paraíba nos anos de 1930 até meados de 1940 trabalharemos com maior detalhamento no Capítulo 4.

necessidade premente em melhor qualificar o professorado primário paraibano a partir da construção do Instituto de Educação, um complexo educacional inspirado no modelo do Rio de Janeiro, proposto por José Batista de Melo, o então Diretor do Ensino Primário. Assim sendo, consideramos que foi uma reforma, de fato, significativa e importante para este nível de ensino, pois colocou a Paraíba no cenário educacional brasileiro. Feitas essas considerações discutiremos agora a política educacional tanto brasileira quanto paraibana a partir do período conhecido como Estado Novo (1937-1946), procurando observar o que mudou e o que tendeu a permanecer em relação ao ensino primário e quanto à formação de professores.

3 A REORGANIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO NA PARAÍBA NO PERÍODO DO ESTADO NOVO (1937-1946)

3.1 O ensino primário nacional: retomando uma política de centralização da educação escolar

A partir de 1937 foi instaurada no Brasil uma ditadura que ficou amplamente conhecida como Estado Novo e com ela uma nova Constituição. Apesar da Era Vargas ser constituída, segundo a historiografia, por três momentos distintos, quais sejam: a fase “revolucionária⁴²” (1930/1934); a constitucional (1934/1936) e a ditatorial (1937/1945), é interessante percebermos que as ideias dos Pioneiros da Escola Nova se mantiveram, mesmo que tenham assumido conformações e redirecionamentos a cada novo momento político.

Nos dois primeiros momentos acima mencionados as ideias dos escolanovistas tiveram um espaço ampliado e os ideais dos seus representantes foram considerados com maior evidência. Já no terceiro momento, ou seja, durante o Estado Novo, muitos dos Pioneiros foram afastados e suas vozes foram minimizadas e algumas até silenciadas. Mas, isso não quer dizer que os princípios da Escola Nova tenham saído totalmente da pauta das discussões educacionais, tanto no âmbito nacional, quanto no Estado da Paraíba.

Horta (1994, p. 146) enfatiza que pelas palavras de Vargas, “[...] o Brasil transformar-se-ia em uma grande Pátria somente quando tivesse educado o seu povo”. O autor também ressalta que a partir de 1937 o ensino primário foi permeado de forma mais ostensiva pela perspectiva do nacionalismo, do patriotismo e da educação moral e cívica.

Outras formas de desenvolver o “sentimento patriótico da população” também foram estimuladas pelo Estado Novo como, por exemplo, a partir do uso do cinema, do rádio, do esporte e da educação física, mais particularmente. Tais meios serviriam de aporte para elevar o “sentimento patriótico” em toda a população e, especialmente a escolar. (HORTA, 1994).

⁴²Alguns autores utilizam o termo “fase revolucionária” ou Revolução de 1930, referindo-se ao período de 1930 a 1934, em virtude das importantes mudanças nas questões de ordem políticas, econômicas, sociais e também educacionais. Uma parte da historiografia quando analisa o período também o denomina de *Revolução pelo alto*, ou seja, período em que ocorreram mudanças na esfera político administrativa, não efetivando, portanto, transformações na base econômica, ou melhor, no modo de produção capitalista. Zotti (2004, p. 85) nos diz que “[...] a “Revolução de 1930” demarca claramente as posições divergentes entre os setores, agora dominantes, que foram marginalizados do poder durante a Primeira República e o setor tradicional representado pela oligarquia cafeeira.”; Horta (2012, p. 20) nos aponta que “A partir da Revolução de 1930, a posição dos militares em relação ao problema da educação sofre uma transformação, consequência das mudanças na própria concepção do papel das Forças Armadas e das suas relações com a sociedade.” Santos (2011, p. 215), por sua vez afirma que “os anos 30 vão demarcar nitidamente um processo de mudanças estruturais na ordem política, econômica e social do Brasil [...] a partir do movimento que convencionou chamar de Revolução de 1930 [...]”.

O referido autor ainda salienta que há uma diferença entre “sentimento patriótico” e “consciência patriótica”:

O primeiro já seria desenvolvido no ensino primário: o ensino primário deve dar elementos essenciais da educação patriótica. Nele o patriotismo, esclarecido pelo conhecimento elementar do passado e do presente do país, deverá ser formado como um sentimento vigoroso, como um alto fervor, como amor e devoção, como sentimento de indissolúvel apego e indefectível fidelidade para com a Pátria. (HORTA, 1994, p.178).

As festividades cívicas destinadas a ampliação do “sentimento patriótico” foram muito praticadas já nos anos de 1930, intensificadas a partir de 1937. Segundo Silva (2011d, p. 49),

Ao tornar as datas cívicas uma atividade escolar, o Estado fez da escola um instrumento de “perpetuação da memória nacional. As festas escolares, diferentemente das festas do calendário social, não contrapõem o tempo livre ao tempo do trabalho, pois elas constituem tempo de atividade educativa, um tempo de aprender.

A proposição de nacionalizar o ensino ocorreu já no início dos anos de 1930, mas foi a partir do período ditatorial que obteve maior expressividade, uma vez que havia muitas zonas de imigração no Brasil, principalmente no sul-sudeste do país, em que já existiam em larga escala a presença de imigrantes oriundos de várias nacionalidades e especialmente alemães, italianos e japoneses, que viviam, falavam, educavam-se como se estivessem no seu país de origem⁴³. Essa situação inquietava o governo Vargas que resolveu ampliar a chamada nacionalização do ensino primário, mandando fechar escolas no sul-sudeste do Brasil e obrigando legalmente a todas as crianças brasileiras a falarem e estudarem a língua portuguesa. Sobre essa questão, Bomeny (1999, p.151-152) realça que:

O grande projeto político a ser materializado no Estado Novo, iniciado com a Revolução de 1930, tinha como núcleo central a construção da nacionalidade e a valorização da brasilidade, o que vale dizer a afirmação da identidade nacional brasileira. [...] Ambicioso e extenso, o projeto estadonovista deveria orientar todas as iniciativas do Estadodirigidas à sua própria construção e à construção da sociedade. Uma das dimensões estratégicas para o avanço de tal programa nacionalizador foi, indiscutivelmente, a educação. Dois obstáculos precisavam ser ultrapassados: a sobrevivência de uma prática regionalista e a presença de núcleos estrangeiros nas zonas de colonização. À primeira dificuldade o Estado deveria responder com um projeto de padronização do ensino e de centralização das atividades escolares pela defesa da unidade de programas,

⁴³Lembremos que havia ocorrido o alinhamento formal entre Berlim e Roma, formando o Eixo. Ao mesmo tempo a Alemanha e o Japão assinaram o “Pacto Anti-Comintern” contra a URSS. Do outro lado estavam os Aliados formados pela liderança dos Estados Unidos, Inglaterra e França. (HOBSBAWM, 1995).

de material didático etc. [...] A segunda dificuldade exigiria intervenção mais enérgica: tratava-se de “homogeneizar” a população [...]. A esta última intervenção convencionou-se chamar a *questão da nacionalização do ensino* [...].

Bomeny (1999, p. 157) ainda nos alerta que

[...] não foi difícil, com a justificativa de impedir a infiltração nazista no Brasil, transformar a questão da nacionalização do ensino em questão de segurança nacional. Sendo uma questão de segurança nacional, caberia ao Exército um papel estratégico.

Para tanto, o Exército para garantir a segurança nacional poderia efetivar qualquer ação repressiva, como inclusive destruir ou fechar escolas estrangeiras.

A mencionada autora ainda nos mostra que “incluída na pauta de discussões e avaliações desde o início do século, a nacionalização do ensino encontrará no Estado Novo o momento decisivo de sua resolução” (BOMENY, 1999, p. 152). Assim sendo, a nacionalização do ensino primário, foi de extrema importância para dar sentido à constituição de uma só educação formal no país, que, até então, não se tinha consolidado, haja vista as inúmeras regulamentações e leis estaduais e municipais que se sobrepunham umas às outras. Além disso, existiam muitas colônias estrangeiras, principalmente nas regiões sul e sudeste do país⁴⁴ que educavam as suas crianças e jovens mediante leis, regras e línguas de seus países de origem. Nesse sentido, quando as escolas eram fechadas eram reabertas outras, contudo com a obrigatoriedade de ensinar a língua oficial brasileira, ou seja: o português. Na verdade essa obrigatoriedade se estendeu para todo o território nacional.

Para termos uma ideia mais aproximada sobre essa questão, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP, segundo Bomeny (1999), fez um relatório sobre as medidas referentes à nacionalização do ensino primário e constatou que no Rio Grande do Sul 103 escolas estrangeiras foram fechadas e 238 escolas brasileiras foram abertas; em Santa Catarina, 298 escolas estrangeiras foram fechadas e 472 escolas brasileiras foram abertas; No Paraná, 78 escolas estrangeiras foram fechadas e 70 escolas brasileiras foram abertas. Em São Paulo, 284 escolas estrangeiras foram fechadas e 51 escolas brasileiras foram abertas e no Espírito Santo, 11 escolas estrangeiras foram fechadas e 45 escolas brasileiras foram abertas.

Considerando que a Alemanha era o grande protagonista da 2ª Grande Guerra Mundial, Vargas e o seu *staf* consideraram o momento histórico dos mais propícios para

⁴⁴ Até o momento não temos conhecimento que nas outras regiões do Brasil tenha ocorrido o fechamento de escolas por terem sido criadas pelos colonos estrangeiros.

conter e controlar as colônias de origem alemã, haja vista que temiam que ocorresse no Brasil aquilo que estava se sucedendo na Europa, isto é, a sua “expansão” a qualquer preço, inclusive com guerras. Foi, portanto, nesse contexto que os donos do poder trataram de organizar um planejamento nacional a fim e nacionalizar a educação pública, principalmente no nível do ensino primário.

Rocha (2000, p. 98) em relação à essa problemática, enfatiza que

A grande preocupação de então é a questão da nacionalização do ensino primário nas áreas coloniais estrangeiras. Pode-se dizer que se trata de preocupação que, embora refletida pelo Ministro Capanema, se dá principalmente fora do Ministério da Educação. Isto se evidencia na forma como são aprovadas as verbas orçamentárias para o ensino básico. São decisões a nível de Presidência da República, que o Ministério da Educação deve aplicar, fazendo valer as preocupações de integração nacional do governo.

Rocha (2000) ressalta, ainda, que o projeto maior era de a integração nacional. Para tanto, foi o ensino primário, principalmente, que serviu de base para os novos ensinamentos naquelas colônias estrangeiras, fazendo com que as crianças, bem como seus pais, comesçassem a compreender que existia uma unidade nacional brasileira e que teriam que se integrar a cultura do país.

Observando como estratégica a questão da nacionalização do ensino no Brasil, Bomeny (1999) aborda questões de suma importância para compreendermos o papel que o ensino teve em conjunto com o projeto político nacional. A autora ainda demonstra que foram vários os decretos publicados no sentido de limitar a participação de estrangeiros na vida pública no Brasil. Vejamos pelo menos quatro desses que foram efetivados no ano de 1938:

O Decreto-lei nº 383, de 18 de abril, que vedava aos estrangeiros o exercício de atividades políticas no Brasil; O Decreto-lei nº 406, de 4 de maio do mesmo ano, regulamentando o ingresso e a permanência de estrangeiros, determinando providências para a assimilação dos mesmos e criando o Conselho de Imigração e Colonização como órgão executivo das suas disposições; o Decreto nº 868, de 18 de novembro de 1938, criando a Comissão Nacional do Ensino Primário, estabelecendo entre as suas atribuições a de nacionalização do ensino nos núcleos estrangeiros e finalmente, o de nº 948, de 13 de dezembro de 1938 que, sob a consideração de serem complexas as medidas capazes de promover a assimilação dos colonos de origem estrangeira e a completa nacionalização dos filhos de estrangeiros, determinava que as medidas com esse fim “fossem dirigidas e centralizadas pelo Conselho de Imigração e Colonização”. (BOMENY, 1999, p. 157-158).

Conforme mencionamos anteriormente a efetivação de toda essa regulamentação não se deu de forma pacífica. Ela foi sendo imposta pelo Estado brasileiro de forma repressiva chegando, inclusive, ao fechamento das escolas e de atos de violência e perseguição contra os professores que insistiram em manter as escolas funcionando de acordo com a sua cultura de origem.

Schwartzman (1983, p. 371), nos chama atenção sobre o quanto o governo federal procurou estimular “[...] as práticas educativas visando à formação física, cívica e moral das crianças e adolescentes.” Dessa forma, podemos perceber o quanto os princípios filosóficos patrióticos, morais, cívicos e nacionais estiveram presentes tanto nos discursos governamentais, quanto no próprio desenvolvimento do projeto nacional de educação.⁴⁵

Ainda sobre a nacionalização do ensino primário e sua configuração, Pinheiro e Silva (2011, p. 8), nos apontam que governo varguista

[...] buscou implementar no país uma unidade nacional, do ponto de vista social e cultural, todavia, não economicamente, já que as diferenças regionais somente se aprofundaram, uma vez que o processo de industrialização foi intensificado apenas na região sudeste do país, continuando todo o restante agrícola.

Como já mencionamos no início deste capítulo em 1937 foi deflagrada uma nova Constituição brasileira e partir dela, especialmente nos anos de 1942, ocorreu um novo movimento de interação entre o Governo Federal e os estados. Apesar da Reforma Capanema⁴⁶, ocorrida em 1942, não ter de imediato atingido o ensino primário, o Governo Federal iniciou uma nova política referente ao ensino primário, conforme destaca Schwartzman (1983, p. 360 - 361):

O primeiro objetivo foi atingido, mediante a celebração do Convênio Nacional de Ensino Primário, assinado no Rio de Janeiro a 16 de novembro de 1942, entre a União e os estados. A este Convênio Nacional seguiram-se, de acordo com uma de suas cláusulas, os convênios estaduais, assinados entre cada estado e os seus municípios. Todo este sistema convencional forçava os estados e os municípios a elevar paulatinamente, até um limite considerado satisfatório, as suas dotações próprias do ensino primário. [...] O segundo objetivo [...], a instituição permanente do auxílio financeiro federal para o ensino primário, foi alcançado com a criação do Fundo Nacional de Ensino Primário, pelo Decreto-lei nº 4.958, de 14 de novembro de 1942. Somente em 1944, se tornou possível o estabelecimento dos primeiros

⁴⁵Outras matérias as quais podemos constatar esse aspecto referem-se ao ensino de história, geografia (estudos sociais), moral e cívica, língua nacional (portuguesa) e na literatura.

⁴⁶ De acordo com Manfredi (2002) as leis orgânicas instituídas com a reforma Capanema, a partir de 1942, redefiniram os currículos e as articulações entre cursos, ramos, ciclos e graus.

recursos efetivos desse Fundo Nacional, fixados pelo Decreto-lei nº 6.785, de 11 de agosto de 1944, que criou um adicional de cinco por cento sobre as taxas de imposto de consumo que incidem sobre bebidas.

A partir do mapeamento acima realizado acerca dos decretos-leis que foram publicados podemos perceber que mesmo não existindo, no início dos anos de 1940, uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que o Governo Federal pudesse intervir no ensino primário, ele criou mecanismos autoritários, utilizando-se do poder em legislar a partir de decretos-leis, para que tal intervenção fosse feita institucionalmente e “legitimada” politicamente.

É importante ressaltarmos que o regime autoritário também recebeu aportes teórico e filosófico e não se restringiu tão somente em adotar a força coercitiva para a sua efetivação, ou seja, a elaboração de um discurso bem articulado e convincente foi uma das estratégias utilizadas para a sua legitimação institucional e social. Assim, de acordo com Silva (1939, p. 34-37), o Estado Novo entendia a Pátria como “[...]uma fôrça harmônica, homogênea, inteira, insubstituível e indomável” e era “um regime eminentemente moral, mas não só moral, como estado que é independente e autônomo, mas como organização universal e eterna”.

Para que tal filosofia pudesse ser praticada, principalmente no âmbito educacional, vários procedimentos foram utilizados, como já mencionados anteriormente: a nacionalização do ensino, o hasteamento da Bandeira, canto do Hino Nacional, a implementação das disciplinas educação moral e cívica, a educação física, dentre outras. Assim, como sintetiza Andreotti (2010, p. 110) “No contexto do Estado Novo, a formação escolar teve como caráter ideológico o nacionalismo, o patriotismo e a difusão dos princípios do projeto político-ideológico do governo”.

Outra forma de fixar tais princípios filosóficos e incentivar o desenvolvimento do chamado “sentimento patriótico” nas crianças foi a implementação das chamadas instituições auxiliares do ensino. O cinema educativo, a rádio para fins educacionais, o teatro, dentre outras instituições auxiliares do ensino tiveram um papel fundamental e complementar na disseminação da filosofia do Estado Novo na área educacional, e, em especial, no ensino dos escolares primários. É preciso ressaltar também que grande parte dessas instituições auxiliares funcionaram anexas aos grupos escolares, considerados espaços privilegiados para o funcionamento do ensino primário. Sobre as instituições auxiliares do ensino, Lima (2011,

p.144), nos aponta que no “contexto de grandes inovações educacionais, [surgiram] às instituições de auxílio à causa educativa”.

Já sobre as instituições auxiliares do ensino rural, nos remetemos a Pereira (2013, p.140) que nos apresenta as mesmas como sendo “[...] ações empreendidas em prol do aperfeiçoamento e desenvolvimento do ensino rural na Paraíba”. Segundo Pereira (2013, p.140)

Entre as principais instituições auxiliares do ensino podemos destacar: as bibliotecas escolares, as caixas escolares, o cinema e o rádio educativo, os círculos de pais e mestres, os clubes agrícolas escolares, os jardins da infância, os jornais escolares entre outras que marcaram a educação brasileira [...].

[...] era necessário romper com o ensino puramente teórico, proporcionando um processo pedagógico diferenciado que atendesse a nova demanda social [...].

Assim sendo, compreendemos que tanto no meio urbano, quanto no meio rural, as instituições auxiliares do ensino tiveram um papel de ajudar o professorado com as novas formas de ensino, propostas pelos escolanovistas.

Silva e Pinheiro (2013, p. 4-5) explicitam a preocupação com as renovações educacionais durante o período do Estado Novo na Paraíba, desta forma, apresentam a importância das instituições auxiliares do ensino nesse processo, pois tais renovações deveriam ocorrer também por via de implementações e criações de tais instituições. Os autores analisam que:

Tal mudança começou a ocorrer a partir de 1939, quando as instituições auxiliares do ensino passaram a ser visualizadas como práticas pedagógicas renovadoras que além de ajudarem no processo de ensino-aprendizagem também auxiliariam no sentido da formação do cidadão enquadrado nos ideais estadonovistas. Em 1940, uma das instituições auxiliares do ensino que mais teve expressividade foram às cooperativas escolares, anexas aos grupos escolares, que em sua grande maioria serviam para trabalhar junto as crianças o espírito de brasilidade pautado no sentimento patriótico.

Desta forma, compreendemos que as instituições auxiliares do ensino foram um dos mecanismos pensados pelos escolanovistas para ajudar o professorado primário paraibano a efetivarem as novas propostas pedagógicas e metodológicas que a Escola Nova apresentava. Com a instauração do Estado Novo, tais instituições acabaram por assumir uma nova conotação que era de auxiliar na implementação dos ideais estadonovistas, formando desde a

infância para o civismo, o nacionalismo, o patriotismo, porém mantendo aspectos da proposta dos escolanovistas que já vinham sendo indicada a sua prática nas escolas primárias de todo o Brasil.

No relatório das atividades desenvolvidas pelo Governo da Paraíba do ano de 1942, encontramos uma listagem referente a quantidade de instituições auxiliares do ensino que tinham sido implementadas anexas aos grupos escolares. Vejamos a listagem na íntegra:

Caixas Escolares – 37
Bibliotecas Infantis – 3
Bibliotecas Pedagógicas – 14
Bandeiras de Saúde – 1
Clubes Agrícolas – 19
Círculos de Pais e Mestres – 24
Cooperativas Escolares – 2
Clubes da Linguagem – 8
Clubes da Leitura – 4
Campanha do Bem e do Saber – 1
Centro de Cultura – 1
Farmácia – 1
Grêmio Infantil – 4
Associações de Professores – 1
Centro Lútero Criativo – 1
Jornais Infantis – 11
Ligas de Bondade – 18
Liga Esportiva – 1
Liga de Enfermagem – 1
Muséu Escolar – 2
Pelotões da Saúde – 7
Prêmio de Assiduidade – 1
Liga de Trabalho – 1
Teatro Infantil – 4
Fonte: (CARNEIRO, 1942, p. 121).

Silva e Pinheiro (2013, p. 5-8) também encontraram outra listagem de implementação de instituições auxiliares do ensino ocorridas nos grupos escolares. Todavia, vale ressaltarmos que alguns dados não convergem exatamente às quantidades indicadas na listagem acima.

Souza e Faria Filho (2006, p. 44-45) enfatizam um pouco a questão das “[...] transformações internas das escolas primárias, ocorridas entre as décadas de 1930 e 1970, período de forte predomínio da Escola Nova, provocando redimensionamento das finalidades do ensino primário e uma reorganização da escola”. Dentro desse panorama de reorganização da escola, os autores chamam atenção para a implementação de [...] “instituições auxiliares da escola: biblioteca infantil, caixas escolares, cinema educativo, canto orfeônico, assistência dentária, entre outros”.

Assim sendo, compreendemos a importância das instituições auxiliares do ensino como um dos aportes pedagógicos para o melhoramento do ensino primário. Entretanto, esse aspecto não será aprofundado neste trabalho, considerando que já existem outros estudos que bem discutem essa questão, como, por exemplo, os trabalhos de Lima (2010) e Pereira (2013), aos quais já os mencionamos anteriormente.

No que concerne as semanas pedagógicas, iniciadas em 1933, conforme discutimos no capítulo anterior, foi organizada, em 1937, a 4ª Semana Pedagógica. Tal evento continuou com o objetivo de auxiliar principalmente o professorado primário sobre as novas formas de ensino. Tanto é que o

Director do Departamento de Educação no louvavel empenho de que o professorado primario do Estado fique em dia com os novos methodos do ensino, resolveu que este anno a 4.^a semana pedagogica seja celebrada do dia 7 a 14 de Novembro. Neste certame serão estudados os methodos modernos da difficil arte de ensinar e discutidas thesesscientificas. Para os professores do interior que desejarem assistir á semana de estudos, o Director do Departamento autorisa o encerramento do annolectivo no dia 30 de Outubro procedendo-se os exames de passagem e finaes na ultima semana do mês em apreço. (A UNIÃO, 29 set. 1937, p.1).

Acresce-se ao que já havia sido definido desde a primeira semana pedagógica em difundir “[...]os novos e modernos métodos de ensino” (A UNIÃO, 29 set. 1937, p.1) a discussão de teses científicas, que até o momento não as encontramos para realizar uma análise mais precisa sobre elas.

Apesar de muitos educadores e pensadores vinculados ao movimento escolanovista terem se afastado do governo Vargas, outros prosseguiram. Anísio Teixeira, por exemplo, foi afastado de suas atividades educacionais, dentre outros. Porém, Lourenço Filho foi um dos que permaneceu no sistema dando continuidade as ideias escolanovistas no interior da máquina estatal.

No tocante aos administradores públicos alguns políticos, como foi o governador Argemiro de Figueiredo, permaneceu frente ao governo estadual da Paraíba, até o ano de 1940 passando, no entanto, à categoria de interventor.

Apesar da mudança político-institucional, podemos identificar muitas questões que tendem a permanecer o âmbito educacional e escolar. Para tanto, retomaremos algumas notícias publicadas no *Jornal A União* de janeiro de 1938, destacando primeiramente uma circular do Dr. Matheus de Oliveira, que era, à época, o responsável pelo Departamento de

Educação. A matéria intitulada “A disciplina e o Estado Novo”, dizia entre outras questões, que

[...] O professor não póde isolar-se no âmbito estreito da sua escola. Deve influir na sociedade pelo setor de sua vida pública e privada. Retemperar o seu character no tumulto da vida pública. Organizar a escola nos moldes do ensino moderno, estudando os meios sem adaptar-se aos costumes obsoletos do ambiente. São essas recommendações que na hora da formação de uma pátria nova. O Departamento de Educação dirige aos professores públicos primários da Parahyba. (OLIVEIRA, 1938, p. 3).

O momento político era ditatorial e, portanto, foi também óbvio que as instruções gerais fossem voltadas para a ordem, o civismo e o patriotismo. Todavia, as questões relacionadas ao ensino moderno, à escola moderna e ao ensino ativo se mantiveram presentes em determinadas situações relacionadas a educação paraibana, ou seja, elas não foram abandonadas ou esquecidas pelo poder público. Reiterando essa perspectiva outra notícia publicada no mês de fevereiro daquele mesmo ano apontou que

[...] A educação do nosso povo, orientada prudentemente sob os melhores methodos educativos da pedagogia moderna encontra-se em nosso Estado amparada pra uma modelar administração pública com o maior carinho e o mais decidido apoio oficial.

Desde o início do seu governo, o sr. Argemiro de Figueredo demonstrou a melhor compreensão das necessidades do ensino público e ouviu attentiosamente os justos reclames do magistério para attender aos mais urgentes serviços imprescindíveis(sic), na organização das escolas de todos os feitos, proporcionando o desenvolvimento dos nossos meios educacionais e fazendo surgir com o Departamento de Educação um campo vasto em que o ensino público se aparelhou dignamente para a sua maior expansão e melhor servir de modelo ao ensino particular. [...]

Creado pela lei nº. 16, de 13 de dezembro de 1935, o Departamento de Educação seguiram-se novos rumos que vem dando aos serviços de Instrucção Pública um relevo notável pelo grau de adeantamento das respectivas atividades nas suas diferentes divisões.

Durante o anno de 1937 foram creadas e providas 138 escolas, existindo actualmente no Estado, 39 grupos escolares. Povoam as escolas parahybanas cerca de setenta mil alumnos.

Num monummentalconjucto ergue-se nesta capital o edificio em construcção do Instituto de Educação e pelas cidades e villas do interior do Estado os grupos escolares mostram a preocupação do governo pelas instalações escolares em prédios apropriados dando ás escolas adaptação codigna.

As cousas do ensino receberam nesse de (sic) progresso uma directriz que lhe assegura o máximo de vantagens até agora colhida. À tarefa não escapam os mínimos detalhes para aperfeiçoamento a obra emprehendida. A Parahyba dever ser orgulhosa dos resultados colhidos no Departamento de Educação, como é fácil verificar pelo registro das principais realizações affectuadas ultimamente [...] (A UNIÃO, 25 fev. 1938, p. 8, grifo nosso).

Apesar de laudatória, a referida notícia nos dá importantes informações acerca da política educacional que, até aquele momento, deu continuidade ao que havia sido feito antes de 1937, isto é, o Departamento de Educação prosseguiu a sua política apoiada no discurso do ensino moderno, manifesta, especialmente, com as construções de grupos escolares, inclusive, nas cidades do interior. Deu também ênfase na construção do Instituto de Educação que fora projetado a partir das discussões que ocorrera alguns anos antes e que recebeu enorme destaque na Reforma da Educação de 1935, conforme analisamos no capítulo anterior.

Naquele mesmo ano a *Revista do Ensino* publicou uma matéria intitulada: “Os Novos Rumos á Educação na Paraíba”, que também enfatizou a importância da Lei nº 16, de 13 de dezembro de 1935. Vejamos um trecho da matéria, a seguir:

[...] A Paraíba, integralmente subordinada ao ritmo do Estado Novo, implantado no Brasil, pela Constituição de 10 de Novembro, atravessa uma fase de dinamismo, com a concretização de um vasto programa de construções, não só pelo aspecto material que empolga logo á primeira vista, mas sobretudo pelo lado moral, que é sem duvida um dos objetivos imediatos da atual carta constitucional que creou no país um forte espírito nacionalista. [...]

Dois decretos assinados pelo sr. Argemiro de Figueirêdo marcam, entre nós, o alevantamento da Instrução Pública, hoje uma das realizações de maior eficiencia e de mais brilho de sua administração, caracterizada notavelmente pela situação de relêvo em que se acha colocada a Paraíba, perante os demais Estados da Federação, nos planos economico, social e administrativo.

A Lei nº 16, de 13 de Dezembro de 1935, reformou fundamentalmente a Instrução Pública do Estado e creou o Departamento de Educação que dirige todas as atividades educacionais na Paraíba, inclusive os educandarios particulares que são fiscalizados e orientados pelo mesmo, o que trouxe á educação, em nossa terra, uma unidade absoluta de direção, “numa sistematização integral na difusão e no aperfeiçoamento da cultura paraibana”.

Com a Lei nº 16, de 13 de Dezembro de 1935, “ficou assentado em solidas bases o novo aparelhamento escolar do Estado, que se acha inteiramente reformado, da base ao vértice, atingindo metodos, processos e sistemas pedagogicos, rompendo com a rotina e projétando-se mais além, em realizações novas e fecundas, com a educação técnica, profissional e agrícola. (DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E PUBLICIDADE, 1938, p. 7-9).

Logo em seguida a notícia destacou o decreto de nº 961, de 11 de Fevereiro de 1938 que imprimiu à educação uma nova orientação que o Estado Novo passou a exigir.

Assim, a cultura física é obrigatória em todas as escolas primarias e secundarias do Estado, ministrada por pessoal capacitado, com o auxilio ainda de elementos de corporações militares, despertando-se na criança o

amôr pelos exercícios físicos, além de acostamá-la á disciplina militar, para a formação de homens fortes e obedientes ás ordens e á lei, brasileiros prontos para trabalhar pelo progresso e pela defêsa da pátria.

Pela mesma lei, o culto á bandeira é obrigatório em todos os estabelecimentos de ensino público e particular, processando-se, diariamente, o hasteamento do pavilhão nacional, com a presença dos professores, funcionarios e alunos.

As datas nacionais e do Estado Novo serão comemoradas solenemente com palestras alusivas aos fatos historicos, e ainda com passeiats cívicas, as quais terão obrigatoriamente o comparecimento dos docentes, discentes e funcionarios. [...]

Ficou determinada, nêsse decreto, a criação da superintendência da educação artística que orientará todos os trabalhos de orfeões escolares de musica, tanto na capital como no interior.

A educação artística fica subordinada a um unico plano de desenvolvimento, orientada por pessôa especializada, com o auxilio de elementos indispensáveis ao bom desempenho da função. [...]

Os novos rumos aplicados ao regime escolar na Paraíba, garantem a formação, entre nós, de um grande centro de cultura e pedagogia, cujos reflexos deverão incidir poderosamente no espirito nacional.

(DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E PUBLICIDADE, 1938, p.7-9).

A partir de então, podemos perceber as mudanças que foram operadas em relação as questões internas das escolas, especialmente no tocante as matérias relacionadas a moralidade, ao civismo, patriotismo, nacionalização que eram os princípios filosóficos propostos pelo Estado Novo. Nessa longa citação podemos perceber o quanto à educação física e a educação artística passaram a ser centrais no contexto da proposta do Estado Novo e a Paraíba não foi contrária as deliberações federais, muito pelo contrário, parece ter aderido sem muitos questionamentos.

Nacionalmente a orientação era que a educação física desenvolvida nas escolas ficasse aos cuidados do Ministério da Educação e Saúde, mas sob as diretrizes teóricas e filosóficas do Exército. Para tanto, foi criado, em 1934, no interior do mencionado Ministério, uma Inspeção Geral do Ensino Emendativo, encarregada de ocupar-se das questões relacionadas a educação física. Porém, em 1937, com a reforma do Ministério da Educação e Saúde, tal Inspeção deixou de existir, sendo ao mesmo tempo criada a Divisão de Educação Física, subordinada ao Departamento Nacional de Educação. Segundo Horta (2012, p. 73), a “organização e a direção dessa divisão [foram] confiadas aos militares, e será por meio dela que eles procurarão controlar a educação física escolar a partir de 1937.”

O que podemos perceber é que o ensino da educação física nas escolas esteve sob a orientação dos militares, porém a partir de 1937 ganhou uma conotação mais incisiva e mais direta. Dois anos depois, segundo Horta (2012, p. 76) sob a direção direta dos militares a

formação dos professores de educação física passou a ser “realizada pela Escola Nacional de Educação Física e Desportos, criada em 1939, na Universidade do Brasil”.

A educação moral, no início dos anos de 1930, mais especificamente em 1931 a partir da Reforma de Francisco Campos, acabou por ficar sob o encargo da Igreja Católica, juntamente com o ensino religioso que foi implementado facultativamente em todas as escolas públicas do país, conforme analisamos no capítulo anterior. Segundo Horta (2012, p.125), a não inclusão do ensino de educação moral e cívica como disciplina específica foi justificada por Francisco Campos por compreender que ela não tinha um caráter pedagógico, mas sim moral, de modo que deveria perpassar por todas as atividades desenvolvidas nas escolas especialmente nas aulas de ensino religioso. Essa perspectiva mudou a partir de 1937, com a instauração do Estado Novo, que além de manter aquela perspectiva mais geral no processo de formação moral do educando, passou também a se constituir parte significativa da formação do novo cidadão patriótico que deveria respeitar e elevar a pátria, além de contribuir para a construção da identidade nacional. Assim, nas escolas, o civismo, o patriotismo e o nacionalismo foram ampliados e ultrapassaram os muros das mesmas, um exemplo disso foi a intensificação dos desfiles cívicos que serviam, antes de tudo, para exaltar a pátria.

Assim, no contexto mais amplo do processo de nacionalização da educação, D’Araújo (2000, p. 37-38) destaca

um profundo controle de todos os currículos, de todas as atividades de todas as escolas nos recantos mais remotos do país. A escola nacionalizadora e monitorada pelo governo seria a porta de entrada para a nacionalidade, para a homogeneidade nacional e o controle de tendências exógenas que pudessem advir da multiculturalidade. Essas preocupações não eram novas, mas encontraram no Estado Novo o campo fértil para prosperarem e se tornarem realidade. Ainda no campo da educacional, o reforço dado a educação física não só servia ao propósito de direcionar jovens, como também representaria um aprimoramento estético do brasileiro.

Desta forma, compreendemos que ocorreram significativas mudanças relacionadas a forma de organização e de implementação das matérias associadas ao civismo, nacionalismo, educação física e ao patriotismo.

Na Paraíba o Decreto nº 961, de 11 de Fevereiro de 1938, primeiramente criou a obrigatoriedade do hasteamento da bandeira e o canto do hino nacional, bem como obrigatoriedade da educação física em todas primárias e secundárias do estado. A moral também teve destaque amplo neste decreto e deveria ser encarada de duas formas, *preventiva* e *reformativa* e a educação artística ganhou notoriedade com a criação da Superintendência de

educação artística. Posteriormente, em 1942, foi criada na Paraíba, a “Hora Cívica” em todas as escolas.

Em relação a educação cívica na Paraíba, durante o Estado Novo, Silva e Pinheiro (2012, p. 2-3) assinalam que o seu ensino

[...] não seria somente uma disciplina em si, mas nortearia todo o processo de ensino, ou seja, estaria presente desde a sala de aula até as atividades que saíssem dos seus limites, tais como: as festas escolares, as gincanas, as competições esportivas escolares e os desfiles cívicos.

Nesse sentido, fazendo parte desse conjunto de práticas educativas na Paraíba, o Departamento de Educação, no ano de 1942, por exemplo, implementou a *Hora Cívica*, a partir dos seguintes argumentos:

(Comunicado Nº1) – O Departamento de Educação do Estado, considerando a situação em que se acha o País, e considerando mais necessária a formação de uma consciência nacional no seio do professorado e da população escolar do Estado, a-fim-de se robustecerem os sentimentos patrióticos dos que trabalham na comunidade escolar, resolve criar a “HORA CÍVICA” em todos os estabelecimentos de ensino primário do Estado.

Da “HORA CÍVICA” constará obrigatoriamente, uma formatura em local apropriado, de todo o pessoal, docente, discente e administrativo do estabelecimento de ensino, devendo ser cantado, a seguir, o Hino Nacional. (A UNIÃO, 14 mar. 1942, p.5 apud SILVA; PINHEIRO, 2012, p. 2-3).

Atividades como estas citadas acima, nos oferecem um cenário de como a educação cívica esteve presente nos ambientes escolares primários paraibanos. Parte dessas atividades deveria ser realizadas quinzenalmente enquanto que outras cotidianamente, ou seja, quinze minutos antes de se iniciarem as aulas. Hasteava-se a bandeira, cantava-se o Hino Nacional e algum professor ou diretor do estabelecimento do ensino deveria proferir alguma prelação cívica para o corpo discente do estabelecimento de ensino primário.

Retornando ao decreto anteriormente mencionado, destacamos que o mesmo teve como objetivo formar a mocidade estudantina, no sentido de criar uma mentalidade nova, de acordo com o espírito do regime estadonovista implantado no Brasil e que fora institucionalizado pela Constituição de 10 de novembro de 1937. Acompanhem os artigos que instituíram a educação física, cívica, moral e artística:

DA EDUCAÇÃO PHYSICA

Art. 1º - Fica instituída obrigatoriamente a educação physica, em todas as escolas primarias e secundaria do estado.

Único - Esse serviço será orientado por um superintendente que terá os auxiliares e monitores que se fizerem necessários.

Art. 2º -A educação physica junto as escolas será também auxiliada por elementos de corporações militares que se encarregarão dos exercios (*sic*) de marcha parada acantonamentos.etc [...].

DA EDUCAÇÃO CIVICA

Art. 4º - O culto a bandeira é obrigatório em todos os estabelecimentos de ensino publico e particular.

Art. 5º - Haverá diariamente, antes do inicio do expediente escolar, hasteamento da bandeira no pátio interno das escolas. Esta solenidade terá a presença dos professores, funcionários e alunos que entoarão nesse momento o hymno nacional, igual solenidade devera ser feita por ocasião do seu arreamento.

Art. 6º - As datas nacionais e do estado serão comemoradas festivamente, devendo os professores nesses m dias fazerem preleções allusivas ao facto que se comemora e ainda promoverem paradas escolares as quais lerão obrigatoriamente o comparecimento dos docentes, funcionários e alunos. [...].

DA EDUCAÇÃO MORAL

Art. 9º - Os professores levarão na mais alta conta a educação moral dos seus alunos a qual deve ser encarada sob dois aspectos: 1º a preventiva: 2º a reformativa.

§ 1º Na primeira encaminha los a pratica do bem por meio de preleções constante contra os vícios e os males que de qualquer modo possam prejudicar a formação moral dos educandos. Na segunda, corrigindo, mostrando lhes os erros cometidos ou aplicando os castigos que o regulamento da instrução publica estabelecer.

DA EDUCAÇÃO ARTISTICA

Art. 10º - Fica creada a superintendencia de de (sic) educação artística que orientara a todos os trabalhos da [...] escolares e escola de musica,tanto na capital como no interior.

§Único - Como superintendente de educação physica,o de educação artística terá os auxiliares indispensáveis ao bom desempenho de suas funções [...] (A UNIÃO, 12 fev. 1938, p. 4).

Do ponto de vista administrativo foi criado oficialmente o cargo de professor-diretor de grupo escolar, a partir do Decreto nº 914, de 30 dezembro de 1937. Em relação aos profissionais que poderiam preencher este cargo ficou determinado que seriam

[...] aproveitados os actuaes directores diplomados pela Escola Normal, e os que tenham classificação de entrância⁴⁷ igual ou superior á dos professores e dos respectivos estabelecimentos a juízo do Governo.

Art. 3º Os professores directores de Grupos Escolares perceberão os seguintes vencimentos mensaes: 1ª categoria, 700\$000; 2ª categoria 500\$000; 2ª categoria⁴⁸, 400\$000 [...] (A UNIÃO, 08 jan. 1938, p. 2).

⁴⁷As comarcas são classificadas, administrativamente, em **entrâncias**, de acordo com alguns critérios, como o número de processos, população, importância dos municípios (se são metrópole ou do interior), etc. Sendo assim, ter-se-á uma comarca de 1ª entrância quando nela o movimento forense for reduzido, por exemplo; as de 2ª entrância são aquelas intermediárias, e as de 3ª entrância são as que correspondem à capital do estado, ou as que abrangerem uma metrópole. Alguns autores classificam-nas, respectivamente, como entrância inicial, passando para entrância intermediária, e por último a entrância final. Fonte: <<http://www.artigojus.com.br/2012/04/comarca-entrancia-e-instancia-conceitos.html>>. Acesso em: 22 out. 2015.

⁴⁸ Categoria refere-se ao nível de formação do professor, os mesmos recebiam de acordo com suas categorias. Fonte:<<http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/3991/1/OrganizacaoInstrucaoPublica.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2015.

Vale ressaltarmos que o cargo de diretor de grupo escolar já tinha sido mencionado no Regulamento Geral da Instrução da Paraíba de 1917, no entanto o mesmo só poderia ser ocupado por um dos professores efetivos da Instituição de ensino. Posteriormente, ocorreu a criação administrativa do cargo de professor-diretor, extinguindo-se então o cargo do diretor de grupo escolar, conforme podemos ver no decreto nº 914 de 30 de dezembro de 1937 abaixo apresentado, e poderia ser, inclusive, ocupado por um professor/a oriundo de outra Instituição. Tanto na regulamentação de 1917 quanto no decreto de 1937 a ocupação do cargo era indicado formalmente pelo governador.

DECRETO N.º 914, de 30 de dezembro de 1937

Crea o cargo de professor-director de Grupo Escolar e dá outras providências.

ARGEMIRO DE FIGUEREDO, Interventor Federal no Estado da Parahyba.

DECRETA:

Art.1º - Fica creado o cargo de professor-director e extinto o de director de Grupo Escolar do Estado; [...]

Art.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DA REDEMPÇÃO, em João Pessoa, 30 de dezembro de 1937
49º da Proclamação da República.

Argemiro de Figueiredo.

Severino Cordeiro.

Francisco de Paula Porto.

(A UNIÃO, 08 jan. 1938, p.2).

Dessa forma, inferimos que a criação do cargo de professor-diretor de forma oficial se deu no ano de 1937, todavia, na prática já existia o cargo de diretor de grupo escolar desde a criação do primeiro grupo escolar⁴⁹ no estado, ou seja, em 1916, sendo inclusive anterior ao Regulamento de 1917 que deu base normativa para a criação de grupos escolares na Paraíba.

Além das novas normatizações referentes aos diretores de grupos escolares, no ano seguinte, em 1938, foi criado o cargo de inspetor auxiliar do ensino, mediante o Decreto nº 1.012, de 04 de março.⁵⁰

O inspetor auxiliar do ensino teria como função a fiscalização escolar no interior do estado. O cargo seria ocupado, em cada município do estado, pelo diretor do grupo escolar ou pelo professor de cada escola elementar, designado pelo Departamento de Educação. Cabia ao

⁴⁹ Para maiores detalhamentos sobre o primeiro grupo escolar da Paraíba, o Dr. Thomás Mindêllo, consultar o estudo realizado por Lima (2011).

⁵⁰Ver Decreto nº 1.012, de 04.04.1938 na íntegra no *Jornal A União* (05 abr. 1938, p. 4).

inspetor auxiliar de ensino visitar constantemente as escolas que lhe fossem indicadas de acordo com sua localidade, os mesmos deveriam enviar relatórios semanais aos inspetores regionais da zona a qual pertenciam.

Além dos inspetores auxiliares do ensino, em um nível acima deles tinham também os inspetores técnicos regionais, que fiscalizariam as inspetorias auxiliares. Havia também a figura do inspetor administrativo, que deveria fiscalizar as frequências dos professores.

É interessante ressaltar que toda essa nova estruturação seguia um padrão técnico advindo de ordens superiores, conforme foi publicado em matéria de março de 1938, do *Jornal A União*, intitulada: “O Ensino na Paraíba”. Tal questão foi enfatizada, mostrando a ligação entre o plano sobre educação aprovado por decreto aqui na Paraíba e a realidade do Brasil à época. Vejamos:

[...] O plano sobre educação e ensino que o Sr. Interventor Federal na Paraíba acaba de aprovar por decreto, apresenta em toda a sua estrutura um sentido técnico como convém à realidade brasileira e ao trato da ciência positiva que faz objeto do mesmo decreto. É de notar que, aquela⁵¹ unidade da Federação, empenhada no combate a rotina tem resolvido muitos dos seus problemas internos de administração com absoluto êxito, porque adota invariavelmente nas soluções que concerta a bem da comunidade um critério seguro pautado pelas exigências do Estado moderno e a espírito de evolução que disperse toques renovadores sobre todas as atividades públicas e privadas [...]. (A UNIÃO, 16 mar. 1938, p.1).

Esse aspecto reafirma o caráter centralizador assumido pelo o Estado Novo, uma vez que, nos parece, toda e qualquer voz dissonante foi silenciada já que não encontramos na imprensa oficial do Estado da Paraíba nenhum tipo de questionamento ou contraposição do que estava sendo feito no âmbito educacional. Podemos afirmar isso, mesmo que de forma não categórica, considerando que todas as notícias publicadas no *Jornal A União* apenas reproduziam ou reiteravam as diretrizes que eram emanadas do poder central. Todavia, conforme anunciamos logo no primeiro capítulo deste trabalho, um dos principais jornais de oposição ao governo era o *Jornal A Imprensa*, vinculado à Igreja Católica que, como vimos anteriormente, publicou um significativo número de notícias contrárias as proposições oriundas tanto do governo brasileiro, quanto dos governos da Paraíba no que concernia aos ideais escolanovistas.

Vale salientarmos que apesar do ensino religioso ter sido mantido após a instauração

⁵¹“Aquela unidade da Federação” é referente a Paraíba, haja vista que a notícia (re)publicada no *Jornal A União* é originalmente do *Jornal do Brasil*, de 10 do mês de março, de 1938.

do Estado Novo as garantias dadas anteriormente à Igreja foram minimizadas nesse novo momento político-institucional. Segundo Horta (2012, p. 340), a Igreja Católica teve que se adequar à situação de “insegurança jurídica, imposta de resto, a toda a nação. [...] Sua posição não é mais fruto de um direito inscrito na Constituição, mas de uma concessão que dependia do arbítrio do Governo.”

Dessa forma, o espaço para a fala da Igreja Católica em relação a educação também tornou-se mais restrita. Mesmo assim, em fevereiro de 1937, Laura Jacobina Lacombe escreveu um comentário no *Jornal A Imprensa* sobre a educação e a necessidade de adaptação social, destacando a falta de uma sólida educação religiosa nessa nova civilização. Vejamos um trecho da notícia:

EDUCAÇÃO E ADAPTAÇÃO SOCIAL

Muito se preocupam os educadores em preparar as crianças de hoje para uma **civilização da mudança**.

Na verdade, quem se lembra dos hábitos e “modos” do começo do século póde bem avaliar a transformação por que passou a nossa sociedade.

Até que ponto pactuar com as inovações? Até onde vai o que é direito onde começa o que é condenável? Como dar fundamentos da verdadeira moral? Eis as perguntas que devem se apresentar á mente dos que se preocupam com a educação moral. Sobretudo os pais bem intencionados pela solução desses problemas! Como conciliar uma certa adaptação social com a conservação dos princípios da moral?

Quantos, porém, são arrastados pela corrente, temendo ser chamados de “pais retrogrados” ... [...]

Sem uma sólida educação religiosa, sem o conhecimento do decálogo e a certeza de sua origem divina, como preparar a criança para resistir ás tentações de um mundo paganizado? [...]

Se os pais se lembrassem desse fator que tantos desprezam, como haveriam de poupar trabalhos e muitas vezes até lágrimas ...

(LACOMBE, 1937, p. 5, grifo do autor).

Esta é apenas uma das inúmeras matérias relacionadas ao ensino religioso ou a falta dele na escola moderna. A minimização da importância do ensino religioso e ao mesmo tempo a supervalorização do ensino de moral e cívico acabou gerando novos debates entre os governos federal e estaduais e a Igreja Católica que demonstrava de forma reiterativa o seu descontentamento com os novos rumos da educação formal no Brasil.

Outro ponto de divergência dos católicos com o governo brasileiro eram os testes de inteligência, que também faziam parte da proposta dos escolanovistas. Everardo Backheuser, escreveu algumas matérias para o *Jornal A Imprensa*, dentre elas uma intitulada “Testes de Inteligência”, na coluna “Comentário”, na qual ele apresenta alguns questionamentos relacionados a esses testes. Além de ser o Diretor da Conferência Católica Brasileira de

Educação – C.C.B.E era também naquele momento Diretor do Instituto de Pesquisas Educacionais – INEP, portanto, tratava-se um homem influente no cenário educacional nacional. Vejamos a seguir um trecho da matéria por ele redigida:

TESTES DE INTELIGÊNCIA

Medir a inteligência passa hoje em dia por ser coisa fácil porque há uns tantos testes e escalas que correm mundo apadrinhados por nomes de fama. No entanto, é bem certo não o ser.

As dificuldades começam no preparo da própria escala e não terminam no momento de aplicá-la porque só acabam no instante de apurar e analisar os resultados. Muito teríamos de escrever se quizessemos, aludir a todas elas.

O primeiro tropeço se apresenta ao psicólogo ao ter de fixar com nitidez de linhas o que seja “inteligência”. Não sei que autor, se me não engano Reuttmann no seu famoso livro **Die Methoden der pädagogischen Psychologie**, lembra que não nos devemos preocupar com o que seja a inteligência porque também o físico não sabe o que é eletricidade nem luz e apesar disso maneja e mede quer uma quer outra. O essencial para ele, é medir a inteligência, aproveitá-la em suas propriedades, manipulá-la. Claro que não pensamos assim, mas ainda pondo de lado a importância de conhecer os atributos da inteligência para medindo-os, medi-la.

Aquelas escalas habitualmente postas em mãos dos professores para medir inteligência, serão de fato utensílios [sic] perfeitamente adaptados a esse fim? Ou ao contrário, medirão mais o “saber” que a “inteligência”? [...]

Convém de fato distinguir em cada indivíduo duas sortes de inteligência, melhor diríamos, duas “situações da inteligência” a inteligência selvagem e a inteligência cultivada. [...]

O problema é vasto e só em pequenas pílulas pôde ser propinado através desse escasso meio palmo de coluna. Voltaremos.

(BACKHEUSER, 1937, p. 5).

Podemos perceber logo de imediato o quanto Everardo Backheuser era ácido nas críticas que teceu em relação à aplicação dos testes de inteligência.

Seguindo essa linha de críticas ao governo federal, o *Jornal A Imprensa* publicou outra matéria com o irônico título “Ano da educação ou da sucessão” fazendo menção a indicação que o governo federal fez em ter considerado 1936 como o “Ano da Educação”. Vejamos:

ANO DA EDUCAÇÃO OU DA SUCESSÃO

O senso de humor do brasileiro foi desafiado pelo sr. Getúlio Vargas quando afirmou, em princípios de 1936, que o ano findo seria o “ano da educação”.

1936 nada viu de útil para o ensino. Mas o sr. Getúlio teve razão: nós chamaremos 1936 o ano da educação justamente porque não será possível outro ano todo sem educação como este que há pouco desapareceu ... 1936 será caracterizado pela ausência de educação e assim não faz mal que paradoxalmente, seja ele considerado “ano de educação”. [...]

Estamos talvez fazendo trocadilhos. Dizemos, porém, que o ano de 1936 educou o povo para receber as imprescindíveis reformas do ensino. Hoje,

toda a gente está esclarecida no Brasil a respeito dos males de nosso ensino. Fomos ensinados no tocante á deseducação nacional.

Todos estão cientes, agora, do absurdo de nossos programas. Caracterizaram-se, nitidamente, os defeitos de nossa educação: o enciclopedismo, a ausencia de instrução clássica-literaria e ate as minucias tecnicas, como a ineficiência das provas parciais, o pernicioso dos cursos complementares, etc., etc.

1936 foi mesmo o “ano da educação”.

Ha poucos dias, instalou-se o Conselho Nacional de Educação, onde figuram representantes legítimos e reais da nossa cultura, sem nada de medalhões ou exterioridades filhas da fama ou do acaso feliz ...

A instalação do conselho provocou-nos os pensamentos que ai ficam.

Estamos, porém, cheios de más previsões. O povo já se acha plenamente esclarecido a respeito de sua ou de nossa deseducação. Neste terreno é impossível encontrar campo para educar. Somos diplomados no assunto ...

Que se fará, pois, em 1937.

Temos bastante medo. Com toda a certeza este ainda não será o “ano da educação”.

Achamos muito mais provável que 1937 seja o “ano da sucessão”.

Se houver sucessão ... (A IMPRENSA, 14 mar. 1937, p. 3).

Como podemos perceber as críticas eram severas fazendo o *Jornal* acreditar aos seus leitores os precários rumos que o governo Vargas estava dando à educação escolar. E concluiu duvidando se haveria de fato sucessão. O que realmente não aconteceu tendo ao contrário Vargas implantado, através de um golpe, o Estado Novo em 10 de novembro, ou seja, oito meses depois da matéria publicada.

Na Paraíba, durante o ano de 1937, encontramos algumas notícias questionadoras. Entretanto, a partir de 1938 em linhas gerais, já não mais encontramos críticas aos governos federal e estadual. Na verdade as notícias publicadas no *Jornal a Imprensa* passaram a ter um caráter mais informativo em relação ao que os governo federal e estadual estavam realizando no âmbito da educação. Vejamos um trecho de uma notícia intitulada “Sobre a instrução na Paraíba”, de Severino Alves Rocha

Ha um homem de governo dentre todos os governantes que tem tido a Paraíba, que nos multiplos setores de sua administração, tem revelado o mais aprimorado senso de equilíbrio e tino administrativo, demonstrando o desejo forte de dar ao Estado uma posição de destaque entre as demais unidades da Federação. [...] A Lei nº 16 sendo uma lei de reforma, abrange diversos pontos de esfera educacional: Trata do amparo á criança e ao professor, da criação de novos tipos de escolas, da organização da secretaria do Departamento de Educação, do Consêlho de E. de Educação, et. E’ uma lei fundamental e está para o Ensino como a Constituição está para a Nação. O Decreto 961, sendo uma lei adjetiva, tem ainda um caráter mais acentuado e de fundo essencialmente sociológico – cai em cheio e diretamente sobre a infância, cogitando da educação física, artística, cívica, moral, assitencia medica e dentaria higiene, bandeiras de saúde e lanche escolar. A’ primeira vista, parece que com este decreto, teríamos na Paraíba a educação integral,

mas para isto ainda um passo seria necessario. E o decreto nº 1042, de 13 do fluente, veio coroar a grande obra, pois crêa a Escola Rural Modêlo nesta Capital e dispõe sobre a organização do Ensino Rural no Estado. [...] (ROCHA, 1938, p. 4).

Se observarmos o conteúdo dessa notícia e a forma como ela foi escrita muito se aproxima das notícias publicadas no *Jornal A União*, o jornal oficial do Estado da Paraíba. Acreditamos que isso se deva em virtude da censura ter ficado mais rigorosa e efetiva a partir de 1938, levando, inclusive, ao fechamento do *Jornal A Imprensa*, em 1942, que somente foram reabertas as suas atividades em 1946.

Em novembro de 1938, o *Jornal A Imprensa* publicou uma notícia intitulada “O Estado Novo abre novas perspectivas aos rumos de seu esforço – O ensino primário colocado no rol das atribuições federais – Importante decreto do Presidente da Republica creando a Comissão Nacional de Ensino Primário”. Segue abaixo um trecho da notícia:

RIO, 22 – o presidente da Republica assinou, na pasta da Educação, em data de 18 do corrente, o seguinte decreto lei, creando a Comissão Nacional de Ensino Primário [...].

As justificativas do decreto lei acima transcrito constam da exposição de motivos do ministro da Educação e Saude, que está assim redigida:

“Sr. presidente:

O ensino primário apresenta-se neste momento, como um dos mais importantes problemas governamentais de nosso país. Focalizou-o, ainda há pouco, v.ex., na entrevista que concedeu aos jornalistas, ao ensejo da comemoração do primeiro aniversario da Fundação do Estado Novo. [...]

O inicio da obra federal a ser realizada deve consistir, sem duvida, num estudo do problema, nas suas linhas gerais pelo menos. Tal estudo deverá prosseguir, á medida das realizações que se fizerem, para melhor orienta-las. Com o fim de promove-lo, tenho a honra de propôr a v.ex. a criação de uma Comissão Nacional de Ensino Primario, nos termos do projêto de decreto-lei que ora lhe apresento. Reitero a v.ex., neste ensejo, os meus protestos de estima e respeito. A) – Gustavo Capanema.”. (A IMPRENSA, 23 nov. 1938, p. 3).

Como podemos perceber a notícia acima transcrita tem caráter meramente informativo sobre o “bom” andamento da política educacional primária nacional, inclusive informando o decreto-lei de criação da Comissão Nacional de Educação.

Seguindo essa lógica destacamos uma matéria escrita por João Lelis, intitulada: “O Perfil Atual da Educação na Paraíba”, no jornal oficial do estado, quando o autor aponta que

A mudança do regime ocorrida em 10 de Novembro do ano findo implicou na mudança do espírito da educação para um fim mais positivo e mais amplo. Porque mudar as normas constitucionais sem ajustar a educação às

novas necessidades e á nova orientação da vida nacional seria obra incompleta e de resultados mais que duvidosos, inúteis. [...]A lei nº 16 de 13 de Dezembro ultimo votada pela extinta assemblea estadual e sancionada pelo executivo, trouxe sangue novo á instrução pública paraibana. Em conjugação com o Decreto 961, de 11 de Fevereiro do corrente ano, forma admirável plano de educação que, de modo substancioso realiza as finalidades do regime vigente no que respeita a preparação da mocidade ás lutas da vida e da inteligência. [...]Esse magnifico plano educativo não podia executar-se na plenitude, em um ambiente comum ou insuficiente como o que vínhamos tendo. Fazia-se preciso um habitat compatível com o espírito de renovação educacional tal como os edificios do Instituto de Educação em marcha célebre para sua conclusão. Um sem o outro seria dote falho que não alcançaria o “desidératum”. [...] (LELIS, 1938, p. 3).

“Forma admirável plano de educação”, “magnífico plano educativo”, foram algumas das expressões utilizadas pelo autor acima referenciado e que bem ilustram o caráter laudatório e conivente com o regime marcado pelo autoritarismo e centralismo administrativo. Todavia, considerando aquele contexto, é interessante destacar a elevação que foi feita em torno do Instituto de Educação, transformando-o em um novo símbolo ou instituição modelar no sentido de modernização escolar na Paraíba. Logo no início de ano de 1939 uma das notícias do *Jornal A União* sobre “As obras públicas no governo de Argemiro de Figueiredo” destacou dentre várias questões o Instituto de Educação. Vejamos um trecho da reportagem acompanhada de algumas imagens:

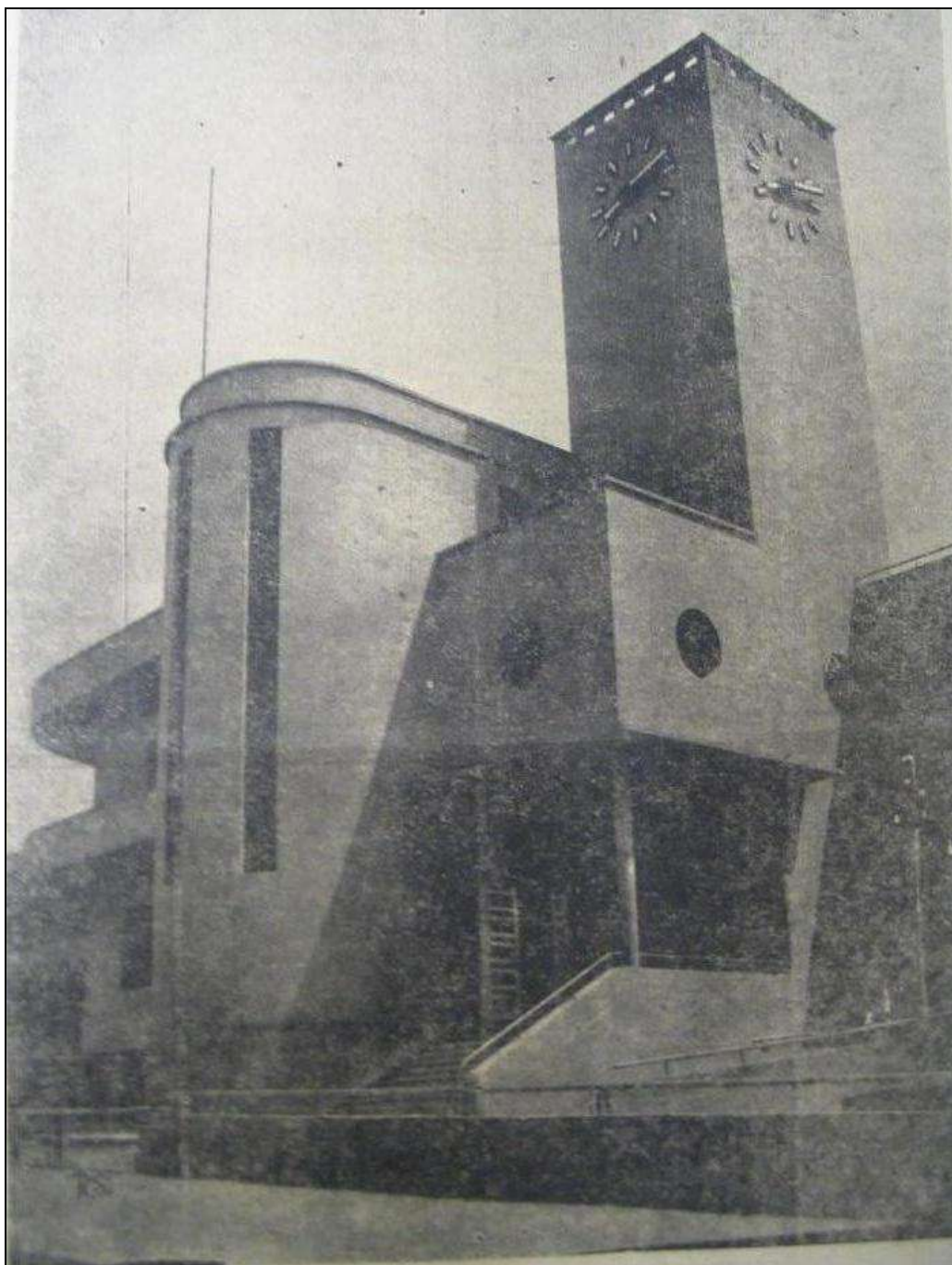
[...] EDIFICAÇÕES ESCOLARES

Instituto de Educação – Está em vespas de inaugurar-se a suntuosa construção do edifício central do Instituto de Educação, sem dúvida uma das maiores realizações do govêrno do interventor Argemiro de Figueirêdo.

O Jardim da Infância, iniciado em agosto de 37, deverá estar terminado até fins de fevereiro vindouro.

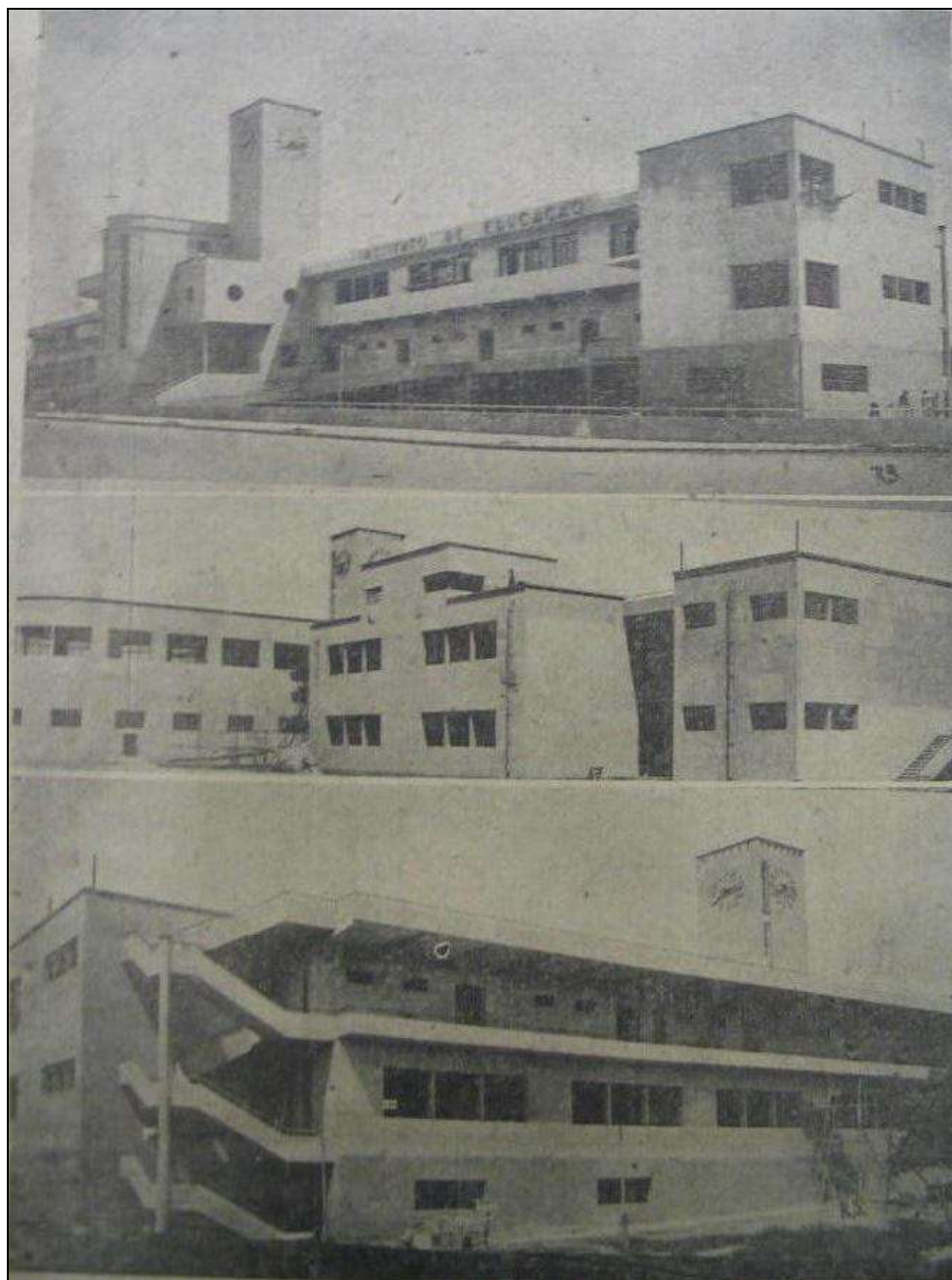
O total empenhado, desde os trabalhos preliminares, com a execução do plano do Instituto, montou, em 31 de 1938, em 3.023:041\$200. [...] (A UNIÃO, 25 jan. 1939, p.1-2).

Figura 4 – Instituto de Educação: Detalhe da fachada principal e torre com imponente relógio.



Fonte: *Jornal A União* (25 jan. 1939, p.1-2).

Figura 5 – Fachada principal; b) Fachada posterior; c) Fachada posterior (outro aspecto)



Fonte: *Jornal A União* (25 jan. 1939, p.1-2).

Dessa forma, podemos perceber que o projeto do Instituto de Educação, que fora pensado na Reforma da Instrução Pública da Paraíba, de 1935, teve a sua continuidade nos anos posteriores a instauração do Estado Novo. É importante lembrar que Argemiro de Figueiredo também representa certa continuidade em relação ao seu governo período democrático, uma vez que a sua administração foi iniciada em 1935 e prolongou-se até 1940, quando então assumiu o interventor Ruy Carneiro.

O Instituto de Educação da Paraíba foi solenemente inaugurado no dia 19 de abril de 1939, como parte das comemorações da data natalícia do presidente Getúlio Vargas e se configurou como sendo um grande complexo educacional no estado da Paraíba. De acordo com a notícia do *Jornal A União*,

A's 15 horas, ocorrerá a solenidade da inauguração do importante Instituto de Educação.

O ato terá a presença do interventor Argemiro de Figueirêdo e outras autoridades federais, estaduais e municipais, membros do magistério conterrâneo, jornalistas, famílias, etc.

Realizar-se-á, naquêle momento, uma sessão magna, falando do inicio, o conego Matias Freire, diretor do Liceu Paraibano.

Após, será cantado o Hino Nacional, pelos alunos do mesmo estabelecimento de ensino.

Como orador oficial da solenidade, discursará o dr. Alvaro de Carvalho, lente do Instituto de Educação, escolhendo por lema o “Estado Novo” e a personalidade do Chefe da Nação.

Seguir-se-á a execução de um programa de canto pelo “Orfeão Carlos Gomes” composto de alunas do mesmo Instituto, sob regencia do maestro Gazzi de Sa.

Encerrando a sessão, será executado, novamente, o Hino Brasileiro. [...] (A UNIÃO, 19 abr. 1939, p.1).

Um aspecto que nos chamou a atenção na notícia acima parcialmente reproduzida foi a ênfase dada a um acontecimento de maior importância cívica, com discursos e a execução do hino nacional em dois momentos, no início e no fim da festividade, o que nos indica a exacerbação do caráter cívico e patriótico que essas festividades foram colorizadas com tons muito fortes a partir de 1937.

Outra notícia, a do dia 20 de abril de 1939, o *Jornal A União* noticiou logo em sua primeira página as homenagens que a Paraíba prestou, no dia anterior, ao presidente Getúlio como um “espetáculo da maior imponência cívica” e desta feita acompanhada de uma sequência de imagens.

CONSTITUIU um espetáculo da maior imponência cívica a inauguração, ontem, do Instituto de Educação – uma das maiores realizações do atual Governo – em homenagem ao aniversário natalício do presidente Getúlio Vargas. Na tarde esfusiente de sol, o monumental edifício do modelar estabelecimento de ensino, que ladeia largo trecho da avenida Getúlio Vargas, também ontem inaugurada, apresentava-se festivo, com as suas dependências totalmente tomadas por milhares de alunos do Liceu e dos grupos escolares da Capital, além de calculável multidão formada pelos elementos de maior representação dos nossos círculos administrativos, intelectuais e sociais. [...] (A UNIÃO, 20 abr. 1939, p.1).

Figura 6 – Festivo aspecto do imponente edifício do Instituto de Educação por ocasião da sua inauguração



Fonte: *Jornal A União* (20 abr. 1939, p.1).

Uma questão que consideramos muito importante realçar acerca do cenário educacional paraibano ocorreu ainda em 1939, antes mesmo da inauguração do prédio do Instituto de Educação⁵², que foi a extinção da Escola Secundária, que na Reforma de 1935

⁵² Vale ressaltar que a Escola Normal da Capital funcionou no prédio localizado na Praça João Pessoa (atual prédio do Tribunal de Justiça da Paraíba), do ano de 1919 a 1939, quando foi transferida para o prédio do Instituto de Educação, na avenida Getúlio Vargas. No período de criação até a inauguração do Instituto de Educação, ou seja, do ano de 1935 até 1939, a Escola Normal foi legalmente extinta e foi criado o Instituto de Educação, porém não funcionou na configuração que ficou estabelecido na Lei Nº 16 de 13 de dezembro de 1935. Inicialmente o Instituto de Educação teve seu funcionamento pela Escola Secundária do Instituto de Educação que abrigou o Curso Gymnasial e o Curso de Formação de Professores (o Curso Normal), e funcionou provavelmente no antigo prédio da Escola Normal. Em 1939, com a inauguração do Instituto de Educação, a Escola Secundária deste estabelecimento de ensino foi transferida para o novo prédio, porém a Escola Secundária do Instituto de Educação foi extinta em janeiro de 1939, não chegando a funcionar no seu novo prédio. Desta forma, apenas a o Curso de Formação de Professores foi transferido para o prédio do Instituto de Educação, mas sem ter tido maiores divulgações e não sabemos de fato em qual local o mesmo foi instaurado. No mesmo dia da inauguração do Instituto de Educação, foi também inaugurado o prédio do Jardim da Infância que abrigou a Escola de Aplicação (que no projeto inicial deveria ser ao lado do prédio principal do Instituto de

passou a fazer parte da organização do referido Instituto, ou seja, ela era uma das quatro escolas que formavam o Instituto de Educação, conforme apresentamos no capítulo anterior. Segundo Silva (2011b, p. 38)

Em janeiro de 1939 havia na Paraíba dois cursos fundamentais / ginasiais, entretanto, o interventor Argemiro de Figueiredo considerou que não havia necessidade de se ter dois desses cursos na capital, mantido pelo Estado, então designou que um deles fosse extinto. Segundo o *Jornal A União*⁵³, foi extinta a Escola Secundária que funcionava no Instituto de Educação, (Decreto nº 1.265, de 21 de janeiro de 1939⁵⁴ suprimiu a então Escola Secundária do Instituto de Educação que foi criada pelo artigo 2º, nº 111, letra b, da lei nº 16, de 13 de dezembro de 1935), mantendo somente o do Liceu Paraibano que funcionava no antigo prédio de origem jesuítica.

Em relação ao breve período de funcionamento da Escola Secundária (1936 a 1938) do mencionado Instituto, Azevêdo (2012b, p. 80 e 82) nos informa que “de acordo com os editais de provas parciais, oferecia duas modalidades: o curso gymnasial e curso de formação de professores. [...]”.

Consideramos a extinção da Escola Secundária do Instituto de Educação a primeira, de tantas outras, mudanças que acabou desarticulando um projeto maior de um complexo educacional paraibano. Vejamos a notícia na íntegra sobre a sua extinção:

EXTINTA ONTEM A ESCOLA SECUNDÁRIA DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

Em data de ontem, o interventor Argemiro de Figueirêdo decretou a extinção da Escola Secundária do Instituto de Educação, considerando que nenhum motivo de natureza didática ou educacional impõe a manutenção pelo Estado de dois curso ginasiais, um no Licêu Paraibano e outro no referido Instituto, além de imperativos de ordem financeira que justificam a fusão dos dois aludidos cursos.

Educação, mas que na verdade acabou não sendo construída com esse intuito, só ficando pronta nos anos de 1950 e acabou por abrigar nesse período a FAFI – Faculdade de Filosofia). Desta forma, do projeto inicial do Instituto de Educação que deveria ser formado pela Escola de Professores, Escola Secundária, Escola de Aplicação e um Jardim da Infância, houve uma desarticulação, pois o Liceu Paraibano foi incorporado ao Instituto de Educação, já no ano de sua inauguração, em 1939, a Escola Secundária do Instituto de Educação foi extinta e a Escola Secundária do Liceu Paraibano ficou com esse espaço, também no ano de 1939. Do projeto inicial do Instituto de Educação, funcionou o Jardim da Infância e a Escola de Aplicação, porém não no prédio projetado, e sim em um dos ambientes do prédio do Jardim da Infância e a Escola de Professores que era o principal marco da formação dos docentes para o ensino primário apenas foi inaugurada no ano de 1941 e foi instalada em um dos salões do Liceu Paraibano, porém o prédio foi projeto inicialmente para a formação de professores, mas o cenário político paraibano e as correlações de forças acabaram auxiliando para uma desarticulação do projeto inicial que acabou por fortalecer o ensino propedêutico na Paraíba.

⁵³ Para visualização da notícia completa sobre a extinção da Escola Secundária do Instituto de Educação, consultar *Jornal A União* de 22 de janeiro de 1939, p.01.

⁵⁴ Para ver o Decreto nº 1.265, de 21 de janeiro de 1939 na íntegra consultar, *Jornal A União*, 24 de janeiro de 1939, p.04.

De acordo com o decreto em aprêço, que vai publicado na secção competente desta folha, e por fôrça da fusão dos dois cursos, os professores e depois funcionários efetivos que pertenciam ao quadro da Escola Secundária, ficam em disponibilidade, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, até que lhes sejam designadas outras funções, de vantagens equivalentes, na administração pública. (A UNIÃO, 22 jan. 1939, p. 1).

Além da extinção da Escola Secundária do Instituto de Educação ocorrida no mês de janeiro de 1939, foi criado, no mês seguinte, o Curso Complementar no Liceu Paraibano, que até então somente ofertava o Curso Secundário Fundamental. Essa organização obrigava os alunos para poder finalizar o Curso Secundário irem para outros estados do país, especialmente para Recife. Tal instituição precisou de um espaço maior para ser instalado, haja vista que o mesmo situava-se em um prédio antigo e com um espaço menor. Observemos abaixo tradicional prédio do Liceu Paraibano:

Figura 7– Prédio onde funcionou o Lyceu Paraybano de 1839 a 1939, quando foi transferido para as modernas instalações do Instituto de Educação, na Avenida Getúlio Vargas.



Fonte: *Jornal A União* (s/d apud SILVA, 2011b, p. 38).

Assim sendo, conforme nos alerta Silva (2011b, p. 42) “O Instituto de Educação, inicialmente, serviu como o novo ambiente para o funcionamento do Liceu Paraibano, ou

seja, os 942⁵⁵ alunos do Liceu Paraibano, matriculados no ano de 1939, entre rapazes e moças”. Vale ressaltar que não apenas inicialmente, mas o Liceu Paraibano acabou por influenciar a supressão paulatina do Instituto de Educação que somente voltou a ter um prédio construído para abrigá-lo exclusivamente nos anos de 1950.

O *Jornal A União* noticiou no dia 31 de março de 1939 na primeira página a seguinte matéria “O Secular Liceu Paraibano em seu novo ambiente, no Instituto de Educação”, ou seja, mesmo antes de sua inauguração que foi em abril de 1939, o referido prédio já estava destinado à abrigar o Liceu Paraibano. Azevêdo (2012b, p. 90, 92 e 97) nos apresenta as seguintes reflexões sobre o Instituto de Educação:

[...] Ora, se o Instituto de Educação correspondia ao reflexo de um novo sistema educacional, que surgiu no intuito de formar professores utilizando-se inclusive de um novo método, e também, verificar o funcionamento das propostas da Educação Nova num sistema integrado e articulado, como o curso ginasial propedêutico arraigado na educação tradicional do Liceu Paraibano poderia fazer esse papel? Ou o curso ginasial da Escola Secundária do Instituto de Educação foi criado com aspecto renovador, porém manteve as mesmas práticas e métodos da educação tradicional?

[...] podemos perceber o progresso educacional, para a sociedade naquele contexto, traduzindo-se na grande edificação erguida no centro da capital do estado. Por outro lado, tendo em vista que os dois meses antes, a instituição que tendia ao avanço educacional acerca da formação de professores, foi suprimida por lei, fazendo com que o Instituto de Educação assumisse uma posição de retrocesso, na formação do professor primário paraibano.

[...] Conforme o apresentado, percebemos que o Instituto de Educação na Paraíba não conseguiu caminhar de acordo com o modelo previsto. E julgamos que, o que se concretizou na Paraíba, não coube chamar naquele momento de “Instituto de Educação”. Todavia, sabemos que o contexto político e social entre os anos de 1935 e 1939, contribuiu para isso. Na verdade, desde a criação do Instituto de Educação, todos os acontecimentos do contexto político, já apontavam para o rumo que essa instituição tomaria. Na Paraíba, as intenções que rodeavam a criação do Instituto de Educação começaram a ficar claras já com o afastamento de José Batista de Mello, do cargo de Diretor do Departamento de Educação, logo após sanção da Lei que reformou o ensino na Paraíba, ainda em 1935.

[...] Todavia [...] a Escola Secundária do Instituto de Educação já tinha desde o início de suas atividades, líderes da Igreja Católica à sua frente. Assim sendo, julgamos que mesmo que a Escola Secundária do Instituto de Educação não tivesse sido extinta, ainda assim, o Instituto de Educação não funcionaria com bases na educação moderna. Sobretudo com as imposições do Estado Novo que buscavam controlar todos os passos das instituições educativas e dos seus profissionais.

[...] Em suma, diante deste contexto, o Instituto de Educação, tal como pensado inicialmente por educadores como os Pioneiros da Educação Nova,

⁵⁵ Observar que em notícia do dia 31 de março de 1939, p.01, o *Jornal A União* foi publicado que a quantidade do alunado do Liceu Paraibano era em número 942, já em outra notícia a do dia 20 de abril de 1939, p. 01, foi publicado que este número seria de 970 alunos.

representado em nossa localidade por José Batista de Mello, não alcançou continuidade na Paraíba. Os novos ares que a educação moderna pretendeu tomar no início dos anos de 1930 foram sufocados pelo novo modelo de Estado.

A autora nos mostra um panorama amplo da situação política e educacional que circundou a criação e a não efetivação do projeto proposto por José Batista de Mello em 1935, para o Instituto de Educação. Nesse sentido, ela ressalta a resistência dos representantes do ensino tradicional na Paraíba em relação ao ensino moderno, constatando mais uma vitória da Igreja Católica frente ao projeto dos renovadores. Não foi à toa que o Cônego Nicodemus Neves⁵⁶ foi nomeado Diretor da Escola Secundária do Instituto de Educação e do Curso Normal. A sua indicação para os mencionados cargos nos sugere o papel que desempenhou no sentido de possibilitar o fechamento da mencionada escola. A sua extinção certamente beneficiou as escolas particulares de nível secundário, especialmente as confessionais, atendendo assim os interesses da Igreja Católica. Assim, a cidade de João Pessoa voltou a ter apenas uma escola secundária pública – O Liceu Paraibano – que manteve o seu tradicional tipo de formação assentada na perspectiva propedêutica, preparando os seus alunos para cursarem o ensino superior. Nesse sentido, podemos sintetizar as repercussões e o sentido político-educacional da extinção da Escola Secundária do Instituto de Educação, que tratou-se de:

- a) Desmontar, primeiramente, parte o projeto de modernização da educação paraibana que fora sonhado/idealizado por José Batista de Melo;
- b) Diminuir, ou melhor, anular qualquer concorrência da escola pública com o setor privado, especialmente com as escolas confessionais de nível secundário e,
- c) Deter, mesmo que parcialmente, o avanço do escolanovismo na Paraíba.

O novo cenário político-institucional (Estado Novo) provocou, como já mencionamos anteriormente, uma desarticulação no tocante a formação dos professores na perspectiva renovadora, demarcado pelas correlações de forças entre os defendiam a escola pública, laica e gratuita e aquelas forças sociais e políticas que defendiam a manutenção (permanência) do

⁵⁶ De acordo com Barreto (2009), Nicodemus Neves da Costa (o nome dele em alguns jornais da época pesquisada aparece como Nicodemus), nasceu em Carnaúba – RN, no ano de 1884 e faleceu em 1957. Foi um Cônego Honorário da Paraíba, teve atuação como professor no Seminário da Nossa Senhora da Conceição/PB (1914); foi Vigário interino do Conde/PB (1914) e Capelão do Hospital e da Santa Casa de Misericórdia. Foi também professor da rede de ensino particular e público na Paraíba, tendo sido professor do PIO X (1914) e Diretor e Professor da Escola Normal e do Lyceu Paraibano. O Cônego segundo a autora escreveu um livro intitulado “A inquisição na Paraíba”, que foi publicado pela Editora A Imprensa, em 1922.

status quo daqueles comprometidos com os interesses das escolas particulares e/ou confessionais.

Azevêdo (2012b, p. 97) ainda nos diz que:

entendendo que há um período de transitoriedade para a incorporação das leis, inferimos que a última turma da Escola de Professores⁵⁷, iniciada em 1938, tenha continuado seu processo de formação até o ano de 1941, dado o período de 3 anos exigidos para o cumprimento desse curso.

Assim, segundo um relatório encaminhado ao Presidente Getúlio Vargas pelo Interventor Ruy Carneiro, referente ao ano de 1941, a situação do curso de formação de professores na Paraíba, “obedeceria ao padrão proposto na reforma nacional do ensino primário, organizada pelo Governo Federal”, segundo o entendimento que se dera entre o “Governo e o Prof. Lourenço Filho, diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos [...]”. (CARNEIRO, 1942, p. 69).

Dessa forma compreendemos que um aspecto que tendeu a permanecer junto à ideia inicial do Instituto de Educação foi a implementação e funcionamento da Escola de Professores que existiu no mesmo espaço físico do Liceu Paraibano, ou seja, no Instituto de Educação. Segundo notícia do jornal *A Imprensa*, a instalação da Escola de Professores se deu no ano de 1941, vejamos um trecho a seguir:

INSTALA-SE, QUARTA-FEIRA A ESCOLA DE PROFESSORES
JÁ ACHAM-SE INSCRITOS 39 ALUNOS – O ATO REALIZAR-SE-Á
COM A PRESENÇA DO INTERVENTOR
Instala-se, quarta-feira, nesta capital, num dos salões do Liceu Paraibano, o Curso de Escola de Professores.
A Escola destina-se ao preparo de professôres para o magistério primário, mediante um ensino profissional produtivo e intenso.
O primeiro ano que se inicia compreende de seis disciplinas: Fundamentos biológicos da Educação, Psicologia aplicada á Educação, Metodologia das materias do Ensino Primario, Musica e Canto Orfeonico; Educação Moral e Cívica; Desenho e Trabalhos Manuais.
Com uma expressiva matricula de 39 candidatos, ao ensino primario, em nosso Estado, rasgam-se novos horizontes, vendo-se coroar, assim; em pleno êxito tôdos os esforços envidados pelos poderes estaduais neste altruístico sentido, que é o de preparar de melhor maneira os responsaveis pelos ensinamentos lecionados á juventude.
O ato será revestido de solenidade, com a presença do Interventor Federal, seus auxiliares e o Diretor do Departamento de Educação. [...] (A IMPRENSA, 04 abr. 1941, p. 3).

⁵⁷ Provavelmente aqui ocorreu um equívoco de escrita, pois a Escola de Professores só foi instaurada no ano de 1941, conforme a documentação pesquisada apresenta. Neste caso aqui enfatizado, a referência é em relação a última turma da Escola Normal e não da Escola de Professores, conforme está apontado pela autora Azevêdo (2012).

Sobre a inauguração da Escola de Professores, aqui reproduzimos alguns trechos:

Inaugurada, ontem, a Escola de Professores
Realizou-se, ontem, às 8 horas no “Auditorium” do Instituto de Educação a inauguração da ESCOLA DE PROFESSORES que no plano educacional que está sendo posto em pratica é o curso destinado á formação do nosso magisterio primário.
Presidiu a reunião o sr. Secretario do Interior, interino, sr. Janduí Carneiro que foi acompanhado pelos srs. prof. Santiago, diretor do Departamento de Educação, José Simeão, diretôr do DSP, profª Ascensão Cunha, diretora da Escola de Professores da nova Escola, srs. Edson de Almeida; padre Carlos Coêlho, Jaime Seixas, Santina Sá, Cleanto Leite.
Compareceram tôdos os alunos do 1º ano do curso, que é o que vai funcionar este ano.
Fez a oração de sapiencia, o padre Carlos Coêlho, professôr de Psicologia aplicada á educação. [...]
A ESCOLA DE PROFESSORES o coroamento de uma educação humanista. Se representa um sentido profissional – uma especialidade pragmatica – cria tambem um clima para o desenvolvimento de estudos mais profundos. Fazendo da tarefa educativa o objéto de suas preocupações, a nova Escola não esquece que a educação, envolvendo um conceito mais largo que a simples erudição, é obra humana e como tal deve ser uma fonte de pesquisas marginando as varias esferas da vida cultural.
Daí eu querer acentuar de incio que o destino da ESCOLA DE PROFESSORES não é apenas de um sentido profissional. Ela deve ser antes de tudo uma vocação para a cultura geral. Não podemos entender um professor como esse homeopata do saber, que, de relógio nas mãos, comunica ciência ás gôtas em horas marcadas.
A Escola de Professores inscrevendo no seu bienio, depois de um curso fundamental de bases classicas, o estudo de disciplinas biológicas, psicológicas e morais, ela visa a formação integral do professor num plano humanista.
E’ pena que os nossos legisladôres do ensino **não se tenham libertado totalmente do preconceito laicista**. Pois, o humanismo integral implica numa concepção religiosa. Mas, nada se faz aos saltos. Já representa alguma coisa esse passo que, no Brasil, se deu no sentido de um ideal educativo. [...]. (A IMPRENSA, 08 maio. 1941, p. 2-3, grifo nosso).

É importante observar as indicações em relação a organização curricular da Escola de Professores, ou seja, nela verificamos que a presença das bases biológicas e psicológicas são resultantes da influência do escolanovismo, enquanto que as bases morais são fruto da nova perspectiva educacional e escolar efetivada a partir do Estado Novo.

Vale também destacarmos a permanência da perspectiva humanista e preocupada em profissionalizar os professores assentado numa cultura geral. Todavia, lamentou o redator da

notícia, a não libertação dos legisladores paraibanos dos preceitos laicistas, ou seja, a ausência do ensino religioso para uma formação mais integral do professorado.

Segundo Silva (2011b, p. 47) a primeira turma concluinte da Escola de Professores se formou em 1942, e a solenidade

[...] ocorreu no Instituto de Educação e ao término da cerimônia da entrega dos diplomas, foi iniciada a festa, com danças, etc. A Escola de Professores diplomou não apenas mulheres, mas também homens, porém as turmas eram diferenciadas, turmas apenas para mulheres e turmas para homens.

Mediante este panorama podemos perceber que a longa jornada em torno da criação, construção e efetivação do Instituto de Educação na Paraíba acabou tendo desdobramentos diferenciados da ideia inicial constante na Reforma de 1935, pois não estava no planejamento que o Liceu Paraibano seria abrigado junto ao Instituto de Educação, esta foi uma questão de ordem política, inclusive vale ressaltar que até o nome que foi inicialmente colocado na frente do prédio foi retirado posteriormente e substituído pelo nome Liceu Paraibano.

3.2 A Comissão Nacional do Ensino Primário e a reestruturação do Ensino na Paraíba em 1942

Em algumas páginas anteriores, mencionamos muito rapidamente sobre a criação da Comissão Nacional do Ensino Primário, em 1938, assim neste item procuramos aprofundar alguns aspectos que consideramos relevantes no sentido de percebermos a sua importância para a reorganização e reordenamento das escolas primárias, visando fortalecer o processo de nacionalização da educação escolar. A referida Comissão serviu, portanto, como matriz delineadora das diretrizes destinadas ao ensino primário no Brasil, bem como no Estado da Paraíba. Foi dirigida inicialmente por Everardo Backheuser que propôs, entre outros aspectos, a obrigatoriedade do hasteamento diário da bandeira e o canto do Hino Nacional nas escolas primárias, conforme já discutimos anteriormente. (HORTA, 1994).

Segundo notícia do *Jornal A União*, “Esse novo e importantíssimo órgão educacional estudará a organização do programa de trabalho a ser executado em ação conjunta pelos governos da União, Estados e Municípios, procurando **extirpar totalmente o analfabetismo** do organismo nacional”. (A UNIÃO, 19 abr. 1939, p. 2, grifo nosso).

Como uma das preocupações era exatamente combater os altos índices de analfabetismo, várias foram as formas criadas para tentar sanar essa questão.

Em 1932 foi criada a Cruzada Nacional de Educação e na Paraíba tivemos, em 1939, a criação da Cruzada Paraibana de Educação. Para tanto, a ideia mais geral foi tentar melhor articular os objetivos estabelecidos pelas Cruzadas com o ensino primário regular, haja vista que estava exatamente nesse nível de ensino a função de eliminar, ou pelo menos, minimizar os elevados níveis de analfabetismo que tanto dificultavam o desenvolvimento do setor industrial. Nesse sentido, Lourenço Filho, em uma conferência proferida na Academia Brasileira de Letras e que foi publicizada pelo *Jornal A União*, no ano de 1940, apontou que:

[...] O que as nações defendem não são os seus bens materiais, mas justamente o que a educação cria em seus homens; solidariedade moral o clima espiritual comum às tradições e às aspirações coletivas. Si quisermos cuidar da nossa defesa, havemos de cuidar da Educação, especialmente da educação primária”. [...]

Referiu-se á ação do presidente Getúlio Vargas, dizendo que o atual programa do Chefe do Governo, animando a economia do País, procurando resolver os grandes da indústria pesada, é uma programa indireto de melhoria da educação nacional.

Concluindo, disse o conferencista: “Nós tempos atuais os países industrializados poderão apresentar desenvolvimento de educação compatível com a necessidade do momento. Para isso, é muito importante que a educação tenha sua diretriz firme e bem orientada para o trabalho concebido nas técnicas modernas. O ante-projeto da Comissão Nacional do Ensino Primário atendeu a esse ponto, estabelecendo um ciclo de ensino pré-vocacional em todos os cursos desse grau de ensino. A fórmula para os melhores resultados gerais seria a de um convenio entre a União e os estados, já consagrada em lei, porém ainda dependente da execução. (A UNIÃO, 10 ago. 1940, p. 8).

É importante observarmos que Lourenço Filho foi um personagem extremamente importante nos anos quarenta para a Paraíba, uma vez que esteve presente em várias negociações no campo educacional entre o governo local e o federal. As orientações educacionais que estavam presentes no convênio ao qual se referiu na conferência acima mencionada foram notadamente efetivadas dois anos depois, em 1942, quando a Paraíba reformulou as suas diretrizes para o ensino primário.

Em agosto de 1940 foi nomeado por Getúlio Vargas o Interventor Ruy Carneiro para substituir Argemiro de Figueiredo e com essa nova mudança no campo político também ocorreu em setembro, daquele mesmo ano, a nomeação de um novo Diretor interino do Departamento de Educação, Joaquim Santiago que, segundo o *Jornal A União*, era um professor renomado e de destaque no magistério paraibano. (A UNIÃO, 01 set. 1940, p.1).

Foi também no ano de 1940 que o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação, publicou o boletim nº 8 consagrado ao estudo do ensino primário e normal no Estado da Paraíba. Vejamos um trecho da notícia do *Jornal A União* sobre essa questão:

[...] Na introdução do boletim o Diretor do Inep depois de referir-se a certos aspectos das ultimas reformas de ensino empreendidas pelas administrações estaduais salienta que a impressão dominante, nessas reformas é a de “que atravessamos um período de transição caracterizada por esforços muito significativos mas ainda á procura de espirito de maior unidade, só possível de ser definido aliás em diretrizes fixadas pela União, e em que consubstanciem objetivos e técnicas de sentido nacional.”

No entretanto, o mesmo trabalho salienta o notável desenvolvimento da rede escolar da Paraíba, de 1932 a 1937.

Em 1932, todas as escolas primárias do Estado eram apenas 547 e os alunos 38 mil. Em 1937, as escolas atingiam o número de 1058 e a matrícula compreendia mais de 76 mil crianças. [...]

Com efeito as dotações com os serviços da educação de pouco mais de dois mil contos em 1931 dois anos depois podiam ser de três mil e quinhentos contos e, em 1939 atingiam o montante de cinco mil e seiscentos contos. Não é menos certo, porém que mais eficientes práticas de administração e um novo interesse público despertado pela causa do ensino também nesse resultado terão poderosamente influído. [...]

Embora esse aumento relativo seja digno de melhores encômios deve-se observar que a situação estatística do ensino ainda não é satisfatória. Se é certo que em 1930 a matrícula não chegava a compreender 2% da população total em 1937 não atingia á taxa média encontrada para todo o país e que era então de 7%. [...] (A UNIÃO, 24 set. 1940, p.3).

A notícia sobre o boletim nº 8 do INEP trouxe considerações estatísticas sobre o melhoramento do ensino primário na Paraíba, mas também deixou claro que ainda teria que ser feito muito mais para conseguir o patamar nacional de matrículas. Em contrapartida indicou ainda, apesar dos problemas existentes no Estado da Paraíba, que sofreu principalmente com a seca nos anos trinta, que houve um crescimento em relação ao ensino primário.

De acordo com o Relatório apresentado ao Presidente Getúlio Vargas pelo Interventor Ruy Carneiro sobre a sua administração em 1941, encontramos o seguinte diagnóstico sobre o ensino primário:

[...] Em comemoração ao “Dia da Juventude”, baixei um decreto-lei em 19 de Abril do ano passado criando 40 novas escolas primárias no Estado, que foram imediatamente preenchidas e já se acham em funcionamento. Reconhecendo embora que as necessidades da população escolar de todos os municípios excedem as possibilidades financeiras do Estado, procurei desse

modo concorrer para amenizar o angustioso problema das crianças em idade escolar que não podem concorrer aos **cursos de alfabetização**. [...] (CARNEIRO, 1942, p. 66, grifo nosso).

Ainda neste relatório sobre a administração paraibana referente ao ano de 1941, Ruy Carneiro explicitou que:

Ao ser nomeado Interventor Federal, cogitei de melhorar o aparelhamento educacional do Estado, procurando integrá-lo nas diretrizes nacionais da Educação. Invoquei, para isso, a colaboração do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, cujo diretor Lourenço Filho frequentou a Paraíba a assistência daquele órgão técnico e as luzes de sua experiência pessoal. Conhecedor dos problemas do ensino, aquele eminente educador brasileiro ficou aguardando as providências do Estado no sentido de possibilitar a vinda de um técnico federal, que se encarregasse do plano da reforma do nosso Departamento de Educação. Circunstâncias imperiosas impediram que esse programa tivesse início em 1941, sem que o meu Governo, entretanto, se descurasse do assunto, cuja solução foi, assim protelada para 1942. Contando, como tenho contado, com o concurso esclarecido do Ministro Gustavo Capanema, espero encaminhar o problema com os promissores resultados que é lícito prevêr de um programa renovador ao qual o eminente titular da pasta da Educação empresta o seu valioso e patriótico apôio. [...]. (CARNEIRO, 1942, p. 65).

Nesse sentido, iniciaram-se todas as articulações que foram necessárias para realizar a reforma do Departamento de Educação, que nas páginas do *Jornal A União* foi amplamente divulgada como a “Reforma do Ensino”, no ano de 1942, mas que na verdade se constituiu uma reestruturação do Departamento de Educação.

Sobre as articulações as quais mencionamos acima, aqui destaco um trecho de notícia publicada pelo *Jornal A União*:

ORIENTAÇÃO DO GOV. FEDERAL PARA OS SEUS PROBLEMAS EDUCACIONAIS

UM TÉCNICO DE EDUCAÇÃO, REQUISITADO PELO GOVÊRNO PARAIBANO, PROCEDERÁ À REFORMA DO ENSINO NO ESTADO – COM O INTERVENTOR RUY CARNEIRO SEGUIRÁ PARA JOÃO PESSÔA O DIRETOR DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

RIO, 28 – (A.M.) – Entre as grandes iniciativas do interventor Ruy Carneiro, no Estado da Paraíba, está a de dotar esse próspero Estado de um aparelhamento de ensino moderno, baseado num plano de administração altamente eficiente. Nesse sentido, o interventor Ruy Carneiro solicitou a colaboração direta do Ministério da Educação por intermédio do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, órgão técnico central do Ministério e a que cabe também a função de assistência técnica junto ao Estado. Soubemos que, para certos estudos a fazer-se “in-loco”, partirá na próxima quarta-feira, em avião da Panair, em companhia do interventor paraibano, o diretor do

I.N.E.P. prof. Lourenço Filho, com o qual segue também o técnico de educação, o sr. Pedro Calheiros Bonfim, que vai exercer o cargo de diretor do Departamento de Educação do Estado [...] (A UNIÃO, 03 mar. 1942, p. 3).

A partir de então o *Jornal A União* passou a noticiar várias propostas e ideias até a implementação da Reforma do Ensino na Paraíba. O pensamento central daqueles que se envolveram com a reforma naquele momento foi mais uma vez assentado na ideia da necessidade de modernizar o ensino, melhorar o aparelhamento escolar e, principalmente, qualificar o professorado paraibano. Essa questão foi tão enfatizada no ano de 1942 que algumas notícias apresentam, inclusive, registros fotográficos. Uma dessas notícias refere-se à visita do professor Lourenço Filho à Paraíba, momento em que o mesmo concedeu uma entrevista ao *Jornal A União*, na qual ressaltou a questão da formação do professorado:

DIRETRIZES PARA A REFORMA DO ENSINO NA PARAÍBA. Fala a UNIÃO sobre o importante tema o prof. Lourenço Filho, diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – “O Govêrno da Paraíba deu um bôlo exemplo de compreensão da integração nacional a ser realizada pela educação” – Estabelecimento de uma carreira para o professorado – Coordenação de todos os serviços do ensino [...]. (A UNIÃO, 08 mar. 1942, p. 3).

Figura 8 – Entrevista concedida ao redator do *Jornal A União*, pelo professor Lourenço Filho.



Fonte: *Jornal A União* (08 mar. 1942, p. 3).

Ao que tudo indica, mesmo antes da publicação da reforma do ensino que se encontrava em fase de elaboração, o governo da Paraíba estabeleceu a Carreira de Professor e a implementação de cursos de aperfeiçoamento destinados ao professorado primário, aspectos que trataremos mais detidamente no próximo item.

Para que a reorganização do ensino na Paraíba pudesse ser efetivada, foi ainda em fevereiro de 1942, nomeado Pedro Calheiros Bomfim para o cargo de novo Diretor do Departamento de Educação, um técnico educacional, advindo do Rio de Janeiro. Sobre essa nomeação a *Revista do Ensino*⁵⁸ publicou o seguinte:

NOMEADO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO O SR. PEDRO CALHEIROS BOMFIM

Convidado pelo Senhor Interventor Ruy Carneiro, assumiu as funções de Diretor do Departamento de Educação dêste Estado o sr. Pedro Calheiros Bomfim, técnico do Ministério da Educação, posto á disposição do Govêrno da Paraíba pelo Govêrno Federal.

A notícia de sua vinda para dirigir os serviços de educação na Paraíba foi recebida com as mais vivas simpatias e demonstrações de júbilo pelo professorado paraibano.

Conhecedor dos problemas da organização geral do ensino no Brasil, tendo exercido importante função no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos onde emprestou o concurso de sua assistência técnica ao professor Lourenço Filho dêside a fundação daquêle importante órgão do Ministério da Educação, o sr. Pedro Calheiros Bomfim é um nome que começa a ser conhecido na Paraíba pelas demonstrações que vem dando de sua capacidade de trabalho, de sua cultura sôbre os problemas educacionais, e pelo alto valor de suas medidas na administração dos serviços de educação e de ensino do nosso Estado.

Incansável no exercício de suas atribuições, prestigiando e valorizando o professor, o novo Diretor do Departamento já conseguiu reunir em um só bloco todo o magistério paraibano disposto a cooperar nos trabalhos de reorganização do ensino do Estado, já iniciados pelo técnico de educação que dirige o nosso Departamento.

Entre as medidas já estudadas pelo novo Diretor, e que estão em vias de efetivação, contam-se um curso de aperfeiçoamento para professores, uma série de palestras radiofônicas para ilustração do magistério, a criação de uma secção de educação na “A União”, onde todo professor pôde agora emitir as suas opiniões, a organização da carreira de professor, as circulares de orientação do ensino para inspetores escolares, os estudos de reorganização do Departamento de Educação, e mais a restauração daquêle ambiente de valorização do trabalho do mestre e a compreensão do sentido nobre da missão do educador. [...]

A posse do sr. Calheiros Bomfim teve lugar no dia 5 de março no gabinete do Secretário do Interior. Estiveram presentes ao ato todas as altas autoridades, membros do magistério e funcionários do Departamento de Educação. [...] (REVISTA DO ENSINO, 1942, p. 9-10).

⁵⁸1942 foi o último ano de sua circulação.

A partir da citação acima podemos perceber que Pedro Calheiros Bomfim foi nomeado para garantir que a reforma do ensino na Paraíba fosse efetivada seguindo rigorosamente os preceitos relativos aos ideais nacionais. E, para tanto, estava disposto a colocá-los em prática.

Finalmente, em agosto de 1942 foi concluída a reforma do ensino, ou melhor, a reforma do Departamento de Educação, pelo Decreto-lei Nº 316, de 11 de agosto, que na verdade passou por mudanças e ajustes no sentido de melhor se coadunar com as diretrizes destinadas ao ensino primário impostas pelo governo federal, a partir das definições estabelecidas pelo Ministério da Educação e de seu Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

É importante ressaltarmos que possíveis resistências as novas orientações tenham ocorrido, contudo, considerando que no regime ditatorial vigente elas foram silenciadas ou equacionadas, mesmo que de forma impositiva. Como já dissemos anteriormente a principal voz de oposição no Estado da Paraíba foi a Igreja Católica através do seu *Jornal A Imprensa*, que conseguiu a partir de algumas reflexões, colocar-se contrária ao projeto educacional do Estado Novo.

Segundo Pinheiro, Silva e Burity (2013, p. 179-180) a Reforma do Ensino da Paraíba de 1942, efetivou várias medidas, uma vez que a Paraíba foi

[...] o primeiro estado a ter pedido orientação do Governo Federal para os problemas educacionais que vinham sendo apresentados para a efetivação dos projetos do Estado Novo, acabou por institucionalizar o discurso patriótico, nacional e cívico, em especial nos grupos escolares.

Portanto, a educação escolar primária não ficou fora desse movimento, panorama, em que muitas implementações foram feitas em relação ao professorado primário, bem como melhoramentos e construções escolares primárias a fim de ampliar educação escolarizada para as crianças paraibanas. Foi então a partir do ano de 1942 que o Departamento de Educação, órgão centralizador do Ensino, passou a ter a seguinte organização, conforme nos informa Melo (1996, p. 121):

a) Divisão do Ensino Primário e Normal; b) Divisão do Ensino Médio, Superior e Difusão Cultural; c) Divisão de Educação Física; d) Divisão de Educação Artística; e) Serviços de Estatísticas Educacionais; f) Serviços Auxiliares.

Dentro dessa nova divisão iremos nos deter mais especificamente em relação a Divisão do Ensino Primário e Normal, pois estamos preocupados com a formação das crianças da educação primária, bem como com a formação do professorado primário paraibano. Esta Divisão deveria orientar, fiscalizar e controlar o ensino primário e normal do Estado, público e particular.

O ensino primário mediante o panorama do ano de 1942, após a reorganização do Departamento de Educação, segundo o Relatório das Atividades do Govêrno da Paraíba referente ao ano de 1942, apresentou considerações importantes referentes as instituições auxiliares do ensino que tiveram uma significativa ampliação naquele ano. O documento acima mencionado apontou que essas instituições tiveram especial atenção do Departamento de Educação, notadamente os clubes agrícolas que tiveram maior repercussão junto ao ensino primário paraibano. Também há um destaque para os trabalhos manuais, que segundo o mesmo relatório, “durante o ano de 1942, teve grande incremento entre os diversos estabelecimentos de ensino do Estado” (p. 121).

Os feriados nacionais também mereceram destaques na nova reorganização do ensino, pois foram realizadas palestras pelos professores e alunos referentes as respectivas datas comemorativas.

Quanto aos prédios escolares, ou seja, sobre os grupos escolares, o documento reporta a realização de várias construções, dentre eles foi destacado o de Cabedelo, construído em 1942 e compreendido como um sendo um prédio “[...] amplo e moderno, dotado de todos os requisitos necessários ao seu funcionamento” (p. 122).

Sobre o ensino normal, a Exposição apresentada ao presidente Getúlio Vargas pelo interventor Ruy Carneiro, em 1944, referente aos serviços e realizações do ano de 1943, aponta que este ensino era desenvolvido no Estado em duas Escolas de Professores, sendo uma anexa ao Instituto de Educação, estabelecimento compreendido como oficial e padrão, e outra anexa ao Ginásio Imaculada Conceição, respectivamente, nesta capital e em Campina Grande.

Os alunos que eram matriculados nessas escolas, tinham o curso ginasial completo, realizado em ginásios sob inspeção federal (CARNEIRO, 1944, p. 113). Em relação ao ensino normal no interior, vejamos o seguinte trecho da Exposição:

Considerando a necessidade da difusão do ensino normal no interior como contribuição imprescindível á ampliação do magistério público e particular nas zonas rurais e ainda tendo em vista as dificuldades de sua manutenção sob o mesmo regime das Escolas de Professôres que só pódem ser instaladas

onde necessariamente houver Ginásios sob Inspeção Federal, o Estado tem permitido a criação de Escolas Normais Livres, oficializando-as e dando-lhes assistência com subvenções. Essas Escolas Normais mantêm cursos primário, secundário e pedagógico, sob fiscalização do Departamento de Educação e fornecem diplomas apenas reconhecidos no Estado. (CARNEIRO, 1944, p.113).

A partir da citação acima, podemos perceber que não era em todos os locais que poderiam ser criadas Escolas de Professores, por isso a permissão da criação e manutenção das Escolas Normais Livres. Vale ressaltar que os diplomas emitidos por essas escolas somente tinham validade no âmbito estadual, ou seja, foram criadas para suprir uma necessidade das localidades mais distantes para formar professores para atuarem em zonas rurais e até mesmo em cidades, povoados e vilas mais distanciadas.

Consideramos que com a reforma do Departamento de Educação e, em especial, observando a Divisão do Ensino Primário e Normal, vários aspectos em relação ao ensino primário sofreram modificações, especialmente com a expansão das instituições auxiliares do ensino⁵⁹. Elas passaram a ser ampliadas e efetivadas em várias cidades da Paraíba.

Já em relação a formação de professores das localidades mais distantes da capital, que apesar de terem tido uma formação mais simples, ficou mais claro como seriam essas formações, bem como as mesmas seriam organizadas.

Logo que concluída e publicada a reforma, Pedro Calheiros Bonfim foi substituído por Abelardo Jurema e no dia 07 de novembro de 1942 foi publicada uma breve notícia no *Jornal A União* informando que este havia sido nomeado por decreto pelo Interventor Federal.

Assim, a partir da documentação por nos consultada não ficou muito claro os motivos que levaram a saída de Pedro Calheiros Bonfim do cargo de Diretor do Departamento de Educação. Porém, quanto à nomeação de Abelardo Jurema, vale informar que naquele momento era Diretor da Rádio Tabajara e que tinha, inclusive, uma atuação jornalística muito significativa junto à sociedade paraibana, e, especialmente, no âmbito da educação por conta de sua dedicação ao Teatro Infantil da Paraíba.

⁵⁹Para maiores detalhamentos sobre a implementação e expansão das Instituições Auxiliares do Ensino na Paraíba, no ano de 1942, consultar: Silva e Pinheiro (2013). Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07-%20HISTORIA%20DAS%20INSTITUICOES%20E%20PRATICAS%20EDUCATIVAS/IMPLEMENTACAO%20E%20EXPANSAO%20DE%20INSTITUICOES%20AUXILIARES.pdf>>.

3.3 Cursos destinados a qualificação do professorado paraibano

Desejamos destacar que a organização de cursos de aperfeiçoamento destinados ao professorado paraibano ocorreram concomitantemente ao processo de elaboração da reforma de 1942. Silva (2013, p. 35) destaca que os cursos ocorridos, como o de Aperfeiçoamento para o Professorado Primário, eram formações complementares no sentido de auxiliar na sua qualificação. Eles também receberam ampla visibilidade junto à imprensa oficial do Estado. Segundo a autora

Em abril de 1942 foi publicado o Comunicado nº 06 do Departamento de Educação, informado o professorado paraibano que o mesmo iria oferecer um Curso de Aperfeiçoamento para os professores primários da capital. Tal curso foi dividido em “Secções” e teve programas de aula previamente elaborados (SILVA, 2013, p. 35).

Já em relação ao Comunicado nº 06 do Departamento de Educação, encontramos as seguintes informações:

[...] Terminadas as aulas do Curso de Aperfeiçoamento, será realizada uma prova para verificação de aproveitamento. Aos que fôrem considerados aprovados será concedido um certificado pelo Departamento de Educação. Ao portador do certificado, será dada uma preferência, em igualdade de condições, para efeito de promoção na carreira do professor, quando a mesma estiver criada e regulamentada, ou para efeito de designação para chefia de cargos de direção, ou de comissões na chefia dos serviços de administração da educação e do ensino.

E' obrigatória a frequência às aulas do Curso de Aperfeiçoamento por parte dos professôres públicos dos Grupos Escolares, das Escolas Isoladas e das Escolas do ensino noturno, que estejam situadas no perímetro urbano e suburbano de João Pessoa.

A-fim-de organizar o programa para o Curso de Aperfeiçoamento, a Comissão designada para êsse fim, é composta dos professores Monsenhor Pedro Anísio, Francisca de Ascensão Cunha, Carmelita Gomes, Manuel Viana Junior, Débora Duarte, Julita Vasconcelos e Mário Gomes, por intermédio do Departamento de Educação, entrou em entendimentos com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, órgão técnico central do Ministério da Educação, e recebeu dêle a mais franca colaboração, o I.N.E.P. organizou, mesmo, um plano para a execução do Curso de Aperfeiçoamento, o qual, depois de convenientemente adaptado pelo Departamento de Educação foi aceita pela referida Comissão [...].

As aulas da primeira parte do programa do Curso de Aperfeiçoamento vão ser ministradas pelos professores Francisca de Ascensão Cunha: O professor na organização escolar. Funções capitais do professor, requisitos e qualidades. Carmelita Gomes: Como organizar as classes de ensino. Débora Duarte: Escrituração, registro de lições e dos fatos mais interessantes

ocorridos em uma classe. Julita Vasconcelos: Disciplina. Mário Gomes: Problemas de frequência, pontualidade e da evasão escolar. Alcides Lima: Higiêne do mobiliário e material escolar, e dos alunos. Débora Duarte: Organização do Horário de trabalho. Silvia Pessoa: Verificação do rendimento escolar.

Em virtude do grande número de professores que terão de assistir às aulas do Curso, o Departamento de Educação organizou quatro turmas. (A UNIÃO, 08 abr. 1942, p. 5 apud SILVA; PINHEIRO, 2012, p. 4).

Conforme o Comunicado, podemos perceber que a organização do Curso de Aperfeiçoamento destinado aos professores/as paraibanos/as recebeu orientação direta do INEP ao elaborar “um plano de execução”. Entendemos assim que o Curso fez parte e foi mais uma das estratégias utilizadas pelo poder central no sentido de reorganizar o ensino primário assentado no princípio da nacionalização, ou seja, os professores também deveriam adotar determinados procedimentos nas suas práticas cotidianas semelhantemente ao que seria realizado em qualquer outra unidade da federação brasileira. A ideia era apresentar ao professorado primário como deveria comportar-se e o que deveria ser ensinado em sala de aula.

É interessante também percebermos a importância que o *Jornal A União* deu ao Curso divulgando amplamente os conteúdos e as sequências das aulas. Esse procedimento possibilitava que parte da sociedade paraibana acompanhasse as modificações e as novas formas de ensino realizadas no Estado.

Outro curso de formação criado foi o Curso de Emergência de Monitores de Educação Física na Paraíba. Silva e Pinheiro (2012, p. 5) destacam que o

Decreto de nº 961, de 11 de fevereiro de 1938, que estabeleceu normas gerais para a organização escolar do Estado da Paraíba, deu também outras providências, entre elas a oficialização da educação física, ficando instituída a sua obrigatoriedade em todas as escolas primárias e secundárias do Estado. Mediante este decreto, a educação física que era ministrada nas escolas deveria ser orientada por um superintendente e o mesmo deveria ter auxiliares e monitores para auxiliar no trabalho cotidianamente. Assim sendo, fez-se necessário implementar no estado da Paraíba, um Curso de Emergência de formação de Monitores de Educação Física.

Para tanto, foi publicado o Decreto-lei Nº 291, de 14 de julho de 1942, o regulamentado e oficializando-o. Acompanhemos a publicado no *Jornal A União*, no dia 15 de julho do referido ano:

DECRETO-LEI Nº 291, de 14 de julho de 1942 Cria o Curso de Emergência para a formação de Monitores de Educação Física e dá outras providências. O INTERVENTOR FEDERAL INTERINO, na conformidade do disposto no art. 6º, nº IV, do decreto-lei nº 1.202, de 8 de abril de 1939,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado, no Departamento de Educação, 2) Ensino Primário e Secundário, Escola de Professores, da Secretaria do Interior e Segurança Pública, um curso de emergência para a formação de monitores de educação física.

Art. 2º - Para fazer face a despesas com gratificações por aula relativa ao curso mencionado no artigo anterior, é aberto a Secretaria do Interior e Segurança Pública, IV – Departamento de Educação. 2) Ensino Primário e Secundário – Escola de Professores, 4,07.25 – Gratificação por aula, o suplementar da importância de oito contos de réis (8:000\$000), considerando-se como recurso disponível para este efeito a redução de dotação orçamentária a que se refere o decreto-lei nº 290, de 14 de julho de 1942.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

João Pessoa, 14 de julho de 1942; 54º da Proclamação da República, - Samuel Duarte, J. Janduhy Carneiro, Miguel Falcão de Alves. (A UNIÃO, 15 jul. 1942).

Silva (2013, p. 41-42), ressalta ainda que “[...] a partir da publicação do decreto-lei, o Diretor do Departamento de Educação, baixou instruções relativas às condições para a matrícula e admissão ao Curso de Emergência para a formação de Monitores de educação física”. Vejamos às instruções estabelecidas a seguir:

Será permitida a inscrição ao exame de admissão a candidatos do sexo feminino que satisfaçam as seguintes condições:

- a) tenham concluído o curso normal ou ginasial;
- b) tenha mais de dezessete e menos de 28 anos de idade;
- c) tenha robustez, sanidade física e mental, comprovadas mediante inspeção médica.

Poderão se inscrever ao exame de admissão os professores da categoria “concursados”.

Os candidatos aprovados em inspeção médica serão submetidos às seguintes provas: a) corrida em velocidade: 50 metros em nove segundos; b) salto em altura com impulso; cinquenta centímetros; saldo em distancia com impulso: dois metros.

Estará aberta no Departamento de Educação, pelo prazo de dez dias, a partir de segunda-feira próxima, a inscrição ao exame de admissão ao Curso de Formação de Monitores. Os interessados poderão dirigir requerimentos, devidamente selados e acompanhados dos documentos exigidos, ao diretor do Departamento de Educação.

Os candidatos aprovados na inspeção médica e nas provas mencionadas, serão admitidos á matricula que apresentarem á Secretaria do Departamento de Educação os seguintes documentos: certidão de idade, diploma de conclusão do curso normal ou certificado do curso secundário, atestado de vacinação antivariólica e atestado de bons antecedentes.

Estão dispensados da apresentação de diploma ou certificado os professores da categoria concursados. Estão dispensados da apresentação do atestado de antecedentes os professores públicos que se acharem no efetivo exercício de suas respectivas funções.

Os candidatos devem juntar a seus respectivos requerimentos tres fotografias de três por quatro.

Aos portadores de certificados de aprovação nos exames finais do Curso de Formação de Monitores ficará assegurada a preferência nas propostas de admissão, por parte do Departamento de Educação de professores de educação física para os cursos primários do Estado.

Os professores do interior do Estado que desejarem fazer o Curso de Monitores de Educação Física deverão dirigir seus requerimentos ao Diretor do Departamento de Educação, a partir de segunda-feira próxima. Devem aguardar nas localidades onde residirem o deferimento ou indeferimento de suas petições.

O Departamento de Educação convocará para esta capital os professores do interior que tiverem seus requerimentos de inscrição deferidos. (A UNIÃO, 19 jul. 1942 apud SILVA, 2013, p. 41-42).

A partir dessas instruções verificamos ainda que o mesmo foi destinado em especial para as mulheres, haja vista que aos professores poderia ser vedada a sua inscrição, sendo permitida apenas daqueles já concursados. Silva (2013, p. 42) ainda nos diz que:

As aulas práticas de educação física, portanto, se destinavam a melhorar o padrão físico, a posturas e a saúde desde a infância. Para os meninos, a ideia era que desde cedo se preparasse para o serviço militar⁶⁰ e para as meninas, formar a conduta materna, porém saudável.

Para tanto, o Curso de Monitores foi instalado na Academia de Comércio Epitácio Pessoa, em agosto de 1942 e foi constituído por várias matérias distribuídas nas seguintes sete cadeiras:

- 1ª cadeira: Anatomia, Fisiologia e Ginesiologia;
- 2ª cadeira: Biometria e Estatística;
- 3ª cadeira: Higiêne, Noções de Fisioterapia e Socôrros de Urgência;
- 4ª cadeira: Pedagogia e História da Educação Física;
- 5ª cadeira: Educação Física Geral;
- 6ª cadeira: Saltos, Corridas, Arremesso, Remo e Natação;
- 7ª cadeira: Basquete, Volei e Futebol.

A partir da distribuição das cadeiras, podemos perceber que o Curso foi estruturado em pelo menos três grandes blocos: o primeiro (1ª a 3ª cadeiras) destinou-se aos aspectos mais biológicos e higiênicos, incluindo aí os

⁶⁰ É interessante ressaltar que em 2 de setembro de 1942 foi publicado o Decreto –Lei nº 4642 que dava as bases da organização da instrução pré-militar. No artigo 1º ficou estabelecido que “A instrução pré-militar é obrigatória para os alunos do sexo masculino, de idades entre doze e dezesseis anos, matriculados em qualquer curso do primeiro ciclo do ensino de grau secundário.” (BRASIL, 1942, p. 31).

primeiros socorros, caso algum aluno sofresse algum tipo de lesão ou machucado durante o desenvolvimento das atividades físicas e/ou esportivas. Um segundo bloco (4ª e 5ª cadeiras) destinado aos aspectos mais pedagógicos, com destaque para a história da educação física. E finalmente, um terceiro bloco (6ª e 7ª cadeiras), destinadas às atividades físicas e esportivas propriamente ditas. (A UNIÃO, 12 ago. 1942, p. 5 apud SILVA, PINHEIRO, 2012, p. 7).

Vale ressaltarmos que paralelamente a implementação do Curso de Monitores de Educação Física na Paraíba, havia ocorrido também no Rio de Janeiro se apresentando, portanto, como uma importante experiência de formação profissional que aprimorava o processo de difusão da necessidade de se criar hábitos físicos saudáveis, além de reforçar os ideais cívicos, patrióticos e morais no sentido de regenerar e ao mesmo tempo construir de um novo brasileiro. Vejamos a seguir duas imagens relacionadas ao funcionamento do Curso de Monitores de Educação Física, na Paraíba:

Figura 9 – Parte das provas práticas de Admissão ao Curso de Formação de Monitores de Educação Física⁶¹



Fonte: *Jornal A União*, 05 ago. 1942 apud Silva e Pinheiro (2012, p. 8).

⁶¹Observar que apenas moças estão realizando as atividades. Ao fundo encontra-se o prédio que foi construído para funcionar o Instituto de Educação (inaugurado em 1939), que posteriormente cedeu lugar para o Liceu Paraibano, onde funciona até os dias atuais.

Figura 10 – Solenidade da instalação do Curso de Formação de Monitores de Educação Física⁶².



Fonte: *Jornal A União*, 13 ago. 1942 apud Silva e Pinheiro (2012, p. 8).

Silva e Pinheiro (2012, p. 8) explicitam ainda que o Curso de Monitores de Educação Física foi, de fato, bem sucedido e que “[...] no mês de março do ano seguinte, isto é, em 1943, foram iniciadas as aulas de educação física no Grupo Escolar Félix Daltro e em abril tiveram início às aulas no Grupo Escolar João Soares, na cidade de Caiçara [...]”, bem como em outras instituições de ensino primário na Paraíba.

Foi então em fevereiro de 1943 que ocorreu a Colação de Grau da primeira turma de Monitôras de Educação Física do Estado da Paraíba. Vejamos um trecho da notícia da entrega dos diplomas:

Curso de Monitores de Educação Física

A entrega de diplomas, ante-ontem, a 38 graduandos – Presidiu á solenidade o sr. Samuel Duarte – Os discursos

REALIZOU-SE, ante-ontem, ás oito horas, na praça de esportes do Instituto de Educação, a entrega de diplomas á primeira turma do Curso de Monitores de Educação Física do Estado, dirigido pelo prof. Aluizio Xavier.

Compareceram ao ato os srs. Samuel Duarte, interventor federal interino; cel. Aristoteles de Souza Dantas, chefe do E. M. da 14ª D. I.; Severino de Lucena, presidente do Departamento Administrativo; Miguel Falcão de Alves, secretário da Fazenda; cap. médico Raul do Rêgo Barros, professor de Psicologia da Escola de Educação Física do Exército; cap. Aloizio Guedes Pereira, do 15º R. O.; diretores dos grupos escolares da capital; professores do Curso e famílias.

⁶² Na imagem, há dois aspectos da solenidade de instalação do Curso de Formação de Monitores de Educação Física: 1º Quando o Sr. Calheiros Bonfim pronunciava sua palestra; 2º Uma parte da assistência.

Foi paraninfo da turma o sr. Samuel Duarte que, em ligeiras palavras, se congratulou com as **diplomandas**, fazendo-lhes votos de êxito na tarefa que iam desempenhar, pela causa do ensino.

Convidado especialmente, o cap. médico Raul do Rêgo Barros fez uma expressiva palestra sobre educação física.

Falou, após, a **oradora da turma, Srta. Amarília Miranda**, seguindo-se a entrega de diplomas a **38 graduandas**, presidindo á cerimônia o sr. Samuel Duarte. [...] (A UNIÃO, 02 mar. 1943, p. 3, grifo nosso).

A partir de então, o estímulo a prática de educação física como atividade programática obrigatória acabou ocupando um amplo espaço, inclusive nos jornais paraibanos e na *Revista do Ensino* que, no ano de 1942, enfatizou a Educação Física Infantil, apresentando o método prático para a realização das lições da mesma. Vejamos um trecho da Organização da Superintendência de Educação Física do Estado:

Destina-se a presente série de lições dramatizadas, orientadas pelo método oficial de Educação Física (Regulamento nº 7, de 1937, 1ª parte), á criança cuja idade e enquadre no 1º, e 2º gráus do ciclo elementar, de acordo com a própria classificação do método, isto é, de 4 a 6 anos (1º gráu) e de 6 a 9 (2º gráu). A Educação Física nos dois primeiros gráus do ciclo elementar não visa um desenvolvimento sistemático dos musculos, mas procura um objetivo, mais importante, que é o de promover a eficiência das grandes funções, e, particularmente, da respiração por meio de exercícios adequados e atraentes. Para isso o professor organiza as aulas, lançando mão de artifícios que respondam as atividades infantís, procurando utilizar-se da sua tendência natural de imitar tudo quanto lhe desperte interêsse. Interessa á criança tudo o que pertence ao seu ambiente e com o qual ela tem um trato direto e constante, como sejam, pessoas, animais domesticos, objetos, etc. que ligados por meio de uma história, animam-se como cousas e cenas realmente sentidas e vividas. Nessa história o professor introduzirá os exercícios preconizados pelo método, seguindo as regras por êle estabelecidas para a organização de uma aula racional de Educação Física. O trabalho da criança consiste em imitar os movimentos que o professor irá executando, enquanto lhe vai contando a história. A alegria que a criança sente em reviver os fatos contados, o entusiasmo com que se integra nas personagens da história, por si só proporcionam excelentes resultados. As aulas dramatizadas servem também para se ministrar á criança lições de cousas, cujos assuntos oferecem margem á dramatização. (EDUCAÇÃO INFANTIL. Revista do Ensino, 1942, p. 67).

A *Revista do Ensino* também publicou as lições de forma minuciosa como deveriam ser desenvolvidas essas aulas:

1ª LIÇÃO

Idade – 4 a 6 anos (Sessão preparatória – Reduzida)

Duração – 15 a 20 (Lição propriamente dita e Regime da Lição)

Local: Pátio da escola (duração 7 famílias)

Processo: - Dramatização (Volta a calma – Normal).

SESSÃO PREPARATÓRIA – 3

Evolução – Marcha em serpentina. (nº 20).

Roda – Ciranda, cirandinha.

FLEXIONAMENTOS:

a) braços – Elevação dos braços à frente e afastamento para trás. Rítmo: 15 movimentos completos por minuto. Repetição 10. (nº43).

b) pernas – Elevação do joelho e extensão da perna para frente. Rítmo: 2 m. c Rep. 3 (nº59).

c) tronco – Afastamento lateral: inclinação lateral do tronco. Rot ,5. Rep. 5 (nº 69).

d) cax. torácica – O foguete – Rep. 3 a 5 vezes (nº 99).

LIÇÃO PROPRIAMENTE DITA – 10

Marchar – O pato (exercício mímico) – (nº 114).

Trepar – O carangueijo (exercício mímico) – (nº 135).

Levantar e transportar – Os remadores (exercícios mímico) – (nº242).

Correr – Corrida de 30 a40 metros.

Lançar – O moinho de vento (exercício mímico) – (nº 300).

Atacar e defender-se – A briga de gatos (pequeno jogo).

VOLTA A' CALMA – 2

a) Marcha lenta com exercício respiratórios.

b) Marcha com canto ou assobio, e

c) Exercício de ordem.

PROCESSO DE INSTRUÇÃO

(Em forma de história)

Vamos fazer um passeio no sítio do tio de Joãozinho; lá, vocês encontrarão o tio Joaquim e seus filhos que ficarão muito alegres com esta visita. Iremos ver as suas plantações, sendo necessário andar por caminhos cheio de curvas (evolução); teremos que afastar os galhos dos arbustos para facilitar a nossa passagem (flexionamento dos braços); e, muitas vezes levantar e estender as pernas para atravessar as árvores caídas sobre o caminho (flexão e extensão das pernas). Chegamos na praia do Jacaré, onde mora o tio Joaquim, aqui, o vento com muita força e os coqueiros balançam para um lado e para outro (flexão lateral do tronco).

Fomos surpreendidos pelo silvo dos foguetes e os estouros das bombas, soltadas pelo tio de Joãozinho para recepcionar a nossa visita (exercício respiratório). [...] (REVISTA DO ENSINO, 1942, p.68-69).

A transcrição da lição, apesar de longa, se reveste de muito significado para este estudo, uma vez que a partir dela podemos compreender como o método deveria ser aplicado, contando histórias para introduzir todas atividades físicas necessárias. Percebe-se ainda a adoção do princípio do ensino ativo, no qual o professor envolveria as crianças com um “passeio lúdico” que os levariam a executar os exercícios, movimentando os braços, as pernas e o tronco.

Muito em virtude da reforma do ensino que foi efetivada em 1942 uma nova forma de organização escolar estava sendo pautada, ampliando-se o conteúdo escolar para disciplinas

como a educação física, cívica e moral que estavam em consonância com as diretrizes nacionais, conforme analisamos anteriormente.

Os anos de 1943 e 1944 acabaram tendo também uma face assistencialista no tocante na ajuda para a educação dos pobres. A notícia que se segue dá conta um pouco desse cenário:

FARDAMENTO E CALÇADOS AOS ESCOLARES POBRES

“O Radical”, do Rio, destaca o exemplo do interventor Ruy Carneiro

RIO, 16 – (Pelo aéreo) – Sob título “É dever das autoridades amparar o povo!” e sub-título “Belo exemplo do interventor paraibano, socorrendo os escolares pobre do seu Estado, que não tinha roupas para ir às aulas!” “O Radical” publicou o seguinte: “A guerra em que estamos empenhados contra a tirania nazi-fascista, tem nos acarretado uma série de sacrifícios que vêm atingir, mais do que a nenhuma outra, a classe dos menos favorecidos, a grande massa do povo. [...]

Valha-nos, como exemplo, o que aconteceu dias atrás em João Pessoa, capital do Estado da Paraíba.

Em virtude da situação premente que atravessam suas famílias, as crianças pobres daquela capital estavam na iminência de não frequentar as escolas este ano, visto seus pais não poderem provê-las de roupas e calçados.

Conhecer dessa situação aflitiva o interventor paraibano tratou imediatamente de remediá-la, estando assim cogitando da abertura de um crédito especial que será aplicado no fornecimento do fardamento e calçado aos escolares pobres. A medida será aplicada sob rigoroso controle das autoridades do ensino, por intermédio das caixas existentes em todos os grupos escolares isolados daquela capital.

Eis aí uma medida que se torna mercador do louvor e dos encômios de todas. Agindo dessa maneira dá o interventor daquele Estado nordestino exemplo bastante claro de que o problema tem de ser resolvido assim, objetivamente, com o máximo de boa vontade e compreensão.

Que se aplauda, pois, a medida, e que o exemplo sirva para outros lugares, muitos outros, onde, em situações idênticas deve se encontrar também o povo, tão sacrificado diante da crise que nos assoberba”. (A UNIÃO, 17 abr. 1943, p.4).

A ideia de ajudar os escolares pobres e desvalidos serviu muito possivelmente em dar mais visibilidade àqueles homens vinculados ao poder, marcadamente autoritário e centralizador. Tinham que demonstrar a própria eficiência no âmbito educacional, mas, sobretudo, mostrar-se como exemplo moral e patriótico. Homens preocupados com o bem estar social e que não se restringiram tão somente em realizar reformas do ensino. Associavam-se, ainda, a outras entidades de caráter filantrópico como a Legião Brasileira de Assistência –LBA que em 1944, na Paraíba, era representada pela senhora Alice Carneiro, esposa do Interventor Ruy Carneiro e que implementou a “Hora da Sôpa”. Segundo Silva (2013, p. 48)

[...] 15.000 crianças foram contempladas com a merenda escolar com o apoio da *Legião Brasileira de Assistência* na Paraíba. A “hora da sopa”, como ficou conhecido, foi então implementada, inicialmente, no Grupo Escolar Antonio Pessoa, localizado no Bairro do Tambiá, na capital. Porém, logo em seguida todos os alunos dos grupos e das escolas primárias do Estado da Paraíba foram contemplados.

Como era comum o *Jornal A União* teceu muitos elogios ao interventor e a primeira dama do Estado. Vejamos um trecho da notícia publicada:

Nas condições atuais de vida da população, com a carência de todos os gêneros essenciais ao seu abastecimento, qualquer medida que vise atenuar a situação alimentar dos escolares se reveste da maior oportunidade e significação. Há muito que nos meios competentes, se procurava objetivar uma solução definitiva para o caso, o que, felizmente, podemos agora constatar, graças à iniciativa da Legião Brasileira de Assistência, representada, nesse Estado, na pessoa, de sua digna presidente, a senhora Alice Carneiro.

OUTRO AMBIENTE

Modifica-se assim este ano o ambiente de nossos grupos escolares com a introdução de nova merenda, realmente muito mais substanciosa que as golozeimas e doces.

Outro fato digno de nota é o aumento da frequência escolar em consequência da merenda fornecida pela L.B.A. e que está sendo distribuída segundo as possibilidades de cada região, obedecendo a rigoroso critério científico (...). (A UNIÃO, 15 abr. 1944, p. 3 apud SILVA, 2013, p. 48-49).

A autora ainda explicita que essas iniciativas tiveram suas bases nos anos de 1930. Em relação a distribuição da merenda escolar, a mesma,

começou desde os anos de 1930, a partir das pequenas rendas que se obtinha com as caixas escolares ou a partir de alguma ação filantrópica. Portanto, não havia uma regulamentação estatal muito rigorosa sobre essa atividade nos ambientes escolares. Nos parece, assim, que ela se tornou parte das políticas destinadas à educação a partir do Estado Novo, com uma importante ressalva de que a qualidade alimentar, ou seja, “substanciosa”, passou a ser um critério relevante em relação ao que se deveria oferecer as crianças nas escolas, evitando-se, nesse sentido as “golozeimas (sic) e doces”. É possível que um maior entendimento de que estando elas (as crianças) melhor alimentadas levaria, conseqüentemente, a terem melhor rendimento escolar, ou seja, o aumento do nível de aprendizado, parece ter se ampliado a partir de uma maior aproximação entre os professores, os médicos, bem como com os sanitaristas, apoiados tanto pelo poder público, quanto pelos trabalhos assistencialista [...] (SILVA, 2013, p. 49).

Vejamos a seguir o registro da notícia seguida de uma imagem fotográfica da atuação da Legião Brasileira de Assistência aqui na Paraíba:

OPORTUNIDADE

A sua oportunidade, ultimamente, fazia-se sentir ainda mais, devido às condições da maioria de nossos escolares, economicamente modestas, não lhes permitindo uma satisfatória alimentação durante o período de aulas para a manutenção de sua integridade física e mental.

Tornava-se difícil obter um perfeito rendimento de crianças assim subalimentadas.

A L.B.A. porém resolveu dispender nesta campanha, mensalmente, 73 mil cruzeiros, tendo o Departamento de Educação comprovado além de outras vantagens que a distribuição da merenda proporciona, um sensível e animador aumento da frequência em todas as escolas primárias da Paraíba.

Representa, pois, essa campanha louvável e necessária, iniciada pela sra. Alice Carneiro, o mais eficiente dos movimentos de tal natureza já realizados entre nós, no terreno da higiene escolar, para melhoria do índice de nutrição da infância que estuda. (A UNIÃO, 15 abr. 1944, p. 3 apud SILVA, 2013, p. 49-50).

Figura 11 – Nas duas primeiras imagens, flagrantes da hora da sopa no Grupo Escolar Antonio Pessoa e em baixo, um aspecto da cozinha, obedecendo ao mais rigoroso critério higiênico



Fonte: *Jornal A União* (15 abr. 1944, p.3 apud SILVA, 2013, p.48)

O projeto de auxílio aos escolares pobres não se deteve apenas a capital do Estado, mas ocorreu também no interior, conforme nos informa Silva (2013, p. 50 - 51):

[...] a adoção da merenda escolar nos grupos escolares se estendeu para aqueles localizados nas cidades do interior do Estado, visando desenvolver melhores condições físicas e nutricionais da infância escolar, bem como auxiliar nos hábitos higiênicos e saudáveis de alimentação das crianças. Um exemplo que temos notícia refere-se ao município de Esperança, acerca de possíveis recursos que foram liberados para a construção de uma cozinha no Grupo Escolar Irineu Joffily a fim de fornecer merenda escolar á todos os escolares pobres do referido grupo.

Dessa forma compreendemos que o projeto educacional voltado para o ensino primário, bem como as práticas assistencialistas acabaram tendo uma maior visibilidade a partir dos anos quarenta. Também existe outra questão que já havia sido colocada em pauta desde o início da República que era a educação higiênica e sanitária, que foi indicada desde a Reforma de 1935, que terminou por incentivar um Curso de Educadoras Sanitárias naquele mesmo ano e que foi divulgado na *Revista do Ensino*. Nove anos depois, em 1944, ocorreu a formação de uma turma para um Curso Intensivo de Educadoras Sanitárias na Paraíba, com a duração de seis meses, destinado preferencialmente a “[...] pessoas de nível mental elevado e já disciplinado, prefere a Saúde Pública aceitar apenas, para o curso, moças que tenham o diploma do curso normal, ginasial fundamental ou comercial.” (A UNIÃO, 07 maio. 1944, p. 4 apud SILVA, 2013, p. 51). A autora ainda ressalta que o Departamento de Saúde publicou uma espécie de edital convidando todas aquelas que se encaixassem no perfil requerido. Para tanto,

A essas candidatas não é exigido exame de admissão. As matrículas do curso estão abertas a partir de hoje e se encerrarão no próximo dia 15 de Maio. As interessadas exibirão no ato da inscrição os seguintes documentos:

- A) Certificado de qualquer dos cursos acima mencionados;
 - B) Certidão de idade entre 18 a 30 anos;
 - C) Atestado de conduta;
 - D) Atestado de sanidade e capacidade física para o exercício do cargo [...].
- (A UNIÃO, 07 maio. 1944, p. 4).

É importante ressaltarmos que com este curso o Departamento de Educação tinha objetivos concretos a alcançar que eram além de formar educadoras capacitadas para trabalhar em postos de saúde e em instituições escolares, mas de formar profissionais que pudessem auxiliar no processo de higienização da sociedade paraibana como um todo. Segundo Silva

(2013, p. 51 - 52), no dia 5 de junho de 1944, teve então início o curso de educadoras sanitárias, tendo sido noticiado no dia anterior no *Jornal A União*:

Terá início, amanhã, as 10,30, na sede da Sociedade de Medicina e Cirurgia, o curso de educadoras sanitárias [...] As diversas disciplinas sobre que versará a matéria do curso em apreço, serão lecionadas pelo drs. Ariosvaldo Espínola, Higiene Geral; Oscar de Castro, Higiene Escolar e Pré- Escolar; Neuza Andrade, Higiene Pré-Natal; Seixas Maia, Anatomia e Fisiologia; Lourival Moura, Patologia Geral; João Soares, Higiene Infantil; Manuel Florentino, Parasitologia e Bacterologia; Higino Brito, Oftalmologia, e José Wandre Giselo, Otorrino-laringologia.

As aulas serão teóricas e práticas. A parte técnica de enfermagem de saúde ficará a cargo da enfermeira Rosa de Paula, e a dietética infantil será orientado pela enfermeira Doralice Pinheiro.

Inscreveram-se nesse curso professoras diplomadas portadoras de certificado de curso fundamental, de todos os pontos do Estado.

Abrirá o curso o dr. Janduhy Carneiro, diretor do Departamento de Saúde, com uma exposição sobre as finalidades do mesmo e as vantagens da educação sanitária em saúde pública. (A UNIÃO, 04 jun. 1944).

Segundo Silva (2013, p. 52), no final do ano de 1944 um fato bastante interessante merece ser destacado,

[...] é que dentre as 30 candidatas escolhidas para frequentarem o curso de educadoras sanitárias, entre professoras diplomadas e portadoras de certificados de curso fundamental, 6 dessas candidatas, foram especialmente designadas pelo Departamento de Educação, para acompanharem a exposição das diversas disciplinas do curso. Possivelmente essas se tornariam supervisoras gerais dos trabalhos que fossem realizados nas escolas e, especialmente, nos grupos escolares.

Com esta reflexão realizada podemos concluir o quanto as questões sanitárias e higiênicas perpassaram vários anos desde a segunda metade do século XIX prosseguindo durante toda a primeira República e tomou dimensionamentos mais amplos nas décadas de 1930 e 1940, configurando-se desta forma uma continuidade na permanência das questões higiênicas e sanitárias como pauta da educação escolar brasileira e paraibana.⁶³

Desejamos concluir este capítulo notificando que durante todos os primeiros cinco anos da década de 1940 foi sendo gestada as Leis Orgânicas nacionais que estabeleceram as grandes diretrizes destinadas tanto ao ensino primário quanto ao ensino normal. Entretanto,

⁶³Existem dois importantes trabalhos que fazem uma análise pormenorizada sobre essa questão na Paraíba, que são: Mariano (2015) e Soares Jr (2015). O primeiro estudo se detém ao período de 1849 a 1886 e o segundo ao período de 1913 a 1942.

elas somente entraram em vigor no início do ano de 1946⁶⁴, momento esse extremamente conturbado uma vez que marca o início de uma nova fase da história brasileira, com o fim do Estado Novo e início de um período de redemocratização do Estado e da sociedade brasileira.

⁶⁴Tratam-se do Decreto-Lei N° 8.529, de 2 de janeiro de 1946 referente a Lei Orgânica do Ensino Primário e o Decreto-Lei N° 8.530, de 2 de janeiro de 1946, Lei Orgânica do Ensino Normal.

4 OS GRUPOS ESCOLARES: UMA DAS EXPRESSÕES MAIS SIGNIFICATIVAS DA MODERNIZAÇÃO ESCOLAR NA PARAÍBA

Nos capítulos anteriores tratamos, prioritariamente, acerca das políticas educacionais que foram destinadas ao ensino primário, considerando as influências exercidas pelo movimento da Escola Nova que indicava a necessidade de modernização das práticas educativas além do aprimoramento da formação do professorado. A partir dos dois momentos políticos e conjunturais que delimitamos neste estudo foi possível verificarmos aspectos que influenciaram a reorganização escolar primária paraibana, indicando, inclusive, o movimento em torno da criação de novos grupos escolares, sem contudo, nos aprofundamos nessa última questão.

Assim, neste capítulo nos detemos em analisar o processo de criação ou de reformas efetuadas nos grupos escolares paraibanos. Como já mencionamos anteriormente esse tipo de instituição escolar foi considerada por educadores, intelectuais e administradores públicos, uma das mais importantes expressões da modernização escolar brasileira e, por conseguinte, paraibana, passando a ocupar a centralidade nas discussões realizadas pelo poder público. Portanto, visando consubstanciar esses aspectos, procuramos, neste capítulo, em um primeiro momento, analisar o processo de expansão de grupos escolares no período aqui em estudo, bem como da conservação dos já existentes, ou seja, daqueles que já se encontravam em funcionamento desde a década de 1910. Em seguida nos detemos nos aspectos arquitetônicos e efetivamos breves relações com o desenvolvimento urbano de algumas cidades da Paraíba.

4.1 Os grupos escolares paraibanos: movimento de expansão e de conservação material

Antes de adentrarmos na discussão sobre o processo de expansão dos grupos escolares na Paraíba é interessante ressaltarmos, conforme Saviani (2007, p.4), que as instituições escolares no Brasil respondem ou apresentam “uma estrutura material que é constituída para atender à determinada necessidade humana, mas não qualquer necessidade. Trata-se de necessidade de caráter permanente. Por isso a instituição é criada para permanecer”. Assim, observando-se mais particularmente a criação dos grupos escolares, podemos afirmar que esses foram concebidos para tornarem-se permanentes junto à sociedade como um todo, mas especialmente no âmbito educacional como instituição modelar que deveria ser tomada como

referência para toda a organização escolar primária⁶⁵. Também os compreendemos como importante elemento constitutivo do processo de modernização escolar.

Em relação ao Estado de São Paulo, Souza (2006, p. 113) nos aponta que

No âmbito das instituições escolares, a criação dos grupos escolares foi o marco da modernização educacional paulista. A superioridade organizacional e material dos grupos escolares fez com que fossem considerados estabelecimentos escolares arquetípicos do que havia de melhor no ensino primário.

Pinheiro (2002, p.148), por sua vez nos mostra que “o processo de modernização da sociedade brasileira, nas décadas de 1920 e 1930, principalmente nos espaços urbanos, possibilitou a elaboração de projetos que incorporaram a modernidade à estrutura educacional”. O autor complementa que “foi precisamente nesse contexto que surgiu o grupo escolar, forma de organização mais complexa, que viria a atender as necessidades impostas pelas mudanças que estavam se processando na sociedade brasileira e paraibana. (PINHEIRO, 2002, p. 148).

Para tanto, precisamos compreender melhor como essas instituições foram sendo construídas e consolidadas ao longo dos anos de 1930 e, posteriormente, até os meados dos anos de 1940. Nesse sentido, é necessário logo salientarmos que ocorreu naquelas décadas um grande movimento de criações, construções e inaugurações de grupos escolares nas cidades paraibanas, conforme podemos observar nos quadros que se seguem.

Quadro 2 – Grupos Escolares criados ou inaugurados no período de 1930 a 1936

Nome do Grupo Escolar/ localidade/cidade	Decretos de criação/lançamentos de pedras fundamentais ou atos de inaugurações/construções
Grupo Escolar Irineu Joffily - Esperança	1931 - Lançamento da pedra fundamental 1932 – Criado pelo Decreto 288 – instalação solene Concluído em 1933.
Grupo Escolar de Bananeiras	1931- Nesse ano ocorreu a doação do terreno por parte do Estado – medindo 36 metros de largura por 58 de comprimento. Criado pelo Decreto nº 521 de 9 de junho de 1934 e inaugurado no mesmo ano.
Grupo Escolar Anthenor Navarro de Guarabira	1931- Lançamento da pedra fundamental e concluído em 28 de maio de 1933.

⁶⁵É interessante lembrarmos que muitos desses antigos prédios escolares hoje ainda abrigam escolas de ensino fundamental. Outros foram transformados em museus, postos de saúde pública ou abrigam outras atividades de ordem administrativa do poder público.

Grupo Escolar de São José de Piranhas	1932 – início das obras 1934 – ainda se encontrava em construção
Grupo Escolar Santo Antonio, localizado no bairro de Jaguaribe, na capital	1932 – inauguração
Grupo Escolar Coelho Lisboa - Santa Luzia de Sabugy	1932 – inauguração em 11 de julho 1933
Grupo Escolar Rio Branco – Patos	Decreto Nº 369, de 9 de março de 1933 e inaugurado em 4 de julho no mesmo ano. Entretanto, o lançamento de sua pedra fundamental foi realizada em 16 de setembro de 1931.
Grupo Escolar de Joazeirinho	1933 – em construção
Grupo Escolar Joaquim Távora - Antenor Navarro	1933 – em construção
Grupo Escolar João da Mata – Pombal	Decreto Nº 369, de 9 de março de 1933
Grupo Escolar 24 de Janeiro – São João do Cariri	Decreto Nº 369, de 9 de março de 1933
Grupo Escolar Duarte da Silveira – Capital	Decreto Nº 369, de 9 de março de 1933
Grupo Escolar Mons. Milanês – Cajazeiras	Decreto Nº 369, de 9 de março de 1933
Grupo Escolar Targino Pereira – Araruna	Decreto Nº 369, de 16 de março de 1933
Grupo Escolar Antonio Gomes – Catolé do Rocha	1934 – prédio adaptado.
Grupo Escolar Professor Cardoso – Alagoa Nova	1934 – prédio adaptado.
Grupo Escolar Abel da Silva - Ingá	1934 - prédio adaptado.
Grupo Escolar “Adhemar Leite”, de Piancó	1934 – em construção
Grupo Escolar D. Vital, Misericórdia	1934 – em construção
Grupo Escolar de Conceição	1934 – em construção
Grupo Escolar de Pilar	1934 - inauguração em 1936
Grupo Escolar Peregrino de Carvalho - Espírito Santo	Criado em 1934 em um prédio adaptado e inaugurado em 17 de fevereiro de 1935.
Grupo Escolar de São Bento	1935 – em construção
Grupo Escolar Afonso Campos - Pocinhos	Decreto nº 606 de 23 de novembro de 1934 e inaugurado em 8 de fevereiro de 1935.
Grupo Escolar Dr. Miguel Santa Cruz - Alagoa do Monteiro	1934 – em construção 1935 – inauguração
Grupo Escolar em Cabedello	Lei Nº 49 de 1936, autorizou o poder executivo a mandar construir o mencionado grupo escolar.
Grupo Escolar de Moreno	1936 – em construção
Grupo Escolar Deputado José Tavares – Queimadas (pertencente a Campina Grande)	1936 – em construção
Grupo Escolar Clementino Procópio – São José – município de Campina Grande	1936 – em construção
Grupo Escolar Dr. José Maria – Mamanguape ⁶⁶	1936 – em construção
Grupo Escolar Frei Martinho – bairro de Cruz das Armas, na capital	1936 - Lançamento da pedra de fundamental.
Grupo Escolar Argentina P. Gomes - Centro	Decreto nº 10.013 de 19 de dezembro de

⁶⁶Segundo notícia do *Jornal A Imprensa*, no ano de 1936 o trabalho de construção do prédio onde iria funcionar o Grupo Escolar da cidade de Mamanguape estava intenso. O plano era de quatro amplas salas, com área para recreio dos escolares, adaptando-se às necessidades e exigências pedagógicas modernas. (A IMPRENSA, 12 abr. 1936, p. 3).

da Cidade de João Pessoa	1936.
Grupo Escolar Arrojado Lisboa - Coremas	1936 - Recebeu o nome em homenagem ao primeiro diretor do DNOCS.

Fontes: Jornal *A União* dos anos de 1930 a 1936 e livros sobre a história das cidades e dos municípios.

Quadro 3 – Grupos escolares criados ou inaugurados no período de 1937 a 1946

Nome do Grupo Escolar/localidade/cidade	Data dos decretos de criação/lançamentos de pedras fundamentais ou atos de inaugurações
Grupo Escolar Appolonio Zenayde - Alagôa Grande	Decreto nº 795 de 1º de abril de 1937 e concluído no mesmo ano. Foi construído no local do velho teatro que foi demolido. Por essa razão o Grupo Escolar terminou recebendo o nome do antigo teatro.
Grupo Escolar Gentil Lins – Sapé	Decreto Nº 795, de 01 de abril de 1937
Grupo Escolar Dr. José Maria – Pilar	Decreto Nº 795, de 01 de abril de 1937
Grupo Escolar Professor Luiz Aprígio – Mamanguape ⁶⁷	Decreto Nº 795, de 01 de abril de 1937 e concluído no mesmo ano.
Grupo Escolar Professor Clementino Procópio – Campina Grande	Decreto Nº 795, de 01 de abril de 1937
Grupo Escolar José Leite – Conceição	Decreto Nº 795, de 01 de abril de 1937
Grupo Escolar Monsenhor Salles – povoação de Galante, em Campina Grande	Decreto Nº 795, de 01 de abril de 1937
Grupo Escolar Dr. José Tavares – Queimadas(pertencente a Campina Grande)	Decreto Nº 795, de 01 de abril de 1937
Grupo Escolar Afonso Pena - Campina Grande	1937 – em construção
Grupo Escolar D. Vital, Misericórdia	1938 – quase concluído
Grupo Escolar João Úrsulo, de Santa Rita	Decreto Nº 1043, de 13 de maio de 1938. Inaugurado em 1940.
Grupo Escolar de Serraria ⁶⁸	Decreto Nº 1043, de 13 de maio de 1938. Inaugurado em 1940.
Grupo Escolar de Picuí	Decreto Nº 1043, de 13 de maio de 1938. Inaugurado em 1940.
Grupo Escolar de Cabaceiras	Decreto Nº 1043, de 13 de maio de 1938. Inaugurado em 1940.
Grupo Escolar Felix Daltro - Taperoá	Decreto Nº 1043, de 13 de maio de 1938 Inaugurado em janeiro de 1940.
Grupo Escolar Padre Dehon – bairro da Torre, em João Pessoa	Decreto Nº 1043, de 13 de maio de 1938
Grupo Escolar Celso Cirne – Moreno	1938 – concluído

⁶⁷De acordo com notícia do *Jornal A Imprensa* o nome do Grupo Escolar de Mamanguape foi uma homenagem a um provecto educador da mocidade mamanguapense, falecido em 1940, na sua cidade natal, em idade bastante avançada e em estado de extrema penúria. “Sua memória tornou-se um patrimônio de honra para quantos lhe conheceram e aproveitaram a obra de verdadeiro benemérito da instrução.” (A IMPRENSA, Janeiro de 1937, p. 8).

⁶⁸A notícia completa referente a inauguração dos referidos Grupos Escolares encontram-se em *Jornal A União*, 23.01.1940. p.1. Na notícia encontra-se a informação que o terreno do Grupo Escolar de Serraria mede setenta e cinco metros de frente por setenta de fundo.

Grupo Escolar Adhemar Leite – Piancó	1938 – quase concluído
Grupo Escolar Professor João Soares – Caiçara	1940 - Em 15 de janeiro foi lançada a pedra fundamental para a sua construção.
Grupo Escolar de Gurinhem, no município de Pilar.	1940 - lançamento da pedra fundamental
Grupo Escolar de Brejo do Cruz	1940 - lançamento da pedra fundamental
Grupo Escolar de Teixeira	1940 - lançamento da pedra fundamental
Grupo Escolar de Bonito ⁶⁹	1940 - lançamento da pedra fundamental
Grupo Escolar de Jatobá	1940 - lançamento da pedra fundamental
Grupo Escolar D. Santino - Entre Rios, em Serraria ⁷⁰	Decreto Nº 287, de 10 de setembro de 1942.
Grupo Escolar Vidal de Negreiros – Cuité	Decreto Nº 337, de 23 de dezembro de 1942. Inaugurado no mesmo ano.
Grupo Escolar Pedro Américo - Vila de Cabedelo, no município de João Pessoa	Começou a ser construído em 1942. Decreto Nº 368, de 28 de abril de 1943. Inaugurado em 1943.
Grupo Escolar José Augusto Trindade/Escola Rural, na Colônia Agrícola de Camaratuba.	1943 – Inauguração
Grupo Escolar Francisca Moura - Marí, em Sapé	Decreto Nº 365, de 19 de abril de 1943.
Grupo Escolar Jovelina Gomes - na Vila de Canaan, em Antenor Navarro	Decreto Nº 415, de 3 de dezembro de 1943.
Grupo Escolar Francisca Moura, da Vila de Araçá, em Sapé	Começou a ser construído em 1943
Grupo Escolar da Vila de Salgado, em Itabaiana	Começou a ser construído em 1943
Grupos Escolar Eduardo Medeiros, Vila de Serra Redonda, no município de Ingá	Começou a ser construído em 1943
Grupo Escolar José Silveira, na Vila de Itatuba, no município de Ingá	Começou a ser construído em 1943 Inaugurado em 1944 Decreto Nº 704, de 30 de janeiro de 1946.
Grupo Escolar Dom Aauto - João Pessoa	1944 - É lançada a pedra fundamental para a construção do prédio. Entretanto, somente consegue a legalização para o seu funcionamento em 1946.
Grupo Escolar Santo Antonio - bairro de Santo Antonio, em Campina Grande	1944 - Inaugurado em 28 de fevereiro. Trata-se de um grupo escolar de propriedade da paróquia da Conceição. Obra do vigário Mariano.
Grupo Escolar Ana Ribeiro, de Aburá, no município de Tabaiana.	1944 – Inauguração
Grupo Escolar da Vila de Uiraúna, em Antenor Navarro.	1944 – Inauguração

⁶⁹Vale ressaltarmos que ainda no ano de 1936, mais precisamente no dia 8 de maio, segundo notícia do *Jornal A Imprensa*, a partir da visita do Inspetor Escolar da 6ª zona com sede em Souza, o professor Francelino Neves que teve contato com o Inspetor Regional, ficou sabendo que a população desta localidade tinha dirigido um memorial ao governador do Estado solicitando a construção de um grupo escolar. O Inspetor Regional, segundo a notícia, se colocou a disposição e pronto para oferecer o terreno e auxiliar no que fosse preciso para a construção do grupo escolar de Bonito de Santa Fé. (A IMPRENSA, 17 maio. 1936, p. 3).

⁷⁰ As notícias referentes a construção do Grupo Escolar da Vila de Entre Rios encontram-se no *Jornal A União*, de 22.02.1941, p.8 e de 24.05.1941, p. 8, nesta última fica informado que o grupo escolar terá capacidade para 200 alunos.

Grupo Escolar de Pirpirituba	1944 - início da construção
Grupo Escolar de Pedras de Fogo	1944 – início da construção
Grupo Escolar de Ibiapinópolis	1945 – início da construção
Grupo Escolar de Caiçara	1945 – início da construção
Grupo Escolar de Alagôa Nova	1945 – Inauguração
Grupo Escolar Perilo de Oliveira - Cacimba de Dentro, em Araruna	Iniciada a construção em 1944 e inaugurado em 1945
Grupo Escolar Dr. Cunha Lima - na Vila de Remígio, município de Areia.	1945 – criação
Grupo Escolar José Silvério - na Vila de Itatuba, no município de Ingá.	Decreto Nº 704, de 30 de janeiro de 1946.
Grupo Escolar Dr. José Augusto Trindade/ Escola Rural - na Colônia Agrícola de Camaratuba, no município de Mamanguape	Decreto Nº 731, de 25 de abril de 1946.
Grupo Escolar D. Adauto - na Vila de Juarez Távora, no município de Alagôa Grande	Decreto Nº 942, de 14 de novembro de 1946.
Grupo Escolar Duque de Caxias - São José de Piranhas	Decreto nº 177 de 1946.

Fontes: *Jornal A União* dos anos de 1937 a 1946 e livros sobre a história das cidades e dos municípios.

Observando estes quadros podemos realizar algumas interpretações. A primeira delas é que ocorreram movimentos muitos desiguais entre os diversos grupos escolares em relação aos momentos de criações, construções e inaugurações dos mesmos, ou seja, em alguns casos os referido movimentos foram mais rápidos e em outros, mais lentos. A primeira situação pode ser exemplificada com o Grupo Escolar Rio Branco, localizado no município de Patos, que foi criado pelo Decreto Nº 369 de 9 de março de 1933 e inaugurado no dia 7 de julho daquele mesmo ano, ou seja, em apenas quatro meses. Temos ainda o caso do Grupo Escolar Coelho Lisboa, localizado no município de Santa Luzia de Sabugy que foi criado em 1932 e no ano seguinte, isto é, em 1933 já havia sido inaugurado. Fato semelhante ocorreu com os grupos escolares de Moreno (atual Solânea), de Cacimba de Dentro, da Vila de Itatuba, pertencente a Ingá, que levaram apenas um ano para o seu funcionamento.

No sentido oposto temos o caso do Grupo Escolar de Cabedelo que em 1936 uma lei autorizou a sua construção, entretanto a mesma só teve início em 1942 e somente foi inaugurado em 1943, ou seja, em torno de sete anos após a sua criação. Caso semelhante ocorreu com o Grupo Escolar de Alagoa Nova. Para o seu funcionamento foi destinado um prédio que sofreu adaptações, em 1934, mas a sua inauguração somente ocorreu em 1945, ou seja, 11 anos depois.

Essa variação de tempo entre o momento de criação até de seu pleno funcionamento, muito possivelmente pode ser explicado pelas correlações de forças processadas tanto no

âmbito das políticas locais e suas relações com o governo do estado paraibano, quanto em relação as disponibilidades de recursos que eram (e ainda são!) muito díspares entre os municípios.

Sobre o Grupo Escolar de Brejo do Cruz, há um fato curioso que envolve a sua criação. Segundo uma notícia publicada pelo *Jornal A Imprensa*, intitulada “Grupo Escolar ou Destruição em Brejo do Cruz”, do ano de 1937, relata um problema em relação a localização na qual foi destinada a construção do grupo escolar. Vejamos um trecho da notícia:

[...] Há dois anos irrompeu aqui uma notícia de grande repercussão, que abalou pela excentricidade, o sentimento do povo desta terra. O governo não obstante existirem aqui varios locais apropriados, queria construir um Grupo Escolar sobre o cemitério velho. A opinião pública agitou-se com a medida. Telegramas coletivos foram enviados para o Governador. Os signatários se comprometiam a contribuir com o cimento, dinheiro e outros materiais com tanto que o Grupo fosse construído em outro ponto. O dr. Argemiro de Figueirêdo, porém não se demorou da atitude. Certamente queria fazer uma demonstração de autoridade. Neste caso autoridade de lobo perante um rebanho de cordeiros. Ordenou o início da destruição, e incontinentemente, a picaresca impiedosa profanava catacumbas, quebrava lapides destruiu pedras zelosa e artisticamente construídas sobre algumas covas. Algumas pessoas empreitaram e mandaram remover para o cemitério novo os restos mortais de parentes; a maioria porém, por não, poder ou as circunstancias não permitirem ficou na expectativa.

Assisti várias vezes, a remoção de esqueletos. O coveiro embriagado por achar que a função do serviço, o exigia, talvez por isso invariavelmente levava as caveiras incompletas. Às vezes era um osso ou mais do craneo que faltava, ora, do tronco, ora dos membros.

Penso que o dia do Juízo Final, será para o dr. Argemiro, o de sua grande tribulação. Senão quando na hora da ressurreição o portão do cemitério novo abrir-se, para deixar passar os mortos removidos, e a esta legião de mutilados vier apresentando defeitos de todos os gêneros, de articulações, assimetrias e deformidades imprevistas uns talvez com a cabeça debaixo do braço [...], outros com os olhos na mão a procura da caixa orbicular e quejandos. Quando diante desse quadro o dr. Argemiro não puder ao menos invocar a atenuante de dizer si fui o causador disto, mas construí um Grupo Escolar para nele se educarem vossos descendentes.

Nesse dia, talvez seja o Governo trazido a esta vila e então terá pela primeira vez, a oportunidade de verificar a injustiça do seu ato e o erro de sua teimosia e observar o que constitui para o povo daqui, a demolição do cemitério. Só a volúpia de inovações, o desejo sadico de contrariar e a vaidade de exhibir-se com autoridade explicam a aspera resistência com que o Governo enfrentou a opinião publica daqui em um ato dessa natureza. [...]

Os escombros do cemitério, além de atestarem um grave erro constituem uma grande interrogação. A demolição foi efetuada há dois anos a pretexto da construção do Grupo, e desta idéia de fachada, só nos tocou o legado de um montão de ruínas, colocado em pleno centro das ruas. [...]

Se o dr. Argemiro fixasse em sua imaginação por um momento o quadro que desenhei acima, se colocasse em sua cabeça a nossa carapuça, certamente por um efeito de função psicológica, induziria que o seu ato constituiu um

atentado grave á tendencia que temos pelo culto dos nossos antepassados e que se acha profundamente estratificada em nossa mentalidade.

O meu unico intuito expondo ao publico o que se passa aqui é cooperar com o Governo mostrando-lhe os erros com a esperança de que sejam remediados. [...] (DUTRA, 1937, p. 7).

Apesar de inusitada essa situação o fato descrito acima não foi publicado no *Jornal A União*, mas tão somente no *Jornal A Imprensa*, que como sabemos era de oposição ao governo do estado. Em todo caso o interessante é percebermos as possíveis correlações de forças políticas que levaram, inclusive, o interventor a desrespeitar princípios básicos de higiene e salubridade que regiam e deveriam ser respeitados para a construção de grupos escolares. Nesse sentido, ao que tudo indica, prevaleceu a força política de Argemiro de Figueiredo que contrariou os interesses da população, com a demolição do cemitério. Infelizmente, não dispomos de informações mais precisas se de fato o grupo escolar foi construído ou não naquele local. Sabemos tão somente que em 1940 o *Jornal A União* noticiou o lançamento da pedra fundamental do grupo escolar de Brejo do Cruz.

Saindo um pouco das discussões mais pontuais sobre alguns grupos escolares reorganizamos os dados apresentados nos quadros (2 e 3) em um outro, reagrupando-os por mesorregiões. No próximo quadro também demos destaque aos governadores e interventores da Paraíba, localizando-os nas mesorregiões as quais tinham a sua base familiar e consequentemente de maior influência política.

Quadro 4 – Grupos Escolares por Mesorregiões da Paraíba

Nome das Mesorregiões	Nome dos Governadores/ Interventores	Base familiar/ Influência política/ localização
ZONA DA MATA/LITORAL PARAIBANO		
	Álvaro Pereira de Carvalho. Anthenor Navarro.	Mamanguape João Pessoa
Grupos Escolares de João Pessoa – Capital Grupo Escolar Santo Antonio – bairro de Jaguaribe Grupo Escolar Duarte da Silveira Grupo Escolar Frei Martinho – bairro de Cruz das Armas Grupo Escolar Argentina Pereira		

Gomes – Centro Grupo Escolar Padre Dehon – bairro da Torre Grupo Escolar Dom Adauto		
Grupo Escolar de Pilar		
Grupo Escolar de Espírito Santo – atual Cruz do Espírito Santo		
Grupo Escolar da Vila de Cabedelo – atual Cabedelo		
Grupo Escolar de Mamanguape		
Grupo Escolar de Mari		
Grupo Escolar de Santa Rita		
Grupo Escolar da Colônia Agrícola de Camaratuba, pertencente a Mamanguape		
Grupo Escolar da Vila de Araçá – pertencente a Sapé		
Grupo Escolar de Pedras de Fogo		
AGRESTE PARAIBANO		
	Argemiro de Figueiredo. Severino de Albuquerque Montenegro. Samuel Duarte.	Campina Grande Alagoa Nova Alagoa Grande
Grupos Escolares de Campina Grande Grupo Escolar Clementino Procópio Grupo Escolar Afonso Pena Grupo Escolar Santo Antonio		
Grupo Escolar de Esperança		
Grupo Escolar de Bananeiras		
Grupo Escolar de Guarabira		
Grupo Escolar de Araruna		
Grupo Escolar de Alagoa Nova		
Grupo Escolar de Ingá		
Grupo Escolar de Moreno – atual Solânea		
Grupo Escolar de Queimadas – pertencente a Campina Grande		
Grupo Escolar de Alagoa Grande		
Grupo Escolar de Galante – pertencente a Campina Grande		
Grupo Escolar de Serraria		
Grupo Escolar de Caiçara		
Grupo Escolar de Gurinhém		
Grupo Escolar de Entre Rios – pertencente a Serraria		

Grupo Escolar de Cuité		
Grupo Escolar da Vila de Serra Redonda – pertencente a Ingá		
Grupo Escolar da Vila de Salgado – pertencente a Itabaiana		
Grupo Escolar da Vila de Itatuba – pertencente a Ingá		
Grupo Escolar de Aburá – pertencente a Tabaiana – atual Itabaiana		
Grupo Escolar de Pirpirituba		
Grupo Escolar de Ibiapinópolis – atual Soledade		
Grupo Escolar de Cacimba de Dentro		
Grupo Escolar da Vila de Remígio – pertencente a Areia		
Grupo Escolar de Juarez Távora		
BORBOREMA		
	Gratuliano da Costa Brito	São João do Cariri
Grupo Escolar de Santa Luzia de Sabugy – atual Santa Luzia		
Grupo Escolar de Joazeirinho – atual Juazeirinho		
Grupo Escolar de São João do Cariri		
Grupo Escolar de Alagoa do Monteiro – atual Monteiro		
Grupo Escolar de Picuí		
Grupo Escolar de Taperoá		
SERTÃO		
	Ruy Carneiro. José Marques da Silva Mariz.	Pombal Souza
Grupo Escolar de São José de Piranhas		
Grupo Escolar de Patos		
Grupo Escolar de Antenor Navarro – atual São João do Rio do Peixe		
Grupo Escolar de Pombal		
Grupo Escolar de Cajazeiras		
Grupo Escolar de Catolé do Rocha		
Grupo Escolar de Piancó		
Grupo Escolar de São Bento		
Grupo Escolar de Coremas		
Grupo Escolar de Conceição		

Grupo Escolar de Misericórdia - atual Itaporanga		
Grupo Escolar de Brejo do Cruz		
Grupo Escolar de Teixeira		
Grupo Escolar de Bonito – atual Bonito de Santa Fé		
Grupo Escolar da Vila de Canaan – pertencente a Antenor Navarro – atual São João do Rio do Peixe		
Grupo Escolar de Uiraúna - pertencente a Antenor Navarro – atual São João do Rio do Peixe		

Fontes: *Jornal A União* 1930 a 1946 e livros sobre a história das cidades e dos municípios.

Observando o quadro acima podemos identificar que no período aqui em estudo (1930-1946), foi a mesorregião do Agreste Paraibano que mais apresentou indicações de criação, de lançamento de pedras fundamentais até de conclusões e inaugurações de grupos escolares, ao todo foram 27. Em relação aos grupos escolares que tiveram seus decretos de criações, lançamentos de suas pedras fundamentais e prédios adaptados totalizaram oito instituições, assim como os grupos escolares que ficaram em construção, foi também o total de oito. Já os grupos escolares concluídos e inaugurados temos a informação de que foram 11 os finalizados.

Outro aspecto interessante a ser ressaltado é que, como já dissemos anteriormente, muitos grupos escolares tiveram seus decretos de criação oficializados posteriormente às suas criações e/ou inaugurações, como foram os casos dos grupos escolares Clementino Procópio e de Queimadas, ambos pertencentes ao município de Campina Grande, que tiveram as suas construções concluídas em 1936, contudo os seus decretos de criação somente foram publicados no ano seguinte, ou seja, em 1937.

Uma das explicações possíveis para essa maior quantidade de grupos escolares nessa mesorregião se dá pelo fato de que a Paraíba teve como Interventor no período de 1935 a 1940, Argemiro de Figueiredo, que tinha a sua base eleitoral o município de Campina Grande, um dos mais importantes econômica e politicamente no Estado da Paraíba e que exerciam grande influência na mencionada mesorregião. Lembremos pois que somente no município de Campina Grande foram concluídas as construções dos grupos escolares Clementino Procópio, em 1936, e Afonso Pena, em 1937.

A mesorregião do Sertão contou com 16 propostas de grupos escolares. Dentre os quais três estavam em construção, todos nos anos de 1930. Quais sejam: os grupos escolares de São José de Piranhas, que teve o início de suas obras no ano de 1932 mas que teve o seu decreto de criação 14 dez anos depois, ou seja, em 1946. O de Antenor Navarro (atual São João do Rio do Peixe) e o de São Bento.

No Sertão também observamos que dos 16 grupos escolares, 6 tiveram apenas o lançamento da pedra fundamental e/ou os decretos de criação e apenas 1 grupo escolar foi criado em um prédio adaptado, qual seja: o Grupo Escolar de Catolé do Rocha.

O de Coremas, recebeu o seu nome para homenagear o primeiro diretor do DNOCS, passando a se chamar Grupo Escolar Arrojado Lisboa em 1936.

É importante chamar atenção para o fato que outros três grupos escolares encontravam-se praticamente concluídos, quais sejam: o de Piancó, em 1938, o de Conceição, em 1938, e o Misericórdia (atual Itaporanga), também 1938. Em síntese, dos 16 grupos escolares identificados nesta mesorregião, apenas dois foram totalmente finalizados, três encontravam-se praticamente concluídos os outros 11 não concluído até o ano de 1946, ano limite desta pesquisa. Aqui desejamos ressaltar que possivelmente Interventor Ruy Carneiro exerceu grande influência, uma vez que ficou no poder no período de 1940 a 1945.

A mesorregião da Mata/Litoral Paraibano foi a terceira que mais recebeu algum tipo de ocorrência (lançamentos da pedra fundamental, decretos de criações, construções e conclusões e/ou inaugurações) de novo grupo escolar, ou seja, totalizando 15. Porém, atentamos que nem todos foram de fato inaugurados e entregues à população, ou melhor falando, alguns ficaram apenas no lançamento da pedra fundamental ou mesmo no decreto de criação. Dos 15 grupos escolares localizados na Zona da Mata Paraibana, 4 foram concluídos: o Grupo Escolar de Espírito Santo (atual Cruz do Espírito Santo), o Grupo Escolar de Pilar, em 1936, o Grupo Escolar de Mamanguape, em 1937, e o Grupo Escolar de Santa Rita, em 1940). E 3 foram inaugurados, quais sejam: o Grupo Escolar Santo Antonio, no ano de 1932, localizado na capital, o de Cabedelo, em 1942, e o Grupo Escolar localizado na Colônia Agrícola de Camaratuba, concluído em 1943. Vale também ressaltarmos que no período aqui em estudo, o município da capital paraibana teve o maior número de novos grupos escolares, ou seja, num total de 5. Vejamos: Grupo Escolar Santo Antonio e Grupo Escolar Dom Adauto, ambos localizados bairro de Jaguaribe. O Grupo Escolar Padre Dehon, no bairro da Torre. O Grupo Escolar Frei Martinho no bairro de Cruz das Armas e, finalmente, o Grupo

Escolar Duarte da Silveira e Grupo Escolar Argentina Pereira Gomes, localizados no centro da cidade de João Pessoa.

Semelhantemente do que ocorreu com alguns grupos escolares da mesorregião do Agreste, muitos tiveram os seus decretos de criação oficializados depois das finalizações de suas construções e até mesmo de suas inaugurações, como foi o caso do Grupo Escolar da Colônia Agrícola de Camaratuba, que teve sua inauguração no ano de 1943, mas o seu decreto de criação somente foi publicado no ano de 1946, ou seja, após três anos da sua inauguração. O Grupo Escolar de Pilar também apresenta um caso parecido, porém com um tempo menor, haja vista que a conclusão do prédio se deu no ano de 1936 e o decreto de criação foi publicado no ano seguinte, em 1937.

Outros 8 grupos escolares pertencentes a mesorregião da Zona da Mata Paraibana ficaram em construção até o ano de 1946, todavia não temos informações de quando foram finalizados.

E, finalmente, a mesorregião da Borborema foi a que menos foi favorecida em com propostas de grupos escolares, apenas seis.

Dentre os 6 apenas 4 foram concluídos, na década de 1930, quais sejam: Grupo Escolar de Santa Luzia de Sabugy (atual Santa Luzia), o Grupo Escolar de Alagoa de Monteiro (atual Monteiro) e os grupos escolares de Picuí e Taperoá.

Em relação aos grupos escolares em construção tivemos a informação que apenas um grupo escolar se encontrou nesta situação, que foi o de Joazeirinho (atual Juazeirinho). E em relação aqueles grupos escolares que também só obtivemos a informação de seus decretos de criação, na Borborema, também foi apenas um grupo escolar, o de São João do Cariri.

Vejamos a seguir um Mapa das Mesorregiões apresentando o movimento de expansão dos grupos escolares no período de 1930 a 1946 e as representações políticas referentes a cada mesorregião:

Figura 12 – Movimentação da expansão dos grupos escolares paraibanos no período de 1930-1946, a partir do Mapa da Paraíba e suas Mesorregiões



Fonte: Mapa adaptado do site Baixar Mapas⁷¹

Para finalizarmos essa discussão desejamos ressaltar que a distribuição de grupos escolares no Estado da Paraíba ocorreu de forma desigual e pouco equânime nas mesorregiões ocasionado, muito possivelmente, pelos interesses políticos partidários.

Além das criações, construções e inaugurações de grupos escolares também ocorreram melhoramentos expressivos em alguns prédios escolares já existentes, como podemos ver no quadro a seguir:

⁷¹ Disponível em: <<http://www.baixarmapas.com.br/mapa-da-paraiba-mesorregioes>>. Acesso em 3 abr. 2015.

Quadro 5 – Grupos escolares que receberam melhoramentos, no período de 1930 a 1946

Nome do Grupo Escolar/tipo de melhoramento	Ano
Grupo Escolar Dr. Thomaz Mindello– melhoramentose ampliação física do prédio, além da modificação da escadaria principal. ⁷²	1931
Grupos Escolares Thomaz Mindello – criação do primeiro Jardim de Infância “oficial” do estado ⁷³	1934
Grupos Escolares Eptácio Pessôa; Antônio Pessôa, localizados na capital, além daqueles localizados nas cidades de Itabaiana; Campina Grande; Souza; Princesa e Alagôa Nova - entrega de melhoramentos físicos dos prédios.	1934
Grupo Escolar Dr. Eptácio Pessôa – gabinete dentário Anthenor Navarro.	1935
Grupo Escolar AntonioPessôa – gabinete dentário.	1935
Ampliação e novas instalações do Grupo Escolar Santo Antonio, localizado na capital. (Lei Nº 50 de 1936).	1936
Grupo Escolar Eptácio Pessôa, na capital–reforma e ampliação	1936
Pelo Decreto Nº 1329, de 2 de março de 1939 o Grupo Escolar Santo Antonio recebeu uma nova subvenção de 10:000\$000 para manutenção do prédio.	1939
Pelo Decreto Nº 1329 de 2 de março de 1939 o Grupo Escolar Frei Martinhorecebeu uma subvenção de 10:000\$000 para manutenção do prédio.	1939
Inauguração do Grêmio Literário 10 de Novembro e a Biblioteca Prof. José de Mélo, no Grupo Escolar Miguel de Santa Cruz, localizado no município de Monteiro.	1939
Grupo Escolar Gama e Melo, de Princesa Isabel	1941
Grupo Escolar de Espírito Santo – concluídos os serviços de reparos na cobertura e soalho e a construção de uma nova secção sanitária e pintura.	1941
Grupo Escolar Padre Ibiapina, de Itabaiana – desapropriação de um terreno baldio para início de obras para uma adaptação mais moderna.	1942
Grupo Escolar Rio Branco	1942
Grupo Escolar de Souza	1943
Grupo Escolar José Leite, de Conceição	1943
Grupo Escolar de Itaporanga	1943
Grupo Escolar de Piancó	1943
Grupo Escolar de Patos	1943
Grupo Escolar João da Mata, de Pombal – criação de um Jardim de Infância	1944
Grupo Escolar Irineu Joffily, de Esperança – construção de um auditório	1944
Grupo Escolar João Úrsulo, de Santa Rita - inauguração do	1944

⁷² Sobre essas reformas e ampliações, consultar Pinheiro (2008).

⁷³ Para maiores informações sobre o processo de criação desse jardim da infância consultar o estudo realizado por Lima (2011).

Jardim da Infância	
Grupo Escolar João Soares, de Caiçara – construção de um palco em um dos salões do estabelecimento de ensino, para a estréia do Teatro Infantil Silvino Lopes.	1944
Grupo Escolar AntonioPessoa, na capital – Decreto Nº 625, de 1 de outubro de 1945 – desapropria terreno para construção de um novo edifício. Uma área de terreno de 1.887 metros quadrados, com os prédios que abrangem os sob números 187, 211 e 217 à rua do Sertão.	1945
Grupo Escolar Professor Luiz Aprigio, de Mamanguape – construção de uma cozinha com todos os requisitos de higiene.	1945

Fonte: *Jornal A União* dos anos de 1931,1934,1935,1936, 1939, 1941, 1942, 1943, 1944 e 1945.

A partir do quadro acima é possível também vislumbrarmos os principais tipos de beneficiamentos que receberam os grupos escolares, considerando os dois períodos aqui em estudo. Na década de 1930 percebemos que eles se concentraram no melhoramento das próprias edificações em si, inclusive com ampliação física, como foram os casos do Grupo Escolar Santo Antonio, localizado no bairro de Jaguaribe, e do Grupo Escolar Eptácio Pessoa, localizado no bairro de Tambiá, ambos na cidade de João Pessoa.

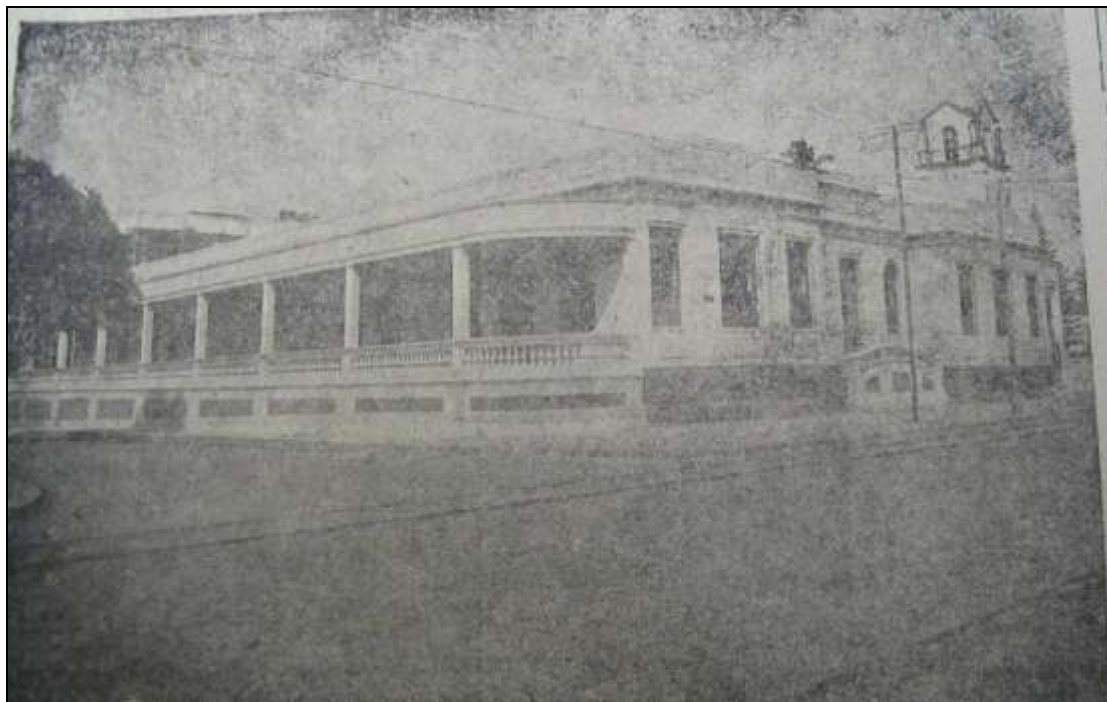
No Grupo Escolar Santo Antonio, segundo informações contidas no *Jornal A Imprensa* foram inaugurados, em 1936, mais cinco pavilhões para aulas, a ampliação de outros já existentes, o Jardim da Infância, além de uma escola profissional de cortes, flores e bordados (A IMPRENSA, 01 abr. 1936, p. 6). No Grupo Escolar do bairro de Tambiá ocorreu uma grande reforma e ampliação física que fora em parte provocada pela publicação, em 1936, pela Diretoria de Obras Públicas da Paraíba de um novo projeto de grupo escolar com dez salas de aulas, aspecto esse que voltaremos a discutir um pouco mais adiante.

O Grupo Escolar Eptácio Pessoa foi criado, segundo Pinheiro (2002) pelo Decreto nº 879, de 10 de janeiro de 1918 e, em 1934, recebeu alguns beneficiamentos físicos. Todavia, foi em 1936 que o mencionado Grupo Escolar passou por grandes melhoramentos físicos a fim de se equiparar as novas exigências que passaram a ser indicadas pelos órgãos de planejamento do Estado da Paraíba, especialmente no tocante a quantidade de salas de aulas que deveria ficar em torno de dez.

Entre os melhoramentos físicos, inclusive com novas construções e ampliações foi implementado o jardim da infância, cinema educativo, biblioteca, além de mais 4 salas de aula, duas de 7m,30 x 8m,00 e duas de 7m,30 x 8m,00. Além de ter sido acrescido de uma área coberta de 1.121 metros quadrados, que era de apenas 406 metros quadrados. (A

UNIÃO, 02 ago. 1936). Vejamos a seguir imagens referentes ao Grupo Escolar Epitácio Pessoa, já no ano de 1939, após a conclusão de todas as reformas que o mesmo passou.

Figura 13 – Grupo Escolar Epitácio Pessoa, localizado no bairro de Tambiá na capital paraibana.



Fonte: *Jornal A União* (25 jan. 1939, p.8).

Figura 14 – Parte posterior do Grupo Escolar Eptácio Pessoa, localizado no bairro de Tambiá na capital paraibana⁷⁴.



Fonte: *Jornal A União* (25 jan. 1939, p. 8).

Houve, também, alguns investimentos na implementação de alguns gabinetes dentários, além da criação de uma única biblioteca e de um grêmio literário no grupo escolar localizado no município de Monteiro.

Em relação aos anos de 1940 verificamos que os investimentos para os consertos e melhoramentos físicos permaneceram. Todavia, nos chamou a atenção o processo de criação de espaços destinados para jardins de infância, como os ocorridos nos grupos escolares João da Mata, localizado em Pombal e João Úrsulo, situado na cidade de Santa Rita. Também foram construídos auditórios e salões para a realização de atividades teatrais⁷⁵.

A partir do ano de 1944 começaram a ser construídas, nos grupos escolares, as cozinhas para a preparação da merenda escolar, como foi o caso do Grupo Escolar Professor Luiz Aprigio, localizado na cidade de Mamanguape. Elas surgiram a partir daquele ano quando se iniciou uma campanha de merenda escolar mais saudável, inclusive, com a implementação da “Hora da Sôpa” nos grupos escolares da capital e do interior do estado⁷⁶.

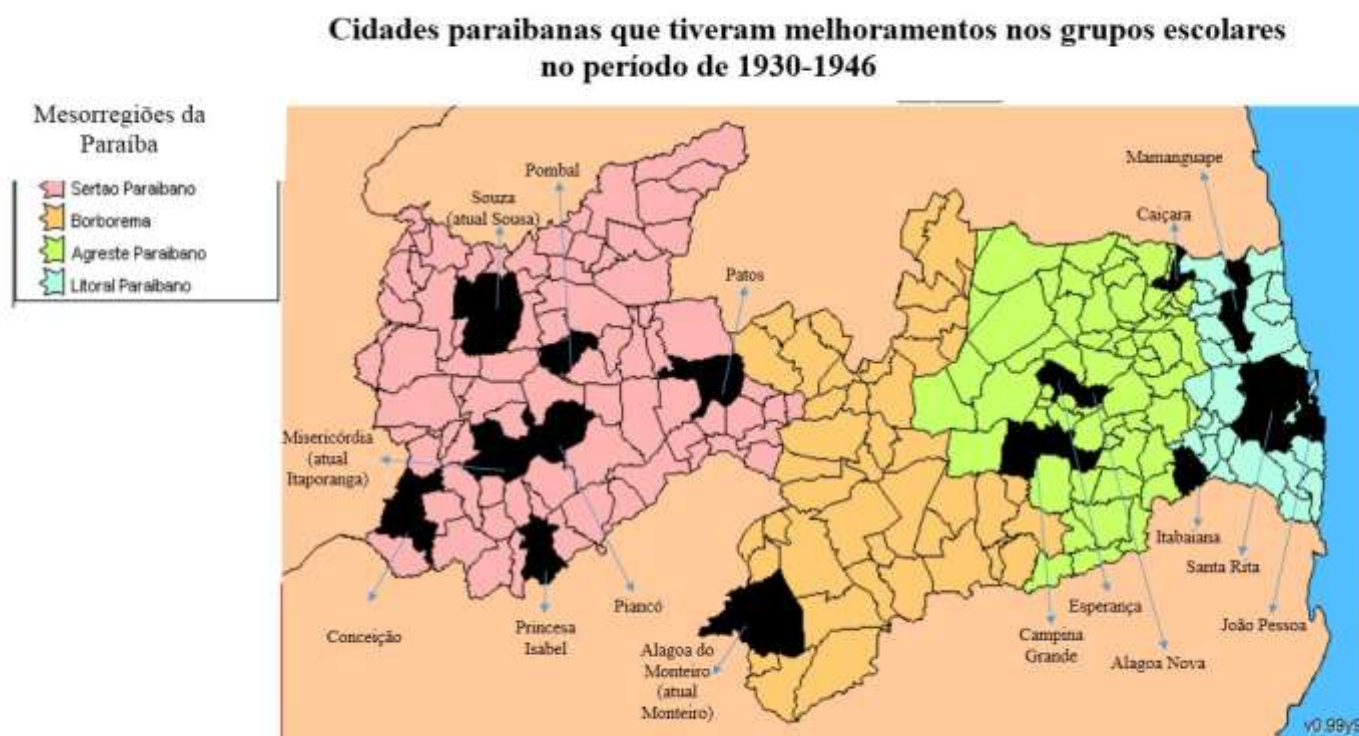
Vejamos a seguir um Mapa a partir das mesorregiões paraibanas apresentando as cidades em que tiveram melhoramentos nos grupos escolares no período de 1930 a 1946:

⁷⁴Observar o novo prédio com dois pavimentos.

⁷⁵ Sobre essa atividade nos grupos escolares consultar o estudo realizado por Silva e Pinheiro (2013).

⁷⁶Para maiores informações sobre a implementação de cozinhas nos grupos escolares, bem como a implementação da “Hora da Sôpa” consultar Silva (2013).

Figura 15 – Cidades paraibanas em que tiveram melhoramentos nos grupos escolares no período de 1930 a 1946, a partir do Mapa da Paraíba e suas Mesorregiões.



Fonte: Mapa por cidades adaptado do site de Anderson Medeiros⁷⁷

Realizado esse mapeamento do processo de expansão, bem como dos investimentos relacionados as suas conservações e implementações de atividades mais diretamente relacionados com as questões pedagógicas (sala para os jardins de infância, auditórios, etc.), no período aqui em estudo, passamos agora a observar os aspectos arquitetônicos e algumas indicações sobre as suas relações com o espaço urbano, uma vez que os mesmos exerceram um papel fundamental no embelezamento de algumas cidades, conforme já foi ressaltado em estudo realizado por Pinheiro (2002).

4.2 Grupos escolares paraibanos no período de 1930 a 1936: os aspectos arquitetônicos

Desejamos iniciar este item nos apropriando da seguinte assertiva:

⁷⁷ Disponível em: <<http://andersonmedeiros.com/mapas-tematicos-alov-map/>>. Acesso em: 05 abr. 2015.

[...]é possível ler e interpretar a história da educação brasileira pela arquitetura dos edifícios escolares. Não por acaso, a construção de edifícios próprios para o funcionamento de escolas públicas inicia com o processo de democratização do ensino no país a partir da primeira república. (SOUZA, 2005, p. 7).

Assim, considerando essa assertiva e ao mesmo tempo observando o quadro 2, podemos identificar que no período de 1930 a 1936 foram criados e/ou inaugurados em torno de 40 grupos escolares em todo o Estado da Paraíba. Esses grupos escolares, regra geral, foram projetados/construídos obedecendo alguns preceitos arquiteturais condizentes ao funcionamento de uma instituição escolar. Infelizmente não conseguimos obter imagens de todos os grupos escolares que constam nas listagens anteriormente apresentadas, contudo conseguimos acessar algumas que podem ser visualizadas a seguir.

Para facilitar a nossa discussão agrupamos os grupos escolares criados e/ou inaugurados no período em dois blocos. Para tanto, levamos em consideração alguns aspectos que influenciaram a sua feição arquitetônica, ou seja, essa divisão para além da própria periodização que adotamos na estruturação deste estudo (capítulos 2 e 3), foi também condicionada pela nova orientação arquitetônica projetada, em 1936, para a criação e construção dos edifícios escolares na Paraíba. Assim, o primeiro bloco, refere-se ao período de 1930 a 1936 e o segundo de 1937 a 1946. Todavia, antes de adentrarmos na discussão propriamente dita sobre os grupos escolares paraibanos desejamos ressaltar que, segundo Viñao Frago (1998), “[...] o estudo específico do espaço escolar” (p. 12), foi tendo ao passar dos anos uma maior abrangência junto às pesquisas e aprofundamentos, “[...] a partir da história da política educacional se começou a estudar as intervenções e regulações estatais [...], o estabelecimento de modelos oficiais, a política de construções escolares” (p. 13). O autor também explicita que “[...] a partir da história social [...], o papel do discurso médico-higienista na configuração do espaço educacional ou a sua distribuição e usos em função da classe social ou do gênero” (p. 13), ou seja, a localização do espaço no qual a instituição escolar está situada faz parte de todo um projeto político e educacional, assim como as construções escolares, suas estruturas físicas e arquitetônicas trazem importantes referências sobre o tempo em que foram projetados e construídos. Modelos oficiais de prédios escolares que juntamente com as tendências pedagógicas têm relações intrínsecas. O discurso médico-higienista também se encontra dentro das perspectivas por nós observadas ao longo desse trabalho dissertativo. Assim, os prédios escolares, especialmente os grupos escolares,

deveriam obedecer critérios mínimos, tais como: claridade, amplos corredores, salas arejadas. Deveriam ser construídos em terrenos salubres, etc.

Ainda no âmbito dessa discussão Escolano (1998, p. 23), explicita também que

Um edifício-escola, projetado e construído na década dos anos vinte de nosso século, pode seguir funcional no fim do século sofrendo apenas algumas ações de reciclagem que não afetam essencialmente o programa arquitetônico original. Não é arriscado supor, além disso, que sua vigência vá se prolongar até alcançar uma duração secular, ainda que num futuro próximo tenha que sofrer alguma outra ação reabilitadora. [...].

Consideramos, assim que essas constatações são muito importantes na medida em que estamos preocupados com o processo de expansão dos grupos escolares na Paraíba. Assim, os aspectos de sua arquitetura são relevantes.

Apesar do mencionado autor tomar a realidade espanhola como referência para desenvolver a sua análise, podemos observar que boa parte de suas observações podem ser encontradas na Paraíba. Nesse sentido, muitos dos prédios das atuais escolas estaduais de ensino fundamental são antigos grupos escolares construídos nas décadas de 1920, 30 e 40 do século XX, que sofreram *algumas ações de reciclagem*, mas que não necessariamente comprometeu a estrutura arquitetônica escolar original.

Outros dois pontos de suma importância que são observados por Escolano (1998, p. 23 e 26) refere-se, primeiramente, a questão da arquitetura como forma de escritura no espaço. Tal aspecto instituiu-se como parte de um discurso inovador, bem como um importante fator de modernização do ensino. O segundo e talvez o mais significativo refere-se em compreender a “arquitetura como programa”.

[...] A arquitetura escolar é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos. Ao mesmo tempo, o espaço educativo refletiu obviamente as inovações pedagógicas, tanto em suas concepções gerais como nos aspectos técnicos. É evidente que as escolas do bosque ou jardins da infância, para dar alguns exemplos, expressaram em sua institucionalização material as teorias que os legitimaram, como igualmente é notório que escolas seriadas ou as classes de ensino mútuo refletiram as práticas didáticas que se abrigaram entre seus muros.

Assim sendo, o prédio escolar e sua forma arquitetônica ensinam e colaboram para a formação escolar dos que ali estiveram (e estão, hoje!) inseridos. Nessa perspectiva consideramos que os dos grupos escolares marcaram ou influenciaram na formação das crianças do ensino primário. O próprio formato dos corredores, das salas de aula, da sala da direção, o pátio escolar demonstram uma organização espacial que rege um disciplinamento, assim como os horários ou os “tempos escolares” e os relógios que “não só facilitou o cômputo das horas, como induziu uma verdadeira autorregulação das atividades humanas na própria organização social” (ESCOLANO, 1998, p. 43). Desta forma, acreditamos que o apontamento do autor em compreender a arquitetura da escola como um programa é de extrema importância para entendermos melhor a vida da instituição escolar e sua dinâmica, apesar de não ter sido esse o objetivo deste estudo.

Em relação aos espaços educativos e seus significados o autor ainda demonstra que os mesmos “[...] transmitem uma importante quantidade de estímulos, conteúdos e valores do chamado currículo oculto, ao mesmo tempo que impõem suas leis como organizações disciplinares” (ESCOLANO, 1998, p.27). O mesmo aponta ainda que “não apenas o espaço-escola, mas também sua localização, a disposição dele na trama urbana dos povoados e cidades, tem de ser examinada como um elemento curricular”. (ESCOLANO, 1998, p. 28).

Sintetizam ainda Viñao Frago e Escolano (1998, p. 45) que a arquitetura escolar

[...] pode ser vista como um programa educador, ou seja, como um elemento do currículo invisível ou silencioso, ainda que ela seja, por si mesma, bem explícita e manifesta. A localização da escola e suas relações com a ordem urbana das populações, o traçado arquitetônico do edifício, seus elementos simbólicos próprios ou incorporados e a decoração exterior e interior respondem a padrões culturais e pedagógicos que a criança internaliza e aprende.

Já em relação aos edifícios específicos para os grupos escolares, Bencosta (2005, p. 97) aponta que

[...] foi uma preocupação das administrações dos estados que tinha no urbano o espaço privilegiado para a sua edificação, em especial, nas capitais e cidades prósperas economicamente. Em regra geral, a localização dos edifícios escolares deveria funcionar como ponto de destaque na cena urbana, de modo que se tornasse visível, enquanto signo de um ideal republicano, uma gramática discursiva arquitetônica que enaltecia o novo regime.

O autor trabalha nesse estudo em específico, analisa o período de 1903 a 1928, tomando como referência os primeiros grupos escolares localizados na cidade de Curitiba. Nessa perspectiva, Bencosta (2005, p. 98) ainda nos diz que “[...] foi necessário desenvolver projetos que organizassem o espaço escolar a fim de constituir atividades que se adequassem às novas metodologias de ensino propaladas pelo discurso de uma moderna pedagogia”. Para tanto, “um edifício próprio para a escola: eis uma importante questão que os poderes públicos tiveram que enfrentar diante do comprometimento discursivo que coroava a instrução escolar como uma das principais colunas de sustentação da civilização” (BENCISTA, 2005, p.103). Esse aspecto é visivelmente importante para compreendermos o espaço privilegiado que precisaria ser dado ao prédio escolar e a sua arquitetura, principalmente no início da República.

Já em relação às questões higiênicas, o autor ressalta que em Curitiba

[...] não passou despercebida pela imprensa local, pois, baseada nos pressupostos de uma pedagogia compreendida como moderna, enfatizava a importância do ar puro, da luz abundante e de uma adequada localização sanitária, requisitos indispensáveis para o bom estado dos *grupos escolares* (BENCISTA, 2005, p.106-107, grifo do autor).

Conforme já ressaltamos anteriormente os prédios dos grupos escolares, não apenas em Curitiba, e também não só no início da República, mas durante todo o decorrer do período procuram seguir os principais preceitos higiênicos e de sanitarismo.

Bencosta (2005) faz um detalhamento dos primeiros grupos escolares de Curitiba e suas especificidades arquitetônicas e acaba concluindo que em linhas gerais os mesmos não atenderam totalmente aos discursos republicanos de grupos escolares como *templos* ou *palácios*. Segundo o autor “os espaços funcionais que a moderna pedagogia exigia, como gabinete para diretor, biblioteca, anfiteatro, laboratórios, secretaria, oficinas, pátios etc., também foram desconsiderados” (p.135).

E para finalizarmos essa breve explanação mais geral sobre a arquitetura escolar trazemos de volta Viñao (2005, p. 19) que aponta

[...] a configuração do espaço escolar como um lugar específico e um território demarcado, poroso e segmentado deve ser colocada em relação, para ter um sentido, com a concepção da arquitetura escolar como discurso material e forma de linguagem não-verbal que transmite hierarquias, valores [...].

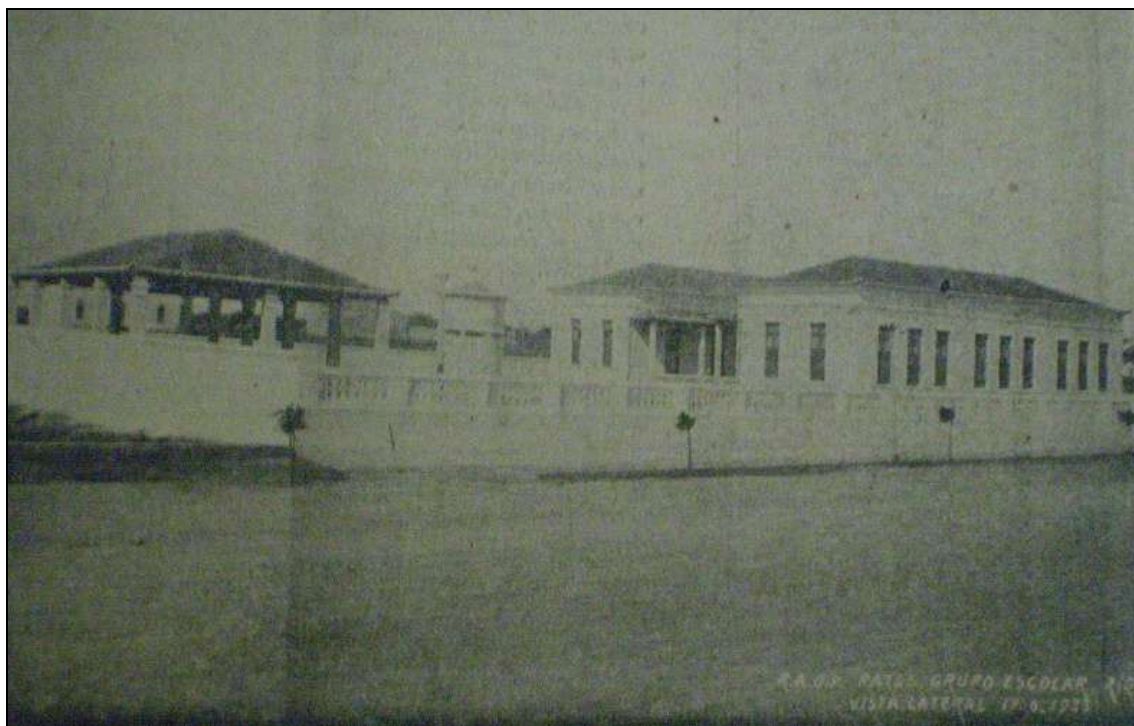
Partindo desses entendimentos passamos agora apresentar algumas imagens de grupos escolares paraibanos inaugurados, criados e/ou em construção no período de 1930 a 1936. Em seguida tecemos algumas considerações acerca de seus aspectos arquitetônicos e de localizações.

Figura 16 – Grupo Escolar Santo Antonio, localizado no bairro de Jaguaribe, em João Pessoa – 1932.



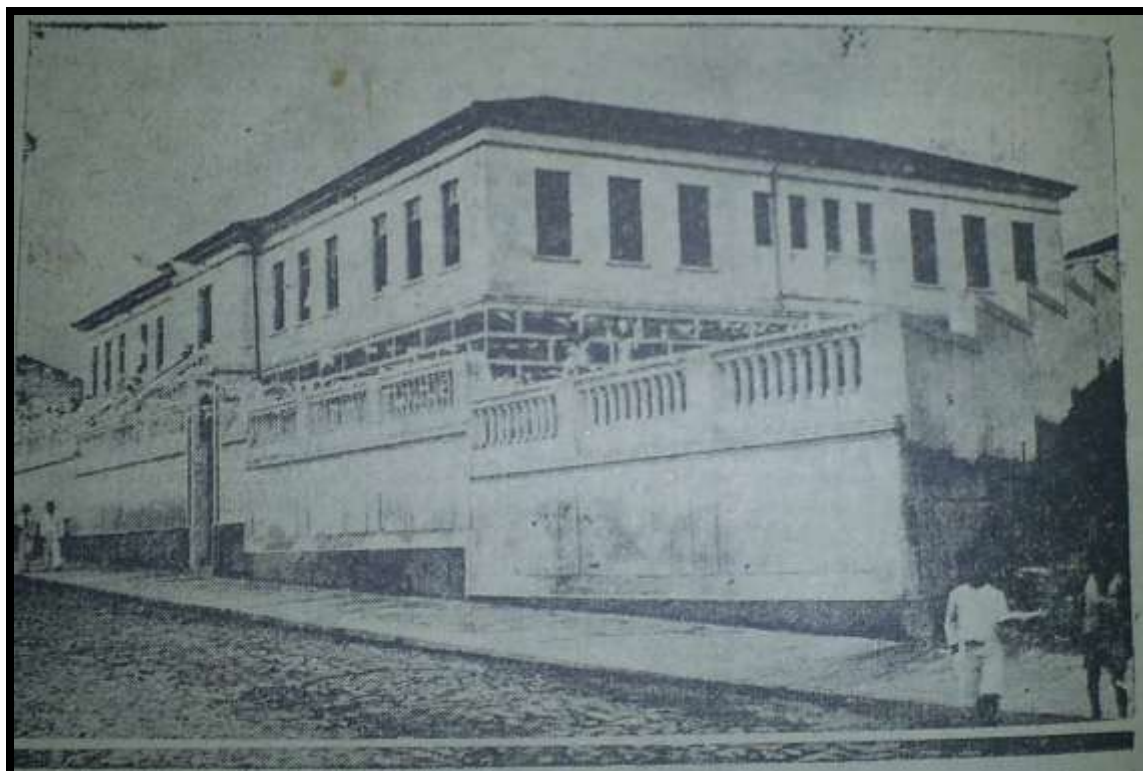
Fonte: Acervo particular de Antonio Carlos Ferreira Pinheiro.

Figura 17– Lateral do Grupo Escolar Rio Branco, localizado na cidade de Patos – 1933.



Fonte: *Jornal A União* (29 jun. 1934, p.9).

Figura 18 – Grupo Escolar Anthenor Navarro, localizado na cidade de Guarabira – 1933.



Fonte: *Jornal A União* (26 abr. 1933, p.8).

Figura 19– Grupo Escolar João da Mata, localizado na cidade de Pombal – 1933.



Fonte: *Jornal A União* (29 jun. 1934, p.9).

Figura 20– Grupo Escolar Irenêo Joffily, localizado na cidade de Esperança – 1933.



Fonte: Acervo particular de Antonio Carlos Ferreira Pinheiro.

Figura 21– Grupo Escolar 24 de Janeiro, localizado em São João do Cariri - 1934.



Fonte: *Jornal A União* (29 jun. 1934, p.9).

Figura 22– Grupo Escolar de Joaseirinho, localizado no município de Soledade - 1934.



Fonte: *Jornal A União* (29 jun. 1934, p.9).

Figura 23– Grupo Escolar Duarte da Silveira, localizado na capital, João Pessoa - 1934.



Fonte: *Jornal A União* (29 jun.1934, p.9).

Figura 24– Grupo Escolar CoêlhoLisbôa, localizado na cidade de Santa Luzia do Sabugí – 1934.



Fonte: *Jornal A União* (29 jun. 1934, p.9).

Figura 25 – Grupo Escolar Monsenhor João Milanês, localizado na cidade Cajazeiras - 1934.



Fonte: *Jornal A União* (29 jun. 1934, p.9).

Figura 26– Grupo Escolar Targino Pereira, localizado na cidade de Araruna – 1934.



Fonte: *Jornal A União* (29 jun. 1934, p.9).

Figura 27– Grupo Escolar Xavier Junior, localizado na cidade de Bananeiras – 1934.



Fonte: *Jornal A União* (05 set.1934, p.1).

Figura 28– Grupo Escolar Affonso Campos, localizado em Pocinhos – 1934.



Fonte: *Jornal A União* (15 nov. 1934, p.4).

Figura 29– Grupo Escolar de São José de Piranhas – em construção – 1934.



Fonte: *A Imprensa* (29 maio. 1934, p. 3).

Inicialmente, observando a nossa amostragem de 14 figuras, podemos verificar que quase todos os grupos escolares acima retratados guardam muitas semelhanças entre si, em relação aos seus aspectos arquitetônicos. Vejamos:

Na parte central de cada edifício escolar podemos observar a porta principal de entrada envolta em um pequeno “nicho” que ora se encontra recuado, ora avançando um pouco para frente. Esse artifício arquitetônico tem a função de dar movimento no seu aspecto visual, tornando-o mais bonito. O Grupo Escolar Santo Antonio, localizado no Bairro de Jaguaribe, na cidade de João Pessoa, é o único na nossa amostragem que apresenta além da porta central mais duas menores com a indicação de acesso separado para meninas e meninos. (ver Figura 16).

Quase todos possuem uma pequena escada de acesso com uma quantidade de degraus que varia de três para quatro. Esse elemento arquitetônico é muito importante porque indica que o edifício foi construído sobre um alicerce mais elevado em relação ao nível do terreno, o que garante uma maior salubridade para o prédio, ou seja, menor contato com a umidade e poeira advinda do solo. Sobre esse elemento arquitetônico (escadas ou escadaria) nos chama a atenção o Grupo Escolar Anthenor Navarro, localizado na cidade de Guarabira, (ver Figura

18), que em virtude de ter sido construindo em um terreno alto e íngreme foi necessária uma longa escadaria. Tal resolução arquitetônica deu ao referido prédio escolar muita imponência e beleza, se destacado, inclusive, na paisagem urbana da referida cidade.

Na fachada frontal todos os exemplares aqui em discussão apresentam uma distribuição muito regular em relação a disposição e quantidade de janelas que varia na quantidade entre duas (ver Figura 22) a 12 (ver Figuras 17 e 20), ficando, no entanto, a sua maioria em torno de seis janelas. Normalmente são altas, retangulares e com persianas fixas, o que nos indica que essas construções possuem um pé-direito bastante elevado garantindo uma maior circulação do ar além de claridade natural. A quantidade de janelas nos dá ainda informações indiretas sobre a quantidade de salas de aula que poderia ser de 2, 4, 6 ou 8 salas.

Segundo Lucena (2004), o Grupo Escolar Targino Pereira (ver Figura 26), localizado na cidade de Araruna, obedeceu as orientações técnicas e arquitetônicas iguais aos outros grupos escolares da década de 1930, “[...] projetadas com base na racionalização dos espaços [...] um prédio confortável, exposto ao nascente, recuado e elevado em relação ao leito da rua, com duas salas amplas e arejadas, com várias janelas, com aparelho sanitário e lavatório para os alunos [...]” (p.55-56). O autor aponta que o mencionado Grupo Escolar foi “[...] construído em terreno livre de outras edificações, de forma a possibilitar a existência de pátios e área de recreação de que tanto careciam nossas antigas escolas” (p. 56).

Outro aspecto a ser observado é a existência de prédios com muros e sem muros no seu entorno. Sobre essa questão Viñao Frago (1998) nos chama a atenção sobre “os campos escolares ou a dialética do aberto e do fechado”. Para o referido autor “no jogo ou relação entre zonas edificadas e não edificadas, eram quase sempre as primeiras, sobretudo a fachada e o edifício principais, as que dominavam a disposição do conjunto” (p. 91), ou seja, a fachada de um prédio escolar sempre foi algo de suma importância para compreendemos o todo, pois é a referência primeira digamos assim, de quando chegamos em um determinado local. Viñao Frago (1998, p. 91) ainda nos aponta que Francisco Ballesteros “aconselhava situar o edifício “à entrada do campo escolar, mas separado da rua ou lugar de trânsito, por uma zona que se pode destinar ao jardim ou ao horto”. Ele tratava, assim, de evitar ruídos, perigos e distrações. Em outras palavras, não encerrar, mas, sim isolar”.

Viñao Frago (1998, p. 91) explicita que

em geral, a arquitetura escolar combinou [...] encerramento com a acentuada ostentação de um edifício sólido cujas paredes constituíam a fronteira com o exterior ou que se achava separado desse exterior por uma zona mais ou menos ampla do campo escolar e um mudo ou grade [...].

Sendo assim, os muros ou grades e em alguns casos jardins separavam o campo escolar, o espaço reservado para o edifício escolar, da rua, do trânsito, do espaço público. Além disso, o autor nos mostra que os muros deram um ar de segurança ao campo escolar, afastando os movimentos da cidade e seus barulhos ou perigos, do espaço escolar e daqueles que ali estavam inseridos. Viñao Frago (1998) também situa o leitor sobre o “duplo jogo dialético dentro-fora e do aberto e fechado (p. 97)”, pois nem todos os prédios escolares tinham muros, alguns só foram adquirindo os muros com o passar dos anos e alguns permanecem até os dias atuais sem muros. Esses últimos estão em contato direto com a calçada e com a rua, sem um distanciamento amplo, no máximo alguns degraus separam a porta dos edifícios escolares da área externa. O autor destaca uma questão muito importante a ser observada:

Nesse jogo de relações entre o interno e o externo, o fechado e o aberto, dois seriam, em síntese, os modelos simplificados: Um, em forma de U, no qual predomina a fachada, o sentido do espetáculo e a ostentação. Busca impressionar aquele que o contempla e oculta seu interior. Um exterior no qual se penetra sem transição, diretamente a partir do exterior. Outro, em forma de U invertido, antítese do anterior, ao qual se chega através de um pátio ou jardim e que ao mesmo tempo acolhe e protege o visitante, recebendo-o entre suas duas asas como se fossem braços. (VIÑAO FRAGO, 1998, p. 97).

Na citação acima podemos visualizar as duas formas dos edifícios escolares em suas frentes, os que não têm os muros ou jardins e estão mais diretamente junto do externo, esses são os em formato de U, aberto para a rua, em que a fachada chama mais atenção e com um certo grau de imponência. Essa é uma questão que depende dos recursos e das localidades em que os prédios são construídos, dado que se pegarmos como exemplo alguns grupos escolares paraibanos, de algumas vilas ou povoados, normalmente não tinham muros, e não tinham muita ostentação. Já os edifícios escolares em formato de U invertido, esses são os que tem um maior espaço entre a rua e o campo escolar, alguns têm essa separação através de muros, dando sentimento de segurança e de proteção.

Regra geral, no caso específico da Paraíba, podemos perceber que os grupos escolares que foram construídos em locais mais urbanizados, como por exemplo nas principais vias da cidade ou mesmo na sua praça principal, normalmente não possuem muros na sua frente, ficando a sua fachada principal (e entrada do prédio) em contato direto com a rua como são os

casos do Grupo Escolar João da Mata, em Pombal, do Grupo Escolar Xavier Junior, localizado na cidade de Bananeiras ou ainda o Grupo Escolar Duarte da Silveira, localizado na capital, João Pessoa. (Ver Figuras 19, 27, 23). Vale ainda ressaltar que esses grupos escolares sem muros na sua frente ficam mais próximos das igrejas matrizes, das sedes das prefeituras, das câmaras municipais e dos postos policiais, compondo assim o conjunto urbano que expressa a estrutura de poder local. Há ainda aqueles que foram construídos em localidades não muito distantes do centro administrativo e religioso das pequenas cidades, nesse caso, quase sempre, os grupos escolares possuem uma área muito maior, apresentando muros que os delimitam ou os separam do seu entorno, conforme podemos observar nas imagens dos grupos escolares de Guarabira (ver Figura 18), Esperança (ver Figura 20), Araruna (ver Figura 26), Cajazeiras (ver Figura 25). Como são grupos escolares que foram construídos em locais possivelmente menos agitados, ou seja, com menor de circulação de pessoas, é provável que a construção do muro tenha sido pensada no sentido de lhe conferir maior segurança para a escola.

Os dois tipos de localidades (mais próximos ou um pouco mais distantes dos centros administrativos das cidades) onde estavam situados os grupos escolares assumem o papel de reforço da existência de uma área já considerada “nobre” pelos os seus habitantes ou como parte do movimento de urbanização das mesmas. Sobre essa questão podemos tomar como referência os estudos realizados por Silva (2011c) e Aquino (2014) que tecem análises sobre a relação da criação dos grupos escolares com o processo de urbanização nas cidades Campina Grande e de Bananeiras.

Silva (2011c) analisa que a “remodelação da cidade de Campina Grande, a partir do desenvolvimento econômico e urbanístico”, levou as ações administrativas pensadas e articuladas para que a cidade se tornasse “[...] esteticamente bela, organizada e higienizada” (p. 54), o período trabalhado pela autora é de 1935 a 1945. Em relação especificamente aos grupos escolares, a mencionada autora aponta que “essas instituições, por vezes, eram vistas como parte do projeto modernizador do estado paraibano e aqui particularmente da cidade de Campina Grande.” (p. 54). Ressalta ainda que “os grupos escolares tornaram-se um dos símbolos da prestigiosa evolução urbano-educativa brasileira e campinense, as quais não foram diferentes.” (p. 63).

Esse estudo nos dá importantes indícios sobre a próxima relação entre a urbanização da cidade de Campina de Grande e a construção dos grupos escolares. Sobre a construção do

Grupo Escolar Clementino Procópio e do Grupo Escolar Monsenhor Salles e suas localizações, segue a reflexão:

O bairro do São José, em Campina Grande, nas décadas de 1930 e 1940, por localizar-se perto do centro da cidade, sofreu um crescimento populacional, devido às reformas empreendidas nas ruas centrais da cidade, o que levou os moradores a buscarem novos espaços para habitar. Assim, no momento em que ocorreu a construção do Grupo Escolar Clementino Procópio, o bairro já possuía uma igreja católica, a Igreja da Guia.

[...] no povoado de Galante também foi construído um grupo escolar – o Monsenhor Salles. Entretanto, apesar de seguir rigorosamente os padrões arquitetônicos e higienísticos ele era mais simples, possuindo apenas duas salas de aula. [...] (SILVA, 2011c, p. 73).

Já de acordo com Aquino (2014, p. 9), o Grupo Escolar Xavier Junior, localizado na cidade Bananeiras, criado e inaugurado em 1934, também teve um papel relevante no processo de expansão da cidade que para além do seu embelezamento “[...] a arquitetura escolar expressava dimensões simbólicas e pedagógicas, modificando também a vida da cidade, pois o espaço passou a exercer uma ação educativa dentro e fora dos seus contornos”, ou seja, em Bananeiras, a criação e inauguração do mencionado Grupo Escolar também se deu em uma relação à dinâmica do crescimento urbano em virtude do aumento populacional, que demandou maior necessidade de escolarização.

Em 1936, foi publicada uma notícia sobre a importância que os prédios escolares tinham em si mesmo uma “função educativa” para o ensino primário, na Paraíba. Acompanhemos:

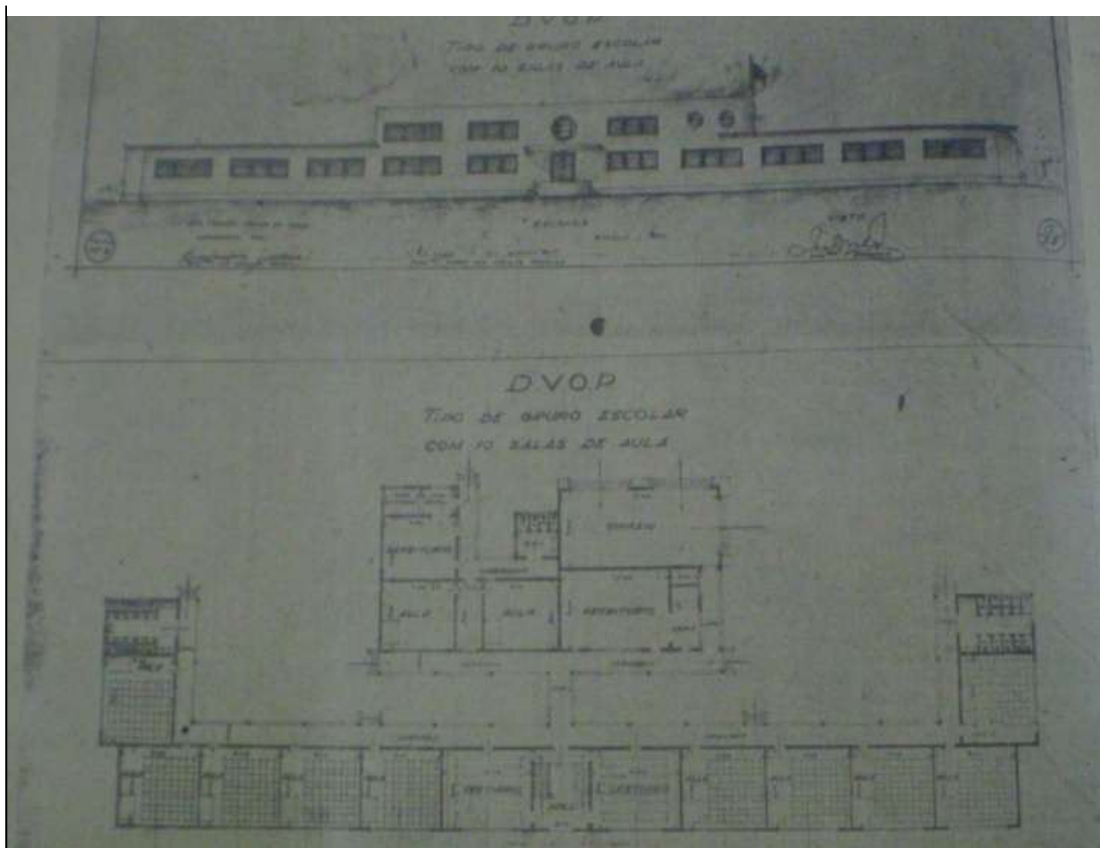
NOVO AMBIENTE ESCOLAR – FUNÇÃO EDUCATIVA DO EDIFÍCIO

Os grupos escolares, que obedecem a tipos padronizados da Directoria de Obras Publicas do Estado, vem tendo todos o mais esmerado acabamento e as suas installações de agua, esgotos e luz se condicionam a modernas prescripções sobre o assumnto. Assim, desde o ferro de cedro macheado ao piso de mosaico e ao revestimento de adereços, nas secções sanitarias, dos trabalhos de saneamento, a cargo de pessoal especializado, a construcção dos reservatorios d’agua, tudo se tem previsto no sentido de assegurar aos educandos, mesmo no mais remoto sertão, a maior sommapossivel de conforto, não poupando esforços a Directoria no seu proposito de levar aos mais afastados recantos do Estado realizações que por si mesmas contribuirão notavelmente na formação das novas gerações, pois o edificio da escola irá exercer tambem a sua funcção educativa, dando, não só aos alumnos como ás populações das localidades beneficiadas, modernas noções de bem estar e hygiene. (A UNIÃO, 02 ago.1936, p.8).

Assim, independentemente de hoje ser apontado por alguns teóricos vinculados ao movimento de renovação historiográfica que indicam que estudos desenvolvidos sobre a arquitetura escolar se constitui um possível caminho para ler e interpretar a história da educação escolar brasileira, já naquela época a qualidade do prédio escolar era considerada um importante atributo para o ensino e ao mesmo tempo dava respaldo para as “modernas noções de bem estar” de todos os sujeitos envolvidos nas práticas pedagógicas, isto é, pelos os alunos, professores, administradores escolares ,etc. Nesse sentido, as amplas e arejadas salas de aulas, as dependências sanitárias, os reservatórios de água, os gabinetes médicos e/ou dentários entre outros aspectos, no âmbito dos grupos escolares, estiveram inseridos em um projeto muito mais amplo de escolarização propugnada pelos ideais da Escola Nova.

Conforme mencionamos rapidamente acima, em 1936, foi projetado pela Diretoria de Obras Públicas da Paraíba um novo tipo de grupo escolar com dez salas de aulas. Assim, a ideia central do prédio escolar em atender a todas as exigências modernas foram reiteradas. Para tanto, o prédio deveria ter um estilo funcional com salas de aulas medindo 8m,00 x 9m,00, com sala de diretoria, biblioteca, museu, auditório, ginásio, vestiário e almoxarifado, além de um jardim da infância. A área coberta deveria ser de 2.945 metros quadrados e o destino desse novo tipo de grupo escolar deveria atender as demandas das zonas de numerosa população escolar, especialmente naqueles bairros da capital paraibana. Observemos a seguir, na figura 30, o projeto para a construção dos novos grupos escolares na Paraíba.

Figura 30 – Planta frontal e baixa do novo tipo de grupo escolar com 10 salas de aula.



Fonte: *Jornal A União* (02 ago. 1936, p.8).

Como podemos perceber o projeto era constituído de dois blocos, um maior com fachada muito ampla, formada por duas salas administrativas (secretaria e diretoria) e quatro salas de aulas (de cada lado), fechando-se lateralmente com mais uma sala de aula em cada extremidade, seguida dos banheiros. No amplo terreno, na sua porção central, um outro bloco, onde ficariam de um lado toda a parte recreativa (ginásio e refeitório) e do outro os ambientes de apoio pedagógico (museu, laboratório, biblioteca) do grupo escolar.

Desejamos concluir este item destacando que os grupos escolares projetados e construídos na década de 1930 não eram mais arquitetonicamente tão imponentes como aqueles que foram construídos nas décadas de 1910 e 1920, conforme foi analisado por Pinheiro (2002)⁷⁸. Vale salientar que esses novos grupos escolares foram projetados em uma

⁷⁸ Nessa obra o referido autor apresenta as fachadas de alguns grupos escolares paraibanos com destaque para o Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello (1916), na cidade da Parahyba; Grupo Escolar Solon de Lucena (1924), na cidade de Campina Grande; Grupo Escolar Pedro II (1925,) também na cidade da Parahyba; Grupo Escolar Álvaro Machado (1928), na cidade de Areia.

conjuntura política-educacional de expansão das instituições de ensino primário, conforme analisamos nos capítulos anteriores deste estudo. A ideia era construir o maior número de grupos escolares possíveis e em todo o estado da Paraíba, a fim de atender a toda a população escolar, inclusive aquelas oriundas dos segmentos mais populares ou de baixas condições financeiras. Com exceção do Grupo Escolar Santo Antonio (ver Figura 16)⁷⁹, regra geral esses grupos escolares foram projetados seguindo o movimento arquitetônico conhecido *Art Déco*, que foi precursor da arquitetura moderna, de quem teria herdado os princípios da funcionalidade. As principais características são as linhas geométricas, privilegiando a aerodinâmica e inspiradas por diversas culturas antigas, como a grega e a egípcia, entre outras, e no caso brasileiro a Cultura Marajoara (400-1400 AC). Diferentemente da *Art Nouveau*, mais rebuscada, a *arte déco* tem mais simplicidade de estilo, apesar de alguns exemplares apresentarem um grande volume e monumentalidade, como é o caso do prédio inicialmente projetado para o funcionamento do Instituto de Educação, mas que terminou sendo ocupado pelo Liceu Paraibano⁸⁰. Todavia, é importante ressaltarmos que as expressões do *art déco* adotados nos grupos escolares paraibanos assumiram ainda mais aspectos simplificados, ou seja, com a ausência quase que total dos elementos decorativos que normalmente aparecem nos exemplares desse movimento arquitetônico no sentido mais amplo.

4.3 Os grupos escolares paraibanos de 1937 a 1946: as novas perspectivas arquitetônicas

Inicialmente desejamos ressaltar que os grupos escolares que foram inaugurados a partir de 1937 mantiveram os seus aspectos arquiteturais que vinham sendo adotados desde o início dos anos de 1930. Porém, de acordo com Oliveira (2013, p.98-99), a partir da publicação das “Realizações do Governo de Argemiro de Figueiredo do ano de 1938”, foi

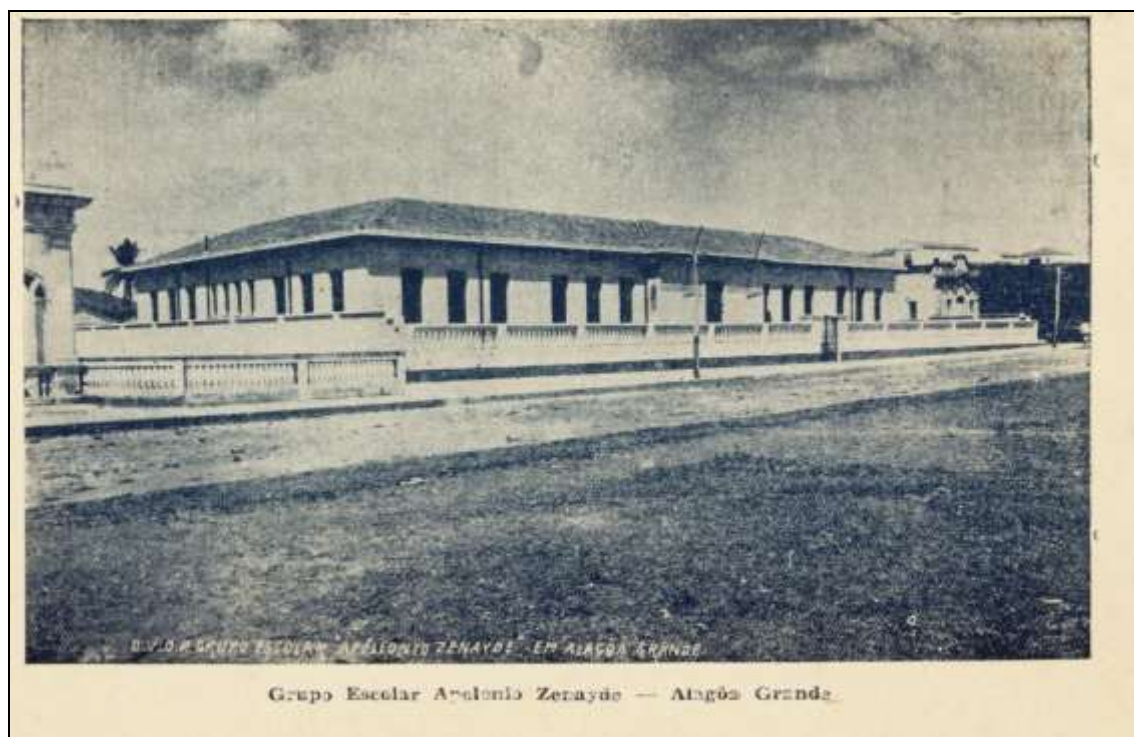
⁷⁹ O mencionado Grupo Escolar do ponto de vista arquitetônico apresenta características mais próximas do movimento eclético, ou ecletismo, que predominou na Paraíba nas décadas de 1910 e 1920. Assim, nele podemos observar elementos do neoclássico (colunas) e, ao mesmo tempo, apresenta telhado aparente, sem platibandas e frontispício central com movimento ondular. Esses dois últimos elementos são inspirações do movimento arquitetônico neocolonial, aspecto esse que retomaremos um pouco mais adiante neste estudo.

⁸⁰ *Art Déco* é uma expressão francesa, abreviação de arts décoratifs (arte decorativa). Originou-se em Paris, com a grande mostra Exposition Universelle des Arts Décoratifs, em 1925. As suas principais características são: a) Linhas circulares ou retas estilizadas; b) Uso de formas geométricas; c) *Design* abstrato; d) Formas femininas e animais são as mais trabalhadas; e) Influências do construtivismo, futurismo e cubismo. No Brasil, a Art Déco chegou no final da década de 1920 e ganhou força sobretudo na arquitetura. Para outras informações consultar: <https://www.google.com.br/search?q=Arquitetura+Art+dec%C3%B3+no+Brasil&ie=utf-8&oe=utf-8&gws_rd=cr&ei=2LhuVqbUFXCwASm9YqYDA#q=Arquitetura+escolar+Art+dec%C3%B3+no+Brasil>.

proposto pela Diretoria de Viação e Obras Públicas da Paraíba, um novo⁸¹ modelo de edifício para os grupos escolares, referente aos anos de 1935 e 1937, que seguiam a estrutura de duas, quatro ou seis salas de aula, com gabinetes médicos e odontológicos, salas para diretoria e professores, pavilhão de recreio, etc.

Assim sendo, podemos perceber nas imagens que se seguem tal estruturação arquitetônica, esteve presente desde o início dos anos de 1930. Observemos:

Figura 31 – Grupo Escolar Apolônio Zenaide, localizado na cidade de Alagoa Grande – 1937.



Fonte: Acervo de Antonio Carlos Ferreira Pinheiro.

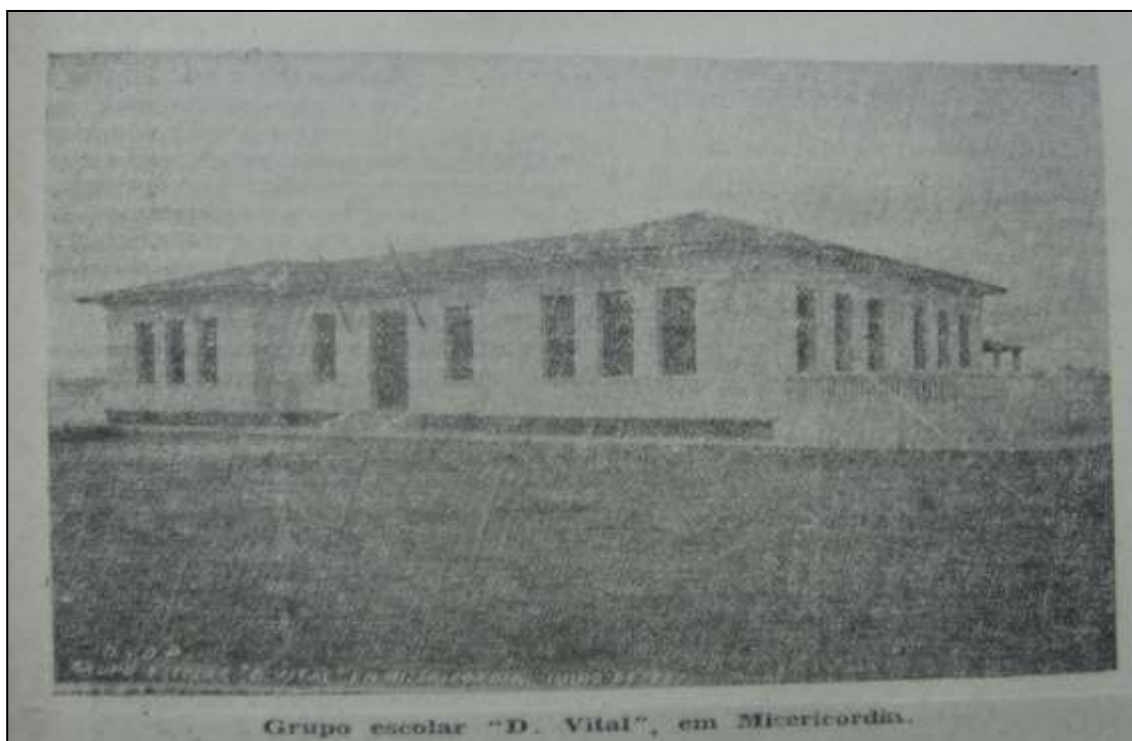
⁸¹Consideramos importante ressaltar que esta nova proposta apontada pelas “Realizações do Governo de Argemiro de Figueirêdo, 1938”, de duas, quatro e seis salas de aula, já vinha sendo utilizada desde 1930, conforme apresentamos no tópico anterior deste capítulo. A proposta do grupo escolar, do ano de 1936 com 10 salas de aula, seria um novo modelo a ser adotado, de fato, porém não encontramos nas fontes pesquisadas nenhum grupo escolar construído na Paraíba, no período que o mesmo foi proposto com as especificações apontadas, aliás, encontramos esta informação do ano de 1938 que foi apresentado este “novo” modelo pelo Departamento de Viação e Obras da Paraíba. Destacamos que a proposta apresentada por Oliveira (2013, p.101) em relação ao estilo arquitetônico, também cabe aos grupos escolares construídos e inaugurados desde os anos de 1930, ou seja, “[...] suas formas exibiam a racionalidade da arquitetura moderna, sem ornamentos, com seu resultado formal fruto do atendimento das funções do edifício. Possuíam marquises de concreto que promoviam sombra e suas janelas deixam de ser verticais e passam a ser horizontais, permitindo maior luminosidade para as salas de aula”.

Figura 32 –Grupo Escolar José Leite, localizado na cidade de Conceição, já praticamente concluído – 1938.



Fonte: *Jornal A União* (25 jan. 1938, p.1).

Figura 33 – Grupo Escolar D. Vital, em Misericórdia, também praticamente concluído em



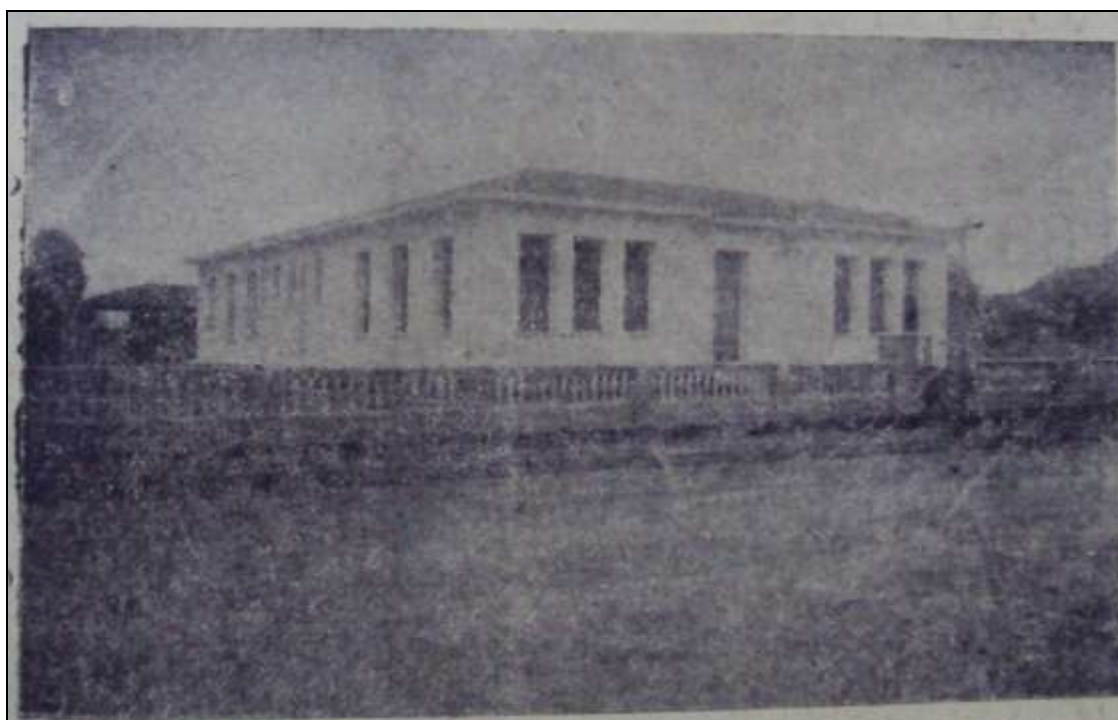
Fonte: *Jornal A União* (25 jan. 1938, p.1).

Figura 34 – Grupo Escolar Adhemar Leite, em Piancó, obra já bastante adiantada – 1938.



Fonte: *Jornal A União* (25 jan. 1938, p.1-2).

Figura 35 – Grupo Escolar Celso Cirne, em Moreno no município de Bananeiras - 1938.



Fonte: *Jornal A União* (15 fev. 1938, p.1).

Assim sendo, as mudanças arquitetônicas somente passaram a serem efetivadas a partir da década de 1940. Todavia, inexplicavelmente, pelo menos do ponto de vista oficial, até momento de realização desta pesquisa não encontramos explicações ou justificativas sobre a não adoção na Paraíba daquele projeto arquitetônico (das dez salas de aulas) que descrevemos anteriormente. Como veremos um pouco mais adiante quase todos os novos grupos escolares que foram construídos na Paraíba tomaram como referência a arquitetura Neocolonial⁸². Mantendo, no entanto, todas as outras orientações de ordem higiênicas e de salubridade.

Como não conseguimos acessar explicações ou justificativas para tal mudança nos projetos conjecturamos que ela deva ter se efetivado primeiramente por orientações vindas no Ministério da Educação e Saúde, marcando sob outro aspecto o regime autoritário e centralizador estadonovista. Essa nova conjuntura política certamente deve ter se apropriado de um movimento arquitetônico que iniciara nos anos de 1910 e confrontou-se com o movimento modernista, mas que ao mesmo tempo se aproximou dele, uma vez que se configurou a partir da valorização da nacionalidade e do nacionalismo. Nesse contexto, segundo alguns estudiosos sobre a história da arquitetura no Brasil, ocorreu um intenso debate de ideais e ações que terminaram por construir

[...] um glossário de formas arquitetônicas destinadas a caracterizar – em pedra e cal – a **nacionalidade**, gerando obras que pretendiam instituir ambientes brasileiros genuínos, por serem condizentes técnica, bioclimática e culturalmente com a vida no país. (CONDURU, 2009, p. 1, grifo nosso).

Assim, o retorno às raízes coloniais serviu como pano de fundo para a exacerbação dos ideais nacionalistas e patrióticos tão difundidos a partir da instauração do Estado Novo, em 1937. Nesse sentido, a arquitetura escolar não poderia ficar desconectada desse movimento, uma vez que ela deveria servir como exemplo da própria modernização escolar que passou a ter novos contornos políticos e ideológicos.

Um exemplo desse fato pode ser constatado observando-se os traços arquitetônicos utilizados no Grupo Escolar da Vila de Cabedêlo, ou melhor, no Grupo Escolar Pedro

⁸²Essa tendência arquitetônica é subdividida nos seguintes estilos: Missões, espanhol, californiano e mexicano. Estes estilos tiveram forte presença nas décadas de 1930 a 1950. É provavelmente o único estilo pan-americano de arquitetura. Sua utilização tinha inicialmente um significado de autoafirmação nacional, em contraponto a arquiteturas de simples cópias europeias. Surgiu nos Estados Unidos mixando elementos da arquitetura rural espanhola das missões jesuíticas com as formas simples de antigas civilizações indígenas (pueblos). Difundiu-se no México, Venezuela, Peru, Argentina, no Uruguai e no Brasil. Para maiores informações consultar Lucena e Cavalcanti Filho (2012).

Américo⁸³, onde foi utilizada a arquitetura Neocolonial. Uma das marcas mais significativas dessa perspectiva arquitetônica é a presença de grandes ou pequenos arcos, tanto na parte frontal do prédio, quanto na parte interna. Normalmente, ornamentam os grandes e largos corredores, protegendo, via de regra, os ambientes de trabalho, tais como as salas de aulas e outras dependências da escola. Apresentam ainda imponentes frontispícios onde são inscritos o nome do grupo escolar. Há em algumas de suas variações de estilo, especialmente no californiano, a presença decorativa de pedras ou de imitações que decoram o edifício nas suas bases, ou recobrimo as colunas que compõem os arcos. Alguns desses aspectos podem ser observados nas imagens que se seguem:

Figura 36 – Composição de quatro fotografias com flagrantes referentes a inauguração do Grupo Escolar Pedro Américo, na Vila de Cabedêlo, município de João Pessoa⁸⁴.



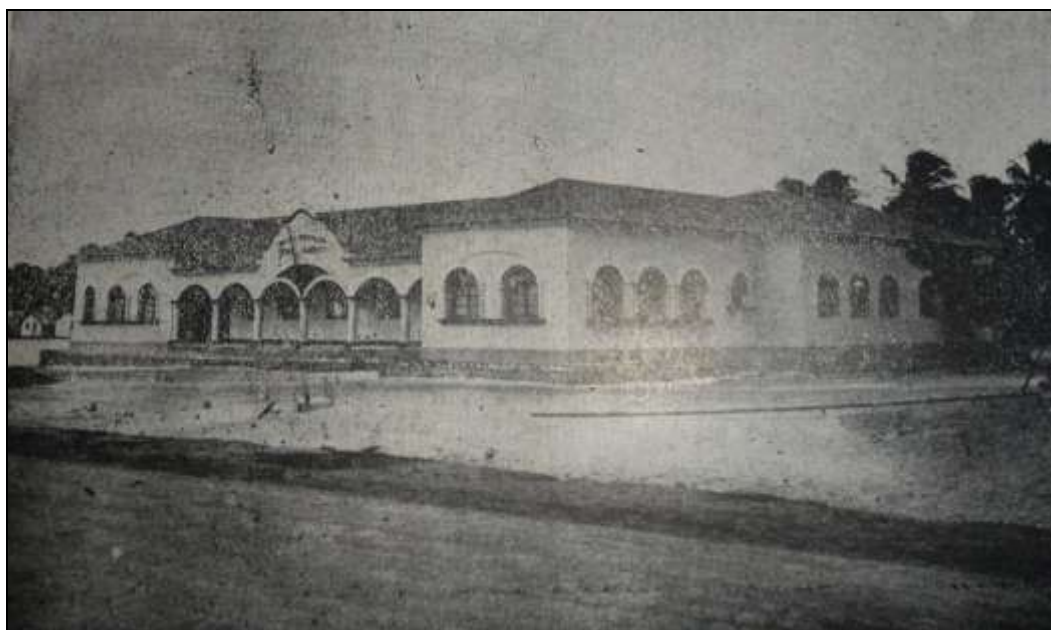
Fonte: *Jornal A União* (29 abr. 1943, p.4).

⁸³Denominação dada para homenagear o centenário de nascimento do pintor paraibano que ganhou grande notoriedade desde o período imperial.

⁸⁴Nela podemos observar a presença do Interventor Ruy Carneiro e de Samuel Duarte discursando – 1943.

O edifício foi dotado de 4 salas de aulas, um galpão para ginástica, 2 gabinetes um médico e outro dentário, sala para professores e diretor, além da portaria. Houve também a preocupação com a circulação dos ventos e de incidência de luz natural, com um ótimo serviço de saneamento e bebedouro para as crianças. (A UNIÃO, 16 ago. 1942).

Figura 37 – Grupo Escolar Pedro Américo, na Vila de Cabedêlo – 1943 – Em sua construção original o mesmo não tinha muros.



Fonte: Atividades do Governo da Paraíba (1943, p. 113).

Figura 38 – Fachada frontal do Grupo Escolar Pedro Américo, localizado no atual município de Cabedelo – 2007⁸⁵.



Fonte: Acervo de Antonio Carlos Ferreira Pinheiro.

A seguir também podemos observar outros grupos escolares que foram projetados seguindo as novas orientações arquitetônicas que acabaram sendo adotadas pelo Estado da Paraíba.

⁸⁵Observar os imponentes arcos, próprios da arquitetura neocolonial (observar que com o passar dos anos o grupo escolar passou a ter um muro, que no seu projeto original não tinha. Entretanto, não temos informações de quando foi murado).

Figura 39 – Fachada frontal do Grupo Escolar de Alagoa Nova – 1945.



Fonte: *Jornal A União* (16 ago. 1945, p.1).

Figura 40 – Lateral externa do Grupo Escolar de Alagoa Nova – 1945.



Fonte: *Jornal A União* (16 ago. 1945, p.1).

Figura 41– Outro ângulo da parte externa do Grupo Escolar de Alagoa Nova⁸⁶.



Fonte: *Jornal A União* (16 ago. 1945, p.1).

Figura 42 – Vista parcial interna (corredor) do Grupo Escolar de Alagoa Nova – 1945.



Fonte: *Jornal A União* (16 ago. 1945, p.1).

⁸⁶Observar os arcos que contornam o prédio, o pátio de recreio e a caixa d'água que também é sustentada por arcos.

Figura 43 – Dois ângulos do Grupo Escolar de Ibiapinópolis (atual Soledade), ainda em construção – 1945.

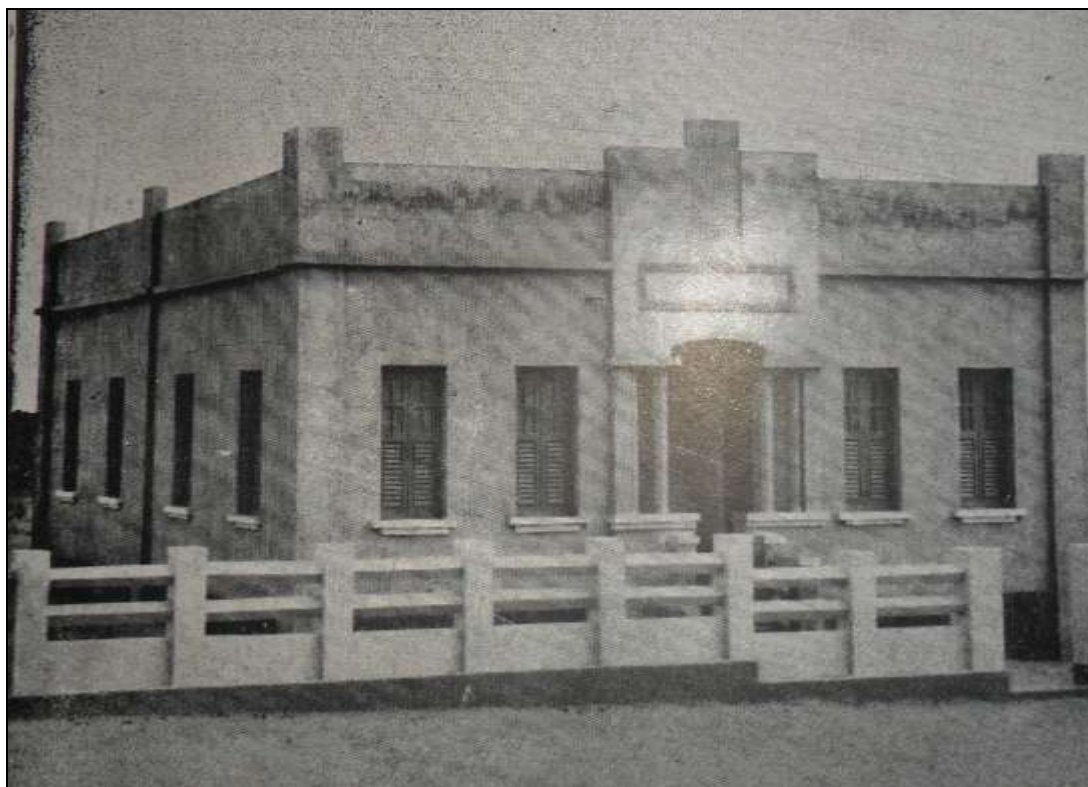


Fonte: *Jornal A União* (27 ago. 1945, p. 1).

Todavia, a adoção desse estilo arquitetônico nos parece que não foi universalizada para todos os novos grupos escolares que foram projetados e construídos na Paraíba no período que estamos aqui tratando, uma vez que no município de Cuité, por exemplo, foi edificado o Grupo Escolar Vidal de Negreiros, resultante da adaptação e reforma de um prédio municipal. Assim, o edifício escolar apresenta linhas simples e funcionais aproximando-se mais do projeto arquitetônico que foi dominante na década de 1930. (Ver Figura 43).

Segundo reportagem publicada pelo *Jornal A União*, em 25 de dezembro de 1942, o referido Grupo Escolar atendia a todos os requisitos necessários, de acordo com o plano de renovação do ensino na Paraíba, que fora traçado pelo então Interventor Ruy Carneiro.

Figura 44 – Grupo Escolar Vidal de Negreiros, localizado em Cuité – 1943.



Fonte: Atividades do Govêrno da Paraíba (1943, p. 117).

Naquele mesmo ano, na Vila de Araújo, foi inaugurado o Grupo Escolar Francisca Moura que segundo a notícia do Jornal *A União*, de 03 de abril de 1943, deveria servir como “Pequeno Grupo Modelo”, ou seja, como padrão para as outras vilas menores e povoados do estado da Paraíba⁸⁷.

Assim, podemos afirmar que houve dois projetos arquitetônicos distintos que deveriam atender demandas sociais e de escolarização na Paraíba. Desse modo, para as maiores cidades se destinariam grupos escolares maiores e mais pomposos arquitetonicamente falando. Para as vilas, distritos ou lugarejos destinaram-se grupos escolares menores de 2 ou 4 salas, seguindo o padrão arquitetônico que foi dominante na década de 1930.

Se de fato foram essas orientações, independentemente do estilo arquitetônico adotado, vislumbra-se uma perspectiva racional do uso dos recursos públicos concernentes ao movimento de expansão dos grupos escolares na Paraíba.

⁸⁷ Na referida notícia há uma fotografia do Grupo Escolar, entretanto devido a sua precária qualidade imagética (desgaste do Jornal), resolvemos não reproduzi-la neste estudo.

Figura 45 – Grupo Escolar Jovelina Gomes, na Vila de Uiraúna pertencente ao município de Antenor Navarro - 1944.



Fonte: *Jornal A União* (01 jun. 1944, p.3).

Desejamos concluir este capítulo retomando sinteticamente aquilo que vimos asseverando que o movimento da Escola Nova se prolongou, mesmo no contexto do Estado Novo. E um dos aspectos ao qual consideramos importante foi à continuidade do processo de expansão dos grupos escolares que assumiram arquitetonicamente configurações distintas em cada um dos momentos aqui analisado. Os prédios escolares, especialmente os grupos escolares, terminaram por refletir ou significar as próprias peculiaridades locais, mantendo, todavia o princípio basilar da necessária modernização educacional e mais particularmente escolar que tanto foi decantada e desejada por diversos segmentos sociais brasileiros e paraibanos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegarmos ao final deste trabalho dissertativo buscamos apresentar ao leitor durante todo o percurso da construção do mesmo uma análise sobre as políticas educacionais, bem como o processo de organização e expansão do ensino primário na Paraíba. Para tanto, enfatizamos os aspectos relacionados as concepções pedagógicas apoiadas nos ideais da Escola Nova que propunham a superação de uma escola por eles considerada tradicional para uma educação renovada e mais conectada com as demandas advindas da sociedade que se encontrava em profundas mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais. Além das questões de ordem estritamente pedagógicas a necessidade de se consolidar o processo de renovação apontou também para a reestruturação física das escolas públicas, incluindo a expansão de grupos escolares por quase toda a Paraíba.

Nesse sentido, discutimos inúmeros aspectos que envolveram a história da política educacional para o ensino primário, em boa parte orientada pelos órgãos federais, a exemplo do Ministério da Educação e Saúde e, posteriormente, mais diretamente comandada pelo INEP. Essas diretrizes, regra geral, foram absorvidas na esfera estadual paraibana, propiciando, inclusive, a efetivação de reformas que levaram a reorganização do seu ensino nos anos de 1930 a 1946.

Assim, a discussão aqui empreendida foi alimentada por um grande conjunto de documentos, tais como leis, decretos, reformas de ensino, etc., entretanto três periódicos produzidos na Paraíba foram fundamentais, quais sejam: o *Jornal A União*, o *Jornal A Imprensa* e a *Revista do Ensino*. O primeiro vinculado ao Estado da Paraíba, servia como grande porta-voz, isto é, como órgão divulgador das iniciativas governamentais. O segundo vinculado a Igreja Católica, exerceu em vários momentos oposição ao governo do estado. Esse jornal nos serviu como um importante contraponto as informações que eram acessadas no *Jornal A União*, especialmente no tocante às críticas tecidas em relação aos princípios filosóficos emanados pelos escolanovistas. A *Revista do Ensino* que começou a circular no ano de 1932, estendendo-se até 1942, e que era destinada prioritariamente ao professorado paraibano, a fim de auxiliá-lo no entendimento e compreensão das novas questões pedagógicas que envolveram sobremaneira o movimento da Escola Nova.

Com um olhar mais concentrado nessa documentação percebemos que o professorado primário paraibano esteve inserido nas propostas de reorganização do ensino na Paraíba, inclusive, ressaltando a importância para a melhoria de sua formação que passou a ser

ênfaticamente, considerando a necessidade de incorporar nas suas práticas cotidianas na sala de aula os princípios escolanovistas.

As análises aqui efetivadas foram consubstanciadas por significativos indícios referentes aos ideais da Escola Nova a partir das indicações originárias das obras produzidas por John Dewey, Ferrieri, Decroly, Binet e Maria Montessori. Essas orientações pedagógicas e metodológicas apareceram recorrentemente indicadas nos jornais paraibanos e, especialmente, na *Revista do Ensino*. Também encontramos importantes referências sobre as obras do Fernando de Azevedo e do Lourenço Filho.

Na Paraíba um dos mais conhecidos escolanovistas foi José Batista de Melo, professor e Diretor do Departamento de Educação e principal articulador da reforma do ensino na Paraíba, ocorrida em 1935. Todavia, já em 1933, em palestra proferida na 3ª reunião do “Rotary Club da Parahyba”, o professor José Batista de Melo apresentou considerações acerca das sensíveis modificações que o ensino primário tinha passado até o referido ano. Destacou também que a escola sofria significativas mudanças, uma vez que:

[...] O velho mestre cheio de rigorismo e de pragmatica, foi substituído pela professora moderna que as crianças adoram, e no meio dessas se confunde em vivacidade e carinho”, ou seja, “o professorado parahybano na sua grande maioria pôz a um lado os processos e métodos da escola tradicional para integrar-se nos conceitos victoriosos a escola-trabalho.” (A UNIÃO, 12 mar. 1933, p.1).

Enfatizamos ainda que todas as propostas e a efetivação de boa parte delas fizeram parte do processo mais amplo de modernização e desenvolvimento relacionado ao processo de escolarização primária no Brasil e mais particularmente na Paraíba. A partir dessa perspectiva mais ampla compreendemos que a modernização educacional e escolar esteve correlacionada com o desenvolvimento, ou melhor, com a urbanização das cidades paraibanas, especialmente nas cidades menores, vilas e até povoados, localizadas no interior do estado da Paraíba. Como vimos, particularmente no último capítulo deste estudo, ocorreram muitas construções de novos prédios, de grupos escolares, como também foram empreendidos esforços no sentido de reformar, ampliar e manter em pleno funcionamento os grupos escolares já existentes desde os meados da década de 1910.

Desejamos ressaltar que a pesquisa evidenciou que os ideais da Escola Nova circularam na Paraíba nos anos de 1930 e adentraram a década seguinte, consolidando-se formalmente tanto nos textos das leis, e possivelmente nas muitas práticas educativas que

foram sendo implementadas nas salas de aulas, especialmente nos grupos escolares com a criação das instituições auxiliares de ensino.

Com o objetivo do poder estadual paraibano exercer maior controle, tanto do ponto de vista administrativo quanto pedagógico, foi efetivada a extinção das escolas que eram mantidas pelo poder municipal, passando a ser de sua responsabilidade e competência. Essa mudança foi realizada no sentido, pensamos nós, de facilitar o processo de nacionalização do ensino, que para tanto era necessário ampliar uma atuação mais centralizada, diminuindo ao mesmo tempo as especificidades que porventura marcassem a organização do ensino primário. Esse movimento também viria a facilitar a interlocução com as diretrizes nacionais. Vale ressaltarmos que esse movimento de centralização ficou ainda mais forte com a institucionalização do Estado Novo, a partir de 1937.

A partir daquele momento percebemos que o discurso sobre a necessidade da modernização escolar primária foi articulada aos princípios autoritários marcadamente patrióticos, morais e cívico. Assim, podemos afirmar que os ideais escolanovistas não foram de tudo afastados da política educacional brasileira e nem paraibana. Contudo, passou a se revestir de princípios mais próximos da necessidade de construção de uma Nação brasileira sustentada por uma sociedade forte e pronta para defender a pátria de qualquer ideia “exótica” que por alguma razão viesse a abalar os princípios da cultura cristã, branca, masculina e europeia.

Ainda sobre o processo de modernização escolar desejamos novamente destacar o papel que exerceram os grupos escolares, inclusive, do ponto de vista arquitetônico, tendo em vista que ela própria se constituía um “programa”, ou melhor, uma proposição de aprendizagem que a partir da sua materialidade objetiva ajudava a criar sistema de valores, tais como: a ordem, a disciplina, a vigilância, ou seja, “[...] marcos para a aprendizagem sensorial e motora [...]” e também espaço para difusão de “[...] diferentes símbolos estéticos, culturais e ideológicos [...]”, conforme Escolano (1998). Eles também exerceram importante papel nos processos de urbanização de inúmeras cidades paraibanas e procuraram atender as novas demandas por escolarização primária em quase todo o Estado da Paraíba.

Por fim, ressaltamos que nossa prioridade foi na direção de identificarmos as *mudanças e inovações* sem, contudo, deixarmos de ficar atentos para as *continuidades*, tanto de ordem educacionais quanto sociais e políticas que marcaram as décadas de 1930 e 1940. Dentre elas, destacamos a permanência dos altos níveis de analfabetismo, a precariedade na formação de professores, inclusive com a não superação da presença de leigos nas salas de

aulas. Ainda, a questão dos baixos provimentos do professorado primário, a permanência do ensino religioso em um Estado institucionalmente laico, a permanência das escolas particulares, em detrimento dos esforços empreendidos pelos escolanovistas em defesa da escola pública, gratuita e de qualidade para todos os segmentos sociais. E, finalmente, a mais problemática das permanências, qual seja, a de um Estado patrimonialista e clientelista, mesmo depois de ter passado por movimentos políticos que procuram em tese superar essa tradição na organização do Estado brasileiro.

REFERÊNCIAS

LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVROS

AMÂNCIO, Lázara Nanci de Barros. **Ensino de leitura e grupos escolares**: Mato Grosso 1910-1930. Cuiabá, MT: EdUFMT, 2008.

ANDREOTTI, Azilde L. A administração escolar na Era Vargas (1930-1945). In: ANDREOTTI, Azilde L. LOMBARDI, José Claudinei e MINTO, Lalo Watanabe (orgs). **História da administração escolar no Brasil**. Campinas, SP: Alínea, 2010, p. 103- 123.

ARAÚJO, José Carlos Souza; RIBEIRO, Betânia de O. Laterza; SOUZA, Sauloéber Társo de. **Grupos Escolares na modernidade mineira**: Triângulo e Alto do Parnaíba. Campinas, SP: Editora Alínea, 2012.

AZEVEDO, Crislane Barbosa de. **Grupos Escolares em Sergipe 1911-1930**: cultura escolar, civilização e escolarização da infância. Natal, RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2009.

AZEVEDO, Crislane Barbosa. STAMATTO, Maria Inês Sucupira. **Escola da ordem e do progresso**: grupos escolares em Sergipe e no Rio Grande do Norte. Brasília, DF: Liber Livro, 2012a.

BARREIRA, Luiz Carlos; Anísio Teixeira e a doutrina do nacional-desenvolvimentismo. In: MONARCHA, Carlos (org.). **Anísio Teixeira**: a obra de uma vida. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2001. p. 101 – 124.

BASTOS, Maria Helena Camara; LEMOS, Elizandra. Uma iconografia da cultura escolar: as capas da Revista do Ensino/RS (1951-1978). In: SCHELBAUER, Anaete Regina; ARAÚJO, José Carlos. **História da educação pela imprensa**. Campinas, SP: Alínea, 2007, p. 177-217.

BENCOSTA, Marcus Levy Albino. Arquitetura e espaço escolar: o exemplo dos primeiros *grupos escolares* de Curitiba (1903-1928) In: BENCOSTA, Marcus Levy Albino (Org.). **História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 95-140.

BOSCHI, Renato Raul. **Elites industriais e democracia**: hegemonia burguesa e mudança política no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1979.

BOMENY, Helena Maria Bousquet. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 1999. p. 137-166.

COLAÇO, Arlindo. **Ensino atualizado**. Rio de Janeiro, RJ: Gráfica Mundo Espírita, 1944.

CUNHA, Marcos Vinicius da. A escola contra a família In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cinthya Greive (Orgs.). **500 anos de Educação no Brasil**. 5ª ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2011. p. 447-468.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira**: católicos e liberais. 3ª Ed. São Paulo, SP: Cortez; Autores Associados, 1986. (Coleção educação contemporânea).

D'ARAUJO, Maria Celina. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2000.

DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 1999. p. 24-25.

ESCOLANO, Agustín. Arquitetura como programa: espaço-escolar e currículo In: VIÑAO FRAGO, Antonio e ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. Tradução de Alfredo Veiga-Neto. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 1998, p.23-26.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org.) **Educação modernidade e civilização**: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 1998. p. 91-125.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UFP, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989, (Biblioteca da educação. série 1- escola; v. 11), p.80.

GONÇALVES, Irlen Antônio. **Cultura Escolar**: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891-1918). Belo Horizonte: Autêntica/ FHC-FUMEC, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Gramsci: poder, política e partido**. 2ª ed. Tradução de Eliana Aguiar e organização de Emir Sader. São Paulo, SP: Brasiliense, 1992.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX, 1914 - 1991. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSBAWM, Eric. **Sobre história**: ensaios. Tradução de Cid Knipel Moreira, São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2013.

HORTA, José Silvério Baia. **O hino, o sermão e a ordem do dia**: regime autoritário e a educação no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Ed. UFRJ, 1994.

HORTA, José Silvério Baia. **O hino, o sermão e a ordem do dia**: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945). 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

LE GOFF, Jacques. Documento/ Monumento. In: **História e memória**. 7ª ed. revista. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LEITE, Dante Moreira. **Psicologia diferencial e estudos em educação**. São Paulo: EDITORA UNESP, 2008. (Série Dante Moreira Leite).

LEVINE, Robert M. **Pai dos Pobres?:o Brasil e a Era Vargas**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2001.

LIMA, Rosângela Chrystina Fontes de. Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello: símbolo de modernização do ensino primário paraibano In: FERRONATO, Cristiano; JASSUÍPE, José; ANANIAS, Mauricéia Et. Al. (Orgs.). **Trilhas da Pesquisa em História da Educação**. João Pessoa, PB: Universitária - UFPB, 2012. p. 95-105.

LUCENA, Humberto Fonseca de. **As raízes do ensino em Araruna**. João Pessoa, PB: Fundação Casa José Américo, 2004.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista, SP: Universitária São Francisco, 2004. (Estudos CDAPH - Série historiografia).

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo, SP: Cortez, 2002.

MELO, José Baptista. **Evolução do ensino na Paraíba**. 3ª ed. João Pessoa, PB: A União, 1996. (Biblioteca Paraibana, nº XV).

NAGLER, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2001.

NUNES, Clarice. (Des) encantos da modernidade pedagógica In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cinthya Greive (Orgs.). **500 anos de Educação no Brasil**. 5.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

PAIVA, Vanilda. **História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. 6ª ed. São Paulo, SP: Loyola, 2003.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2002. (Coleção Educação Contemporânea).

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Um roteiro histórico educacional na cidade de João Pessoa (em texto e imagens)**. João Pessoa, PB: Universitária - UFPB, 2008.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 12ª ed. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1992. (Coleção educação contemporânea).

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. **Educação conformada: a política de educação no Brasil 1930-1945**. Juiz de Fora, MG: Ed. UFJF, 2000.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 11ª ed. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 1978.

SÁ, Nicanor Palhares. SÁ, Elizabeth de Figueiredo. **Revisitando a história da escola primária: os grupos escolares em Mato Grosso na primeira república**. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

SADER, Emir (Org). **Gramsci: sobre poder, política e partido**. 2.ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1992.

SCHWARTZMAN, Simon. **Estado Novo**, um auto-retrato. Brasília, DF: CPDOC/FGC, Ed. Universidade de Brasília, 1983.

SALES, Luís Carlos. **O valor simbólico do prédio escolar**. Teresina, PI: EDUFPI, 2000.

SANTOS, Alves dos. A trajetória da educação profissional. In: LOPES, Elaine Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes, VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). **500 Anos de Educação no Brasil**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 215.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Ecos da modernidade: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos (1911-1926)**. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 22ª ed. São Paulo, SP: Cortez/ Autores Associados, 1989. (Coleção Polêmicas do nosso tempo, nº 5).

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica In: **Instituições escolares no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. – (Coleção memória da educação). p. 3-27.

SILVA, Alvimar. **A Filosofia do Estado Novo**. Rio de Janeiro, RJ: 1939.

SILVA, Evelyanne Nathaly Cavalcanti de Araújo; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. O ensino secundário propedêutico na Paraíba: Formação de uma juventude cívica, moral e pátria (1937-1945) In: GOMES, Cleudo (Org.). **Entrelaçando Saberes: compartilhando experiências em educação**. João Pessoa, PB: Ideia, 2014. p. 75-94.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo, SP: UNESP, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de. Lições da Escola Primária. In: SAVIANI, Dermeval, ALMEIDA, Jane Soares de, SOUZA, Rosa Fátima de, Et. Al. (Orgs.). **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. - (Coleção Educação Contemporânea).

SOUZA, Rosa Fátima de. Prefácio. In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (org.) **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo, SP: Cortez, 2005, p. 7-13.

SOUZA, Rosa Fátima de. SILVA, Vera Lucia Gaspar da. SÁ, Elizabeth Figueiredo de. **Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870-1930)**. Cuiabá: Ed UFMT, 2013.

SOUZA, Rosa Fátima de e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A Contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: VIDAL,

Diana Gonçalves (Org.). **Grupos escolares:** cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006. p. 21-56

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. DALLABRIDA, Norberto. **A Escola da República:** os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina (1911-1918). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011.

THOMPSON, Edward. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** Organizadores: Antonio Luigi e Sergio Silva. Campinas, SP: Unicamp, 2001.

THOMPSON, Edward. P. **A Formação da classe operária inglesa:** a árvore da liberdade. Tradução de Denise Bottman. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1987. (Coleção Oficina da história, Vol. 1).

VALDEMARIN, Vera Teresa. Os sentidos e a experiência: professores, alunos e métodos de ensino. In: SAVIANI et all. **O legado educacional do século XX no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2006, p. 163-203.

VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos escolares:** cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893 - 1971). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e Processo Educativo In: LOPES, Elaine Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes, VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). **500 Anos de Educação no Brasil.** 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 495-517.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: VIÑAO FRAGO, Antonio e ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade:** a arquitetura como programa. Tradução de Alfredo Veiga-Neto. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 1998. p. 59-136.

VIÑAO, Antonio. Espaços, usos e funções: a localização e disposição física da direção escolar na escolar graduada In: BENCOSTA, Marcus Levy Albino. **História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar.** São Paulo: Cortez, 2005, p. 19.

XAVIER, Libânia N. Fernando de Azevedo e o legado de uma geração In: GARCIA, Walter E. (Org.). **Educadores brasileiros do século XX.** Brasília, DF: Plano, 2002. v. I.

ZOTTI, Solange Aparecida. **Sociedade, educação e currículo no Brasil:** dos jesuítas aos anos de 1980. Campinas, SP: Autores Associados; Brasília, DF: Plano, 2004.

PERIÓDICOS E ANAIS DE CONGRESSOS

AQUINO, Luciene Chaves de. A institucionalização do Grupo Escolar Xavier Júnior em Bananeiras/PB: cultura escolar e práticas educativas (1934-1971). In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORTE E NORDESTE: PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO, ASSIMETRIAS E DESAFIOS REGIONAIS., 22., 2014, Natal/RN, **Anais...** Rio Grande do Norte: UFRN, 2014, v. 01, p. 1-15.

BISERRA, Ingrid Carla Kruz; FREIRE, Evelynne Nathaly Cavalcanti de Luna. O uso da imprensa nos trabalhos de História da Educação no PPGE/UFPB (2007-2014): alguns apontamentos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. Matrizes Interpretativas e Internacionalização, 8., 2015, Maringá/PR. **Anais eletrônicos...** Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2015. Disponível em: <<http://8cbhe.com.br/media/doc/f9c8dd8b5f22aeea527803f50626426d.pdf>>. Acesso em 20 abr. 2016.

CARVALHO, Roberta Costa de. Um escolanovista paraibano: José Baptista de Mello. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. História e memória da educação brasileira, 2., 2002, Natal/RN. **Anais eletrônicos...** Natal: UFRN, 2002, p.1. Disponível em: <sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema4/0463.pdf>. Acesso em: 17 de jan 2015.

CHAVES, Miriam Waidenfeld. O liberalismo de Anísio Teixeira. In: **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, nº 110, p. 203-211, jul. 2000.

CONDURU, Roberto. Entre Histórias e mitos: uma revisão do neocolonial. (KESSEL, Carlos. Arquitetura neocolonial no Brasil: entre o pastiche e a modernidade, 2008). In: **Revista Vitruvius**. Ano 8 set. 2009. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/08.093/3025>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

KULEZA, Woiciech Andrzej. Genealogia da Escola Nova no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. História e memória da educação brasileira 2., 2002, Natal/RN. **Anais eletrônicos...** Natal: UFRN, 2002, p.1. Disponível em: <<http://boletimef.org/biblioteca/308/Kulesza-Artigo>>. Acesso em: 03 dez. 2015.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; SILVA, Evelynne Nathaly Cavalcanti de Araújo; BURITY, Luiz Mário Dantas. Grupos escolares e escolas rurais na Paraíba estadonovista (1937-1945) In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 54, p. 172-188, dez. 2013.

SILVA, Evelynne Nathaly Cavalcanti de Araújo; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. Educação física e o teatro infantil na Paraíba: corpo e a mente para a pátria cívica (1937 - 1945). In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”. História da Educação Brasileira: experiências e peculiaridades, 9., 2012, João Pessoa/PB. **Anais eletrônicos...** João Pessoa: UFPB, 2012. Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/.../3.11.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2015.

SILVA, Evelynne Nathaly Cavalcanti de Araújo; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. Implementação e expansão de instituições auxiliares do ensino nos grupos escolares paraibanos durante o estado novo (1937-1945). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. CIRCUITOS E FRONTEIRAS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, 7., 2013, Mato Grosso/MT. **Anais eletrônicos...** Mato Grosso: UFMT, 2013. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07%20HISTORIA%20DAS%20INSTITUICOES%20E%20PRATICAS%20EDUCATIVAS/IMPLEMENTACAO%20E%20EXPANSAO%20DE%20INSTITUICOES%20AUXILIARES.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

AQUINO, Luciene Chaves de. A institucionalização do Grupo Escolar Xavier Júnior em Bananeiras/PB: cultura escolar e práticas educativas (1934-1971). In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORTE E NORDESTE: PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO, ASSIMETRIAS E DESAFIOS REGIONAIS., 22., 2014, Natal/RN, **Anais...** Rio Grande do Norte: UFRN, 2014, v. 01, p. 1-15.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira e SILVA, Evelyanne Nathaly Cavalcanti de Araújo. Nacionalização do ensino e alfabetização na Paraíba durante o Estado Novo (1937 - 1945). In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CEARÁ. Discursos, ritos e símbolos da educação popular, cívica e religiosa, 10., 2011, Juazeiro do Norte/CE: **Anais...** Memorial Padre Cícero, Colégio Salesiano, SESC. 2011. p. 8.

TRABALHOS ACADÊMICOS, MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES E TESES

ARANTES, Adlene Silva. **Processos de racialização nas escolas primárias pernambucanas (1911-1945)**. 2014. 255 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

AZEVÊDO, Shirley Regina. **O progresso educacional na Paraíba: o Instituto de Educação (1935-1939)**. 2012. 258 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012b.

BANDEIRA, Maria das Graças Almeida. **O livro didático e sua herança estadonovista: 1945-1964**. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação Popular) – Universidade Federal da Paraíba/CE/ME, João Pessoa, 1996.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. **A formação de padres no nordeste do Brasil (1894-1933)**. 2009, 241 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto. **Organização da instrução pública primária no Brasil: impasses e desafios em São Paulo, no Paraná e no Rio Grande do Norte (1890-1930)**. 2013. 316 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/3991/1/OrganizacaoInstrucaoPublica.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2015.

LIMA, Rosângela Chrystina Fontes de. **Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello e a cidade: espaços de difusão dos ideais modernos (1916-1935)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba João Pessoa, 2010.

LIMA, Rosângela Chrystina Fontes de. **Percursos e percalços na implantação dos jardins de infância na cidade da Parahyba: uma contribuição ao estudo sobre a educação infantil (1917-1939)**. 2011. Monografia (Licenciatura em História), UHPB/DH, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

MARIANO, Nanyana Rodrigues Cordeiro. **Educação pela higiene: a invenção de um modelo hígido de educação escolar primária na Parahyba do Norte (1849-1886)**. 2015, 253 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

MATOS, Ana Cristina. RODRIGUES, Silvana Cristina. SILVA, Sílvia Fernandes da. **Teoria Pedagógica: atualidade das idéias de Ovide Decroly**. 2004. Trabalho apresentado como requisito parcial para aprovação na Disciplina Teorias Pedagógicas, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2004. Disponível em: <www.fae.ufmg.br/teoriaspedagogicas/trabalhosdecroly.doc>. Acesso em: 18 mar. 2015.

OLIVEIRA, Marina Goldfarb de. **Arquitetura para uma nova escola: modernização da arquitetura escolar de João Pessoa (1930-1939)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

PAIVA, Bruna Maria Moraes de. **Escolarização na Primeira República: organização e funcionamento do ensino noturno na Parahyba do Norte (1916-1931)**. 2010. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

PEREIRA, Priscilla Leandro. **Educação rural na Paraíba (1946-1961): “um meio para fixar o homem do campo”**. 2013. 220f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

RODRIGUES, Almerinda Maria dos Reis Vieira. **O Movimento da Escola Nova no sul do Mato Grosso: Uma análise de suas contribuições para a educação do Estado na primeira metade do século XX**. 2006. 114f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2006.

SILVA, Enoque Bernardo da. **História do Grupo Escolar Professor Maciel a partir das memórias de suas professoras (1956-1971)**. 2011. 119f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011a.

SILVA, Evelynne Nathaly Cavalcanti de Araújo. **O Ensino Secundário na Paraíba: as perspectivas propedêuticas no estadonovismo (1937-1945)**. 2011. 56f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011b.

SILVA, Evelynne Nathaly Cavalcanti de Araújo. **Aperfeiçoamento e qualificação do professorado primário (1937-1945): Os Cursos de Formações Complementares**. 2013. 59 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

SILVA, Maria Raquel. **Civilizando os filhos da “Rainha”, Campina Grande: modernização, urbanização e grupos escolares (1935-1945)**. 2011. 105 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011c.

SILVA, Vânia Cristina da. **Ó Pátria Amada, Idolatrada, Salve! Salve! Festas escolares e comemorações cívicas na Paraíba (1937-1945)**. 2011, 139 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011d.

SILVA, Vivia de Melo. **Grupo Escolar Solon de Lucena: um novo modelo de escolarização primária para a cidade de Campina Grande - PB (1924 - 1937)**. 2009. 140 f. Dissertações (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

SOARES JR. Azemar dos Santos. **Physicamente vigorosos: medicalização escolar e modelação dos carpos na Paraíba (1913-1942)**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

FONTES

BRASIL, **Constituição de 1934**. Organiza um regime democrático, que assegura à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico.

BRASIL, **Decreto Nº 19.402, de 14 de novembro de 1930**. Cria o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública.

BRASIL, **Decreto-Lei Nº 100, de 30 de dezembro de 1938**. Elaboração e utilização do livro didático no Brasil.

BRASIL, **Decreto-Lei Nº 4.642, de 2 de setembro de 1942**. Dispõe sobre as bases da organização da educação pré-militar.

BRASIL, **Decreto-Lei Nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946**. Lei Orgânica do Ensino Primário.

BRASIL, **Decreto-Lei Nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946**. Lei Orgânica do Ensino Normal.

BACKHEUSER, Everardo. Testes de Inteligência. **Jornal A Imprensa**, João Pessoa, p.5, 24 mar. 1937.

CARNEIRO, Ruy. **A administração paraibana em 1941**. João Pessoa, PB: Imprensa Oficial, 1942.

CARNEIRO, Ruy. **A administração paraibana em 1942**. João Pessoa, PB: Imprensa Oficial, 1943.

COELHO, Carlos (Pe). A história do fechamento de “A Imprensa”. In: PEDROSA, Odion (Mons.). **Escritos de ontem**, 3ª Série, 1942.

CONSTITUIÇÃO do Estado da Paraíba (1935). In: FERNANDES, Flávio Sátiro. **História constitucional da Paraíba**. João Pessoa, PB: s/e, 1985.

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E PUBLICIDADE. Novos Rumos á Educação na Paraíba. **Revista do Ensino**: órgão da Directoria do Ensino Primário, João Pessoa, anno VI, n. 16, p. 7-9, 1938.

DUTRA, Clodomiro. Grupo Escolar ou Destruição em Brejo do Cruz. **Jornal A Imprensa**, João Pessoa, 23 nov. 1937.

EDUCAÇÃO INFANTIL, MÉTODO PRÁTICO PARA A REALIZAÇÃO DE LIÇÕES. **Revista do Ensino**: órgão da Directoria do Ensino Primário, João Pessoa, anno x, n. 18, p. 67-70, 1942.

ESTADO da Paraíba. **A Instrução Pública na Paraíba**, João Pessoa, 26 abr. 1934.

ESTADO da Paraíba. **Decreto Nº 33, de 11 de dezembro de 1930**. Unificação do ensino público primário na Paraíba.

ESTADO da Paraíba. **Decreto Nº 278, de 18 de maio de 1932**. Cria a Revista do Ensino da Paraíba.

ESTADO da Paraíba. **Decreto Nº 914, de 30 de dezembro de 1937**. Criação do Cargo de Diretor de Grupo Escolar na Paraíba.

ESTADO da Paraíba. **Decreto Nº 961, de 11 de fevereiro de 1938**. Dispôs sobre a organização do ensino na Paraíba.

ESTADO da Paraíba. **Decreto Nº 1012, de 4 de março de 1938**. Criação do Cargo de Inspetor Auxiliar do Ensino na Paraíba.

ESTADO da Paraíba. Decreto-Lei Nº 316, de 11 de agosto de 1942. Reorganiza o Departamento de Educação. **Jornal A União**, Parte Oficial. p. 1, 13 ago. 1942.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A Imprensa**, João Pessoa, 03 maio. 1930.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A Imprensa**, João Pessoa, 28 mar.1931.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A Imprensa**, João Pessoa, 08 abr. 1933.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A Imprensa**, João Pessoa, 06 set. 1933.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A Imprensa**, João Pessoa, 13 set. 1933.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A Imprensa**, João Pessoa, 24 out. 1933.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A Imprensa**, João Pessoa, 29 maio. 1934.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A Imprensa**, João Pessoa, 18 jul. 1934.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A Imprensa**, João Pessoa, 16 fev. 1935.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A Imprensa**, João Pessoa, 12 maio. 1935.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A Imprensa**, João Pessoa, 13 maio. 1935.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A Imprensa**, João Pessoa, 01 abr. 1936.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A Imprensa**, João Pessoa, 12 abr. 1936.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A Imprensa**, João Pessoa, 17 maio. 1936.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A Imprensa**, João Pessoa, jan. 1937.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A Imprensa**, João Pessoa, 14 mar.1937.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A Imprensa**, João Pessoa, 23 nov. 1938.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A Imprensa**, João Pessoa, 04 abr. 1941.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A Imprensa**, João Pessoa, 08 maio. 1941.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A Imprensa**, João Pessoa, 01 fev. 1942.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 04 nov. 1930.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 18 abr. 1931.

ESTADO da Paraíba **Jornal A União**, João Pessoa, 19 abr. 1931.

ESTADO da Paraíba **Jornal A União**, João Pessoa, 03 maio. 1931.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 10 maio. 1931.

ESTADO da Paraíba **Jornal A União**, João Pessoa, 17 maio. 1931.

ESTADO da Paraíba **Jornal A União**, João Pessoa, 24 maio. 1931.

ESTADO da Paraíba **Jornal A União**, João Pessoa, 07 jun. 1931.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 21 jun. 1931.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 28 jun. 1931.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 08 jul. 1931.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 21 jul. 1931.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 28 jul. 1931.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 25 ago. 1931.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, de 20 set. 1931.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 04 out. 1931.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 22 out. 1931.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 28 jan. 1932.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 01 mar. 1932.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 15 mar. 1932.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 14 jun. 1932.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 19 jul. 1932.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 12 mar. 1933.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 04 jul. 1933.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 26 abr. 1933.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 29 jun. 1934.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 05 set. 1934.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 15 nov. 1934.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 20 fev. 1935.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 03 mar. 1935.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 14 maio. 1935.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 23 jun. 1935.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 01 ago. 1935.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 04 ago. 1935.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 04 jan. 1936.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 25 jan. 1936.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 22 fev. 1936.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 10 mar. 1936.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 01 abr. 1936.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 02 ago. 1936.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 29 nov. 1936.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 02 abr. 1937.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 05 jun. 1937.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 15 jun. 1937.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 29 set. 1937.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 08 jan. 1938.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 25 jan. 1938.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 30 jan. 1938.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 12 fev. 1938.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 15 fev. 1938.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 25 fev. 1938.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 16 mar. 1938.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 05 abr. 1938.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 17 abr. 1938.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 15 maio. 1938.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 13 dez. 1938.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 22 jan. 1939.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 25 jan. 1939.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 17 fev. 1939.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 31 mar. 1939.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 19 abr. 1939.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 20 abr. 1939.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 20 ago. 1939.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 23 jan. 1940.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 25 jan. 1940.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 07 jun. 1940.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 10 ago. 1940.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 01 set. 1940.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 24 set. 1940.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 22 fev. 1941.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 28 mar. 1941.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 24 maio. 1941.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 25 maio. 1941.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 28 jan. 1942.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 11 fev. 1942.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 03 mar. 1942.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 08 mar. 1942.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 17 mar. 1942.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 26 abr. 1942.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 07 maio. 1942.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 15 jul. 1942.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 16 ago. 1942.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 11 set. 1942.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 07 nov. 1942.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 11 nov. 1942.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 23 dez. 1942.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 25 dez. 1942.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 02 mar. 1943.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 03 abr. 1943.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 17 abr. 1943.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 19 abr. 1943.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 25 abr. 1943.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 28 abr. 1943.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 29 abr. 1943.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 12 maio. 1943.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 08 jun. 1943.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 29 jun. 1943.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 17 ago. 1943.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 04 dez. 1943.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 03 mar. 1944.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 10 mar. 1944.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 02 abr. 1944.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 24 abr. 1944.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 07 maio. 1944.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 29 maio. 1944.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 01 jun. 1944.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 04 jun. 1944.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 13 jun. 1944.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 09 ago. 1944.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 12 ago. 1944.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 06 set. 1944.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 21 set. 1944.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 19 set. 1944.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 07 fev. 1945.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 27 fev. 1945.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 16 ago. 1945.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 26 ago. 1945.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 27 ago. 1945.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 05 set. 1945.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 03 out. 1945.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 31 jan.1946.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 26 abr. 1946.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 15 nov. 1946.

ESTADO da Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, 02 fev. 1993.

ESTADO da Paraíba. **Lei Nº 16 de dezembro de 1935**. Reforma da Instrução Pública do Estado e a Criação do Departamento de Educação.

ESTADO da Paraíba. Regulamento da Instrução Pública - Decreto n. 873, de 21 dez. de 1917. Atos dos Poderes Legislativo e Executivo. **Coleção de Leis e Decretos de 1916-1918**. Imprensa Oficial: A União, 1918.

FLORENTINO, M. Cinema Educativo. **Revista do Ensino**: órgão da Directoria do Ensino Primário, João Pessoa, anno II, n. 4 e 5, p. 9-13, 1933.

LACOMBE, Laura Jacobina. Educação e Adaptação Social. **Jornal A Imprensa**, João Pessoa, p. 5, 17 fev. 1937.

LELIS, João. O perfil atual da educação na Paraíba. **Jornal A União**, João Pessoa, p. 3, 17 abr. 1938.

LOUREIRO, S. A Escola Leiga. **Jornal A Imprensa**, João Pessoa, p. 2, 02 fev. 1933a.

LOUREIRO, S. A Escola em Si. **Jornal A Imprensa**, João Pessoa, p. 1, 16 fev. 1933b.

MILANEZ, Ezilda. A Escola Nova e o professor. **Revista do Ensino**: órgão da Directoria do Ensino Primário, João Pessoa, anno II, n. 4 e 5, p. 31-33, 1933.

MELLO, José Batista de. A Escola Nova - Centro de interesse – a água. **Jornal A União**, João Pessoa, p. 5, 26 abr. 1931.

MELO, José Batista de. Entrevista sobre a unificação do ensino público. **Revista do Ensino**: órgão da Directoria do Ensino Primário, João Pessoa, anno II, n. 6 e 7, p. 56 – 60, 1933.

MELO, José Batista de. **A instrução pública na Paraíba**. João Pessoa, PB: Imprensa Oficial, 1934.

OLIVEIRA, Matheus de. O ensino moderno. **Revista do Ensino**: órgão da Directoria do Ensino Primário, João Pessoa, anno I, n. 1, p. 7-8, 1932.

OLIVEIRA, Matheus de. A disciplina e o Estado Novo. **Jornal A União**, João Pessoa, p. 3, 30 jan.1938.

O MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA (1932). In: <<http://pedagogiaemfoco.pro.br/heb07a.htm>>. Acesso em: 14 mar. 2014.

P.C. A Propósito da Semana Pedagógica. **Jornal A Imprensa**, João Pessoa, p. 3, de 04 nov. 1933.

REVISTA DO ENSINO: órgão da Directoria do Ensino Primário, João Pessoa, anno I, n.1, abr. 1932.

REVISTA DO ENSINO: órgão da Directoria do Ensino Primário, João Pessoa, anno X, n. 17, 1942.

REVISTA DO ENSINO: órgão da Directoria do Ensino Primário, João Pessoa, anno X, n. 18, 1942.

ROCHA, Severino Alves. Sobre a Instrução na Paraíba. **Jornal A Imprensa**, João Pessoa, p. 8, 21 maio. 1938.

SEMANA PEDAGÓGICA. In: **Revista do Ensino**: órgão da Directoria do Ensino Primário, João Pessoa, anno II, n. 6 e 7, p. 61, 1933.

VELOSO, Ricardo Grisi. **História de a imprensa**. 5 – Comunicação – CJ/ Abril/2003.

VIANA, Artur Gaspar. Os católicos e a educação. **Jornal A Imprensa**, João Pessoa, p. 3, 27 fev. 1935.

VIANA JÚNIOR, Manuel. A escola antiga e a escola nova. In: **Revista do Ensino**: órgão da Directoria do Ensino Primário. João Pessoa, PB, Imprensa Oficial, anno III, nº 8 e 9, 1934. p.55-59.

SITES CONSULTADOS

ART Deco. Arquitetura Art Deco no Brasil. Disponível em:<https://www.google.com.br/search?q=Arquitetura+Art+dec%C3%B3+no+Brasil&ie=utf-8&oe=utf-8&gws_rd=cr&ei=2LhuVqbUFXCwASm9YqYDA#q=Arquitetura+escolar+Art+dec%C3%B3+no+Brasil>. Acesso em: 14 dez. 2015.

ARTIGOJUS. Comarca, Entrância e Instância - Conceito e Diferenças. Disponível em: <<http://www.artigojus.com.br/2012/04/comarca-entrancia-e-instancia-conceitos.html>>. Acesso em: 22 out. 2015.

BAIXAR Mapas. Mapa da Paraíba – Mesorregiões. Disponível em: <<http://www.baixarmapas.com.br/mapa-da-paraiba-mesorregioes>>. Acesso em 3 abr. 2015.

CÂMARA dos Deputados. Decreto-lei nº 8.469, de 26 de dezembro de 1945. Consolida a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 dez. 1945. Seção 1, p. 19208. <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8460-26-dezembro-1945-416379-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

LUCENA, Emanuel Victor Patrício de; CAVALCANTI FILHO, Ivan. **O Estilo Missões na cidade de João Pessoa**. Disponível em: <<http://www.ppgau.ufba.br/urbicentros/2012/ST303.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

MEDEIROS, Anderson Maciel Lima de Medeiros. Mapas temáticos alov map. Disponível em: <<http://andersonmedeiros.com/mapas-tematicos-alov-map/>>. Acesso em: 05 abr. 2015.

ANEXOS

LEI N.º 16, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1935

Reforma a Instrução Pública do Estado e crêa o Departamento de Educação.

A Assembléia Legislativa do Estado, decreta e eu sanciono a lei seguinte:

Art. 1.º — Os serviços de Instrução Pública da Paraíba, nos termos do art. 128, da Constituição Estadual, formam o Departamento de Educação do Estado.

Art. 2.º — Este Departamento compreenderá as seguintes divisões:

I) — SECRETARÍA, que terá a seu cargo: a) Secção técnica (Construção e mobiliário escolar); b) Contabilidade, arquivo e protocolo; c) Bibliotéca, serviços de radio e cinema educativo, publicidade e instituições auxiliares do Ensino;

II) — INSPETORIA GERAL DO ENSINO E DOS SERVIÇOS DE ESTATISTICAS EDUCACIONAIS, superintendendo: a) Inspetoria do ensino elementar e normal; b) Inspetoria do ensino rural secundario e profissional; c) Inspetoria de Educação Física e Artística;

III) — INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, que compreenderá: a) Escola de Professores; b) Escola Secundaria, equiparada ao Colegio Pedro II; c) Escola de Aplicação; d) Jardim da Infancia;

IV) — Escola Normal Rural;

V) — Escola Rural Modêlo;

VI) — Escolas Profissionais;

VII) — Ensino Primario em geral.

— 10 —

Art. 3.^o — O Consêlho Estadual de Educação, que se comporá de autoridades do ensino oficial e particular, será presidido pelo Secretário do Interior e constituir-se-á dos Diretores do Departamento e do Instituto de Educação, dos Diretores do Liceu Paraíbano e do curso ginásial do Instituto de Educação, do Inspetor Geral do Ensino e do diretor de um estabelecimento de ensino particular equiparado, por designação do Governo do Estado.

Art. 4.^o — Serão incluídos no Estatuto dos funcionários públicos dispositivos especiais referentes ao magisterio, nas seguintes bases:

- a) — classe uniforme, dividida em cinco entrâncias;
- b) — estágio no magisterio, para nomeação efetiva;
- c) — promoção quatrienal, mediante requisitos expressamente determinados.

Art. 5.^o — Os grupos escolares dividir-se-ão em três categorias, conforme o número de alunos nêles existentes.

Art. 6.^o — O Departamento de Educação manter-se-á com as verbas consignadas nos orçamentos e com as contribuições, a que estão os municípios sujeitos pela Constituição estadual.

DO ENSINO PARTICULAR

Art. 7.^o — Os estabelecimentos de ensino particular ficam sujeitos á fiscalização do Departamento de Educação naquilo que disser respeito á orientação pedagógica, estatística, disciplina, moralidade e condições sanitárias.

Art. 8.^o — O Governo subvencionará as escolas particulares e rudimentares, desde que venham funcionando regularmente pelo espaço de um ano, sejam regidas por normalistas diplomados ou por pessoas outras a

— 11 —

juízo do Departamento de Educação, e que ensinem, gratuitamente, 10% dos seus alunos.

§ único — Subvencionará também escolas profissionais e rurais, desde que sejam regidas por técnicos diplomados, observadas as demais condições dêste artigo.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9.º — Só poderão ser nomeados professores, os normalistas diplomados e só haverá promoção para a entrada imediata.

§ único — Na falta de normalistas, o Governo poderá nomear, interinamente, pessoas habilitadas em concursos.

Art. 10 — Em cada município será transformada uma das escolas existentes em escola rural, que terá como regente uma professora normalista, com estágio na Escola Rural Modelo.

Art. 11 — O Governo poderá contratar, fóra do Estado, técnicos para orientar o Departamento de Educação e suas secções.

DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 12 — Para a classificação do atual professorado do Estado, observar-se-á a seguinte distribuição tendo-se em vista os vencimentos a que presentemente fazem jús os professores:

a) — serão de 5.^a entrada os professores de escolas elementares diurnas da capital;

b) — de 4.^a entrada, os de escolas elementares de cidade;

c) — de 3.^a, os de escolas elementares de vila;

d) — de 2.^a, os de escolas elementares de povoações;

e) — e de 1.^a, os professores de cadeiras rudimentares diurnas e noturnas.

— 12 —

§ 1.º — Os atuais regentes de cadeiras elementares noturnos da Capital passarão a professores de 4.ª entrada.

§ 2.º — Os atuais professores habilitados por concurso e os adjuntos leigos do interior do Estado constituirão uma classe única: a dos professores não diplomados.

Art. 13 — Os atuais adjuntos efetivos da Capital, que contarem menos de quatro anos de serviço no magistério público, passarão a professores de 1.ª entrada; os que contarem de quatro a oito anos, serão considerados de 2.ª entrada; os de oito a doze anos, de 3.ª entrada; os de doze a dezesseis, de 4.ª entrada e, finalmente, os de mais de dezesseis anos, de 5.ª entrada.

§ único — Os atuais adjuntos diplomados do interior do Estado terão de acordo com o tempo de serviço prestado, a mesma classificação até a quarta entrada.

Art. 14 — Os atuais adjuntos não diplomados, bem como os professores que fôrem nomeados por ter o concurso de habilitação, exigido pelo decreto n.º 873, de 21 de Dezembro de 1917, continuarão no desempenho das suas funções, enquanto bem servirem á Instrução, sendo-lhes asseguradas todas as vantagens concedidas aos demais professores, excepção feita da promoção, a que não terão direito.

§ único — Sómente por meio de inquerito administrativo poderá ser apurada a cláusula “enquanto bem servirem á Instrução”.

Art. 15 — Logo que os alunos do atual curso normal terminem os seus exames será extinto esse curso, uma vez que o mesmo passará a ser feito no Instituto de Educação.

Art. 16 — Os atuais collegios equiparados á Escola Normal serão, dora por diante, denominados Escolas Normais, até que se equiparem ao Instituto de Educação, e os alunos por elles diplomados, uma vez nomeados, terão os mesmos direitos que são conferidos aos demais professores do Estado.

— 13 —

Art. 17 — São garantidos os direitos dos atuais professores efetivos da Escola Normal, que passarão a ter exercício no Instituto de Educação.

Art. 18 — Os serviços constantes da presente lei entrarão em vigor á medida que o Governo do Estado lhes fôr dando regulamentação.

Art. 19 — Regovam-se as disposições em contrario.

PALACIO DA REDENÇÃO, em João Pessoa, 13 de Dezembro de 1935, 47.º da Proclamação de República.

(Ass.) ARGEMIRO DE FIGUEIRÊDO

JOSÉ MARQUES DA SILVA MARIZ